

**IMAGENS**  
DOS POVOADOS E VILAS  
DO INTERIOR DO BRASIL

na iconografia e relatos da  
**VIAGEM FILOSÓFICA**  
de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)

POR

Pedro Hungria Cabral

---

Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno  
Co-Orientador: Dante Martins Teixeira

---



Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

---

São Paulo  
Abril de 2023

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Arquitetura e Urbanismo**

Pedro Hungria Cabral

**Imagens dos povoados e vilas do interior do Brasil na iconografia e relatos da  
Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)**

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM  
RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB  
RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA  
DA ORIENTADORA. A versão original, em formato  
digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade,  
24 de abril de 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação da Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo para a  
obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração:** História e Fundamentos  
da Arquitetura e Urbanismo

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira  
Bueno.

**Coorientador:** Prof. Dr. Dante Martins Teixeira.

São Paulo  
Abril de 2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço Técnico de Biblioteca  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Cabral, Pedro

Imagens dos povoados e vilas do interior do Brasil na iconografia e relatos da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) / Pedro Cabral; orientador Beatriz Bueno. coorientador Dante Teixeira - São Paulo, 2022.

249f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Viagem Filosófica. 2. Amazônia. 3. Alexandre Rodrigues Ferreira. I. Bueno, Beatriz, orient. II. Teixeira, Dante, coorient. III. Título.

Pedro Hungria Cabral

Imagens dos povoados e vilas do interior do Brasil na iconografia e relatos da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de  
São Paulo para obtenção do título de Mestre  
em Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em 09/03/2023

Banca Examinadora

Prof. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Instituição: FAU-USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dra. Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto

Instituição: MPEG - Externo

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Aprovado

Dissertação elaborada com o apoio da **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)**, sob o processo de nº 2019/08732-7.



*Aos meus avós, Luiz Soares Hungria e Ana Wolfanga Melo Cabral*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha esposa e companheira Lucila, sem a qual nada teria sentido

Aos meus familiares, que ajudaram afetivamente.

Aos amigos, que serviram de ouvintes às mais variadas ideias e sugestões.

Aos colegas da universidade, que apresentaram novas possibilidades.

Aos professores, pacientes em indicar os erros e as omissões.

Aos meus orientadores, Beatriz e Dante, generosos em compartilhar do seu tempo, conhecimento e generosidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), mostrando que a institucionalidade foi indispensável ao presente exercício.

*Escapa-se-nos de todo, na Amazônia, a enormidade que só se pode medir, repartida; a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza que só se deixa ver, apequenando-se através dos microscópios, e um infinito que se dosa a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente. A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se a si mesmo. Anula-se a própria amplitude, a extinguir-se, decaindo por todos os lados, adstrita à fatalidade geométrica da curvatura terrestre, ou iludindo as vistas curiosas com o uniforme traço de seus aspectos imutáveis. A inteligência humana não suportaria de improviso o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la. Para vê-la deve renunciar-se ao propósito de descortiná-la. (Euclides da Cunha)*



## RESUMO

A presente dissertação tem como intuito refletir acerca das iconografias urbanas existentes no espólio documental da *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*, coordenada pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira. Adjunta à essa reflexão se propõem um exercício de espacialização e georreferenciamento dessas imagens sobre uma base cartográfica, a fim de poder comparar diferentes tipologias documentais da época que versavam sobre a região em destaque. Constituindo assim uma comparação entre as diversas tipologias documentais, interpretadas à luz de uma “arqueologia da paisagem”, visando contribuir com a ampla discussão sobre o tema.

**Palavras-chave:** Amazônia; Viagem Filosófica; Alexandre Rodrigues Ferreira

## ABSTRACT

This dissertation aims to ponder on the existing urban iconographies in the documentary collection of the Philosophical Journey through the Captaincies of Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso and Cuiabá (1783-1792), coordinated by the luso-brazilian naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira. In addition to this, an exercise of spatialization and georeferencing of these images on a cartographic basis is proposed, in order to be able to compare different documentary typologies of the time that dealt with the highlighted region. Thus constituting a comparison between the various documentary typologies, interpreted in the light of an “landscape archaeology”, aiming to contribute to the broad discussion on the subject.

**Keywords:** Amazon; Alexandre Rodrigues Ferreira; Philosophical Journey.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 01** - Capa e folha de rosto da edição organizada pelo Prof. Dr. Edgard de Cerqueira Falcão, pela Gráficos Brunner, em 1970.

**Figura 02** - Folhas de rosto e lombadas dos dois volumes, acondicionados em caixa especial, publicados pelo Conselho Federal de Cultura, ano de 1971, sob a organização dos professores Arthur Cezar Ferreira Reis e José Candido de Melo Carvalho

**Figura 03** - As publicações da Editorial Kapa, que consistem em sete tomos, acondicionados em dez volumes, já que há duplicidades nas publicações, como nos tomos IV e VII, que apresentam edições especiais, brasileiras e portuguesas, mas que consistem na mesma qualidade de documentos, não havendo diferenciação.

**Figura 04** – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

**Figura 05** – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

**Figura 06** – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

**Figura 07** - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.

**Figura 08** - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.

**Figura 09** - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.

**Figura 10** - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso Igreja e Praça das Mercês

**Figura 11** - PROSPECTO da nova Praça das Mercês, mandada fazer pelo governador e capitão general D.Francisco de Souza Coutinho. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 12** - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso Igreja da Sé.

**Figura 13** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja da Sé. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Retábulo da Igreja da Sé.

**Figura 14** - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso capela de São João.

**Figura 15** – Espacialização da iconografia em base cartográfica, no caso vila de Cametá.

**Figura 16** – Espacialização da iconografia em base cartográfica, no caso lugar de Lamalonga.

**Figura 17** – Espacialização das iconografias referentes existentes no espólio documental da *Viagem Filosófica*.

**Figura 18** - Espacialização das iconografias referentes ao rio Negro e rio Branco, existentes no espólio documental da *Viagem Filosófica*.

**Figura 19** – *Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil, de António Pires da Silva Pontes Leme*. 202 cm x 199 cm. Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa. (Corrêa-Martins, 2011)

**Figura 20** – Percurso especializados pela presente dissertação de acordo com os deslocamentos feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a *Viagem Filosófica*. Indicações feitas sobre a carta da *Nova Lusitânia*.

**Figura 21** - PROSPECTO da cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará. De 20 de maio de 1784. [1784]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 22** - FREIRE, José Joaquim. Plano geral da cidade do Pará em 1791 tirado por ordem do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. D. Francisco, de Sousa Coutinho Governador. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 23** – Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 2, 3 e 4, referentes ao Hospital Real Militar, ao Castelo da Cidade e à Igreja do Convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 24** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja dos Carmelitas Calçados e Ordem Terceira. Imagem 45,5 cm x 22,0 cm em folha 47,0 cm x 35,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 25** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 5, 6 e Letra A, referentes à Igreja Catedral, à Igreja de Santo Alexandre e à Casa da Alfândega. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 26** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja da Sé. Folha 45,0 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 27** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 7 e 8, referentes à Casa das Canoas e ao Palácio dos Governadores. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 28** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria exterior do palácio da residência dos Excelentíssimos Generais da Cidade e Capitania do Pará. 1784. Imagem 42,0 cm x 25,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 29** - CODINA, Joaquim José. Frontaria posterior do mesmo palácio para a parte do jardim. 1784. Imagem 42,5 cm x 25,5 cm em folha 46,5 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 30** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 9 e 10, referentes à Igreja das Mercês e ao Forte de São Pedro Nolasco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 31** - PROSPECTO da nova Praça das Mercês, mandada fazer pelo governador e capitão general D.Francisco de Souza Coutinho. Nº1 Frontespício da Igreja dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 32** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 11 e 12, referentes à Torre da Igreja da Misericórdia e à Igreja Matriz do bairro da Campina. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 33** - Espacialização sobre a carta da *Nova Lusitânia* das áreas de atuação das ordens religiosas ao longo da bacia Amazônica, de acordo com o indicado por Alexandre Rodrigues Ferreira. (Imagem do Autor)

**Figura 34** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joannes. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 35 – Estruturas urbanas representadas por Ferreira na vila de Monforte, Ilha do Marajó (Imagem do Autor)

**Figura 36** – Espacialização do percurso feito por Ferreira entre a cidade de Belém e a Ilha de Marajó. (Imagem do Autor)

**Figura 37** – Regiões habitadas pelas nações indígenas conforme indicado pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. (Imagem do Autor)

**Figura 38** – Indicação dos aldeamentos missionários espacializados a partir das indicações feitas por Ferreira. (Imagem do autor)

**Figura 39** - Prospecto da vila de Cameté, com as indicações das estruturas enumeradas na legenda. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 40** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa do Camotá, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho, de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 41** - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Hospício dos Mercedários. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 42** - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Capela do Bom Jesus e Arco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 43** - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Casa que serviu de quartel. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 44** - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Casario. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 45** - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Riscador na canoa do naturalista. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 46** - Percurso especializado sobre a carta da *Nova Lusitânia*, onde pode se perceber o trajeto feito por afluentes e canais até a vila de Cameté. As culturas exploradas, cacau e anil, estão indicadas. (Imagem do Autor).

**Figura 47** – Indicação do percurso feito entre Belém e Barcelos, na primeira etapa da *Viagem Filosófica*, inseridos na cartografia histórica. (Imagem do Autor)

**Figura 48** - CODINA, Joaquim José. Prospecto das casas da Vila de Oeiras, que se acha situada na margem setentorial do Rio Araticú, 2 léguas acima da sua foz. [17--]. Imagem 26,5 cm x 17,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 49** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias. 1785. Imagem 27,0 cm x 17,0 cm em folha 34,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 50**. FREIRE, José Joaquim. Prospecto da frontaria da Igreja Matriz, e casa da residência da Vila de Monte Alegre. 1785. Imagem 29,0 cm x 14,5 cm em folha 34,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 51**. Detalhes prospecto de Monte Alegre. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 52**. Detalhes prospecto de Monte Alegre. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 53** – Percursos especializados relativos à 1ª e 2ª partes da Viagem ao rio Negro e pelo rio Branco, feitos sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 54** – Percurso da 1ª Participação no Rio Negro, entre Barcelos e Moreira, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 55** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Moreira, chamado antes Caboquena. Imagem 32,5 x 4,0 cm em folha 34,5 x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 56** – Percurso da 2ª Participação no Rio Negro, entre Moreira e Thomar, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 57** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa de Thomar, chamada antes Bararuá. 1785. Imagem 48,5 cm x 6,0 cm em folha 24,0 cm x 49,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 58** – Percurso da 3ª Participação no Rio Negro, entre Thomar e Lamalonga, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 59** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Lamalonga; algum dia Dary. 1785. Folha 40,5cm x 24,0cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 60** – Percurso da 4ª Participação no Rio Negro, entre Lamalonga e Santa Isabel, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 61** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Santa Izabel. 1785. Folha 43,0 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 62** – Percurso da 5ª Participação no Rio Negro, entre Santa Isabel e São Gabriel, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 63** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de N. S. do Loreto de Macaraby. [17--]. Folha 48,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 64** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. Gabriel da Cachoeira. 1785. Imagem 46,0 cm x 23,0 cm em folha 47,0 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 65** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da povoação de S. Joaquim do Cuané dentro da foz, e na margem austral do rio Uaupés. 1785. Imagem 32,5 cm x 15,5 cm em folha 34,5 cm x 24,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 66** – Percurso da 6ª Participação no Rio Negro, entre São Gabriel e Marabitanas, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 67** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marebitenas. 1785. Imagem 32,5 cm x 8,5 cm em folha 34,5 cm x 24,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 68** – Percurso da 7ª Participação no Rio Negro, regresso a Barcelos, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 69** - CODINA, Joaquim José. Prospecto do novo Lugar das Caldas (a), estabelecido na margem oriental, e no principio da primeira cachoeira do Rio Cauaburys. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 70** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da 2ª cachoeira do Rio Cauaborys. [17--]. Imagem 46,0 cm x 21,5 cm em folha 47,5 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 71** - SCHWEBEL. Prospecto da Aldea de Mariua, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 72** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Vila de Barcelos, antigamente Aldeia de Mariuá. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 73** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Vila de Barcelos*. Ponte que separa os dois bairros da vila e casa das canoas. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 74** - Detalhe ampliado do *Prospecto da Vila de Barcelos*. Igreja matriz. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 75** - LANDI, Antônio José. Prospecto da pintura que fez o capitão Antônio José Landi na capela-mor da Igreja Matriz da Vila Capital de Barcelos, no ano de 1785. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 76** - LANDI, Antônio José. Prospecto da pintura que fez o capitão Antônio José Landi, arquiteto régio, dos lados da capela-mor da Igreja Matriz de Barcelos. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 77** - PROSPECTO do Quartel da Tropa da Guarnição da Vila de Barcelos, mandado erigir pelo Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. João Pereira Caldas. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 78** - Percurso da 2<sup>a</sup> Participação no Rio Negro, entre Barcelos e Poiares, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 79** - SCHWEBEL. Prospecto da Aldeia de Cumarû, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Poiares). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 80** - SCHWEBEL. Prospecto da Aldeia de Pedreira, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Moura). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 81** - SCHWEBEL. Prospecto da Aldeia de Jaú, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Airão, na embocadura do Rio Jaú). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 82** - SCHWEBEL. Prospecto da Fortaleza do Rijo Negro (Manaus). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 83** - Percurso da 3<sup>a</sup> Participação no Rio Negro, entre Poiares e Carvoeiro, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 84** - CODINA, Joaquim José. Prospecto do Lugar do Carvoeiro, em outro tempo Aldeia de Aracari, situado na margem meridional do Rio Negro. [17--]. Folha 47,0 cm x 34,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 85** - Percurso da 4<sup>a</sup> Participação no Rio Negro, entre Carvoeiro e Moura, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 86** - Percurso da 5<sup>a</sup> Participação no Rio Negro, entre Moura e Airão, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)



**Figura 87** - Percurso da 6ª Participação no Rio Negro, entre Airão e Fortaleza da Barra, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 88** - Percurso especializado a partir do *Diário do Rio Branco*, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 89** - Percurso especializado a partir do *Diário do Rio Branco*, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Figura 90** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Povoação de N.Senhora do Monte do Carmo, situada na margem ocidental do Rio Branco, na distância de 38 léguas da sua foz. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 91** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da nova povoação de Santa Maria situada na margem oriental do Rio Branco, na distância de 75 léguas da sua foz. [17--]. Imagem 23,5 cm x 14,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 92** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da nova povoação de S. Phelippe, situada na margem ocidental, e no princípio da Cachoeira grande do Rio Branco, na distância . [17--]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 93** - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da nova povoação de N.Senhora da Conceição, situada na margem oriental do Rio Branco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Figura 94** - CODINA, Joaquim José. Prospecto da Fortaleza de S.Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutú. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>ALGUMAS LINHAS INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO I - ESPACIALIZANDO A VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA: SIG HISTÓRICO, GEORREFERENCIAMENTO E ENTRECruzAMENTO DE FONTES.....</b>	<b>30</b>
1.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DAS ICONOGRAFIAS .....	30
1.2 ORGANIZAÇÃO QUALITATIVA DAS ICONOGRAFIAS .....	36
1.3 GEORREFERENCIAMENTO E ESPACIALIZAÇÃO DAS ICONOGRAFIAS.....	43
1.4 COMPREENSÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DAS ICONOGRAFIAS.....	61
<b>CAPÍTULO II - DOCUMENTOS AFINS: O MAPA DA NOVA LUSITÂNIA (1797) E A VIAGEM FILOSÓFICA. AMAZÔNIA REGISTRADA EM PORMENORES POR FREIRE TRANSPOSTA NA PRIMEIRA CARTA GERAL DO BRASIL.....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO III - EXERCÍCIO DE ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: POR RIOS, PONTOS DE ENRAIZAMENTO E CULTURA MATERIAL DOS POVOADOS. ....</b>	<b>68</b>
1.5 INDICAÇÕES POR LOCALIDADES.....	72
1.5.1 Belém .....	72
1.5.2 Ilha Grande de Joannes (Marajó) .....	97
1.5.3 Cametá .....	123
1.5.4 Monte Alegre.....	147
1.5.5 Rio Negro .....	151
1.5.6 Rio Branco .....	226
<b>CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>239</b>

## APRESENTAÇÃO

As entradas e andanças pelo território brasileiro sempre existiram, mas de cunho intencionalmente científico, a do luso-brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, pode ser considerada a primeira de grande porte em território brasileiro, tendo ocorrido durante os anos de 1783 a 1792. O naturalista possuía formação acadêmica na Universidade de Coimbra e a *Viagem Filosófica* que lhe foi incumbida fazia parte de uma organização oficial que envolvia diversos atores e instituições governamentais portuguesas. Havia diretrizes e apontamentos a serem cumpridos no decorrer dessa expedição, afazeres já estipulados em Portugal.

Em meados do século XVIII, quando os interesses da Coroa Portuguesa pelo interior do Brasil começaram a se aprofundar, os levantamentos científicos se fizeram necessários para se ter a real dimensão socioeconômica do território, principalmente do interior a Oeste e a Norte, terras que ainda não haviam sido totalmente exploradas. Como eram as pessoas que ocupavam esses lugares, que tipo de fauna e flora exploravam, como se locomoviam, que relações produtivas estabeleciam com o meio ambiente, que trocas faziam com seus vizinhos? Todos esses apontamentos deveriam ser feitos pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira.

Os interesses científicos da expedição também se misturavam a um projeto geopolítico da Coroa Portuguesa, de maneira que para ocupar um território inóspito e agreste como aquele, era preciso um levantamento rigoroso das potencialidades naturais e econômicas dos locais:

Aliado a esse interesse, não se deve perder de vista que os recentes tratados de limites assinados pelas duas coroas ibéricas exigiam de Portugal a necessária ocupação dos territórios fronteiriços conquistados de Espanha, requisito essencial para a efetiva incorporação destes à América Portuguesa, atendendo ao princípio de *uti possidetis*, que rezava nos tratados de Madri e de Santo Ildefonso. (COSTA, 2001, p. 995).

Coube, então, a Alexandre Rodrigues Ferreira a tarefa de comandar a primeira expedição de caráter filosófico-científico pela América Portuguesa. A livre circulação de estrangeiros era proibida no território colonial, por isso a possibilidade de ter as regiões brasileiras estudadas por cientistas de outros países foi possível no século XIX, após a Abertura dos Portos. Quaisquer estrangeiros que porventura estiveram no país antes do XIX, estavam sob auspício da Coroa Portuguesa, ou transitavam de forma clandestina na colônia.

A *Viagem Filosófica* de Rodrigues Ferreira teve caráter oficial, “inteiramente organizada, dirigida e financiada pelo Estado lusitano já no período pós-pombalino, com a finalidade de explorar as riquezas no interior do território colonial, principalmente do Brasil” (COSTA, 2001, p. 991). Dessa maneira, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira coletou uma tal sorte de materiais e impressões que poderíamos utilizá-los das mais diversas formas. Por que então a razão de escolher essa expedição para dissertar sobre?

A justificativa da escolha é clara: a *Viagem Filosófica* não teve seu material tratado por quem a concebeu. O material recolhido por tal empreendimento sofreu um processo de desorganização, perdendo a chance de ser trabalhado nas suas intenções primeiras, como ressalta José Seixas Lourenço (1983, p.9), diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi:

O que poderia ter constituído a grande contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira à ciência de seu tempo, sobre a natureza amazônica, permaneceu ignorado dos grandes centros científicos da Europa, uma vez que o governo português não publicou os resultados da viagem que, sob seus auspícios, o sábio brasileiro empreendera. (apud FREITAG-ROUANET, 2013, p. 49).

Restou um gigantesco acervo dessa expedição, que, durante esses mais de dois séculos, foram pesquisados de inúmeras formas e por inúmeras disciplinas, incluindo a arquitetura, mas não na mesma proporção de outros ramos do conhecimento, como a zoologia, botânica e antropologia, por exemplo. Nesse sentido, a presente dissertação pretende contribuir ao eleger as imagens e relatos relativos à arquitetura, ao urbanismo e a cultura material dos núcleos urbanos e fortalezas como objeto de estudo.

Parte-se do pressuposto que a análise desses documentos pode fornecer informações importantes sobre a ocupação de tais regiões:

(...) as representações da *Viagem Filosófica* são resultado de um processo coletivo de investigação natural e geográfica, associado a um projeto de urbanismo visando a ocupação territorial, legitimada através da cartografia, da construção de fortificações, do planejamento de vilas em locais estratégicos e de reformas urbanas. (PATACA, 2015, p. 34).

Nossas principais fontes são, portanto, os textos e a iconografia da expedição de Rodrigues Ferreira. A expedição possui grande quantidade de documento, tanto como memórias, diários e outros materiais. Da parte iconográfica legada por

Alexandre Rodrigues Ferreira conhecemos dois desenhistas responsáveis pelas representações, José Joaquim Freire e José Codina, que produziram desde prospectos de vilas a ilustrações etnográficas, representações fortemente calcadas nos modelos ensinados na Universidade de Coimbra e em outras instituições portuguesas da época, como bem demonstra Ermelinda Pataca (2015) em sua tese de Livre-Docência.

Formado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, foi o mentor e orquestrador desta viagem o naturalista italiano Domenico Vandelli, responsável por organizar inúmeras viagens filosóficas em outras localidades do Império Português: “*um vasto projeto elaborado por Domingos Vandelli (1735-1816) de produzir a **História Natural das Colônias**, baseado num amplo levantamento dos produtos naturais das colônias portuguesas, estabelecidas na América, na África e na Ásia.*” (Pataca, 2015, pg.41). Vandelli se alinhava com um entendimento científico do mundo natural do sueco Lineu, com o qual mantinha uma troca de correspondência. Pode-se inferir que o método utilizado pelo baiano Rodrigues Ferreira estava calcado nas bases estipuladas por uma sistemática lineana, como argumenta Ana Maria Belluzzo em O Brasil dos Viajantes:

No tocante à iconografia realizada no ciclo das expedições científicas que percorrem o Brasil, os preceitos de Lineu incidem sobre a mentalidade da geração de brasileiros formada em Portugal, que responde às encomendas de Portugal: desenhistas da Viagem Filosófica, nas expedições do frei Veloso e de Arruda Câmara. Imprimem-se também em desenhos realizados a partir da expedição Cook, viagem de circunavegação, patrocinada pela coroa inglesa. (BELLUZZO, 1994, p. 18).

O plano desenhado por Vandelli das *Viagens Filosóficas* envolveria a ida para outras regiões do império português<sup>1</sup>, mas a expedição que mais demandou preparo e recursos foi, com certeza, a de Alexandre Rodrigues Ferreira. O interesse da Coroa e a importância do Brasil para Portugal ficou latente na quantidade de material e informações recolhidos pelo naturalista, e seus ajudantes, na colônia. Ferreira fora auxiliado diretamente por dois desenhistas riscadores, José Joaquim Freire e Joaquim

---

<sup>1</sup> Foram feitas viagens para outras colônias: Angola, sob o comando do naturalista Joaquim José da Silva, acompanhado pelo desenhista italiano Ângelo Donati; Bahia, Moçambique e Goa por Manoel Galvão da Silva e Cabo Verde por João da Silva Feijó. Outras *Viagens Filosóficas* menores também foram feitas no reino e nas colônias, conforme nos apresenta a tese de livre-docência de Ermelinda Pataca (2015).

José Codina, bem como um jardineiro-botânico, Agostinho Joaquim do Cabo<sup>2</sup>. O interesse do Estado português nas *Viagens Filosóficas* era de primeira ordem, tanto que Ferreira possuía designações expressas de Martinho de Melo e Castro, bem como recebeu na colônia a devida atenção por parte dos capitães-generais e governadores<sup>3</sup>, a exemplo de quando esteve na capitania de Mato Grosso e Cuiabá:

É no centro administrativo da capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade, que Alexandre Rodrigues Ferreira o irá encontrar durante o percurso filosófico pela Amazônia, chegando ali a utilizar os préstimos da especializada biblioteca particular do Governador (Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres). (BRIGOLA, 2003, p. 336)

Entre as recomendações feitas por Vandelli aos naturalistas viajantes estava a observação de culturas agrícolas nas colônias, bem como a inserção de novas espécies e técnicas, trabalhando, assim, para uma possível diversificação das produções coloniais. As intenções eram explícitas e estavam em diálogo com as vontades dos administradores coloniais:

Alexandre Rodrigues Ferreira, durante sua Viagem Filosófica ao Pará, concentrou-se em vários temas concernentes à filosofia natural, visando o desenvolvimento econômico e assegurar a implementação das políticas coloniais traçadas no período. Em consonância com o pensamento fisiocrático setecentista, temática abordada com maior ênfase nas reflexões do naturalista foi a agricultura, expressa nas instruções de viagem, nas correspondências, nas memórias, nos diários de viagem e na iconografia. (PATACA, 2015, p. 193)

A simples conferência dos dados levantados por Alexandre Rodrigues Ferreira deixa explícito a maneira como se utilizava dos esquemas científicos em voga na sua época. Mas a leitura do farto material do baiano permite também vislumbrar paisagens naturais, materiais e humanas do território colonial de então.

Apesar, de certa maneira, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira ter sido concluída, o naturalista não pôde, quando de volta a Portugal, se dedicar com afinco à análise da imensidão de dados colhidos em campo. Suas habilidades foram requeridas para cumprir outras funções burocráticas no aparelho estatal português, ficando o imenso material não catalogado por aquele que se incumbiu de colher.

---

<sup>2</sup> Pouco foi escrito com profundidade sobre os auxiliares de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua viagem ao Brasil, mas destaca-se o importante estudo do historiador Miguel Figueira de Faria (2001), que faz um levantamento pormenorizado da vida de um dos riscadores da expedição, José Joaquim Freire.

<sup>3</sup> Há pontos bastante interessantes das relações traçadas entre o naturalista Ferreira com os políticos da colônia, que também estavam inseridos no circuito de trocas e envio de itens de história natural. Vandelli mesmo mantinha contato com representantes portugueses no Brasil, como o governador e capitão-general do Mato Grosso e Cuiabá, Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres, que era também um coletor e colecionador de itens de história natural.

Do conjunto documental, para além das descrições da fauna e flora já bastante estudadas, sobressai o ineditismo da descrição de algumas localidades por Rodrigues Ferreira no âmbito de farta iconografia urbana, bem como de algumas nações indígenas cujos únicos registros são de Rodrigues Ferreira.

Em se tratando de um material disperso, a não-uniformidade do corpo documental exige uma organização para futura apreciação, ponto de partida da presente dissertação.

Se nos debruçarmos sobre os estudos que foram feitos sobre a Viagem Filosófica, podemos identificar comportamentos semelhantes quanto ao trato do material da expedição. Os estudiosos se valeram do material colhido por Alexandre Rodrigues Ferreira para corroborar e trazer o documento para o que fosse útil a suas teses e trabalhos, fossem de história, antropologia, zoologia, etc. Tomemos o exemplo de dois historiadores, Arthur Cezar Ferreira Reis (1940), amazonense, e Virgílio Correia Filho (1939), mato-grossense, que tiveram sua produção concentrada na primeira metade do XX e utilizaram a obra de Rodrigues Ferreira para auxiliá-los documentalmente nos estudos históricos que faziam sobre seus estados e regiões. Virgílio Correia escrevera o livro *“Alexandre Rodrigues Ferreira: Vida e obra do grande naturalista brasileiro”* (1939), que a despeito de informações relevantes sobre a biografia do naturalista, não se prende à materialidade do acervo e da iconografia da expedição, algo que talvez não fosse possível à época. O mesmo podemos dizer do tratamento dado por Ferreira Reis, se utilizando da documentação para pensar sua região e arredores, no caso o estado do Amazonas, no livro *“A política de Portugal no vale do Amazonas”* (1940), no qual Alexandre Rodrigues Ferreira integra o corpo documental, mas a iconografia do naturalista não é objeto de estudo em si, tampouco são analisados aspectos da materialidade dos núcleos urbanos.

Podemos citar outras iniciativas, como do intelectual Almir de Andrade, que em seu livro *“Formação da sociologia brasileira”* (1941) dedicará espaço relevante à Alexandre Rodrigues Ferreira como um dos pioneiros do pensamento científico brasileiro. Por sua vez, a antropóloga Thekla Hartmann (1975), em seus estudos sobre o material etnológico da expedição de Ferreira, põe luz na importância do estudo iconográfico para compreender aspectos culturais dos indígenas retratados, sem aprofundar-se na materialidade dos núcleos. Também Dante Martins Teixeira (1992), co-orientador de nossa dissertação de mestrado, concentra-se em analisar aspectos zoológicos da expedição.

Nesse sentido, nota-se que o material visual da expedição se prestou a abordagens históricas, antropológicas, etnográficas e sobre a fauna e flora no âmbito de diferentes interesses disciplinares, sem, contudo, ler-se a iconografia e os relatos na chave da Cultura Material, como fonte visual e suporte documental para compreensão de aspectos materiais da vida cotidiana e das estruturas urbanas.

A dissertação de Ermelinda Pataca, “*Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira*” (2001), faz um levantamento muito completo de como a historiografia se utilizou do material da expedição e das possibilidades que o corpo documental enseja para estudos futuros: “*Apesar da Viagem Philosophica ter sido amplamente estudada por diversos autores, inclusive destes recentes estudos sobre iconografia, ainda há muito a ser estudado*” (PATACA, 2001, p. 225), lacuna a ser contemplada na presente dissertação que tem como principal objetivo explorar o material iconográfico e os relatos relativos aos núcleos urbanos produzidos pela expedição de Rodrigues Ferreira para estudo da arquitetura e da cultura material das regiões exploradas pela *Viagem Filosófica*.

O acervo espalhado da *Viagem Filosófica* de Rodrigues Ferreira necessita de cuidados metodológicos de cotejamento das passagens das **Memórias**, **Diários** com a iconografia, sobretudo porque os primeiros foram escritos por Alexandre Rodrigues Ferreira e as imagens produzidas por Freire e Codina.

Iniciativas anteriores abriram caminho para o possível aprofundamento do estudo da iconografia urbana da *Viagem Filosófica*, com especial ênfase para os livros *O Brasil dos Viajantes* (1994) de Ana Maria Moraes Belluzzo e *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* (2001) de Nestor Goulart Reis Filho. Malgrado tenham publicado uma série de vistas urbanas então inéditas, pouco se debruçaram no detalhamento dessas imagens em termos de cultura material, tampouco realizando o cotejamento necessário entre relatos (memórias e diários) e iconografia, propósito da presente dissertação de mestrado.



## ALGUMAS LINHAS INTRODUTÓRIAS

O trabalho se insere em um contexto que propicia esse exercício, seja em relação à própria *Viagem Filosófica*, como na discussão acerca da história da urbanização. Os estudos chave do professor Nestor Goulart Reis Filho (2000, 2001) norteiam essa dissertação nesse sentido. Nos valemos também das análises de Ulpiano Bezerra de Meneses (1996, 2002) acerca da iconografia urbana e de cultura material, bem como os estudos Renata Malcher Araújo (1998, 2001) sobre a urbanização na região amazônica no período do XVIII. De Beatriz Bueno (2011, 2021) nos valemos do grupo de pesquisa *Arqueologia da Paisagem* (CNPq) que propiciou o relacionamento com o conceito em si, bem como o contato com diversos outros trabalhos que dialogam com as iniciativas da presente dissertação.

Esse conceito de *Arqueologia da Paisagem* segue sendo fundamental no que se refere ao trato entre as diferentes tipologias documentais e o que se pode depreender da leitura da paisagem através desse conjunto de olhares:

Os estudos têm como denominador comum a eleição de recortes espaciais e temporais mais alargados, que em geral fogem das circunscrições políticas dos estados atuais em busca de territorialidades mais pertinentes às temporalidades em questão. Além disso, quase todos adotam a perspectiva da paisagem cultural e exploram uma base cartográfica comum, a Nova Lusitânia. (BUENO; BARRETO; DIAS, 2021, p. 4).

Dos diversos trabalhos que caminham para esse entendimento e ampliação dos estudos de urbanismo e urbanização no Brasil indicamos os que foram essenciais para consolidar o presente trabalho: Rubens Gianesella (2008), Diogo Borsoi (2013), Damião Esdras (2017), Nathália Diniz (2013), Marcio Cârvalho (2020), Allan Kato (2017), Nádia Moura (2018). Essas discussões nortearam a dissertação e ficam explícitas nos resultados obtidos, guiando o trabalho na coleta de dados e nas singelas conclusões. O tema da dissertação, em especial destaque para a sua ligação com a discussão em história da urbanização e cultura material, relaciona-se com esse embasamento.

Sobre a *Viagem Filosófica* em si, é necessário fazer a indicação das frentes de trabalho que se debruçaram sobre o tema, dos diversos campos do conhecimento. Nesse caso será necessário citar os estudos básicos feitos acerca do tema, sejam os iniciais, mais de caráter biográfico e de história social, Virgílio Correia Filho (1939), Glória Marly Fontes (1966), como os levantamentos documentais e reunião dos

arquivos (primeiras iniciativas de reunião e publicação da obra de Ferreira para um público mais amplo, em especial às iconografias existentes em diferentes acervos em Portugal e no Brasil). As iniciativas do Conselho Federal de Cultura (1971) (por Arthur Cezar Ferreira Reis e José Candido de Melo Carvalho) e de Edgard Cerqueira Falcão (1972). Não haveria o que acrescentar no âmbito de uma dissertação, onde a discussão fica restrita a um tema muito mais circunscrito e direcionado.

A esses pioneiros no campo da *Viagem Filosófica* se acrescentarão os estudos e trabalhos diversos que foram extremamente importantes na compreensão do tema e nas abordagens feitas em várias áreas do conhecimento, a saber:

- Em **antropologia**, com o trabalho de Tekla Hartmann (FERREIRA, 2005) acerca da dimensão material existente no acervo recolhido pelo naturalista, com destaque para o seu estudo comparativo feito entre o acervo físico e de objetos recolhidos por Alexandre Rodrigues Ferreira (guardado no Museu de Coimbra) com as iconografias produzidas acerca desse material. Também destaque para o estudo de Nádia Farage, que possibilitou entender como a documentação da *Viagem Filosófica* foi capaz de fornecer elementos para a compreensão desse processo de embate entre populações indígenas e os colonizadores europeus na bacia do rio Branco

- **História da ciência** com as indicações feitas por João Brígola (2003);

- **História da arte** com o estudo feito pelo professor Miguel Figueira de Faria (2001), com destaque para a reconstituição da biografia de um dos riscadores da expedição, José Joaquim Freire, esse estudo possibilitou que se entendesse o processo de feitura das iconografias bem como a dinâmica em que estavam inseridas essa produção, seu caminho entre Metrópole e Colônia;

- Estudos e indicações acerca do ***Diretório dos Índios***, que possibilitaram entender as dimensões da força de trabalho indígena pela bacia, o que ajudou a ampliar os questionamentos acerca do papel das populações originárias ao longo da expedição de Ferreira, em destaque para os trabalhos de Ângela Domingues (2000), Mauro César Coelho (2005), Rita Heloísa de Almeida (1997);

- Da **cartografia histórica** da região e dos fundamentos metodológicos Isa Adonias (1993);

- Os trabalhos diversos de Ermelinda Pataca (2015), que talvez sejam os que mais amplamente se dedicaram ao tema das *Viagens Filosóficas* em si, conseguindo abordar transversalmente diversos temas e especificidades da expedição.

Além dessa ampla discussão sobre o tema em diversas frentes, foi possível contar com uma coleção já publicada da maior parte dos documentos produzidos pela expedição de Ferreira. Somada às iniciativas do Conselho Federal de Cultura e do professor Edgard Cerqueira Falcão, os documentos da *Viagem Filosófica* tiveram nova iniciativa editorial, organizada por José Paulo Monteiro Soares e Cristina Ferrão. Essa compilação documental permitiu vislumbrar em série a produção iconográfica. Além da vantagem explícita de iniciativas de democratização do acesso a documentos digitalizados, em especial ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que permitiu uma otimização do material, um dos pontos essenciais.

Em mãos desses dados e informações foi possível coligir e pensar na possibilidade de mapear e georreferenciar as imagens e iconografias produzidas ao longo da *Viagem Filosófica*. Iniciativas como *Atlas Digital da América-Lusa* (Laboratório de História Social - UnB) e *Atlas dos Viajantes no Brasil* (Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin BBM-USP) e de estudos de georreferenciamento das viagens filosóficas (FRANCO & PATACA, 2014), foram essenciais para se espelhar e dialogar na busca dos resultados.

A aplicação dos levantamentos e a espacialização e georreferenciamento. Aqui seria o ponto primeiro dos trabalhos iniciados pela dissertação, que foi inserir sobre uma base digital georreferenciada os documentos da *Viagem Filosófica*. O trabalho consistiu em fazer o levantamento das localidades e acoplá-las à base, quando muitas vezes não foi possível identificar nos mapeamentos atuais uma série de núcleos indicados por Ferreira. Para isso se serviu de levantamentos históricos e geográficos que permitissem associar o documento produzido pela expedição de Ferreira a um ponto georreferenciado o mais próximo possível do que se indicava. É o caso de lugares, vilas e povoados que já não constam no território atual, a exemplo do lugar de Lamalonga, Moreira, na bacia do Rio Negro. Atualmente nessas localidades não perduram visíveis as estruturas descritas por Ferreira.

Após a espacialização dessas informações foi feito um passo importante para a compreensão da dinâmica do processo de ocupação e urbanização da bacia amazônica em finais do século XVIII. A utilização de uma base cartográfica histórica, em destaque a carta da *Nova Lusitânia*, permitiu que dialogassem mais intimamente com os documentos produzidos por Ferreira. Aqui será preciso explicitar as relações entre a carta e a expedição em si, a relação do mapa com Freire, partícipe dos trabalhos de manufatura da carta posteriormente em Portugal.

Auxiliado pela carta da *Nova Lusitânia* se acresceram mais algumas fontes primárias que serviram para cotejarmos o aspecto da urbanização e dinâmica da ocupação dos territórios perpassados por Ferreira. A indicar: o roteiro do frei José Monteiro de Noronha (1862), os diários do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1825), o roteiro corográfico de do tenente-coronel João Vasco Manuel de Braun<sup>4</sup> (1849). Ferreira dialoga diretamente com essas informações, valendo-se delas para constituir o seu roteiro descritivo das capitânicas por que passa (PATACA, 2015). Pela parte da iconografia ficará expressa os prospectos produzidos pelo cartógrafo André João Schwebel<sup>5</sup> (1756), que por muitos momentos nos colocará a possibilidade de perceber as sincronias e diacronias existentes entre os prospectos e iconografias produzidos pelos riscadores da *Viagem Filosófica* de Ferreira.

O exercício de espacialização sobre a cartografia histórica, com o auxílio de documentação escrita, seja de Ferreira como de quase contemporâneos seus, vai de encontro na relação imagem-texto (Pataca, 2015), indicada como forma de dar corpo interpretativo a uma documentação que por muitas vezes se encontra dispersa e não unificada.

A dissertação se prestará a indicar esse exercício de leitura conjunta entre imagem-texto, e sua consequente espacialização, nos documentos produzidos por Ferreira ao longo da primeira metade de sua *Viagem*, a ser específico: da sua chegada a cidade de Belém, passando pelas incursões feitas à Ilha de Joannes ou Marajó, à vila de Cameté e aos trechos indicados na sua viagem até a vila capital de Barcelos, na capitania de São José do Rio Negro. Aí Ferreira circulará pela rede urbana criada em meados do XVIII, e se adentrará na hidrografia pelas bacias do rio Negro e Branco, bem como de seus afluentes. A dissertação decidiu focar nesse primeiro trecho da viagem, a fim de não se apresentar cansativa e repetitiva a estratégia, bem como de não tornar mais generalista ainda esse exercício prático. Os trechos e iconografias produzidas por Ferreira acerca da bacia do rio Madeira e das Capitânicas de Mato Grosso e Cuiabá aguardam oportunidade posterior para aprofundamento. No momento resta apresentar os resultados da aplicação da metodologia proposta no que

---

<sup>4</sup> “Viterbo faz um longo relato sobre este engenheiro, natural de Estremoz e filho de outro engenheiro”. (Araújo, 1998, p. 322)

<sup>5</sup> O artigo de Carlos Oberacker (1972) nos apresenta um pouco da trajetória de André João Schwebel, apesar do mesmo não possuir extensos trabalhos sobre sua figura.

se refere aos trechos compreendidos por essa primeira dita parte da *Viagem Filosófica*.

O resultado, a ser indicado nesta introdução, denota o caráter prático do presente trabalho, que se debruçou mais em tornar viável essa espacialização e mapeamento das imagens de um urbano existentes na *Viagem Filosófica*, bem como ressaltar alguns aspectos interessantes acerca do que se depreende do urbanismo e da arquitetura nessas imagens, bem como destacando e espacializando algumas informações que não se dispõem graficamente na própria documentação. O trabalho visa contribuir e executar um trabalho mecânico de coadunar as informações documentais com seus relativos gráficos. Um futuro trabalho de depuração sobre o processo e sobre os questionamentos dele ficam à espera.

## CAPÍTULO I - ESPACIALIZANDO A VIAGEM FILOSÓFICA DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA: SIG HISTÓRICO, GEORREFERENCIAMENTO E ENTRECruzAMENTO DE FONTES

### 1.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DAS ICONOGRAFIAS

A primeira etapa do presente trabalho consistiu em levantar a bibliografia que havia sido publicada e que se referia à *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. O foco sempre foi nas obras publicadas e editadas que apresentassem as iconografias produzidas pelos membros da expedição, mas também houve um esforço para levantar o material crítico referente a esses trabalhos, em especial as pesquisas mais atuais em relação ao tema, nas mais diversas áreas de conhecimento, da história da arte à zoologia.

A organização desse material levou em conta a ordem cronológica das edições, buscando entender e interpretar essas coletâneas de maneira temporal e analisar se havia uma relação ou continuidade entre as diversas iniciativas ao longo do tempo. Isso permitiu vislumbrar até que ponto tais publicações preenchiam as lacunas dos trabalhos e pesquisas anteriores, e se havia um esforço de ampliar os entendimentos que se tinha sobre tal documentação<sup>6</sup>. As iniciativas descritas a seguir, expressam um esforço institucional que antecede em pelo menos duas décadas as primeira grandes publicações a cores das iconografias da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Os primeiros projetos editoriais relevantes para a presente dissertação foram as coleções lançadas na década de 1970, sob iniciativa do professor Edgard de Cerqueira Falcão (**Fig. 01**), publicando as iconografias em pranchas soltas e individuais, editadas pela *Gráficos Brunner*, no ano de 1970<sup>7</sup>. A publicação é descrita como Volume 1, mas não se encontraram outros tomos, sendo pouco provável que existam, já que a bibliografia especializada não faz menção à continuação dos trabalhos. O segundo grande conjunto de iconografias publicadas, em volumes

---

<sup>6</sup> Acreditamos que a iniciativa organizada por José Honório Rodrigues, enquanto *Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, tenha sido fundamental para a publicação desses documentos, como bem expressada pelo historiador em sua “*explicação*” nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 72, no ano de 1952. Havia, desde 1949, um projeto de lei no Congresso Nacional que visava a captação de recursos para a publicação e organização dos documentos da *Viagem Filosófica* de Ferreira.

<sup>7</sup> Esse projeto apresenta 73 gravuras do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na sua maior parte com 27cm por 37cm, com exceção da *Vista Panorâmica da cidade de Santa Maria do Belém do Pará (I)*, que tem um tamanho de 104cm por 37cm. A tiragem da edição é de três mil exemplares.

lançados no ano de 1971 (**Fig. 02**)<sup>8</sup>, foi organizado pelo professor do *Museu Nacional do Rio de Janeiro*, José Candido de Melo Carvalho<sup>9</sup>, tendo apoio também de Arthur Cezar Ferreira Reis (então presidente do Conselho Federal de Cultura).

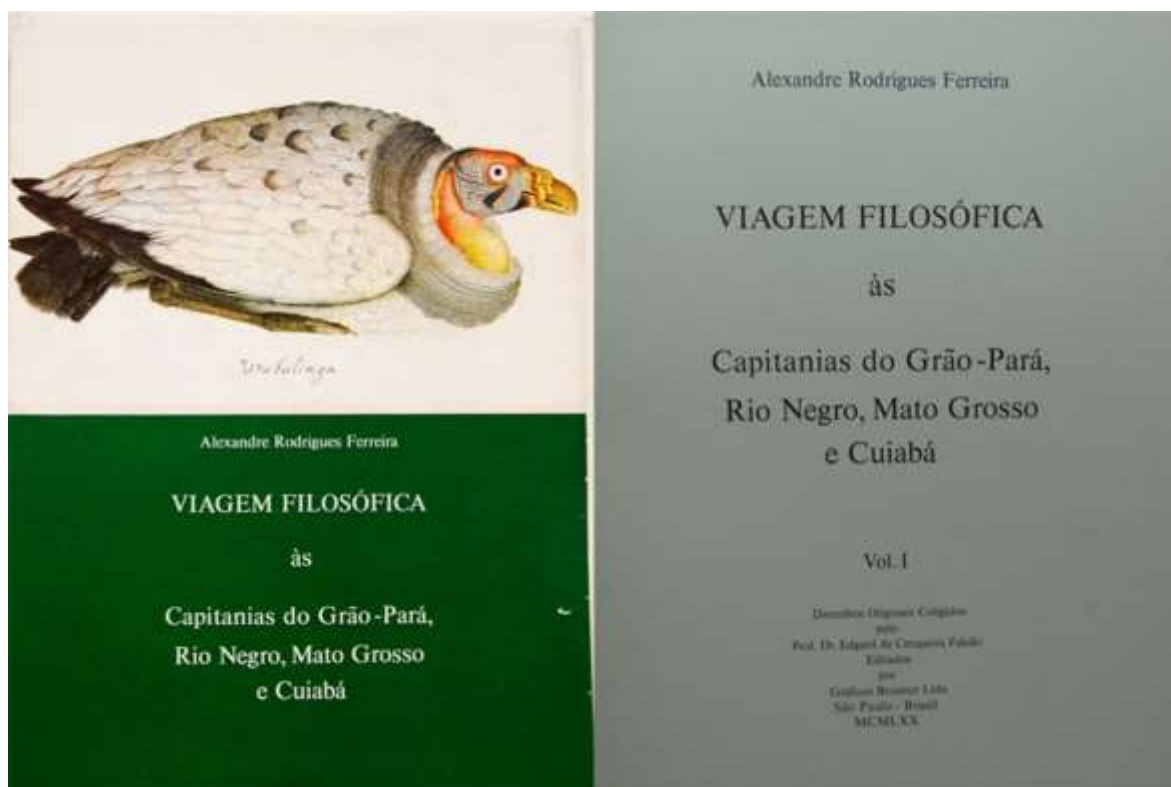


Figura 01 - Capa e folha de rosto da edição organizada pelo Prof. Dr. Edgard de Cerqueira Falcão, pela Gráficos Brunner, em 1970.

<sup>8</sup> Os trabalhos e iconografias organizados e publicados com o fomento do Conselho Federal de Cultura consistem em dois volumes, acondicionados em luvas especiais, de pranchas individuais no tamanho de 27cm por 37cm (com exceção do *Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará*, que tem 74cm por 27cm), provenientes do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O primeiro volume contém iconografias relacionadas à Geografia e Antropologia, num total de 98 pranchas ditas de *Geografia* e 42 ditas de *Antropologia*. O segundo volume apresenta iconografias sobre *Zoologia*, num total de 168 pranchas.

<sup>9</sup> Na introdução desses volumes, em texto do professor José Candido de Melo Carvalho é apresentado um breve percurso dessas iniciativas institucionais sobre a publicação das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira, e também são apresentados os nomes de outros estudiosos importantes nesses esforços como: João Ribeiro Mendes, George Agostinho da Silva e Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes. Esses parágrafos mostram que os trabalhos de publicação antecederam em algumas décadas os números publicados, esforço que fica despercebido quando nos deparamos com a obra pronta.

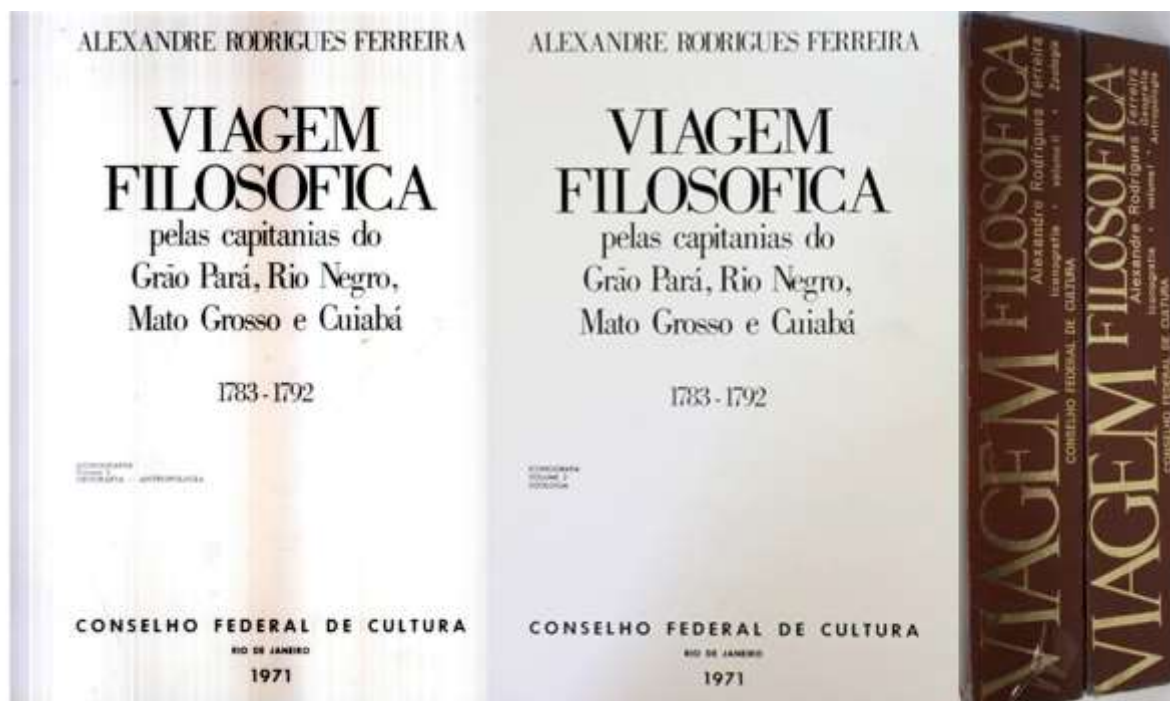


Figura 02 - Folhas de rosto e lombadas dos dois volumes, acondicionados em caixa especial, publicados pelo Conselho Federal de Cultura, ano de 1971, sob a organização dos professores Arthur Cezar Ferreira Reis e José Candido de Melo Carvalho

Trata-se de iniciativas pioneiras e primordiais, por coletar e trazer a público farto material, instigando novas investigações sobre uma temática ainda inexplorada. Cabe um adendo respeitoso, imaginando as dificuldades materiais que nortearam a feitura do trabalho, em termos de recursos editoriais e tecnológicos muito mais limitados no período, bem como a absoluta falta de estudos sobre o material que se apresentava diante dos pesquisadores. Decerto essas iniciativas editoriais do início dos anos de 1970 permitiram que a informação iconográfica referente à *Viagem Filosófica* fosse apresentada a um número maior de interessados, mesmo sabendo que tal material não seria de alcance amplo e popular, devido aos acabamentos especiais e custosos das edições. A publicação certamente permitiu que fosse apresentado para um público específico, como, por exemplo, pesquisadores e usuários de bibliotecas e arquivos públicos, tornando mais direto o contato com os documentos, sem a necessidade de deslocamento aos acervos e arquivos em busca dos originais.

Das iniciativas editoriais dos anos de 1970 partiu-se para o levantamento de publicações mais recentes da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, em especial a coleção *Viagem ao Brasil*, organizada pelos professores José Paulo Monteiro Soares



e Cristina Ferrão e editada pela Kapa Editorial<sup>10</sup>, a partir de 2002. A coleção tem caráter grandioso, a sua execução envolve uma releitura das iniciativas anteriores, como a do *Conselho Federal de Cultura*, no que diz respeito ao formato de apresentação, bem como se utiliza da ajuda de um grande número de profissionais, multidisciplinares, que versam sob os variados aspectos levantados pelo espólio documental da *Viagem Filosófica* de Rodrigues Ferreira. De historiadores da ciência, antropólogos, botânicos, zoólogos, arquitetos e historiadores, os textos que acompanham as edições buscam inserir os documentos em um contexto mais atualizado, pensando como esses materiais podem e foram utilizados por pesquisadores e acadêmicos.

A dificuldade maior foi justamente cotejar esses trabalhos, que contam com 7 tomos<sup>11</sup>, publicados entre 2002 e 2008. Foi preciso tentar entender a lógica dos volumes publicados, pois foram de suma importância na organização e cotejamento dos documentos existentes em outras plataformas, como no *site* da *Biblioteca Nacional* e do *Museu Nacional*, nos quais era possível localizar parte da documentação publicada em imagens digitalizadas em alta resolução. Os sete tomos apresentam uma grande variedade de documentos, de diferentes acervos, não só brasileiros<sup>12</sup>. Por se encontrarem fora de catálogo de venda, bem como na impossibilidade de adquiri-los diretamente da editora ou dos organizadores, a tarefa de encontrá-los foi bem-sucedida e possibilitou recoletar todos esses trabalhos produzidos pela Kapa Editorial (**Fig. 03**). Uma vez em mãos, foi possível fechar o circuito de materiais publicados em relação ao espólio documental e iconográfico da *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira, e se deparar com o panorama das coleções de finais do século XVIII.

---

<sup>10</sup> A coleção envolveu o patrocínio e fomento de diversas instituições, como o FINEP, Petrobrás, VITAE, Academia Brasileira de Ciências, bem como a contribuição de diversos estudiosos do tema, que já eram em número muito superior ao material que foi apresentado e preparado na década de 1970.

<sup>11</sup> Foram publicados sete tomos, mas existem 10 volumes-caixas, em específicos os tomos IV e VII, que apresentam edições especiais, brasileiras e portuguesas, mas cujo conteúdo não diferem, apenas nos acabamentos e ilustrações da caixa.

<sup>12</sup> A iniciativa da Kapa Editorial apresenta documentos provenientes também de Portugal, como: Museu Bocage, Academia das Ciências de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa e Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. E da França, do *Muséum national d'Histoire naturelle* e *Jardin des Plantes* de Paris. Também são apresentados documentos existentes do arquivo do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB).



Figura 03 - As publicações da Editorial Kapa, que consistem em sete tomos, acondicionados em dez volumes, já que há duplicidades nas publicações, como nos tomos IV e VII, que apresentam edições especiais, brasileiras e portuguesas, mas que consistem na mesma qualidade de documentos, não havendo diferenciação.

Seria importante notar como foram organizados esses documentos, pois a inserção desses em uma base georreferenciada dependeria do esgotamento das possibilidades documentais existentes, haja visto que o acervo da *Viagem Filosófica* foi separado em distintas instituições, e o próprio percurso dos documentos constitui trabalho importante já realizado por outros pesquisadores<sup>13</sup>. O trabalho da Kapa Editorial, realizado por vários profissionais, permite consolidar e vislumbrar essa dispersão do acervo, bem como nos apresenta, em forma publicada, alguns documentos inéditos que até então só eram possíveis de serem estudados nos arquivos *in loco*. É o caso do primeiro volume da série (2002), em que os professores Dante Martins Teixeira e Nelson Papavero reúnem e publicam às iconografias existentes no acervo do Museu Bocage de Lisboa. A publicação desse material abriu campo para o estudo comparativo e ao fechamento de um ciclo de pesquisas e iniciativas de democratização do material. Os documentos existentes nos acervos portugueses não se encontram disponibilizados digitalmente, ou ao menos não possuem livre acesso como por exemplo os da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e os volumes digitalizados do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Ainda que a maior parte desses documentos seja atualmente encontrada em formato digital, em alguns casos em alta resolução, foi importante fazer o levantamento das publicações justamente para compreender o estado em que a divulgação das iconografias das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira se encontrava. A reunião do material permitiu atentar criticamente para o modo como as imagens eram apresentadas e preparadas, e notar as modificações que se fizeram nos documentos, mesmo que com o intuito de uniformizar os desenhos para publicação. Dessa maneira foi interessante se debruçar sobre essas diferenças de abordagem que existem entre as iniciativas editoriais e os documentos brutos, pois de outra forma não seria possível, apenas pela observação do elemento publicado, distinguir os adendos e alterações nos documentos originais. A intenção é acoplar essas informações, como as alterações, à base de dados e aos elementos que serão inseridos na plataforma de georreferenciamento, mostrando assim como esses documentos e iconografias foram manipulados e utilizados pela historiografia.

---

<sup>13</sup> O percurso e retomada dos materiais é bem exemplificado por pesquisadores com Correa Filho (1939), Pataca (2015), descrevendo com minúcias a dispersão desse material, bem como as iniciativas do diplomata Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond na repatriação do material para instituições brasileiras.

## 1.2 ORGANIZAÇÃO QUALITATIVA DAS ICONOGRAFIAS

Após todo o levantamento da iconografia da *Viagem Filosófica*, tanto os documentos que foram publicados como os que foram digitalizados<sup>14</sup>, numa segunda etapa deu-se início à transposição das iconografias nas planilhas preparadas e categorizadas conforme a listagem apresentada abaixo. A ideia foi uniformizar as informações, de modo que pudessem ser comparadas e serem inseridas em uma base de acordo com parâmetros comuns, em prol de facilitar e identificar onde se encontravam, em que acervos, bem como espacializá-las segundo as localidades e regiões. A tarefa de organizar o material digitalizado foi semelhante ao feito com o material impresso e publicado, adequando as variáveis de categorização de acordo com a materialidade e dados disponíveis nas bases de dados dos respectivos acervos.

Foi necessário também coligir e organizar em planilhas os desenhos existentes no acervo do *Museu Nacional*, que se encontram digitalizados<sup>15</sup>, em grande parte exemplares copiados a partir dos originais de campo pelos desenhistas do *Real Jardim Botânico da Ajuda* em Lisboa, conforme discutido pelos professores Miguel Faria (2001) e Ermelinda Pataca (2014) em diversos trabalhos. O acesso fortuito a esse material, já que as buscas no acervo do *Museu Nacional* foram inviabilizadas pelo incêndio ocorrido em 2018, permitiu ampliar o escopo das iconografias a serem trabalhadas na presente dissertação, bem como servir parâmetro comparativo na base de dados especializada dos documentos no *Google Earth*.

---

<sup>14</sup> No acervo digitalizado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro são disponibilizadas 1167 imagens em alta resolução, o que ultrapassa em muito as iniciativas editoriais anteriores e atuais, com destaque para a digitalização dos desenhos de botânica, que até então não foram publicados na sua totalidade.

<sup>15</sup> No caso das iconografias do *Museu Nacional do Rio de Janeiro* possuímos os exemplares digitalizados, mas que não passaram por um processamento de dados, nem da alocação em uma plataforma, como feito na *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, onde cada iconografia recebe a atenção e uma descrição mais pormenorizada. As obras do Museu Nacional constam digitalizadas, mas não discriminadas iconografia por iconografia, apenas temos as informações do conjunto/volume, no total são 569 desenhos. Há também problemas referente a esses desenhos, pois os volumes sofreram subtrações criminosas.

título/nome	identificação	tipo	tipologia	tema	área de interesse	capitania	local	bacia hidrográfica	autoria	data
Frontispício – Desenhos de Gentios, Animais Quadrúpedes, Aves, Amphibios, Peixes e Insectos, Prospectos de Cidades, Villas, Lugares, Povoações, Fortalezas, Edifícios.	Códice 211.2									
Frontispício Alegórico da Viagem Filosófica, no qual supostamente Alexandre Rodrigues Ferreira, aponta o mapa do Rio das Amazonas, Madeira, Branco e Negro		Frontispício	desenho	geografia	história					
Vista Panorâmica da cidade de Santa Maria do Belém do Pará. 20 de maio de 1784 (1)	nº 1	Prospecto	desenho	geografia	paisagem natural	Grão-Pará	Pará	Amazonas		20/05/1784
Planta Geral da cidade do Pará em 1791 (3)	nº 2	Planta	desenho	geografia	cartografia	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Theodosto Constantino de Chermont	XX/XX/1791
Planta da antiga cidade do Pará (2))	nº 3	Planta	desenho	geografia	cartografia	Grão-Pará	Pará	Amazonas		
Igreja e Praça das Mercês e frontispício da igreja de N. S. Das Mercês, mandado fazer pelo Governador D. Francisco de Souza Coutinho (5)	nº 4	Vista	desenho	geografia	paisagem urbana	Grão-Pará	Pará	Amazonas		
Prospecto da Praça do Pelourinho, mandado fazer pelo Governador D. Francisco de Souza Coutinho (4)	nº 5	Vista	desenho	geografia	paisagem urbana	Grão-Pará	Pará	Amazonas		
Prospecto da frontaria da igreja da Sé - Codina (6)	nº 6	Prospecto	desenho	geografia	paisagem urbana	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Codina	
Prospecto da frontaria da igreja dos carmelitas descalços - Codina (13)	nº 7	Prospecto	desenho	geografia	paisagem urbana	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Codina	
Retábulo da capela-mor da Igreja Catedral da cidade de Belém do Pará (7)	nº 8	Vista	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
Frontaria da Igreja Matriz de Santa Ana de Belém do Pará (8)	nº 9	Vista	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
Planta da Igreja de Santa Ana (12)	nº 10	Planta	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
Espacato do interior da igreja matriz de santa Ana - Landi (9)	nº 11	Espacato	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
Espacato do retábulo da capela-mor da igreja matriz de Santa Ana - Landi (10)	nº 12	Espacato	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
Sacrário da capela-mor da Matriz de Santa Ana (11)	nº 13	Vista	desenho	geografia	cultura material	Grão-Pará	Pará	Amazonas	Landi	
descrição	publicação/referência								localização em acervo	
Os desenhos são cópias de originais do Real Jardim Botânico, parece que sob auspício do naturalista	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(I) - Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará. De 20 de Mayo de 1784. O fortunati,	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(III) - Plano Geral da Cidade do Pará. Em 1791	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(II)	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(V)	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(IV) - Prospecto da nova Praça do Pelourinho mandada fazer pelo Gov.or e Capim. General D. Francisco de	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(VI) - Prospecto da Frontaria da Igreja da Sé	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(XIII) - 1. Prospecto da Frontaria da Igreja dos Carmelitas Descalços. 2. Orden terceira	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(VII) - Retábulo da Capella mor da Igreja Cathedral da Cidade do Pará. Inventou-a gratis o Capitão Antonio	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(VIII) - Frontaria da Igreja Matriz de S. Anna da Cidade do Pará. Inventou-a (gratis) o Capitão Antonio	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(XII) - Planta da Igreja Matriz de S. Anna. Inventou-a (gratis) o Capitão Antonio Joseph Landi. Architecto	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(IX) - Espacato do interior da Igreja Matriz de S. Anna. Inventou-o (gratis) o Capitão Antonio Joseph	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(X) - Espacato, pelo qual se vê o Retábulo da Capella-mor da Igreja Matriz de S. Anna. Inventou-o (gratis) o	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	
(XI) - Sacrario da Capella-mor da Igreja Matriz de S. Anna. Inventou-o (gratis) o Capitão Antonio Joseph	FERREIRA, Alexandre Rodrigues. <i>Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá</i> . Volume 1: Geografia - Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.								Biblioteca Nacional Rio de Janeiro	

Figura 04 – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

identificação base de dados BN				título/nome			
FREIRE, José Joaquim. <b>Prospecto da frontaria da Igreja Matriz, e casa da residência da Vila de Monte Alegre.</b> [S.l.: s.n.], 1785. 1 desenho, aquarela, col, imagem 29,0 x 14,5 cm em f. 34,5 x 24,0 cm.				<b>Prospecto da frontaria da Igreja Matriz, e casa da residência da Vila de Monte Alegre.</b>			
CODINA, Joaquim José. <b>Prospecto das casas da Vila de Oeiras, que se acha situada na margem setentorial do Rio Araticú, 2 léguas acima da sua foz.</b> [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col, imagem 26,5 x 17,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm.				<b>Prospecto das casas da Vila de Oeiras, que se acha situada na margem setentorial do Rio Araticú, 2 léguas acima da sua foz.</b>			
FREIRE, José Joaquim. <b>Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias.</b> [S.l.: s.n.], 1785. 1 desenho, aquarela, col, imagem 27,0 x 17,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm.				<b>Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias.</b>			
FREIRE, José Joaquim. <b>Prospecto da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joannes.</b> [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col, imagem 33,5 x 18,5 cm em f. 35,0 x 24,0 cm.				<b>Prospecto da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joannes.</b>			
PLANTA do octógono erigido pelo mesmo autor, para servir de Casa de Conferência aos dois plenipotenciários. N. III. [S.l.: s.n.], [17--]. 1 desenho, aquarela, col, imagem 30,0 x 20,5 cm em f. 34,5 x 22,5 cm.				<b>PLANTA do octógono erigido pelo mesmo autor, para servir de Casa de Conferência aos dois plenipotenciários. N. III.</b>			
CODINA, Joaquim José. <b>Alçado da frente do referido octógono. N.IV.</b> [S.l.: s.n.], 1788. 1 desenho, nanquim, p&b, imagem 30,0 x 20,5 cm em f. 34,5 x 22,5 cm.				<b>Alçado da frente do referido octógono. N.IV.</b>			
CODINA, Joaquim José. <b>Prospecto do tear que fazem as suas redes mais delicadas as índias da vila de Monte Alegre.</b> [S.l.: s.n.], 1785. 1 desenho, aquarela, col, imagem 26,5 x 17,0 cm em f. 34,5 x 24,0 cm.				<b>Prospecto do tear que fazem as suas redes mais delicadas as índias da vila de Monte Alegre.</b>			
PROSPECTO do Quartel da Tropa da Guarnição da Vila de Barcelos, mandado erigir pelo Ilm <sup>o</sup> e Exm <sup>o</sup> Snr. João Pereira Caldas, no tempo do seu governo, e feito executar pelo Snr. Joaquim Tinoco Valente, governador que foi da capitania de S. José do Rio Negro. Principiou-se no ano				<b>PROSPECTO do Quartel da Tropa da Guarnição da Vila de Barcelos, mandado erigir pelo Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. João Pereira Caldas,</b>			
FREIRE, José Joaquim. <b>Prospecto da povoação de S. Joaquim do Cuané dentro da foz, e na margem austral do rio Uaupés.</b> [S.l.: s.n.], 1785. 1 desenho, aquarela, col, imagem 32,5 x 15,5 cm em f. 34,5 x 24,5 cm.				<b>Prospecto da povoação de S. Joaquim do Cuané dentro da foz, e na margem austral do rio Uaupés.</b>			
PRIMEIRA planta, que fez o capitão Engenheiro Felipe Sturm, de ordem de S.Ex <sup>a</sup> o Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, plenipotenciário e principal comissário das Demarcações dos Reais Domínios da Parte do Norte: o qual se mandou fazer, de ordem de S. Mage.,				<b>PRIMEIRA planta, que fez o capitão Engenheiro Felipe Sturm, de ordem de S.Ex<sup>a</sup> o Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado,</b>			
localização original	tema	capitania	local	autoria	data texto	data	cor
MAP.I,4,01 n°014A - Manuscritos	paisagem	Grão-Pará	Monte Alegre	Freire			colorido
MAP.I,4,01 n°014B - Manuscritos	paisagem	Grão-Pará	Oeiras	Codina			colorido
MAP.I,4,01 n°014B - Manuscritos	cultura material	Grão-Pará	Monte Alegre	Freire	1785	XX/XX/1785	colorido
MAP.I,4,01 n°014C - Manuscritos	paisagem	Grão-Pará	Marajó	Freire			colorido
MAP.I,4,01 n°015B - Manuscritos	cultura material	Rio Negro	Barcelos				colorido
MAP.I,4,01 n°015C - Manuscritos	cultura material	Rio Negro	Barcelos	Codina	Barcelos, 13 de Abril de 1788	13/04/1788	p&b
MAP.I,4,01 n°016A - Manuscritos	antropologia	Grão-Pará	Monte Alegre	Codina			colorido
MAP.I,4,01 n°016B - Manuscritos	paisagem	Rio Negro	Barcelos				colorido
MAP.I,4,01 n°016C - Manuscritos	paisagem	Rio Negro	São Joaquim do Cuané	Freire	Em 27 de 8br <sup>o</sup> de 1785	27/10/1785	colorido
MAP.I,4,01 n°017A - Manuscritos	cultura material	Rio Negro	Barcelos				colorido

Figura 05 – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

As planilhas (**Fig. 04 a Fig. 06**) permitiram que se uniformizasse o tratamento das iconografias e outros documentos, bem como facilitaram a organização e a inserção dos dados na base georreferenciada *Google Earth*. Nas figuras apresentadas, foram escondidas algumas abas, que se encontravam não preenchidas, para que a visualização fosse otimizada no presente suporte. Estipulamos então elementos que caracterizassem e categorizassem o material, como:

- **título/nome**: quando havia indicação no desenho ou legenda, mesmo que posteriormente atribuída, pelos serviços de catalogação dos acervos, conforme metodologia apresentada por Teixeira & Papavero (2002), não cabendo fazer a distinção nesse momento do que era uma titulação/nomeação original ou *a posteriori*.
- **identificação**: comumente os códigos inseridos na organização do material por bibliotecários das diferentes instituições, como indicações de tomo e localização nos acervos.
- **tipo**: características referentes aos desenhos em si, se são prospectos, vistas, alçados, conforme indicação dos próprios riscadores ou do naturalista.
- **destinatário**: categoria que se aplicaria à correspondência, direta, indireta ou passiva, para se ter o controle mais exato de quem era o destinatário do documento, pois são muitos os exemplos de documentos e iconografias com tais tipos de indicação, o que facilita e amplia a noção que temos da rede relacionada à essa documentação.
- **álbum**: geralmente as iconografias eram separadas por álbuns com especificações feitas pelo naturalistas ou pelas instituições, como *gentios, animaes quadrupedes, aves, amphibios, peixes, insectos, prospectos*. Pode se dizer, conforme Faria (2001) e Pataca (2014), que foram elementos produzidos posteriormente em gabinete.
- **tamanho**: com a descrição das dimensões das folhas, bem como por certas vezes das dimensões das manchas gráficas. Com isso podemos estabelecer a similaridade nos modos de produção, entendendo a materialidade com mais pormenores.

- **tipologia:** categoria criada pela presente dissertação, para possibilitar separar os diferentes tipos de fontes, como desenhos, documentos manuscritos, diários, relações, memórias, correspondência.
- **área de interesse:** a qual área disciplinar se refere o documento, com, por exemplo, arquitetura, urbanismo, antropologia, zoologia, botânica, entre outras possibilidades.
- **capitania:** organização do material baseado na referência direta à Capitania a que se refere o documento ou a representação, bem como o **local** em que possa ter sido produzido. Essa é uma das chaves mais importantes na tarefa de especializar a iconografia na base georreferenciada, pois permite localizar com precisão o lugar onde foram produzidos os documentos, dando uma ideia do cotidiano, do tempo da viagem de uma localidade a outra, das distâncias entre elas, bem como situação geográfica onde se inserem os núcleos de povoamento registrados.
- **local:** um complemento da categoria anterior, com a pormenorização, quando possível, do local representado ou a que se refere o documento.
- **bacia hidrográfica:** uma categoria que permite entender como os documentos foram produzidos em diferentes bacias ou sub-bacias hidrográficas, com a licença do termo moderno utilizado, sendo uma hipótese pensar se havia uma diferença local na produção de tal material pelo naturalista e seus ajudantes.
- **autoria:** no caso das iconografias conseguimos ligar aos autores à produção dos documentos. De forma direta, na maior parte dos casos assinados pelos riscadores da expedição como pelo próprio naturalista, ou de forma indireta, por iniciativas codicológicas ou de análise paleográfica e caligráfica, caso de alguns documentos que possuem a grafia de Alexandre Rodrigues Ferreira, bem como do seu jardineiro-botânico Agostinho do Cabo.
- **data do texto:** não se refere apenas à data em si, mas aos elementos de data que estão inseridos nos manuscritos ou iconografias, apresentados conforme as especificidades apresentadas nos documentos, como as grafias e idiossincrasias da época.
- **data:** uma uniformização dos dados referentes às informações cronológicas encontradas no documento, mas de forma modernizada e usual, pois dessa



maneira conseguimos estabelecer uma ordem cronológica da produção de tais iconografias e manuscritos.

- **descrição:** nessa categoria não se trata de descrever o documento em si, mas de apresentar e transcrever os elementos descritivos feitos pelos autores ou posteriormente, mas que se encontram adjuntos aos documentos.
- **publicação/referência:** indicação de onde se encontra publicado o material, e se foi publicado. A categoria se destina apenas à referência feita em publicações físicas, não em bases digitalizadas.
- **página:** trabalha de forma imediata com a categoria anterior, pois indica a página em que tal documento se encontra na publicação física.
- **localização em acervo:** item que classifica o local de salvaguarda desse documento, apenas apontando textualmente onde se encontra, não com as referências internas de cada instituição.
- **observações:** categoria descritiva, servindo para atentar para alguma questão a ser analisada na presente dissertação, de caráter pouco classificatório ou organizativo, mas informações apresentadas por organizadores das iconografias nos diversos trabalhos existentes.

titulo/nome	identificação	destinatário	álbum	tamanho
Paraensib. uacará-plexuna. Do Rio Negro	fólio 102r		Peixes	345 x 235 mm

tipologia	área de interesse	capitania	local	bacia hidrográfica	autoria	data texto	data	descrição
desenho	zoologia	Rio Negro	R. Pará 14 de Dezbr. de 1785	Negro	Freire	Anno de 1785	14/12/1785	

publicação/referência
FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem ao Brasil. Tomo I, Volume A1. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2002.

página	localização em acervo	observação
237	Museu Bocage de Lisboa	Nota dos organizadores: O número de raios das nadadeiras e de raios branquiostegais apresentados pelo exemplar retratado encontra-se discriminado

Figura 06 – Tabelas com as informações relativas às iconografias.

### 1.3 GEORREFERENCIAMENTO E ESPACIALIZAÇÃO DAS ICONOGRAFIAS

Munidos dessas categorias foi possível transpor esses documentos para uma base georreferenciada, no caso o *Google Earth*, que permitisse de maneira gratuita inserir os dados dos documentos e espacializá-los com vistas a entender a magnitude desse empreendimento do século XVIII. Importa, no entender da presente dissertação, especializar informações relevantes sobre o funcionamento dessa rede urbana fronteiriça e de uma expedição como a *Viagem Filosófica*.

A iniciativa de espacializar e georreferenciar essa documentação está em diálogo direto com outros trabalhos e pesquisas realizadas na última década. Em relação à *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira temos indicações dos trabalhos da professora Ermelinda Pataca e sua aluna de iniciação científica Camila Faria (PATACA; FRANCO, 2014). Quanto à utilização de bases georreferenciadas com inserção de fontes documentais diversas, ainda nos reportamos às iniciativas do *Atlas Digital da América Lusa*, do Laboratório de História Social da UnB, e a iniciativa da Biblioteca Brasileira Mindlin-USP<sup>16</sup>, *Atlas dos Viajantes no Brasil*, coordenado por João Cardoso. Ambos operam os documentos de modo pretendido pelo presente trabalho, buscando dessa maneira estabelecer diálogo com metodologias já apresentadas, criticadas e efetuadas por outrem.

Um das facilidades encontradas pelo presente trabalho foi o repositório digital da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, cujos documentos estão disponibilizados em alta definição, bem como são descritos pormenorizadamente em seus aspectos materiais, como tamanho do papel e da imagem, técnica, detalhes e anotações existentes no exemplar. Utilizamos como metodologia organizativa esses detalhamentos existentes na base digital da *Biblioteca Nacional*, bem como as iconografias organizadas no primeiro volume da *Viagem ao Brasil* (Ferreira, 2002), publicado pela Editorial Kapa, pelos professores Dante Martins Teixeira e Nelson Papavero. Nesse volume são apresentados os documentos existentes no acervo do *Museu Bocage de Lisboa*, e o modo como são descritos no livro pelos professores possibilitou uniformizar os dados dos diversos acervos. A atenção dada aos detalhes materiais das obras nos parece fundamental quando inserida na base de dados, uma

---

<sup>16</sup> No caso da BBM-USP se utilizam dos documentos existentes, a iniciativa da UnB abrange um rol mais expandido de fontes, mas que tem sua valia por apresentar uma metodologia de inserção georreferenciada dos dados. O *Atlas dos Viajantes no Brasil* guarda relação mais direta com a dissertação. Há ainda iniciativas sendo feitas de maneira experimental e de pesquisa por diversos outros pesquisadores e instituições, que pretendemos cotejar na parte subsequente do trabalho.

vez que informam sobre as dimensões dos documentos, técnicas e suportes utilizados, o que também revela aspectos importantes da materialidade do documento iconográfico em si e dos afazeres de desenho dos profissionais na época de feitura dos exemplares, bem como auxilia na comparação entre as cópias e originais, encontrados em acervos distintos.

A organização prévia do material em planilhas possibilitou trabalhar os dados de maneira uniforme e concisa, facilitando muito a operação de espacialização da documentação na base georreferenciada *Google Earth*. No total conseguiu-se organizar as iconografias que foram publicadas na década de 1970 (Gráficos Brunner e Conselho Federal de Cultura), nos anos 2000 (Editorial Kapa) e os acervos digitalizados pela *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* e os volumes do *Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Com esse material organizado, buscou-se estabelecer com a maior precisão possível os locais a que se referiam as iconografias e inseri-las na base.

Antes de inserir as iconografias e documentos correlatos na base georreferenciada foi feita uma organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth* (**Fig. 07**), estabelecendo uma ordem a partir das **tipologias documentais** encontradas no espólio da *Viagem Filosófica: correspondência ativa, passiva e indireta; diários, memórias, participações e iconografias*. Dentro de cada categoria dessas dividiu-se em subpastas, como por exemplo, na aba *iconografia*, que se divide nas pastas relativas aos acervos (*Biblioteca Nacional, Museu Bocage e Museu Nacional*), e, conseqüentemente, em subpastas indicando cada localidade representada nas imagens (**Fig. 08 e Fig. 09**). Foi estabelecida uma identificação das inserções conforme coloração disponível no *software*, convencionando-se em representar os pontos de inserção amarelos como referentes às iconografias e os pontos azuis referentes aos manuscritos diversos.

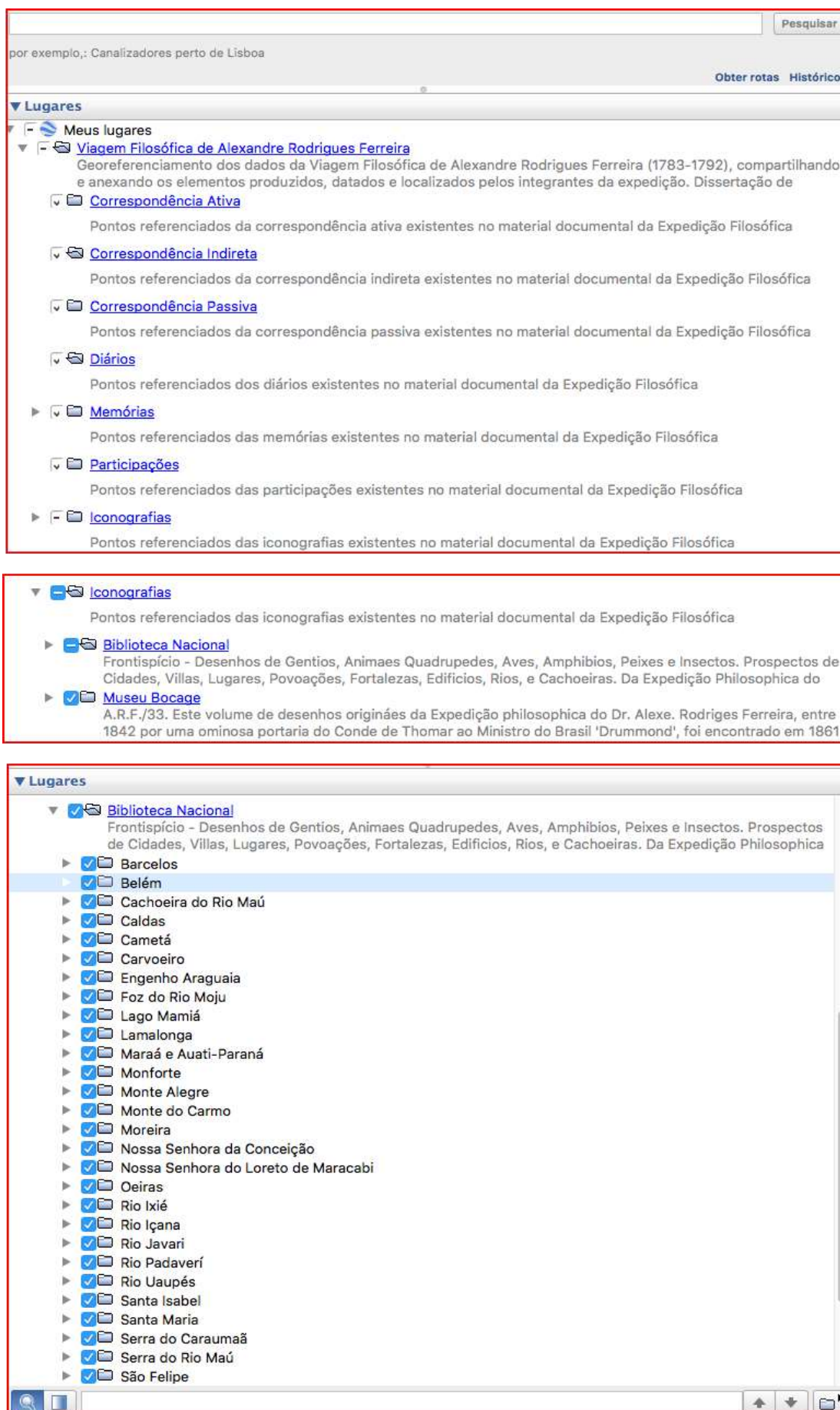



Figura 07 - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.


por exemplo,: Canalizadores perto de Lisboa








Pesquisar


Obter rotas Histórico

▼ Lugares

▼ -  Meus lugares

▼ -  [Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira](#)  
Georeferenciamento dos dados da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), compartilhando e anexando os elementos produzidos, datados e localizados pelos integrantes da expedição. Dissertação de

- ▼  [Correspondência Ativa](#)  
Pontos referenciados da correspondência ativa existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▼  [Correspondência Indireta](#)  
Pontos referenciados da correspondência indireta existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▼  [Correspondência Passiva](#)  
Pontos referenciados da correspondência passiva existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▼  [Diários](#)  
Pontos referenciados dos diários existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▶  [Memórias](#)  
Pontos referenciados das memórias existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▼  [Participações](#)  
Pontos referenciados das participações existentes no material documental da Expedição Filosófica
- ▶  [Iconografias](#)  
Pontos referenciados das iconografias existentes no material documental da Expedição Filosófica

▼  [Iconografias](#)  
Pontos referenciados das iconografias existentes no material documental da Expedição Filosófica



- ▶  [Biblioteca Nacional](#)  
Frontispício - Desenhos de Gentios, Animaes Quadrupedes, Aves, Amphibios, Peixes e Insectos. Prospectos de Cidades, Villas, Lugares, Povoações, Fortalezas, Edifícios, Rios, e Cachoeiras. Da Expedição Philosophica do
- ▶   [Museu Bocage](#)  
A.R.F./33. Este volume de desenhos originâes da Expedição philosophica do Dr. Alexe. Rodrigues Ferreira, entre 1842 por uma ominosa portaria do Conde de Thomar ao Ministro do Brasil 'Drummond', foi encontrado em 1861

Figura 08 - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.

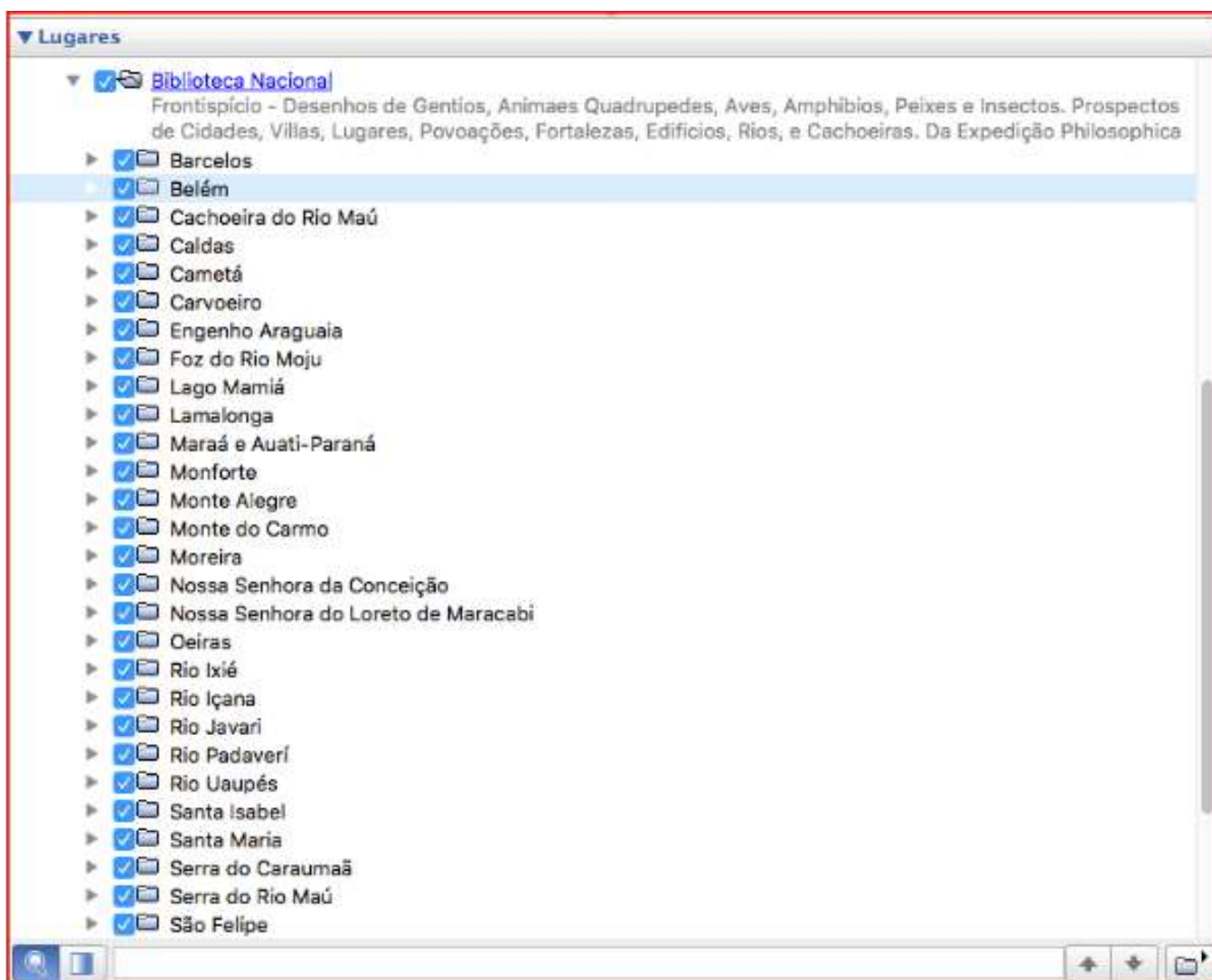


Figura 09 - Organização por pastas e subpastas do material disponível sobre cada localidade na plataforma *Google Earth*.

Há exemplos em que a correlação entre iconografia e base cartográfica é mais imediata, ainda mais quando se trata de locais amplamente conhecidos e ainda existentes. No tecido urbano de cidades como Belém é possível identificar com facilidade muitos lugares representados por iconografias da *Viagem Filosófica* ainda existentes na cidade (**Fig. 10 a Fig. 14**). Os prospectos e vistas de outras cidades representadas ao longo da bacia Amazônica, como Cametá (**Fig. 15**), entre outras, também foram possíveis de inserir na base georreferenciada de imediato.



**▼ Pesquisar**

Pesquisar

por exemplo,: Braga

**▼ Lugares**

Pontos referenciados dos diários existentes no material documental da Expedição Filosófica

- ▼ **Iconografias**  
Pontos referenciados das iconografias existentes no material documental da
- ▼ **Biblioteca Nacional**  
Frontispício - Desenhos de Gentios, Animaes Quadrupedes, Aves, Amphibios, Peixes e
- ▶ **Barcelos**
- ▼ **Belém**
  - [Vista Panorâmica da cidade de Santa Maria](#)  
nº 1 - Prospecto - paisagem natural - Grão-Pará - Pará - Amazonas - 20 de
  - [Planta Geral da cidade do Pará em 1791 \(C\)](#)  
nº 2 - Planta - cartografia - Grão-Pará - Pará - Amazonas - Theodosio
  - [Planta da antiga cidade do Pará \(2\)](#)  
nº 3 - Planta - cartografia - Grão-Pará - Pará - Amazonas - BN
  - [Igreja e Praça das Mercês e frontispício da](#)  
nº 4 - Vista - paisagem urbana - Grão-Pará - Pará - Amazonas - BN
  - [Prospecto da Praça do Pelourinho, manda](#)  
nº 5 - Vista - paisagem urbana - Grão-Pará - Pará - Amazonas - BN
  - [Prospecto da frontaria da igreja da Sé - C](#)  
nº 6 - Prospecto - paisagem urbana - Grão-Pará - Pará - Amazonas - Codina -
  - [Prospecto da frontaria da igreja dos carmi](#)  
nº 7 - Prospecto - paisagem urbana - Grão-Pará - Pará - Amazonas - Codina -
  - [Retábulo da capela-mor da Igreja Catedra](#)  
nº 8 - Vista - cultura material - Grão-Pará - Pará - Amazonas - Landi - BN

Image © 2020 Maxar Technologies

Google Earth

Igreja e Praça das Mercês e frontispício da igreja de N. S. Das Mercês, mandado fazer pelo Governador D. F.

Figura 10 - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso Igreja e Praça das Mercês



Figura 11 - PROSPECTO da nova Praça das Mercês, mandada fazer pelo governador e capitão general D. Francisco de Souza Coutinho. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

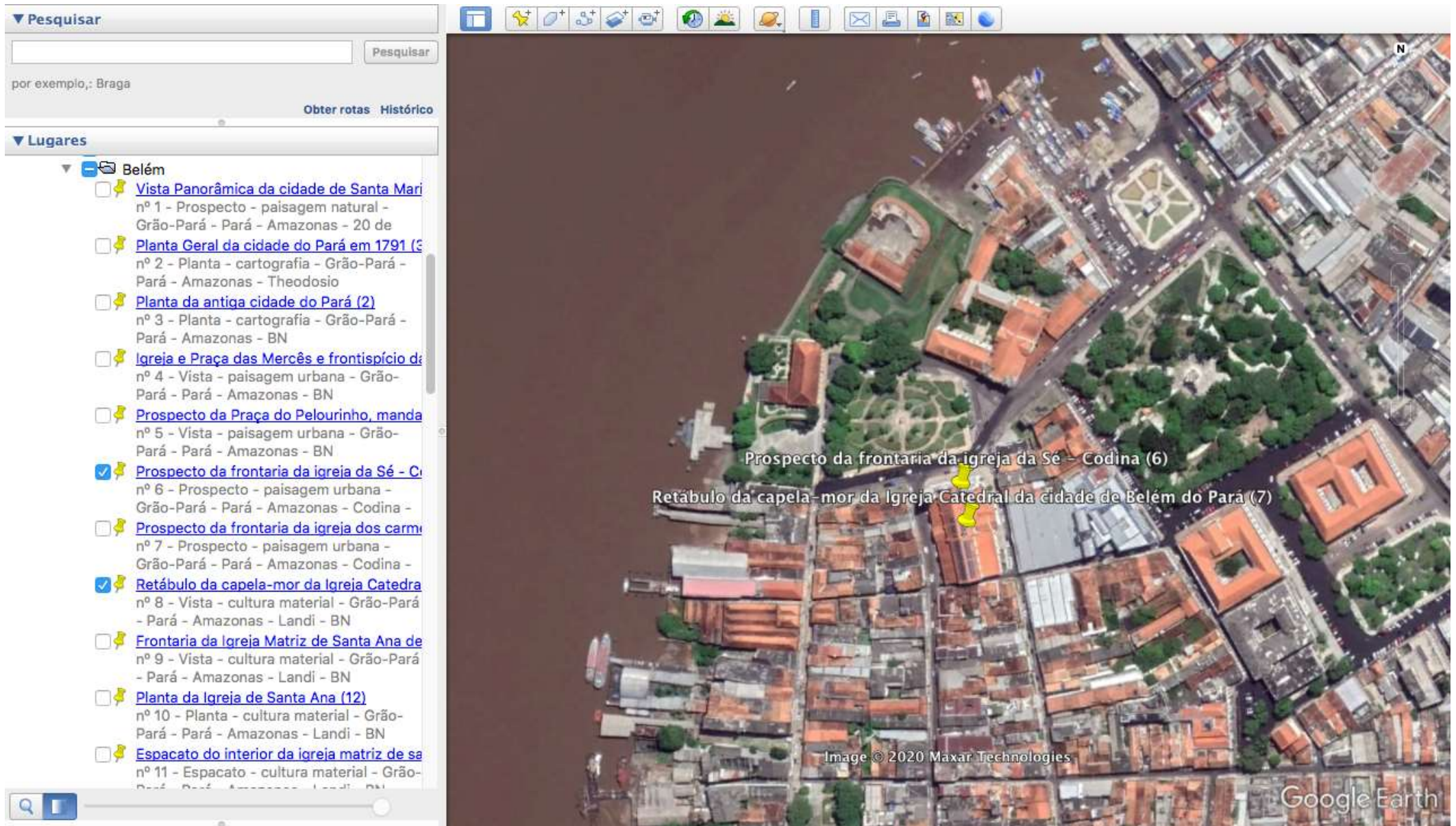


Figura 12 - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso Igreja da Sé.



Figura 13 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja da Sé. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Retábulo da Igreja

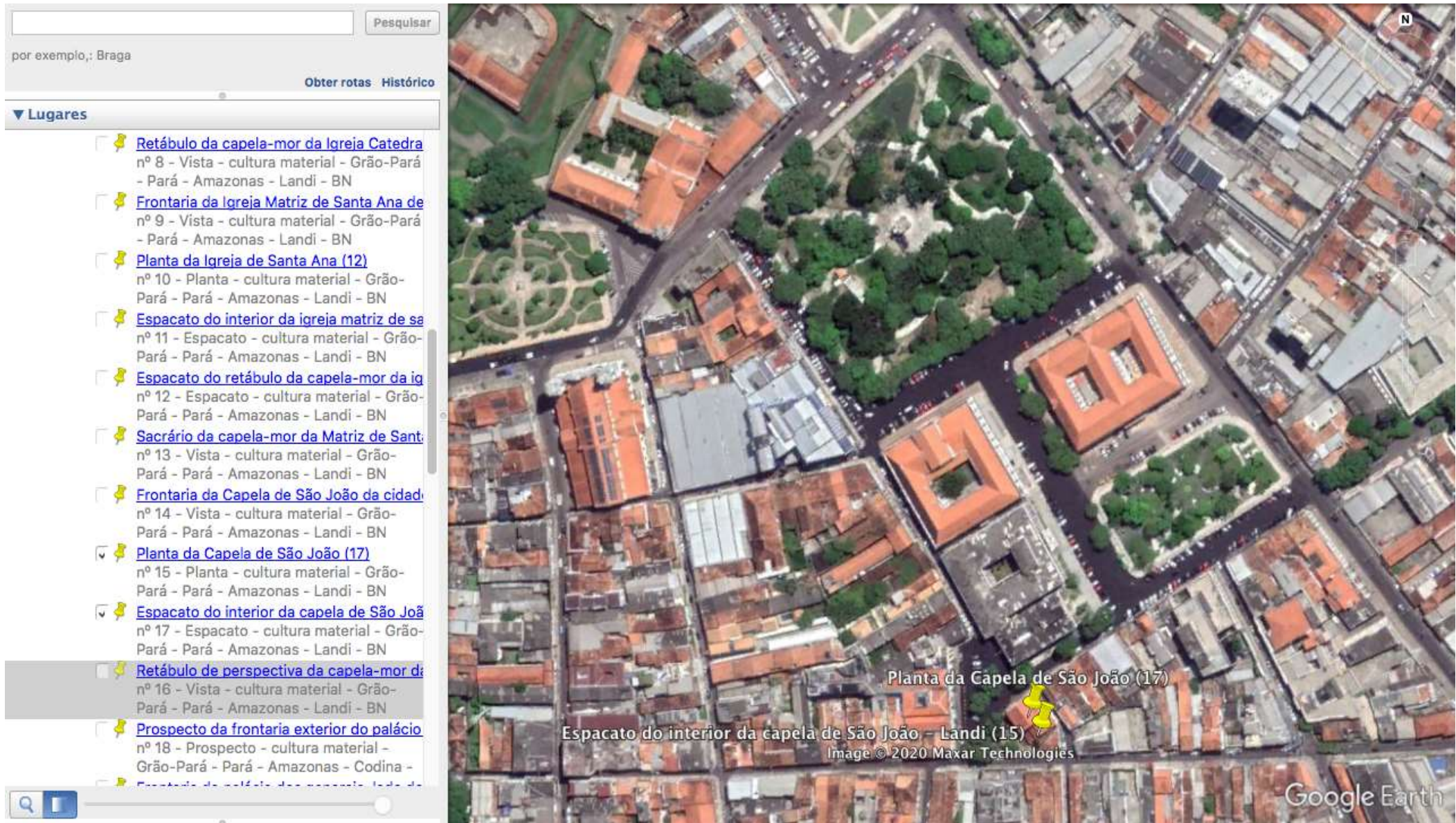


Figura 14 - Correlação entre iconografia e base cartográfica, no caso capela de São João.

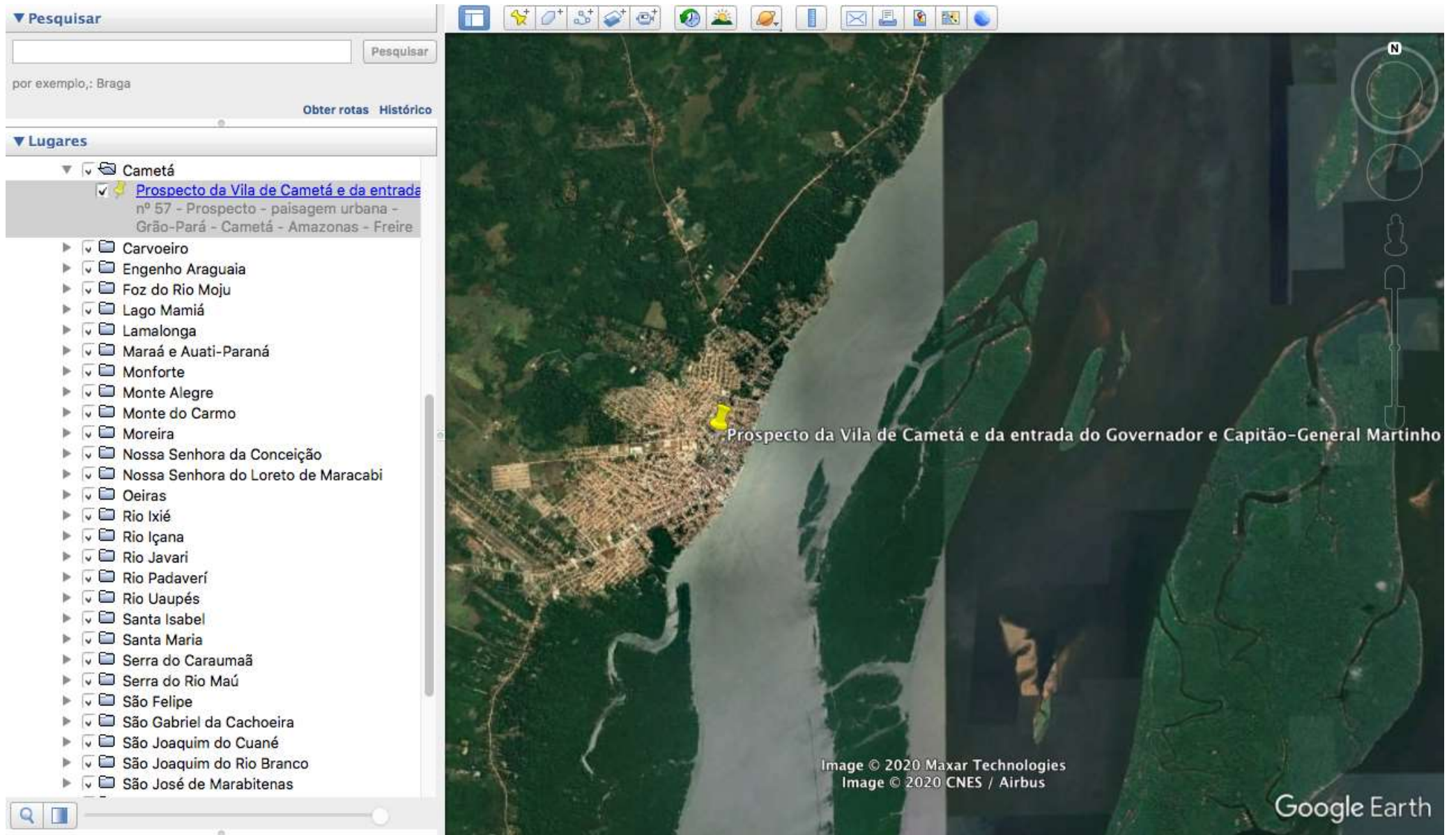


Figura 15 – Espacialização da iconografia em base cartográfica, no caso vila de Cameté

Para a alocação dessas iconografias na plataforma *Google Earth* foram também comparadas as toponímias descritas por cartografia histórica coeva da região, em especial a produzida no contexto da *Viagem Filosófica*, como por exemplo mapas<sup>17</sup> feitos por riscadores da expedição, como os de José Joaquim Freire, ou de engenheiros militares seus contemporâneos. Ainda que esses mapas apresentassem a localização de muitos dos lugares representados pela iconografia, a comparação com a base atual não encontrava paralelo imediato, havendo então a dificuldade de se estabelecer a inserção de uma série de lugares e povoados que não constavam na cartografia moderna ou já não eram mais núcleos habitados ou perceptíveis na plataforma de georreferenciamento atual. Uma das alternativas encontradas foi se valer de dicionários geográficos e corográficos antigos, disponíveis em bases de dados digitalizadas, que conseguissem dar uma dimensão bastante aproximada de onde se inseriam essas localidades na época da expedição. É o exemplo do lugar de Lamalonga (**Fig. 16**), conhecido antes por Dari, que não se encontra nas bases de dados cartográficas atuais, sendo preciso procurar informações sobre a localidade no *Dicionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, compilado por J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, datado de 1845. A localidade se apresenta da seguinte maneira descrita:

Lamalonga. Freguezia da província do Pará, na Guiana brasileira, sobre a margem direita do Rio Negro, 3 legoas acima de Thomar. Deve sua origem à desunião em que vivêrão os capitães José João Dari e Alexandre de Souza Cabacabari, ambos residentes em Thomar: por ocasião d'ella deixou o primeiro a dita aldeia, e foi residir com os seus a 3 legoas d'ella, e ali edificou uma igreja ao santo de seu nome, e fez com que se lhe aggregassem Indios de diversas tribos, com o que se engrossou a povoação. (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 552).

Com isso foi possível, junto às referências textuais encontradas em trechos dos diários de Ferreira, definir os pontos em os desenhos foram feitos, percebendo a rede de núcleos e o percurso estabelecido pela expedição, bem como as distâncias entre os lugares e a lógica da viagem e dos registros. A plataforma *Google Earth* disponibiliza a ferramenta “*medir distância*”, permitindo comparar as informações relativas a esses locais que não possuem permanência atual, e assim encontrá-los com mais precisão na base cartográfica.

---

<sup>17</sup> Os dois mapas se encontram no acervo da Biblioteca Nacional, um representando a bacia do Rio Branco e outro representando a rede hidrográfica das Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. O *Mapa da hidrográfico da Bacia Amazônica* permite inclusive conferir as indicações das cachoeiras e saltos do Rio Madeira, bastante representados na iconografia da *Viagem Filosófica*, que se apresentará adiante.

**▼ Pesquisar**

**Pesquisar**

por exemplo,: Museus em Sintra, Lisboa

[Obter rotas](#) [Histórico](#)

**▼ Lugares**

Frontispício - Desenhos de Gentios, Animaes Quadrupedes, Aves, Amphibios, Peixes e Insectos. Prospectos de Cidades,

- ▶  Barcelos
- ▶  Belém
- ▶  Cachoeira do Rio Maú
- ▶  Caldas
- ▶  Cametá
- ▶  Carvoeiro
- ▶  Engenho Araguaia
- ▶  Foz do Rio Moju
- ▶  Lago Mamiá
- ▶  Lamalonga
- ▶  **Prospecto do lugar de Lamalonga, antiga Darí - Freire, 1785 (77)**  
nº 83 - Prospecto - paisagem urbana - Rio Negro - Lamalonga - Negro - Freire - Em 2 de 9brº de 1785 - 02/11/1785 - BN
- ▶  Maraá e Auati-Paraná
- ▶  Monforte
- ▶  Monte Alegre
- ▶  Monte do Carmo
- ▶  Moreira
- ▶  Nossa Senhora da Conceição
- ▶  Nossa Senhora do Loreto de Maracabi
- ▶  Oeiras
- ▶  Rio Ixié
- ▶  Rio Içana
- ▶  Rio Javari
- ▶  Rio Padaverí
- ▶  Rio Uaupés
- ▶  Santa Isabel
- ▶  Santa Maria
- ▶  Serra do Caraumaã
- ▶  Serra do Rio Maú

**Prospecto do lugar de Lamalonga, antiga Darí - Freire, 1785 (77)**

nº 83 - Prospecto - paisagem urbana - Rio Negro - Lamalonga - Negro - Freire - Em 2 de 9brº de 1785 - 02/11/1785 - BN

Rotas: [Até aqui](#) - [Daqui](#)

Image Landsat / Copernicus

**Prospecto do lugar de Lamalonga, antiga Darí - Freire, 1785 (77)**

Google Earth

1°06'02.74"N 64°02'52.26"O elev 0 m altitude do ponto de visão 163.37 km

Figura 16 – Espacialização da iconografia em base cartográfica, no caso lugar de Lamalonga.



Ao analisar as inserções no suporte cartográfico digital fica bastante claro como se desenham as intenções dos membros envolvidos na *Viagem Filosófica*, quais os pontos relevantes escolhidos para se representar, quais as intenções e o plano geral da *Viagem*. Aprofundar as relações além do percurso é importante para conseguirmos utilizar as iconografias não apenas como ilustrações ou anexos, mas como documentos que expliquem as dinâmicas organizacionais dessas viagens e como estavam inseridas em projetos políticos mais amplos<sup>18</sup>.

Tem-se a impressão de que as informações disponíveis sobre a expedição de Ferreira são mais abundantes na Capitania do Grão-Pará, comparativamente ao Mato Grosso e Cuiabá cuja quantidade de documentos é menor.

A organização dessas informações na plataforma (**Fig. 17 e Fig. 18**) nos permite enxergar em que locais foram registrados tais documentos e iconografias, e podemos também ver como se deu o percurso desses itens em diferentes acervos. No caso é interessante notar como, dentro do universo dos materiais que restaram atualmente, se dividem as coleções, com algumas exceções, ficando a iconografia relativa às Capitânicas do Mato Grosso e Cuiabá em acervos portugueses e a referente às Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro em acervos nacionais.

Por meio dos levantamentos e inserções na base georreferenciada foi também importante arrolar todas as iconografias em tabelas que congregassem essas informações, atribuindo a cada série de informações uma localidade no mapa, bem como autoria, data, título do documento. Nesse sentido, o *software Google Earth* é um facilitador na medida em que permite acoplar a cada inserção no mapa uma série de informações, tornando-as úteis e relacionais a diversos objetivos. Seria interessante, mais do que compilar as informações e dados, interpretar esses elementos à luz de um direcionamento histórico e teórico. Mesmo que a dissertação não se proponha tanto, permite de forma indiciária explorar possibilidades de pesquisa e experimentar um novo entendimento da cultura material dos núcleos e da viagem registrados nas iconografias. A seriação das imagens dá a ver uma sempre de lógicas sobre os núcleos urbanos de fronteira, sobre as dinâmicas de uma *Viagem Filosófica* e sobre o

---

<sup>18</sup> Aqui esbarramos em questões mais sofisticadas como a de um projeto consciente da Coroa Portuguesa em relação aos seus territórios ultramarinos, e de como essas viagens estavam relacionadas em um plano amplo que envolvia muitas outras frentes estratégicas, como a política internacional, comercial e militar. A *Viagem* de Ferreira está longe de ser uma tentativa isolada dentro da história burocrática do Estado Português.

que eram essas regiões no século XVIII e o significado geoestratégico dos povoados, fortes e da própria viagem nas políticas ultramarinas lusitanas do período.

A prévia desse exercício cartográfico, de se aliar as informações e dados sobre um suporte gráfico, instigou a pensar nas possibilidades que se pode ter ao trabalhar toda a sorte de documentos da *Viagem Filosófica* sob essa perspectiva. Abranger, sob parâmetros comuns e metodologias similares, uma grande sorte de documentos é, no entender desta dissertação, uma forma de dar coesão a material disperso em busca das dinâmicas territoriais ocorridas nessas regiões em finais do XVIII. A iconografia, mais do que mera ilustração, um capricho acessório, é elemento fundamental para alinhar e estabelecer uma série de relações sobre a Amazônia e o Mato Grosso e seu papel nas políticas interimperiais ibéricas no período colonial.

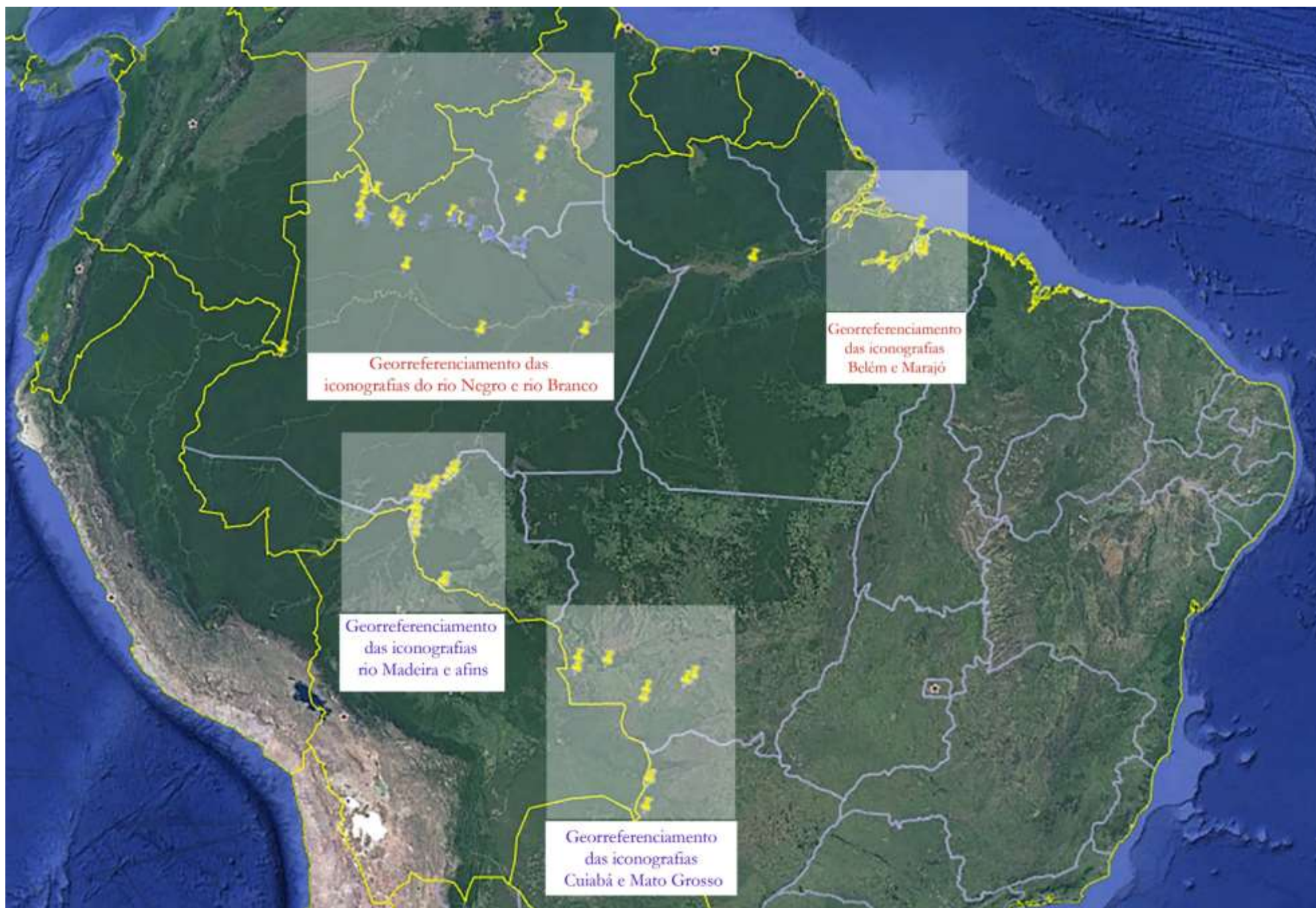


Figura 17 – Espacialização das iconografias referentes existentes no espólio documental da *Viagem Filosófica*. A presente dissertação focou na análise das iconografias concernentes à cidade de Belém, à Ilha de Marajó, as referentes ao rio Negro e ao rio Branco. As imagens produzidas acerca da Capitania do Mato Grosso e Cuiabá aguardam oportunidade de aprofundamento.

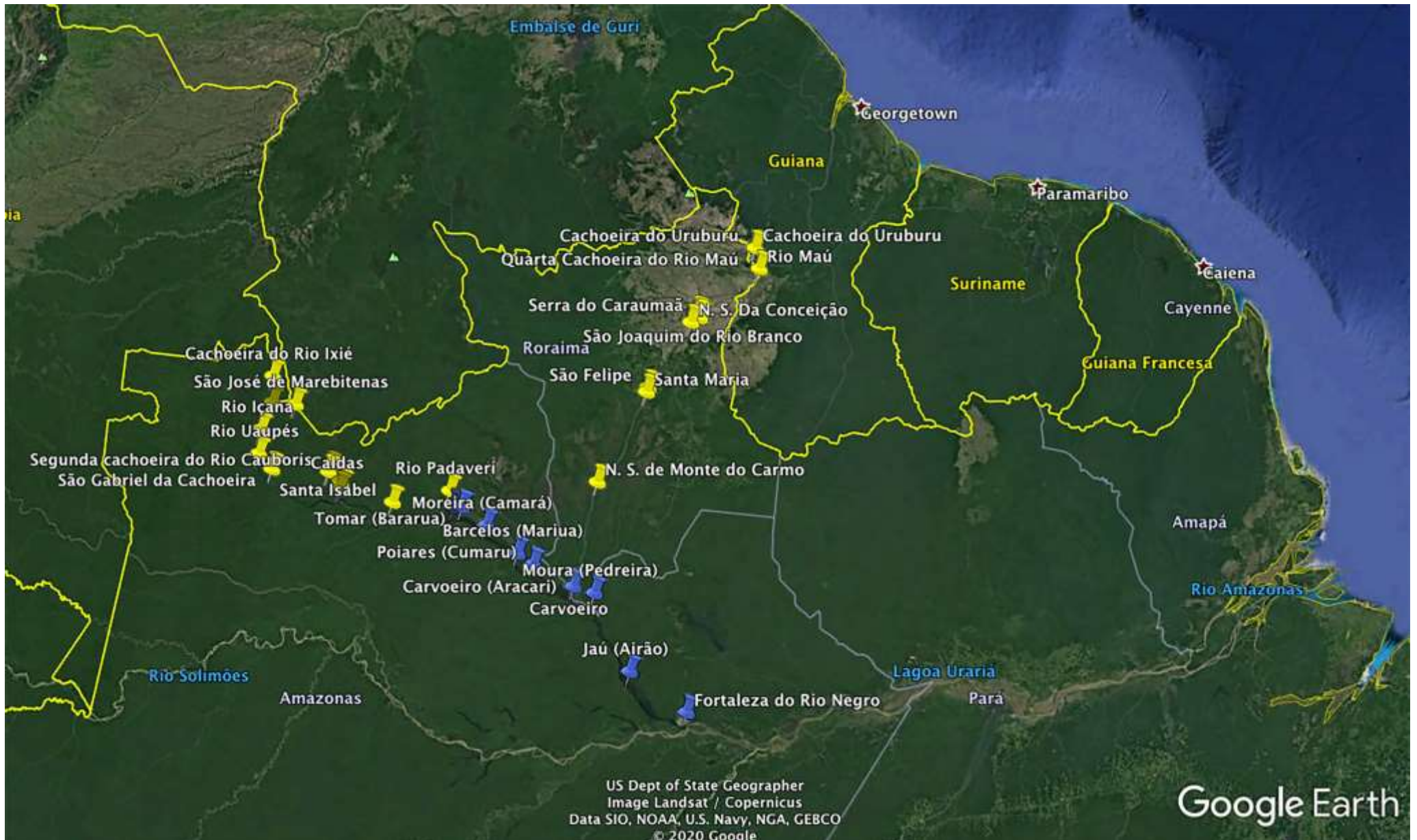


Figura 18 - Espacialização das iconografias referentes ao rio Negro e rio Branco, existentes no espólio documental da *Viagem Filosófica*.

#### 1.4 COMPREENSÃO DO PROCESSO PRODUTIVO DAS ICONOGRAFIAS

Nesta etapa da dissertação também buscou-se entender basicamente o circuito de produção dos documentos textuais e iconográficos, bem como entender a dispersão do espólio documental da *Viagem Filosófica*. A consulta a trabalhos relevantes sobre o tema do desenho como de Faria (2001), Pataca (2001, 2015), Teixeira & Papavero (2002) e Bueno (2012) foi fundamental para se contextualizar esse gênero de representação típico de naturalistas e engenheiros militares do período. A partir dessa bibliografia pode-se consolidar as noções mais diretas acerca das iconografias e outras tipologias documentais, o que é relevante para a noção completa do “estado da arte” em que tal material se encontra. Tendo em mãos as análises e pesquisas citadas, foi possível entender e organizar diversas séries visuais e entendê-las em seu contexto de produção, circulação e consumo, do campo ao gabinete, buscando aquilatar em paralelo a lógica produtiva envolvendo instituições e atores distintos.

Nesse quadro, sobressai em importância instituições como o *Real Jardim Botânico da Ajuda* em Lisboa, que, segundo Faria (2001) e Pataca (2015), foi o centro de organização do material enviado do Brasil por Alexandre Rodrigues Ferreira. As iconografias resultantes da *Viagem Filosófica* foram manuseadas pelos riscadores e membros da expedição, mas também muitos exemplares foram retrabalhados em gabinete. Compreender esse processo de produção implica em não estabelecer um distanciamento crítico do objeto de estudo, que não se trata de um duplo da realidade, tampouco é um desenho neutro, mas uma reapresentação dessa realidade pautada em cânones, códigos e convenções de representação que precisam ser considerados para se entender o que se encontra registrado em termos de cultura material das localidades inventariadas e do cotidiano da expedição.

As publicações pioneiras da obra gráfica de Alexandre Rodrigues Ferreira, em especial as dos anos de 1970, não apresentavam informações sobre o modo de produção dos documentos, o que não constitui demérito em si, pois essas iniciativas propiciaram o estudo e pesquisa dessas variáveis futuramente, sendo mola propulsora para todos os estudos subsequentes.

A inserção e espacialização das iconografias em base cartográfica, dependeria em saber minimamente o estado geral dos documentos, para que seja possível acoplar à base a maior quantidade de dados possíveis, preenchendo lacunas e esclarecendo possíveis dúvidas. As diversas iniciativas editoriais e esforços de digitalização demandam uma crítica, mesmo que panorâmica, acerca do modo como os acervos e publicações lidaram com os documentos iconográficos e manuscritos.

Nessa etapa do trabalho, de verificação do modo de produção e dos agentes envolvidos, foi necessário se debruçar também sobre o aspecto material dos documentos, como tamanho, técnica, tipo de papel. Poucos trabalhos da área atentam para tais elementos, com exceção dos já citados acima. O repositório digital da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* também possibilitou conferir essas características. Os documentos são descritos na plataforma de modo pormenorizado, servindo como referência direta para a organização proposta pela presente dissertação, permitindo unir as informações provenientes de distintos acervos e instituições, bem como uniformizar as informações existentes nas diversas publicações e edições sobre o tema. A etapa de uniformização dos dados por meio de planilhas permitiu uma alocação das iconografias na base georreferenciada de modo mais simples e direto.

O estudo bibliográfico da *Viagem Filosófica* permitiu que se esgotassem ao máximo as possibilidades no que se refere às iconografias, estabelecer qual o número mais exato possível, bem como a localização deles. A despeito do grande interesse no assunto, por diversos pesquisadores ao longo do tempo, não existe uma uniformização geral do “estado da arte” da documentação que indique com clareza e de forma técnica onde se encontram os documentos, bem como o detalhamento pormenorizado de cada peça. Há uma sorte de trabalhos que não estabelecem de forma sistemática o todo, mas que lidam de maneira bem-sucedida com as partes espalhadas em diversos acervos. Sendo assim, a presente dissertação utiliza-se desses esforços e julga plausível reunir essas informações em uma base única, sem a pretensão de esgotar os esforços dessa organização.

A quantidade de material sistematizado e a espacialização dos documentos textuais e visuais, é, decerto, a maior contribuição da presente dissertação de mestrado, mais empírica e menos teórica, colaborando no rol das inúmeras iniciativas que ousaram estudar a *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira. A história do urbanismo e do processo de urbanização no Brasil também se encontra no horizonte do presente estudo, com vistas a entender o papel e as características dessa rede urbana de fronteira, nos moldes empreendidos por Renata Malcher de Araújo em sua dissertação de mestrado sobre a Amazônia Pombalina e sua tese de doutorado sobre a Capitania do Mato Grosso<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A dissertação de mestrado em História da Arte, *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão* (1992), e o doutorado, também em História da Arte, *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método* (2001).

## **CAPÍTULO II - DOCUMENTOS AFINS: O MAPA DA NOVA LUSITÂNIA (1797) E A VIAGEM FILOSÓFICA. AMAZÔNIA REGISTRADA EM PORMENORES POR FREIRE TRANSPOSTA NA PRIMEIRA CARTA GERAL DO BRASIL.**

A inserção de novas camadas de observação nessa organização, a correlação entre outras imagens e textos produzidos acerca dessas localidades (sincronias e diacronias), os quais foram indicativos para que o naturalista pudesse estabelecer os passos da sua *Viagem Filosófica*.

Munidos desse trabalho braçal primeiro, fomos apresentados à possibilidade de trabalhar com essas informações em correlação com a cartografia histórica. Para o presente trabalho uma fortuita coincidência de se utilizar a carta da *Nova Lusitânia*, ela mesma contando com a contribuição de um dos riscadores da expedição de Ferreira, Joaquim José Freire. Nesse sentido, Pataca (2015) aponta para a sinergia existente entre as produções iconográficas da *Viagem Filosófica* e a *Carta da Nova Lusitânia* (**Fig. 19**):

A Carta da Nova Lusitânia é complementar aos prospectos geográficos de cidades, vilas, edifícios, rios, cachoeiras, grutas e minas. A complementaridade entre as diversas observações de caráter geográfico, mineralógico e antropológico pode ser conferida nas Instruções (ed. 1956: 49), prevendo a execução desta carta através. da elaboração de um diário com grande exatidão (PATACA, 2015, p. 246).

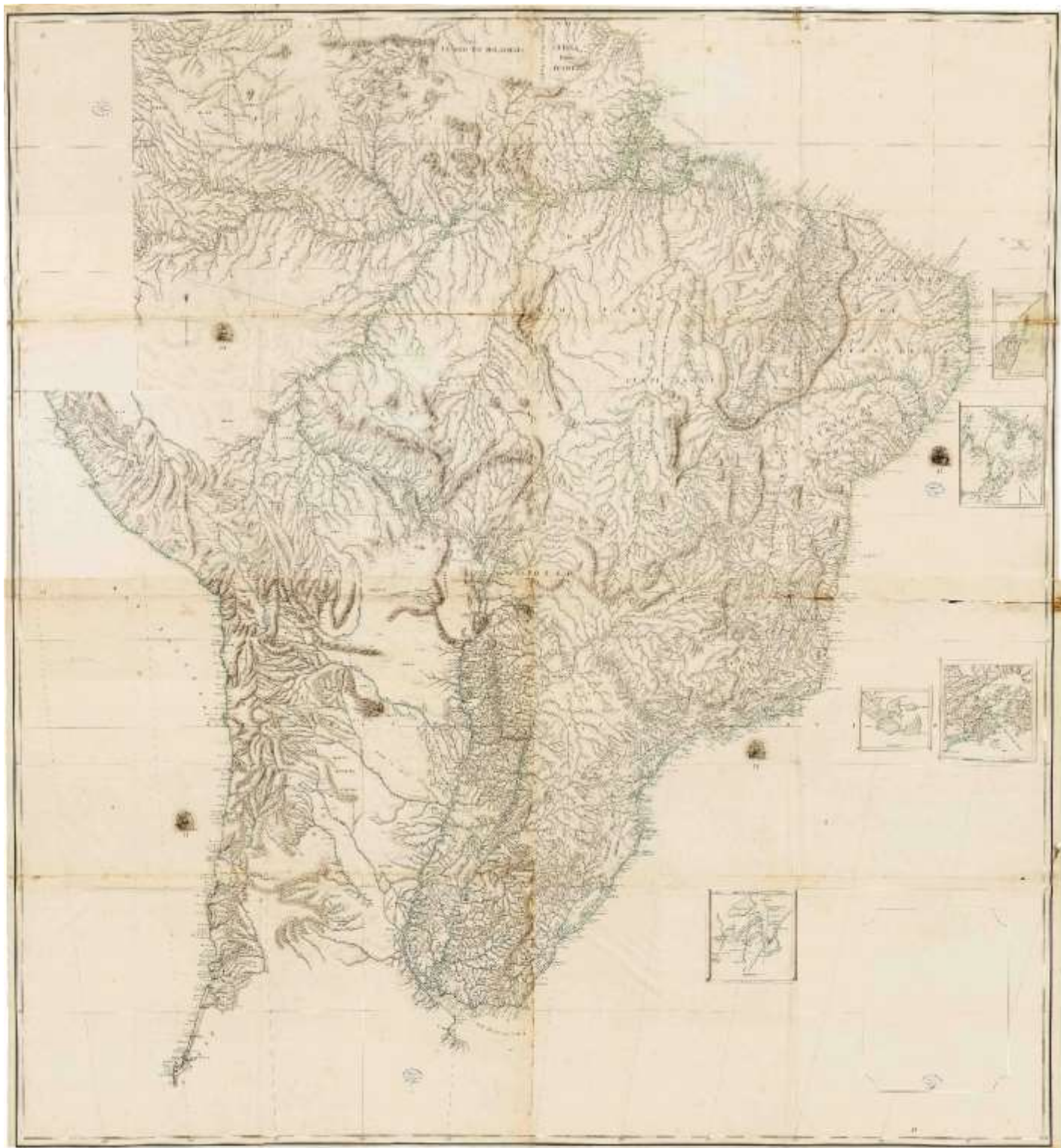


Figura 19 – *Carta Geografica de Projecção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza e Estado do Brazil*, de António Pires da Silva Pontes Leme. 202 cm x 199 cm. Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa. (CORRÊA-MARTINS, 2011)



Foi a partir desse mapa que começamos a entender uma sinergia maior entre as diversas tipologias documentais produzidas ou tangenciadas pela expedição de Ferreira, como os manuscritos, as relações, diários, memórias, prospectos, correspondências. A visão em conjunto dessas informações, ainda mais visualizadas sobre uma base cartográfica de época e relacionada diretamente à empreitada nos permitiu inferir quais eram os pontos de interesse dos colonizadores em produzir esse material, e entender de maneira que aqueles singelos povoados faziam um sentido muito maior quando os analisávamos a partir do conceito de rede urbana, como projeto mesmo da Coroa portuguesa à época. Mais do que a *Viagem Filosófica* em si, nos interessava mais como aquelas imagens e iconografias nos poderia dar a real dimensão e dinâmica dessa rede urbana complexa que se formava (cabe uma nota explicativa, entendendo que o aspecto material não é um indicativo mesmo das complexidades que se apresentavam: singelos lugares e povoados para uma complexa operação logística que se desenhava, que envolvia praticamente o leito inteiro da bacia Amazônica, reunindo e demandando o esforço de um aparelho estatal incipiente para tal tarefa (mesmo que alargado após o reino de D. João V, conforme bem discutido em outros trabalhos).

O que se tira é a espacialização permitiu tornar mais visual esse processo, dando cara as localidades, reiterando-as de sua singeleza material e inserindo-as na complexidade dos processos intercontinentais e interreinais a que estavam sujeitas.

O auxílio da cartografia histórica possibilita que tenhamos a noção mais exata de onde se inserem os povoados, vilas e lugares indicados nos manuscritos. Durante a dissertação foram elaborados os percursos que puderam ser identificados a partir dos manuscritos produzidos por Ferreira. Os diários do *Rio Negro*, *Rio Branco*, bem como o trajeto feito entre a cidade do Pará e a vila de Barcelos foram espacializados. Ferreira possui um modelo recorrente de descrição dos sítios: apresenta a situação em que se encontram (geologia, topografia); a disposição dos elementos urbanos (casario e edifícios de destaque); as estruturas eclesiásticas (igrejas e o rol de equipamentos, os conventos); as nações indígenas que estão estabelecidas nele e nos arredores; os gêneros explorados, as dificuldades de locomoção na rede.

Entender o processo de urbanização norteou esse trabalho, pois o exame separado das iconografias não tende a denotar essa rede relacionada que a documentação apresenta. Esses núcleos de aparência singela, por vezes com aspecto de abandono, podem passar a impressão de que estão isolados, mas na

verdade configuram um projeto de colonização que extrapolava o território próprio da colônia. Quando espacializamos a documentação e triangulamos os diferentes tipos de documentos conseguimos estabelecer com clareza a hierarquia que existiu entre os núcleos e percebemos a lógica de ocupação (muitas vezes sendo essencial o apoio das populações indígenas para o sucesso da colonização). A Amazônia descrita por Ferreira, ainda que não de forma explícita, é essencialmente indígena, onde apenas 10% dos habitantes da Capitania do Rio Negro são brancos (conforme os mapas censitários elaborados pelo próprio naturalista). O trabalho de urbanização é um agenciamento direto entre colonizador e populações locais. Os conhecimentos dos deslocamentos, as interligações entre as sub-bacias, dos métodos construtivos, da subsistência e da exploração dos gêneros são essencialmente indígenas. Ferreira parte para a Amazônia com seu instrumental teórico a fim de levantar as possibilidades de se explorar os recursos locais e inseri-los em uma lógica mercantil colonial, também é o naturalista o responsável por delinear a solução acerca do aproveitamento da mão de obra indígena, em prol do projeto de desenvolvimento urdido na metrópole.

A grande parte dos conhecimentos práticos para a empresa colonial nesse território foi conseguida a partir dos nativos, a documentação produzida no âmbito da *Viagem Filosófica* deslinda esse panorama, ainda que de modo implícito. A documentação elaborada por Ferreira, bem como por outros portugueses, já elenca as nações pertencentes à cada circunscrição descrita, de modo que era de interesse oficial saber essas informações com minúcia. Esse projeto de urbanização pombalina é concomitante ao Diretório dos Índios, uma proposta para reorganização da força de trabalho indígena nas Capitania do Grão-Pará e Rio Negro (COELHO, 2005). A rede de vilas e lugares está diretamente relacionada com os descimentos das populações indígenas e o seu uso como mão-de-obra no projeto colonial e de civilização dos indígenas, conforme se defendia à época.

As possibilidades de uso do material são imensas, a dissertação se fixou apenas às imagens de vila e lugares, mas há muito material que pode ser utilizado em diversas frentes de pesquisa. A partir dessa documentação e dos exercícios de espacialização e triangulação achamos possível demonstrar o caráter diverso dessa ocupação, dos diferentes agentes na Bacia, os gêneros e necessidades, as características geográficas. alocando o percurso feito por Ferreira, percorrendo grande parte da Bacia Amazônia e das áreas fronteiriças da colônia. Tentamos colocar

à prova a diversidade das localidades, das nações indígenas que habitam os locais, de possíveis traços distintos da arquitetura, das soluções vernaculares possíveis de depreender das imagens. Os mapeamentos antigos da *Viagem Filosófica* (FONTES, 1966; SIMON, 1983), não aproximavam a escala, de maneira que tínhamos o quadro geral do trajeto, mas não as particularidades e dinâmicas dos deslocamentos, nem o que se constituíam esses lugares por onde se passava. A imagem de uma Amazônia uniforme se transforma em um quadro complexo, extremamente necessário para que possamos, a partir de uma perspectiva histórica, compreender a evolução da ocupação desse território.

O que se defende, e graças às possibilidades tecnológicas, é que o trabalho conjunto entre fontes pode fornecer um quadro amplo e diverso da Amazônia de meados do século XVIII, um processo que nos foi legado como de autoria portuguesa, mas cuja execução é local e indígena. A reunião de tais informações na base cartográfica dá uma dimensão visual desse processo ocorrido a partir de meados do século XVIII na Amazônia portuguesa. As reformas de Estado iniciadas no reinado de D. José I, sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, encontrariam ecos na bacia Amazônica e interior dos domínios ultramarinos. Os prospectos são imagens e símbolos de implantação dessas políticas e regulamentações (PATACA, 2015), e convêm sempre reiterar essa ideia, que encontra eco e sustento em relevante bibliografia sobre o tema, suplantando velhos conceitos acerca da falta de direcionamento e planejamento estratégico para essas regiões (REIS FILHO, 2000).

A *Nova Lusitânia* como parâmetro visual e coadunando desses levantamentos. Conforme apresentado em nota:

*A Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil* (CARTA..., 1797), composta por Antônio Pires da Pontes Leme, em 1797, é um artefato cartográfico criado a pedido do ministro da guerra e do ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Foi justamente José Joaquim Freire o responsável pelo desenho da *Nova Lusitânia*, composta pelo matemático e astrônomo Antônio Pires da Silva Pontes Leme. A Carta é um mapa de grande formato, em dezesseis folhas coladas, manuscrito, colorido, medindo 199 x 202 cm. Apresenta uma visão totalizante do Brasil em meio à América, como também revela pela primeira vez – com nitidez – a rede de caminhos terrestres, fluviais e de núcleos urbanos. (BUENO; BARRETO; DIAS, 2021, p. 6).

### **CAPÍTULO III - EXERCÍCIO DE ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: POR RIOS, PONTOS DE ENRAIZAMENTO E CULTURA MATERIAL DOS POVOADOS.**

A seguir serão apresentados alguns dos exercícios feitos com a iconografia e com a espacialização das mesmas na base cartográfica histórica da *Nova Lusitânia*. A proposta de espacialização (**Fig. 20**) e georreferenciamento da *Viagem Filosófica* pretende apresentar-se de acordo as etapas empreendidas pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, a saber, com sua chegada na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará no ano de 1783, e assim por diante, fiando-se em construir e arrematar as questões concernentes à cultura material, arquitetônica e urbana que se depreendem da interpretação das fontes.

Partiu-se para a análise criteriosa da bibliografia publicada acerca da documentação primária da *Viagem Filosófica* (Ferreira, 2006; Ferreira, 2008a; Ferreira, 2008b), que aqui elencamos: *Dissertação sobre as terras do Cabo do Norte pertencentes à Coroa de Portugal pela parte norte da Capitania do Grão-Pará; Miscelânea Histórica para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará; Notícia Histórica da Ilha de Joanes ou Marajó; Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro; Diário do Rio Branco; Tratado Histórico do Rio Branco por Alexandre Rodrigues Ferreira; Correspondência Ativa, Passiva e Indireta.*

Em mãos disso, foram selecionadas as informações detalhadas acerca da cultura material de cada núcleo apresentado, a saber, quais eram as nações indígenas que os ocupavam; quais as ordens religiosas existentes e atuantes; os tipos de atividades econômicas praticadas, ou em vistas de se implantar; informações acerca dos percursos entre os assentamentos urbanos e a duração dos mesmos. A intenção foi demonstrar que havia um caráter de rede bastante expressivo que nos permitisse inferir que o processo de ocupação e de urbanização daquelas regiões era resultado de um agenciamento direto e consciente por meio de diversos atores envolvidos, sejam os oficiais da Coroa Portuguesa como o interesse de particulares.

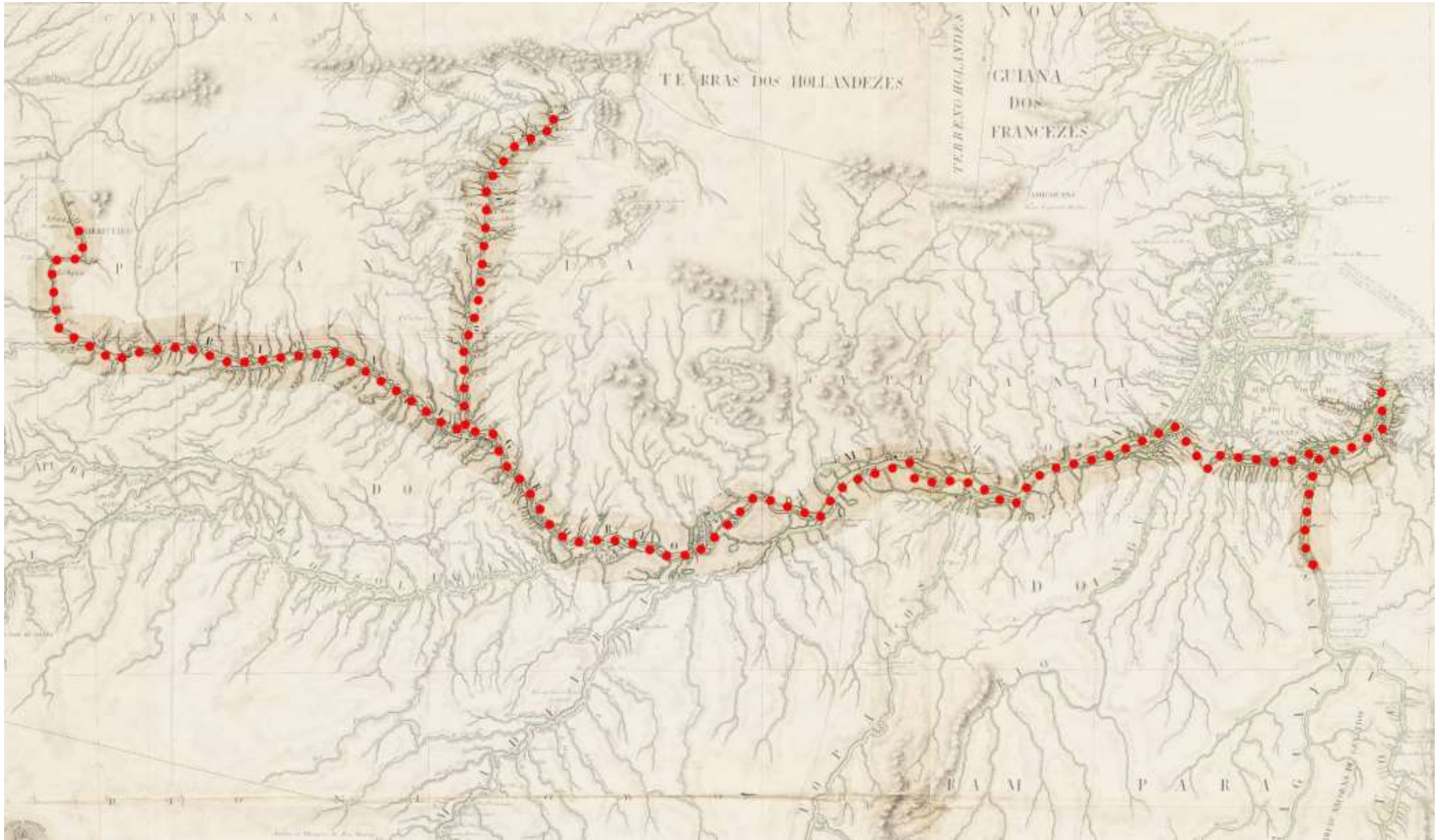


Figura 20 – Percurso especializado pela presente dissertação de acordo com os deslocamentos feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a *Viagem Filosófica*. Indicações feitas sobre a carta da *Nova Lusitânia*.

Esses dados foram espacializados na *Carta Geographica de Projeção Espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brasil* (1797), indicando por meio de elementos gráficos os percursos feitos pelo naturalista. A visualização comparada e imediata entre documento textual e iconográfico tendo a cartografia histórica como suporte, permitiu entender outras dimensões e nuances do processo de ocupação, que o exame individual das fontes, a princípio, não se apresenta de forma expressiva e direta. Aquelas vilas e lugares ao longo da bacia Amazônica, que nas iconografias produzidas pela expedição de Ferreira aparentam ser de feitiço simples, e por vezes abandonados, quando espacializados e comparados a um corpo documental diverso e amplo, tornam-se mais complexos, ao serem pensados inseridos em um projeto de ocupação mais amplo. As especificidades do processo de urbanização na Amazônia em finais do XVIII ficaram mais claras a partir desse exercício de triangulação de tipologias documentais diversas, em diálogo com metodologias similares já elaboradas em outras pesquisas, que demonstram o caráter diverso desse processo durante o Brasil colonial (REIS FILHO, 2000; BUENO, 2011; ARRAES, 2017).

Interessou buscar em outras fontes documentais primárias elementos que se relacionassem à *Viagem Filosófica*, no intuito de constituir o corpo representativo e a imagem que se tinha dessas localidades no século XVIII. Documentos contemporâneos à Ferreira, como o *Roteiro corográfico da viagem que o Ilmo. e Exmo. Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general deste estado determinou fazer ao rio das Amazonas...* (1849), elaborada pelo sargento-mor engenheiro João Vasco Manoel Braun em 1784, foram importantes pois nos auxiliaram a estabelecer com mais precisão os percursos do naturalista pela bacia Amazônica, em especial após a sua saída da cidade do Pará rumo à Capitania do Rio Negro, no ano de 1784. Outros dois manuscritos foram essenciais para se obter a dimensão dos trajetos e das especificidades materiais e humanas de cada núcleo: o *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província* (1768), feito pelo Padre José Monteiro de Noronha e o *Diário da Viagem da Capitania do Rio Negro* (1776), do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, esse recorrentemente citado por Alexandre Rodrigues Ferreira em seus escritos. O roteiro de Noronha apresenta os assentamentos urbanos da bacia Amazônica de maneira esquemática, indicando a localização dos mesmos, as nações indígenas habitadas,

as culturas exploradas e os pormenores do percurso entre eles. O diário de Sampaio guarda bastante semelhança com a forma produzida por Noronha, assim como Alexandre Rodrigues Ferreira se valerá de esquemas bastante parecidos para descrever os lugares por onde passa. Essas recorrências entre os documentos permitiram que se pudesse comparar vilas, lugares e aldeias, sobre o que se manteve e o que se alterou.

A reunião e cotejo da iconografia diversa, caso de cartografias e outros tipos de imagens, permitiu que conjecturássemos acerca da representação e caráter dos núcleos da bacia Amazônica. Dentre as imagens similares podemos citar: os prospectos produzidos pelo cartógrafo André João Schwebel em 1756. A própria carta da *Nova Lusitânia* permitiu que acompanhássemos com detalhe acerca do percurso descrito por Alexandre Rodrigues Ferreira em seus diários, memórias e correspondências. Algumas das informações do percurso feito pelo naturalista só foram possíveis de se reconstituir a partir da correspondência entre ele e seus superiores em Portugal. Nesse ponto a pesquisa encontrou algumas dificuldades pois não conseguiu acessar bibliografia que já havia estabelecido o roteiro da *Viagem Filosófica* (FERREIRA, 1938).

## 1.5 INDICAÇÕES POR LOCALIDADES

### 1.5.1 Belém

#### ***Miscelânea Histórica para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará (19 de setembro de 1784)***<sup>20</sup>

Essa *Miscelânea*, conforme exemplificado em outro trecho, dá dimensão sofisticada da cultura material e arquitetônica da cidade, ainda que não fosse objetivo principal do naturalista, há a apresentação de fatos relativos à ocupação, urbanização e arquitetura da cidade de Belém em finais do XVIII. O diálogo entre a missão civilizadora e o projeto pombalino, tanto no reino, pós terremoto, como nos projetos coloniais para a Amazônia. Nesse documento é capaz de se ter a noção da dita missão civilizadora, do controle do território e do que se entendia por barbárie e civilização. O prospecto da cidade de Belém e a *Miscelânea* nos dão subterfúgio para alocar as iconografias na base georreferenciada bem como traçar alguns juízos acerca dessas representações e relatos, extraindo deles a figura da cultura material, ressaltando sempre que um dos objetivos do material é apresentar uma figura do colonizador civilizador e domesticador do território. A cidade de Belém é um projeto político do consulado pombalino, que outorga, a seu irmão Mendonça Furtado, o papel de governador da capitania e responsável por implementar a visão de governo e sistematização do território

#### ***Nº 1 – Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (Fig. 21)***

---

<sup>20</sup> Códice 21,1,1 nº 2 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Transcrito em Ferreira (2008b).





Figura 21 - PROSPECTO da cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará. De 20 de maio de 1784. [1784]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Já na primeira linha Ferreira cita o Roteiro do Vigário Geral José Monteiro de Noronha, que serve como uma espécie de guia para o naturalista, que faz as vezes de comparação entre o descrito por Noronha e o observado in loco por ele. O relato do frei é a imagem anterior institucional, organizada e civilizada, que cabe ao cientista, agora sob bases ditas objetivas e munidos de uma metodologia diferente, averiguar o território e o que se passou com ele nesse ínterim. Nesse item Ferreira alude ao fato de se aventar a possibilidade de transferência da capital para a ilha do Marajó, pois, segundo ele, seria mais salubre e propícia para a implantação. Ferreira descreve também a disposição dos espaços religiosos no tecido urbano, da sucessão de cargos religiosos. Enumera também as instituições de Estado e relata as sucessões históricas do local. Ressalta para o fato de em 1624 tenha sido separado do governo geral do Brasil, com o título de Estado do Grão-Pará e Maranhão. O texto elenca algumas relações, que parecem ser listas dos ocupantes de diferentes cargos civis e eclesiásticos, como o de bispo, juiz de fora, ouvidor geral, etc. É um demonstrativo da história administrativa da capitania, que era recente, um organograma histórico. Ferreira aponta também a falta de homens formados na população, a despeito dos homens doutos vindos de fora:

Admiro-me de que vindo a esta cidade tantos homens doutos em todo o gênero de letras, nem por isso se tenham adiantado os seus habitantes. Estiveram nelas, dos antigos, um Condamine, um Birneli, um Tamucêtti, um Gromfel, um Calheiros, um Galussi e ainda residem no Estado, além dos matemáticos e engenheiros empregados nas demarcações, um Chermont, um Mardel e um Wilheins, e nem tantos homens puderam derribar do seu trono a ignorância. (FERREIRA, 2008b, p. 27).

O trecho dá a dimensão dos valores propugnados pelo naturalista, os homens de valor são homens de ciência, de base e conhecimento científico, os de antanho e os seus coevos. A religião, mormente atrasada, ainda tem os que tem juízo arejado, citando o Frei Noronha. Falando sobre os militares Ferreira dá a impressão de como eram importantes no desenho urbano os equipamentos de defesa e dos arranjos das tropas nesses.

Alexandre Rodrigues Ferreira faz uma descrição detalhada da disposição dos bairros, esses são dois: Cidade e Campina. O interessante é fazer a comparação de prospectos e descrição da disposição e modos de fazer as casas, das faltas de pedras, e outras especificidades. Ferreira descreve com clareza os processos construtivos, e tem bastante valia, talvez possamos identificar nos prospectos e iconografias esses

detalhes. Essa descrição de Ferreira dá conta de muitos aspectos da cultura material e construtiva, diríamos arquitetônica, fala também da disposição dos poucos imóveis, das ornamentações, das dinâmicas sociais dentro do espaço íntimo. Ferreira cita casas modernas, algumas iconografadas, exaltando as qualidades dessas em detrimento das restantes da cidade, cita inclusive a localização de uma delas, a de Manoel Raimundo Alves da Cunha, à esquina do largo das Mercês. Fala também sobre o sistema de águas da cidade, que consistia, na maior parte da coleta por poços particulares. O naturalista enumera os poços e suas medidas, ainda cita ser necessário o trabalho de esgotamento de águas e drenagem, a fim de diminuir as consequências do ambiente pantanoso. Acreditava-se que os ventos e ares corruptos fossem as causas principais das enfermidades da cidade. A descrição do desenho urbano também passa pelo cais, o naturalista enumera e elenca o número de navios e os principais produtos que passaram pela alfândega. Um ponto levantado é a falta de mecanização das tarefas, citando Ferreira os poucos exemplos existentes, mormente usados no beneficiamento do algodão. Há, segundo ele, uma falta de ofícios e artesãos na cidade.

Convém se deter trecho a trecho na descrição do tecido urbano, e ressaltar alguns aspectos importantes, também comparando com o mapa elaborado pelo riscador José Joaquim Freire, referente à cidade em 1791 (**Fig. 22**). Ressalvando que a *Miscelânea* descreve a cidade em 1784, ainda que não sejam os documentos retratos do mesmo desenho urbano.



Figura 22 - FREIRE, José Joaquim. Plano geral da cidade do Pará em 1791 tirado por ordem do Ilmo e Exmo Snr. D. Francisco de Sousa Coutinho Governador. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Vejamos se conseguimos estabelecer algumas ligações ou esclarecer informações que possam soar incompletas quando verificamos os documentos isoladamente.

A cidade se divide em dois bairros: o da Cidade e o da Campina. A cidade em si é plana, as ruas, mais estreitas do que largas, pela maior parte irregulares, todas por calçar, e como o seu fundo é tijuco, com as águas do inverno, fica toda um pantanal. A rua mais larga é a da Cadeia, no bairro da Campina, mas essa mesma não é tirada a cordão desde o largo do Palácio, até o das Mercês. Predomina neste bairro a areia; por isso não é tão pantanoso como o da Cidade. Alguns declives têm, porém, pouco sensíveis. Só a rua que chamam da Paixão é calçada; porém, calçada de modo que antes não fora, pela mortificação que sentem nos pés os que a passeiam. (FERREIRA, 2008b, p. 28).

Nesse trecho Ferreira descreve a disposição dos dois bairros e a condição das ruas. No mapa feito em 1791, na legenda são explicitados dois pesos gráficos: “As Ruas, e Caminhos lavados de Carmim, são [c]alçados de pedra. As Ruas, e

*Caminhos lavados de tinta da terra, são térreos.*” A grande maioria das ruas é de terra, conforme a descrição e o mapa, pouquíssimos os caminhos e ruas calçados em pedra, segundo o mapa de 1791, pode-se identificar calçamento ao redor de alguns edifícios públicos e religiosos, a dita rua da Paixão não consta como calçada na cartografia. Notar também que Ferreira analisa a cidade de acordo com parâmetros organizadores do espaço, cita a irregularidade e a falta de calçamento, bem como os problemas de drenagem. Sua régua compara o tecido urbano da Belém de finais de setecentos com outros lugares, provavelmente as ruas do Reino.

Nos trechos seguintes exemplificará acerca dos materiais e técnicas construtivas do casario da cidade:

Pedra não a há dentro da cidade para se calçarem as ruas e levantarem-se os edifícios, mas há perto dela uma pedreira de pedra are(i)enta mineralizada de ferro, que transportam nas canoas para as obras e casas que fazem. (FERREIRA, 2008b, p. 28).

Fica patente que Ferreira traz consigo um repertório construtivo específico, entende como básica a construção feita com certos tipos de pedras mais densas, não essa mineralizada que se apresenta na região. É recorrente essa visão ordenadora nos escritos de Ferreira, de uma certa imposição dos seus parâmetros, poucas vezes sendo flexível com as especificidades dos sítios locais.

O comum das casas, em um e outro bairro, é serem térreas. As que o não são totalmente, são quase térreas, porque suposto só levantam algum pouco do nível da terra, poucas são assoalhadas e muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal. A maior parte das paredes é de frontal e o método de as levantar consiste em levantarem [es]teios, que de ordinário são de uacapu ou sepipira, cujas extremidades fincam na terra, com a cautela somente de as não aguçarem. Em vez de pregarem os caibros que atravessam para fazerem o engradamento, atam-nos com o timbó-titica e, sem adubarem o tijuco nem, muitas vezes, fazerem o uso da colher e trolha, mesmo a mão vão embuçando o frontal. Caia-se depois, ou com a cal, a que reduzem as conchas, que chamam cernambis, de que há minas dilatadas em vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá e o canal do Limoeiro e a que podem reduzir, como já reduziu o capitão Luís Pereira da Cunha, as ostras e cernambis de que também há minas em Carutapera, abaixo da costa do Caeté, ou com a tabatinga. (Ibidem, p. 28).

O prospecto de Belém não deixa entrever nenhuma dessas casas térreas com clareza, podendo inferir que mais à esquerda da representação sejam mais identificáveis, enquanto que na parte direita são apresentados os edifícios mais robustos, sobrados e fortes militares. A visão de Ferreira e seus conceitos se chocam com o que ele observa, pois mede o que vê de acordo com conceitos e prerrogativas

anteriores, mormente calcados em preceitos sanitários e higienistas (PATAÇA, 2018). De acordo com Ferreira, a constituição das residências, sua implantação, método construtivo, implicam no surgimento de doenças e outras insalubridades.

Os edifícios apresentados no prospecto guardam semelhança com a descrição da *Miscelânea*, quase todos representados como caiados. O mapa de 1791 traz também na legenda: “*Os Edifícios lavados de carmim forte, são de pedra e cal. Os Edifícios lavados de carmim, e amarello, são de madeira, terra, pedra, e cal. Os Edifícios lavados de amarello, sombreado de carmim, são de madeira e telha. As Obras lavadas de amarello, são puramente de madeira*”. No mapa podemos identificar que grande parte dos edifícios está na categoria dos feitos de madeira, terra, pedra e cal, os únicos feitos de pedra e cal são os prédios religiosos e fortes.

Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não têm, guarnece-mo de uma sapata de pedra e cal, revestida de tijolo. Muito poucas são, no dia de hoje, as casas cobertas de palhas dentro da cidade. Mas o comum das que têm telhas é de o serem de telha vã. Sendo a terra tão úmida como é, vê-se bem que em vez de levantarem as casas e resguardarem da umidade as paredes e o chão, os mazombos as fazem baixas e rentes com a terra, ajudando a encarcerar mais o ar as chamadas gurupemas o de um tecido de palha tão miúdo que apenas se distingue o vulto de quem está por detrás dela, para isso mesmo as tecem e usam delas os mazombos como das rótulas em Portugal, porque receiam que se lhes vejam as mulheres e filhas e se lhes devassem as casas onde, aliás, não há mais que redes nas salas e casas interiores, poucos móveis e, esses, de gostos e usos esquisitos. (FERREIRA, 2008b, p. 28-29).

O naturalista faz questão de contrapor a arquitetura e morada dos mazombos (nascidos no Brasil) com um padrão português. Há certo tom pejorativo na descrição, pois, munido de cabedal instrumental científico, Ferreira julga conforme sua medida. Ferreira citará também que existem algumas casas com ornamentos característicos, fazendo uso de madeira pintada ou de tijolos fazendo as vezes de pedra.

Ferreira descreve, brevemente e de maneira direta, um pouco da geografia física do entorno, os rios e igarapés, as ilhas, os espécimes vegetais e animais que circulam por lá, bem como fala do clima do lugar, atentando para o fato dele estar inconstante, de acordo com os relatos dos antigos. Esse esquema de apresentação do mundo natural segue parte do roteiro das instruções elaboradas em Portugal, que indicava quais pontos a serem levantados e descritos pelo naturalista. Os hábitos e práticas alimentares são bem descritas, as carências de proteína, seja vinda do Marajó sob forma bovina, seja o pescado, que sofre com a falta e continuidade dos

Pesqueiros Reais. Os alimentos e bebidas ingeridos são elencados pelo naturalista, e dialogam intimamente com o que se faz hoje na região. Os divertimentos são poucos, os banhos principalmente, mas o naturalista não dá muita atenção, pois seu parâmetro de análise é o divertimento socialmente aceito do seu tempo, os passeios públicos impedidos pelas más condições urbanas. Belém, no olhar do naturalista, carece de espaços urbanos que permitam a vida em sociedade aos moldes do reino.

**Nº 2 – Hospital Real Militar (Fig. 23):** Ferreira descreve mais a falta de cuidados médicos que sofria a cidade de Belém do que o edifício em si. Fala mais da dinâmica e funcionamento dele do que de sua arquitetura, sobre o prédio descreve apenas o percurso até ser consolidado no local, e que antes era uma morada de casas de Domingos da Costa Bacelar.

**Nº 3 – Castelo da Cidade (Fig. 23):** na breve descrição do forte, Ferreira cita que é revestida de pedra e destaca ainda que se não se revestir a muralha o forte corre o risco de se degradar à ruína. A imagem do Castelo da Cidade no prospecto deixa antever as peças de artilharia, mas pouco sobre o estado das muralhas em si, obliteradas por uma vegetação.

**Nº 4 – Igreja do Convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Fig. 23 e Fig. 24):** a parte as descrições e cronologia e sucessão dos religiosos, interessa um trecho apresentado pelo naturalista, a saber, sobre a ocupação dos carmelitas no Rio Negro e Solimões, com destaque para os futuros prospectos produzidos referentes a muitos desses lugares:

(...) que eles foram os que fundaram 8 missões no rio Negro e 7 no Solimões, sem que para elas concorresse a fazenda real com mínima despesa, cujas missões passaram depois a vilas e lugares, das quais ainda conservam os nomes com que foram fundadas, os que têm atualmente e os oragos das suas igrejas, a saber: no rio Negro, a missão de Jaú tomou o nome de lugar de Airão, da invocação de Santo Elias; a de Aracari, o de lugar de Carvoeiro, Santo Alberto; a da Pedreira, o de vila de Moura, Santa Rita; a do Cumaru, do de lugar de Poiares, Santo Ângelo; a de Mariuá, o de vila de Barcelos, capital da capitania, Nossa Senhora da Conceição; a de Caboquena, o de lugar de Moreira, Nossa Senhora do Carmo; a de Bararoá, o de vila de Thomar, Santa Rosa; à de Dari, o de lugar de Lamalonga, Nossa Senhora do Carmo. (FERREIRA, 2008, p. 40).

As informações acima são relevantes para podermos georreferenciar na base essas vilas e lugares, bem como traçar o comparativo com o apresentado nos prospectos de André João Schwebel e manuscritos do ouvidor Sampaio e do Frei Noronha, que passam por muitos desses locais.



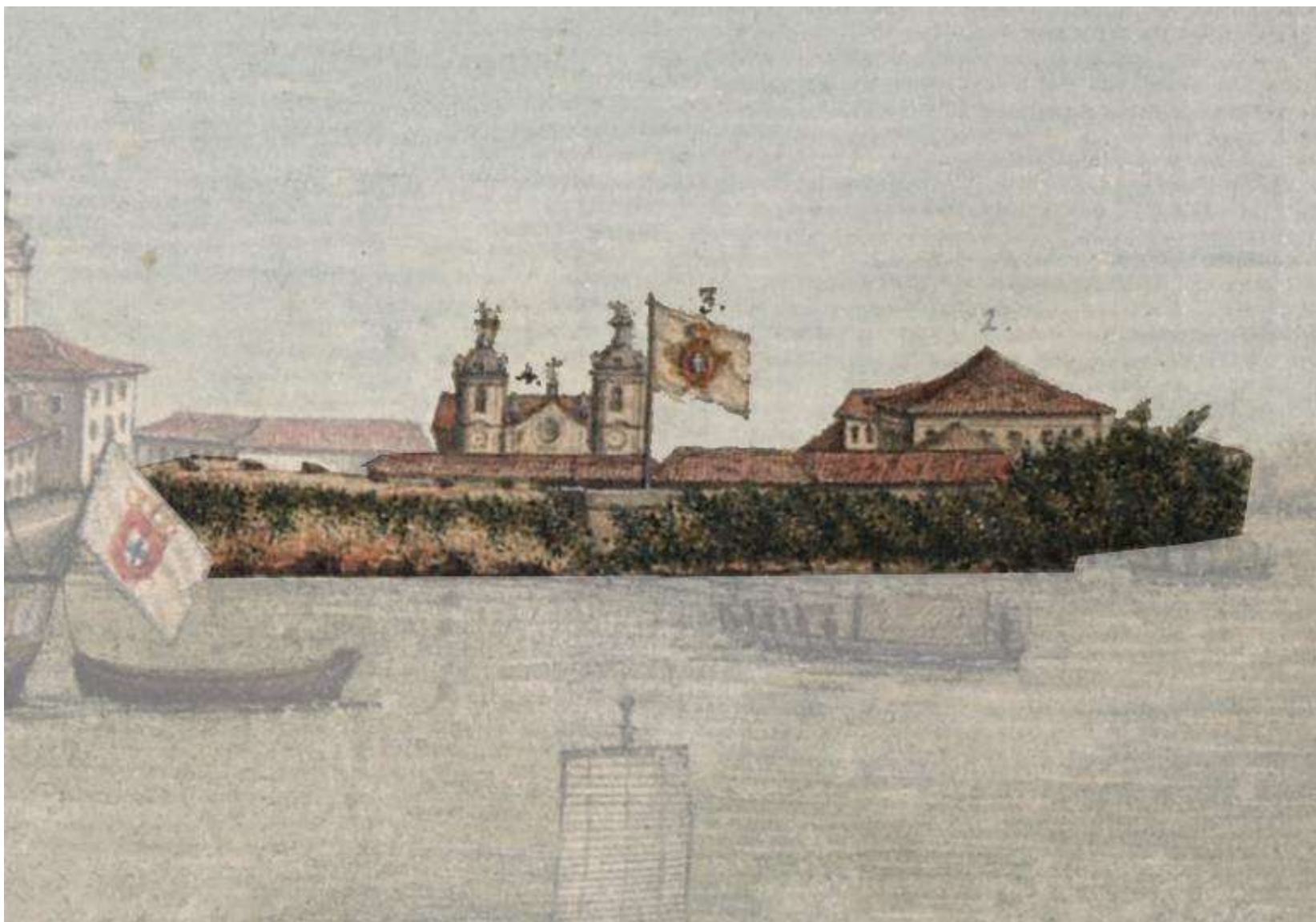


Figura 23 – Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 2, 3 e 4, referentes ao Hospital Real Militar, ao Castelo da Cidade e à Igreja do Convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Sobre a arquitetura da igreja, Ferreira descreve-a como sendo de pedra e cal, cujo desenho é feito pelo arquiteto régio Antônio José Landi, em detrimento do corpo da velha igreja. Elenca também as talhas modernas bem como conta a história do frontispício mandado fazer em Lisboa pelo Padre Frei Antônio de Azevedo, inclusive com mão-de-obra lisboeta. Ferreira conta sobre a Igreja do Carmo o seguinte, que tendo sido erguido o frontispício encomendado pelo Padre Antônio, o corpo da igreja deu sinais de ruína, a solução foi demolir o corpo antigo e substituir pelo projeto de Landi. Devido à essa acomodação entre o corpo antigo e o novo, a igreja apresenta alguns detalhes dessas adequações, como a diferença de altura entre os telhados do corpo e do coro. Há ainda uma inadequação entre o corpo da igreja com a capela-mor, resquício da antiga construção. A partir dessa documentação apresentada pelo naturalista, conseguimos reconstituir um pouco da história dessas edificações e perceber como se davam os adendos e como eram concebidas as partes, raros os exemplos de obras iniciadas e terminadas de maneira uniforme.



1. Prospecto da Frontaria da Igreja dos Carmelitas Calçados  
2. Ordem Terceira

Figura 24 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja dos Carmelitas Calçados e Ordem Terceira. Imagem 45,5 cm x 22,0 cm em folha 47,0 cm x 35,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

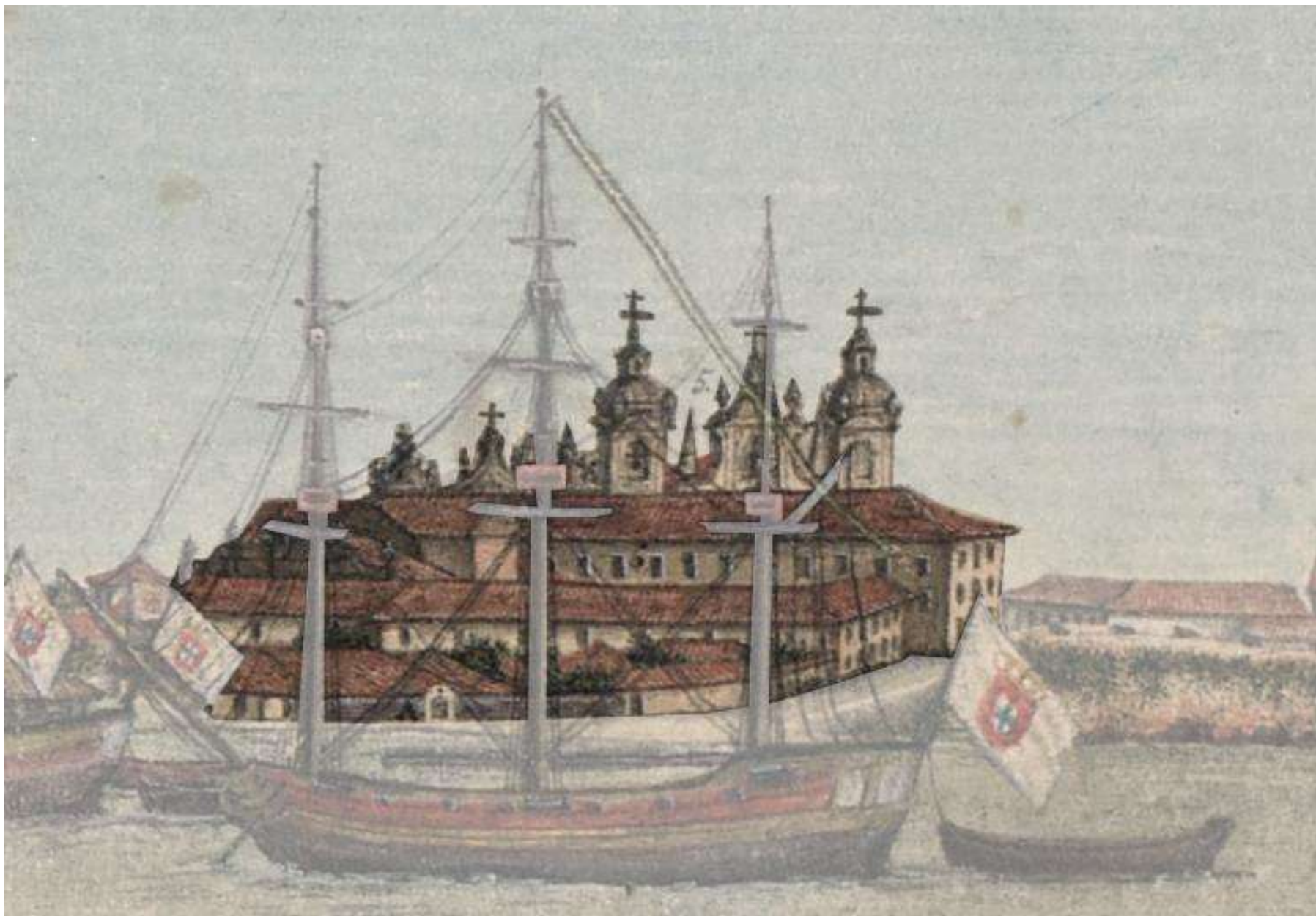


Figura 25 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 5, 6 e Letra A, referentes à Igreja Catedral, à Igreja de Santo Alexandre e à Casa da Alfândega . Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Nº 5 – Igreja Catedral da Invocação de Santa Maria da Graça da Cidade de Belém do Grão-Pará (Fig. 25 e Fig. 26):** Indica Ferreira no início da descrição o desmembramento de bispado, não mais apenas do Maranhão, mas constituindo um para o Pará, em 1720, sendo o primeiro bispo Dom Frei Bartolomeu do Pilar, da Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Mais que um dado estatístico e histórico, convém lembrar que existe um mapa com as freguesias e aldeamentos organizados por esse bispo, mostrando as missões de cada ordem, ao longo da bacia Amazônica. Sobre a construção em si Ferreira não dispense muita descrição, apenas arremata com curiosa observação: “*A igreja é feita de pedra e cal e, das catedrais do Brasil, é a melhor*” (FERREIRA, 2008b, p. 45).

**Nº 6 – Que foi dos Jesuítas, a que deu princípio o Padre Reitor João do Souto Maior, debaixo da invocação de Santo Alexandre (Fig. 25):** Pouco se fala sobre o edifício em si, Ferreira se debruça mais sobre a história dos jesuítas na cidade de Belém e dos percalços que tiveram até a expulsão da ordem do Reino e colônias, em 1759. Nos idos de 1784 a igreja estava praticamente em ruínas:

Por estar sempre fechada e sem uso, que, aliás, podia ter tido, já no dia de hoje está muito arruinada a igreja, sem que a sua reedificação ou reparo possa iludir uma despesa considerável. A ruína é tal que nem para a capela do seminário serve. Chove-lhe por todas as partes e, a não a reedificarem ou demolirem, por si mesma se demolirá. (Ibidem, p. 46).

**Letra A) Casa da Alfândega (Fig. 25):** na breve descrição do edifício é destacada a incapacidade de cumprir a função com exímia, sendo pequeno o espaço para guardar a carga, de modo a ter que ser a rápida a expedição dos mesmos, bem como não há cobertura suficiente que possa preservar as fazendas e outros produtos, deixando-os ao tempo.



Figura 26 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria da Igreja da Sé. Folha 45,0 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Nº 7 – Casa das Canoas (Fig. 27):** brevíssima descrição, apontando quem mandou fazer, dizendo que é coberta de palha, conforme se bem observa no prospecto, e acomodando as canoas dos altos funcionários.

**Nº 8 – Palácio da Residência dos Excelentíssimos Senhores Generais (Fig. 27, Fig. 28 e Fig. 29):** Ferreira faz um histórico da edificação, que no lugar da atual existia outra, na verdade casas de particulares, segundo o naturalista, um pouco maiores que as ordinárias já descritas. O palácio seguiu o desenho de Landi, com algumas diferenças projetuais, e também com a reprimenda por estar situado na lateral da praça, e não de maneira centralizada, o que talvez denotasse ou diminuísse a implantação no sítio. Ferreira ainda aponta alguns detalhes que julga problemáticos:

(...) o certo é que não corresponde com ela a porta principal no meio de duas janelas, além do outro defeito dentro da entrada, que é o de ser mui rebaixado o plano-inclinado sobre que montam as escadas. A mesma porta não tem a largura precisa para dar entrada franca a uma sege. (FERREIRA, 2008b, p. 51).

É curioso atentar a um juízo que faz Ferreira acerca da imponência do palácio, que esse destoaria muito do corpo da cidade:

Podia ser menor do que é, e nem por isso perdia coisa alguma da decência que deve ter a casa da residência de um general, porque agora que a cidade ainda não tem aquele número de casas que correspondam com ele, fica sendo uma cabeça monstruosa. A sua grandeza concorre para o arruinar. (Ibidem, p. 51).

Nisso ficam distintos os conceitos que o naturalista tinha para julgar a implantação dos edifícios, e certamente tinha algumas noções de simetria, proporção, decoro, entre outros princípios de manuais de arquitetura, talvez dos tratados clássicos como Vitrúvio, Alberti e Serlio<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Em *Inventário* do Real Jardim Botânico da Ajuda é possível conferir a existência de alguns desses tratados, mas, por enquanto, não se pode afirmar que Alexandre Rodrigues Ferreira tenha se instruído neles. É de se verificar se os estudos de Filosofia Natural, seja nas cadeiras que lidavam com desenho, utilizavam desses tratados como material de apoio e ensino, assim poderíamos entender um pouco melhor de onde Ferreira retira os seus conceitos de decoro e adequação dos espaços, ou se é apenas uma intuição de observador.



Figura 27 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 7 e 8, referentes à Casa das Canoas e ao Palácio dos Governadores. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



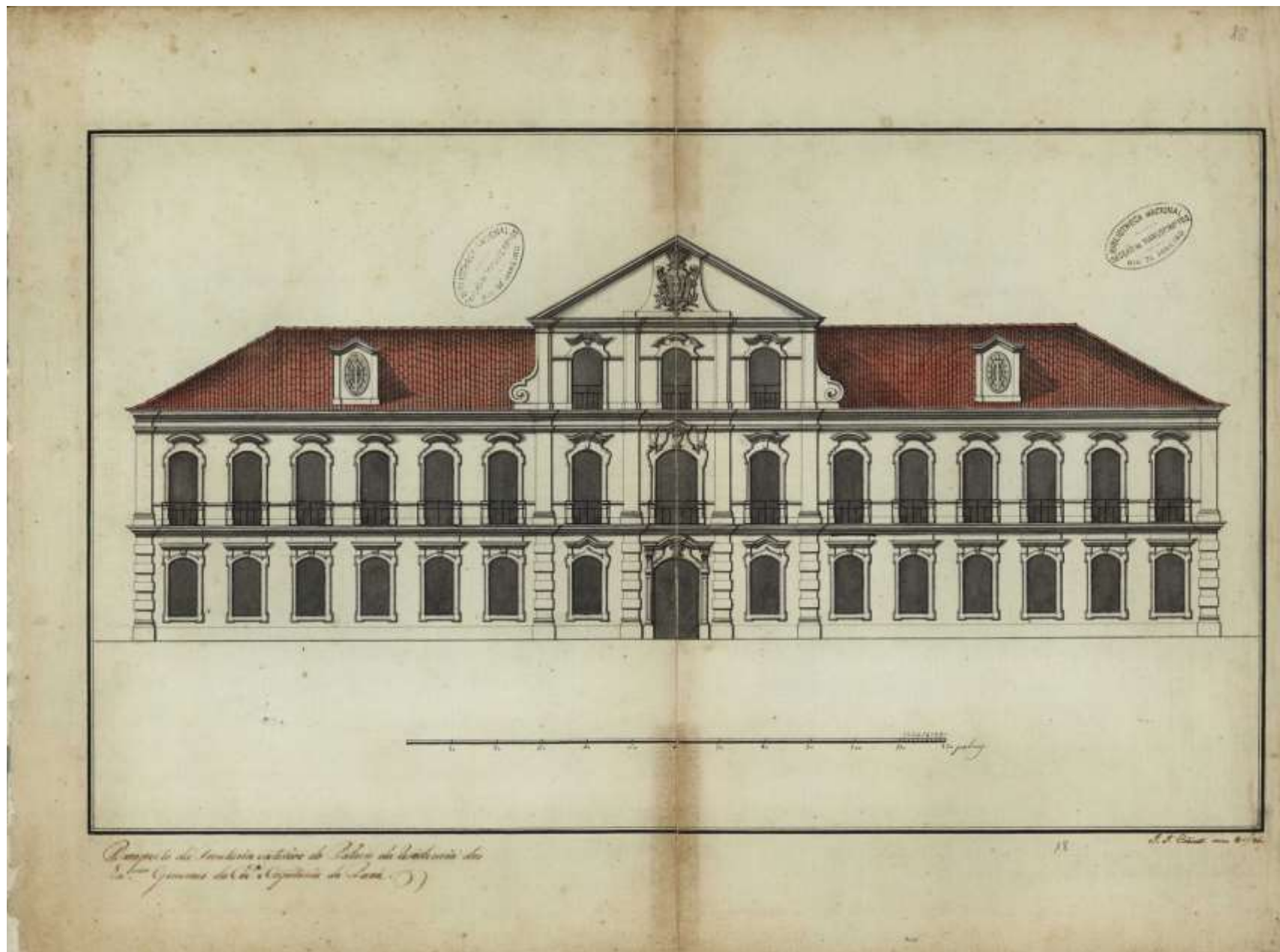


Figura 28 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da frontaria exterior do palácio da residência dos Excelentíssimos Generais da Cidade e Capitanía do Pará. 1784. Imagem 42,0 cm x 25,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

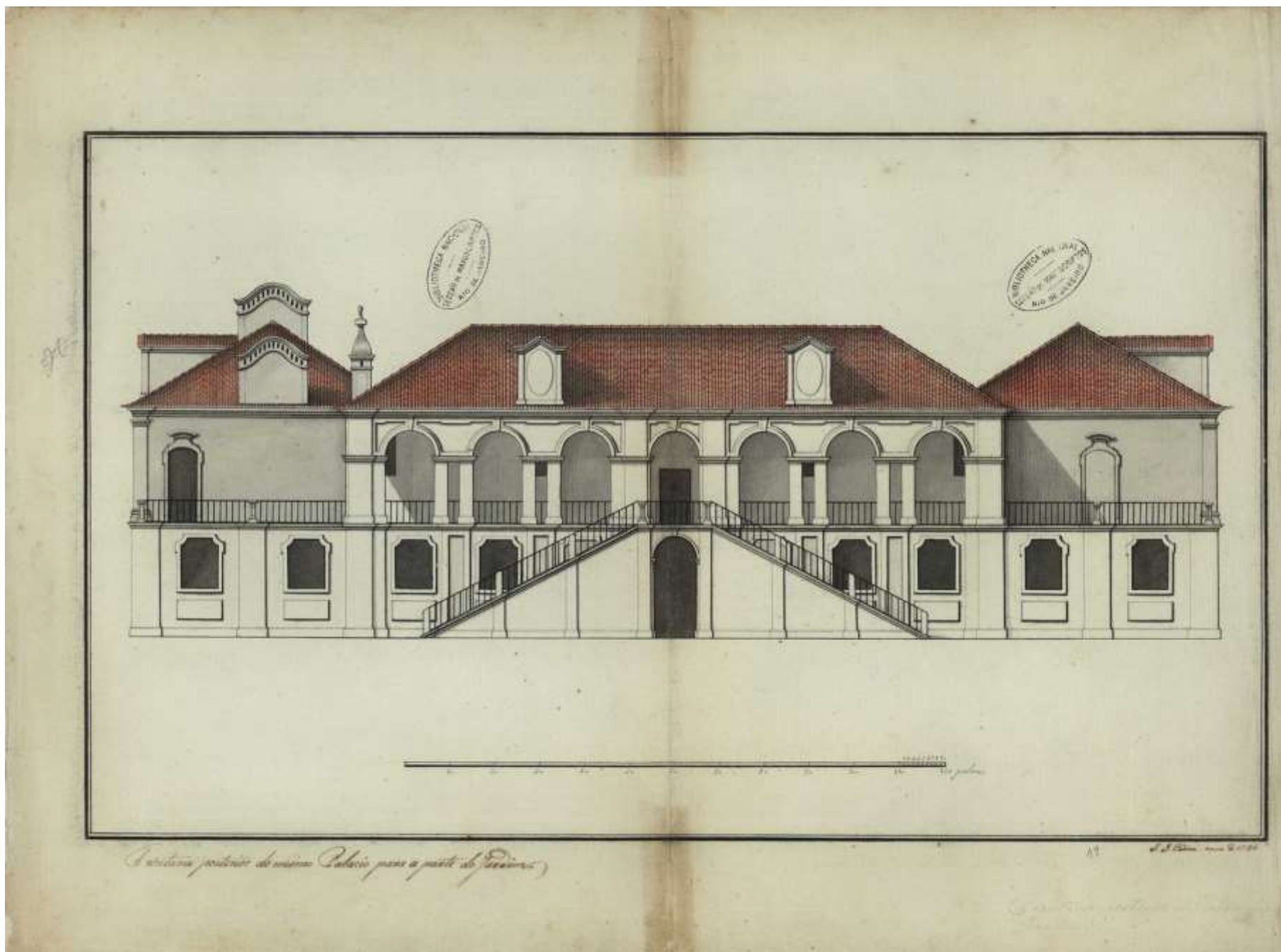


Figura 29 - CODINA, Joaquim José. Frontaria posterior do mesmo palácio para a parte do jardim. 1784. Imagem 42,5 cm x 25,5 cm em folha 46,5 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 30 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos itens 9 e 10, referentes à Igreja das Mercês e ao Forte de São Pedro Nolasco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Nº 9 – Igreja do Convento dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês (Fig. 30 e Fig. 31):** A atual igreja, ao tempo de Ferreira, não era a mesma do início, aquela teve a construção começada nos idos de 1748. Os mercedários atuaram junto a Coroa Portuguesa, e com o seu beneplácito, na ocupação dos sertões da capitania, evangelizando e cristianizando as populações locais, e também fundando missões. Essas ordens religiosas, além das tarefas imediatas como a catequização, constituíam terras e ocupavam-se de produzir e explorar os recursos locais, seja por mão de obra escravizada negra ou indígena. Ferreira mesmo cita reiteradamente acerca das posses e fazendas pertencentes à essas ordens. “Possuem estes religiosos as melhores fazendas de gado da Ilha Grande de Joanes e dentro de outras trabalham em quase todas as manufaturas precisas”. (FERREIRA, 2008b, p. 56). Sobre o edifício o naturalista apenas o descreve como sendo feito de pedra e cal, contando com 10 altares.

**Nº 10 – Forte de São Pedro Nolasco (Fig. 30):** A descrição do forte é curta, apenas sendo preciso destacar que consta ser de pedra e cal e alguns detalhes em tijolo.

**Nº 11 – Torre da Igreja da Misericórdia (Fig. 32):** Não há na descrição algo que se atenha a materialidade do edifício em si, apenas ressalvas de sua má conservação e dos problemas administrativos referentes à Santa Casa. Resta conjecturar o porquê de o naturalista incluir a explicação da torre no prospecto de Belém, que aliás deve ser um ponto norteador da análise, acerca da importância dos pontos representados e explicados. Nota-se que da descrição do *Palácio da Residência dos Excelentíssimos Senhores Gerais* até a da *Igreja e Conventos das Mercês*, é representado no prospecto quatro quadras de sobrados e edifícios civis, que não merecem nota. O olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira parece estar voltado à institucionalidade governamental, militar e eclesiástica, um olhar burocrático, pouco afeito às curiosidades que não se atinam à sua tarefa estipulada em Portugal.



Figura 31 - PROSPECTO da nova Praça das Mercês, mandada fazer pelo governador e capitão general D.Francisco de Souza Coutinho. N.º1 Frontespício da Igreja dos Religiosos de Nossa Senhora das Mercês. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 32 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará* referentes aos edifícios indicados pelos item 11 e 12, referentes à Torre da Igreja da Misericórdia e à Igreja Matriz do bairro da Campina. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Nº 12 – Igreja Matriz de Santa Ana do Bairro da Campina (Fig. 32):** há uma explicação sanitária para a construção dessa igreja, pois foi preciso desmembrar em duas freguesias a cidade de Belém, à custa de poder atender a população com dois sacrários, já que as grandes epidemias faziam muitas vítimas e sobrecarregavam os trabalhos da freguesia da Sé. É uma igreja que foi erguida quase que contemporânea à chegada do naturalista ao Pará, no ano de 1782. Apesar da recente inauguração, com projeto e desenho de Landi, a Matriz de Santa Ana apresentava alguns problemas: “Até feita de pedra e cal, pelo risco à romana, que deu Antonio José Landi, porém já principiam a rachar tanto a parede do frontispício, como a de um dos lados da capela-mor, por defeito de obra” (FERREIRA, 2008b, p. 61). Interessante seria entender o que ele diz por ser riscada à romana, talvez se referindo à sua planta e traçado.

**Nº 13 – Convento dos Padres Capuchos de Santo Antônio:** A descrição do edifício é imediata, apenas para constar que é feito de pedra e cal, tanto a igreja como a ordem terceira, e uma breve descrição dos altares e da suficiência dos paramentos litúrgicos. O que pode se destacar nesse item, no desenrolar da explicação que Ferreira faz da trajetória da Ordem no Capitania, é o trabalho conjunto que se fazia entre o poder civil e o eclesiástico na missão colonizadora. Conforme as certidões, alvarás e cartas régias apresentadas, fica patente como as missões dialogavam com desígnios oficiais, um trecho convém transcrever, onde Ferreira apresenta quais eram os locais designados para as missões de cada Ordem religiosa (**Fig. 33**):

Na carta de 19 de março de 1699 fez Sua Majestade a separação das missões, encarregando aos capuchos as missões do Cabo do Norte, por se terem escusado delas os jesuítas, inculcando em seu lugar os capuchos, donde resultou consignar Sua Majestade aos jesuítas as missões do sul do rio das Amazonas, de modo que a distribuição foi feita nestes termos:

Para os jesuítas tudo o que ficava ao sul das Amazonas, determinado pela margem do rio e sem limitações para o interior dos sertões.

Aos padres de Santo Antônio, tudo o que ficava ao norte do mesmo rio e o sertão chamado do Cabo do Norte, em ordem a que percorrendo pela margem do rio ficassem compreendidos os rios do Jari, do Paru e a aldeia de Urugicoara, que era missão dos jesuítas e nela se limitaria, ficando-lhes sem restrição o sertão deste distrito.

Para os capuchos da Província da Piedade que haviam assistido no Curupá, todas as terras e aldeias que estivessem junto da fortaleza e todas as mais acima de Urubucoara até o compreenderem os rios do Xingu, Trombetas, Caribi etc. (Ibidem, p. 64).

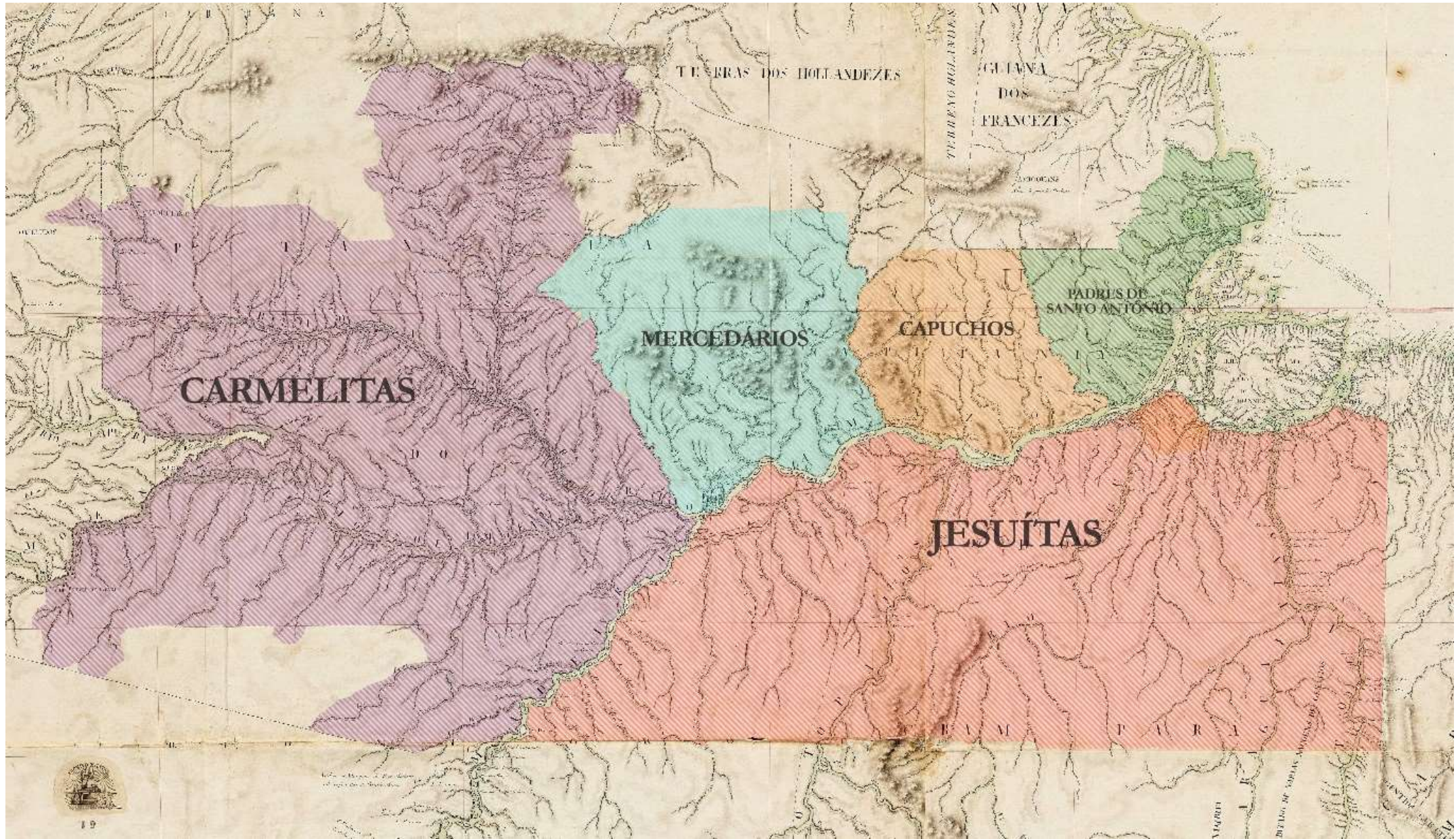


Figura 33 - Espacialização sobre a carta da *Nova Lusitânia* das áreas de atuação das ordens religiosas ao longo da bacia Amazônica, de acordo com o indicado por Alexandre Rodrigues Ferreira. (Imagem do Autor)



Era de fato impressionante a jurisdição eclesiástica, e isso corrobora o papel central que tiveram as ordens religiosas no processo de colonização da bacia Amazônica, no controle das populações locais e na exploração econômica dessas paragens.

### **1.5.2 Ilha Grande de Joannes (Marajó)**

Tratando-se de aproximar-se das imagens e iconografias produzidas pelos riscadores da *Viagem Filosófica*, a destacar seus nomes, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, aventamos a possibilidade de construir algum conhecimento acerca da urbanização e ocupação das capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Cuiabá e Mato Grosso em finais do XVIII. A estratégia é se apropriar das imagens em si e tecer juízos acerca da cultura material, arquitetônica e urbanística da região. Como exemplificado anteriormente, o *Prospecto da Cidade de S. Maria de Belém do Grão-Pará* cumpre otimamente essa função de trazer à tona texto e imagem e suscitar discussões já travadas (FARIA, 2001; PATACA, 2018), cabe propormos uma análise através do percurso feito por Alexandre Rodrigues Ferreira. Após sua chegada em Belém em meados de 1783, dá continuidade o naturalista a diversas diligências estipuladas de antemão, atendendo às demandas de travar um panorama político, econômico, social e estratégico das regiões a serem percorridas. Após a estada na capital saem os viajantes rumo às localidades vizinhas de Belém, a dizer, os lugares e povoados da Ilha de Marajó (Ilha de Joanes) bem como a outras. Até a partida para a Capitania de Rio Negro, em 1785, Ferreira produz material acerca de outros povoados da bacia do Amazonas, vezes se dirigindo a outros rios como Moju, Tocantins, a fim de levantar informações concernentes ao seu escopo. Lembrar que as imagens feitas por Ferreira carregam algo político, e essa costuma ser sempre eivada de simbolismos e significados mediados, bem como dialogavam com as políticas de legitimidade e soberania sobre o território:

No intenso processo de criação ou reforma de vilas, povoados e cidades na América Portuguesa, com destaque para a Amazônia, a elaboração de mapas ou plantas geográficas, serviu como instrumento extremamente eficiente para a legitimidade do poder temporal instituído pelo Estado português e para a consolidação das políticas coloniais através de projetos de urbanização. (PATACA, 2015, p. 247).

Da *Notícia Histórica da Ilha de Joanes*<sup>22</sup> e das *Notícias da Ilha Grande de Joanes dos rios e igarapés que tem na sua circunferência; de alguns lagos que se têm descoberto e de algumas coisas curiosas*<sup>23</sup> podemos suscitar alguns raciocínios sobre a ocupação e urbanização da Ilha de Marajó, notarmos um breve histórico dessa ocupação bem como atentar para pontos relevantes da história natural e da cultura material da região. Os relatos não fazem menção direta ao prospecto elaborado por Freire, mas descrevem parcialmente o que se apresenta, um núcleo urbano que a não muito tempo era uma aldeia missioneira, alçado a vila de acordo com um plano estratégico governamental para a região. Nesses relatos podemos nos aproximar das referências do naturalista, de seu repertório intelectual e técnico, na sua medida sobre o território. As suas indicações dialogam estreitamente com um panorama político e técnico desenrolado desde os meados do XVIII em Portugal.

### **Monforte**

Sobre o prospecto da vila de Monforte (**Fig. 34**) é importante ressaltar alguns pontos acerca do que se observa. Com base nas indicações feitas por Ferreira pode-se alocar o núcleo na base georreferenciada sem dificuldades, ainda que não se possa localizar com exatidão a localização dos edifícios representados no prospecto. Sobre o prospecto em si, a vista é elaborada pelo riscador José Joaquim Freire a partir do deslocamento feito pelas localidades da Ilha Grande de Joannes ou Marajó. É desenho elaborado e sem partes por finalizar, com elementos como moldura, título, legendas e indicações em numeral acerca dos equipamentos urbanos do local. Os edifícios são facilmente distinguíveis (**Fig. 35**), são enumerados cinco e indicada uma embarcação: nº 1 Igreja Matriz, nº 2 Quartel Comandante, nº 3 Armazém da vila e do pesqueiro real, nº 4 Casa do Capitão da ordenança da vila, nº 5 Casa das canoas, nº 6 Canoa do Dr. Ouvidor. Dos cinco edifícios indicados três são constituídos de telha: igreja matriz, quartel comandante e casa do capitão da ordenança, as demais construções são em telhado de palha. Todos são térreos. O núcleo urbano está circundado de elementos vegetais e florestas, donde pode se perceber algumas casas entremeadas àquelas.

---

<sup>22</sup> Conforme transcrito (FERREIRA, 2006).

<sup>23</sup> Códice 10,1,26 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

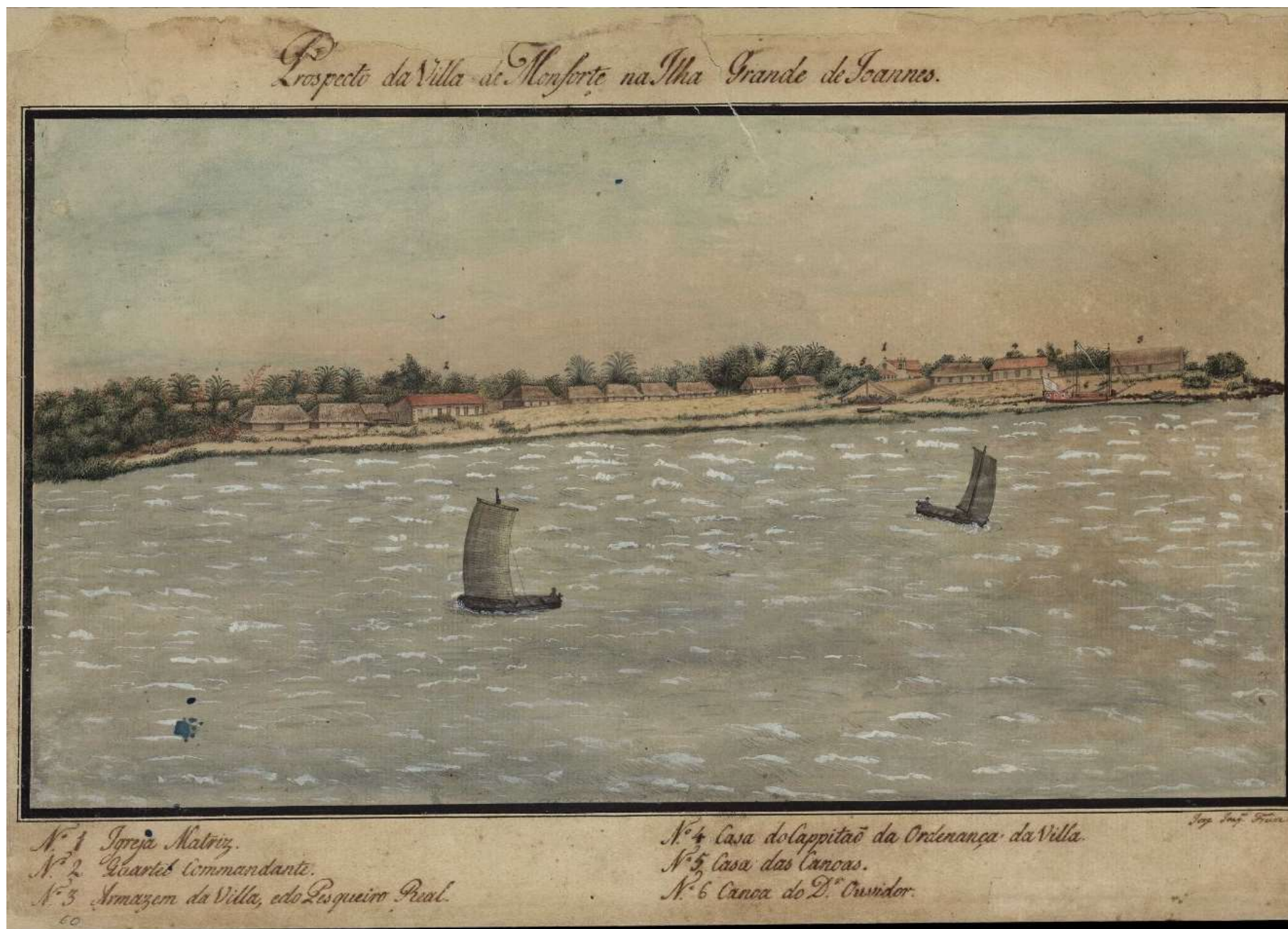


Figura 34 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joannes. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

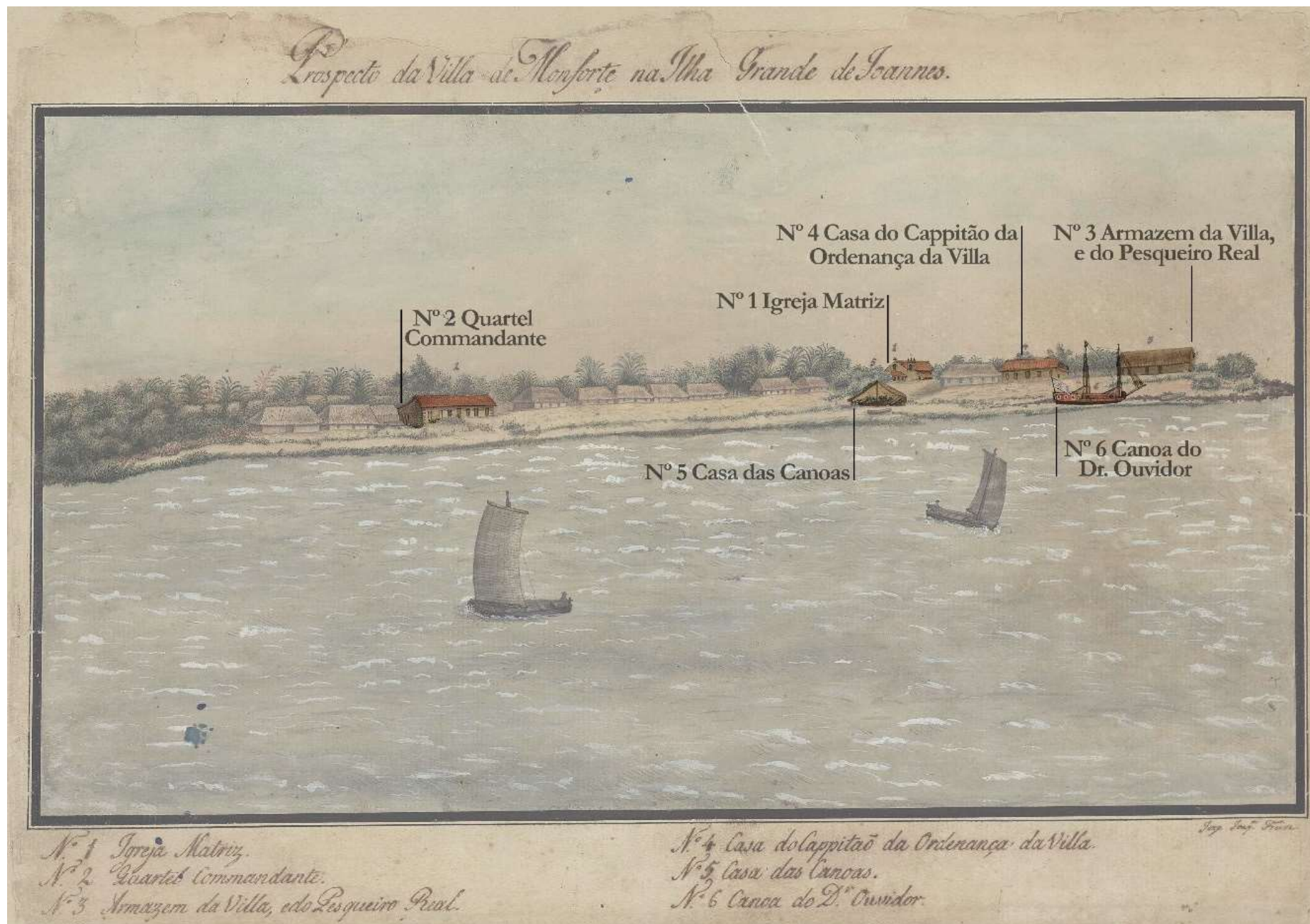


Figura 35 – Estruturas urbanas representadas por Ferreira na vila de Monforte, Ilha do Marajó (Imagem do Autor)

Ao contrário de outros núcleos representados ao longo da *Viagem Filosófica*, a vila de Monforte não se acha em situação elevada em relação ao nível do rio, no prospecto podemos ver uma praia que se estende até a borda das construções. Assim como o prospecto da cidade de Belém, não são representadas figuras humanas na vila, com exceção dos dois pilotos das embarcações situadas no primeiro plano, os quais pouco se distingue a fisionomia. São cidades vazias, ainda que as descrições indiquem ser o principal reduto da ilha do Marajó. Podemos depreender algo dessa deliberada vista sem o elemento humano?

A vila de Monforte seria o local, segundo o naturalista, mais propício para se desenvolver na ilha do Marajó. A *Notícia Histórica da Ilha de Joannes* ainda elenca uma série de outras povoações, núcleos e fazendas, mas que não acompanham prospectos desenhados. Ainda sobre Monforte, Alexandre Rodrigues Ferreira indica:

Está esta vila situada na costa oriental da ilha Grande, a 8 léguas de travessia da ponta inferior da ilha de Mosqueiro e 13 de andamento contado do porto da cidade, em 52'55" de latitude austral e 329°13' de longitude. Pode-se considerar como capital das povoações desta ilha. Consta ao dia de hoje 700 almas, incluídos os índios de serviço, gente que, pela situação em que está e pela necessária experiência que tem da navegação, é a mais própria para o serviço do mar. O desenhador parou o seu prospecto na forma que representa a tab. nº 1. Não me demoro com sua história particular, porque vai compreendida na história geral da ilha a qual é como se segue. (FERREIRA, 2006, p. 77).

Comparando prospecto e descrição textual podemos subentender que o núcleo se estenderia além da imagem representada, já que nas poucas casas desenhadas não dariam conta de abrigar as 700 almas descritas. Aqui torna-se a questionar o que estava entendido em se representar, a situação do lugar na hidrografia? A apresentação dos principais edifícios e estruturas? Também cabe conjecturar até que ponto o riscador não constrói uma imagem apta a alocar todas as informações necessárias para se servir de documentação para os fins oficiais. Esse esforço se observa no prospecto de Belém, onde comparado cartografia com desenho notamos que há observáveis distorções feitas a fim de conseguir enquadrar os principais edifícios a serem notados no panorama. É necessário relacionar os diversos aspectos que as iconografias potenciam, conforme:

A forma e o conteúdo das imagens devem sempre ser considerados no contexto político, econômico e social da *Viagem Philosophica* que se encontram explícitos ou implícitos nos desenhos ou nos textos complementares às imagens. O contexto histórico e a localização

geográfica podem determinar alguns elementos de suma importância como a escolha dos locais que seriam desenhados, importância econômica ou informações sócio-culturais que deviam ser descritas para a efetiva colonização, detalhamento das representações de zoologia ou botânica pelas possibilidades de exploração dos animais e plantas de cada local, etc. (PATACA, 2001, p. 4).

Nessa primeira parte da *Viagem Filosófica*, no que tange a documentação acerca da capitania do Grão-Pará, notamos que não há, ao menos no que nos foi outorgado com a presente documentação, um registro linear da situação das vilas e lugares da bacia do baixo Amazonas e adjacências da cidade de Belém. Há muito mais o registro de certos aspectos da cultura material e econômica, como os desenhos de engenhos, fazendas, equipamentos, embarcações. Defende-se que a representação de lugares e vilas tenha se intensificado nas áreas mais fronteiriças e sob os trabalhos das comissões de demarcação de limites, em especial as regiões do médio e alto rio Negro, rio Branco, rio Madeira, rio Jauru, rio Guaporé.

#### ***Notícia Histórica da Ilha de Joanes ou Marajó***<sup>24</sup>

De início Alexandre Rodrigues Ferreira proclama que irá fazer uma história circunstanciada de acerca das produções da Ilha de Joanes ou Marajó, e lança mão da humildade para dizer que não está à altura de vasta tarefa, mas que tentará apresentar algo relevante. Ferreira parte da cidade de Belém no dia 07 de novembro (1783) sob as ordens do governador e capitão-general Martinho de Souza e Albuquerque, o que será uma tônica nos diversos manuscritos, pois fica explícito a situação social em que se encontra o naturalista, como um funcionário graduado da Coroa, sujeito às ordens e desígnios de seus superiores, ainda que destoem, como se verá adiante, dos anseios e desejos pessoais de Ferreira. É bastante discutido o papel que tais ilustrados serviam na estrutura burocrática da Coroa Portuguesa, e que a falta dos mesmos na colônia fazia com que fossem designados pelos governadores e capitães-generais a executarem tarefas locais. É curioso o adendo feito por Alexandre Rodrigues Ferreira: “*Se, com muito gosto, assim o mandou o Senhor General, com igual gosto, no mesmo instante, lhe obedecemos*” (FERREIRA, 2006, p. 47). Não há uma autonomia de fato do naturalista em perscrutar as regiões conforme a sua vontade, ainda mais lembrando que os levantamentos demandavam a boa vontade e a logística oferecida pelos altos funcionários da corte na colônia.

---

<sup>24</sup> Conforme transcrito em Ferreira (2006).

Saindo de Belém, no dia 07 de novembro às 11 horas da noite, rumo Ferreira para a vila de Monforte. Dessa vila possuímos representação iconográfica, proveniente do acervo da BNRJ, *Prospecto da Villa de Monforte na Ilha Grande de Joannes*, desenho feito por Freire. Vai descrevendo alguns elementos importantes da paisagem, como a vila de *Pé na Cova* (atual região do bairro Miramar na cidade), pela então fazenda de Val de Cães, onde é dito que os religiosos das Mercês possuem alguns equipamentos, como engenhos de descascar arroz, olaria, fornos de cal, bem como lavouras. Há também a fazenda do Livramento, propriedade dos carmelitas, dotada de uma boa olaria, essa como um importante elemento de civilização e urbanização. É importante pontuar o que Ferreira descreve na paisagem, pois esses elementos são replicados tanto em texto como em imagem, pois faziam parte do repertório material, industrial e técnico da capitania.

Há uma série de imagens representando técnicas e equipamentos, como esses engenhos, máquinas, embarcações e objetos, essas iconografias compõem o corpo material da *Viagem Filosófica*, e precisam ser encaradas de forma geral, dando a entender o escopo das tarefas propostas ao naturalista, é um levantamento que envolve diversos modos do viver dessas localidades, e também dialoga com a ideologia de melhoramentos científicos e econômicos da colônia. Essa é uma discussão que merece ser aprofundada, pois Ferreira é representante direto do poder estatal, e membro atuante que por detrás está um projeto de desenvolvimento coordenada para as colônias. É a instrumentalização da ciência em favor de melhor aproveitamento econômico e social das colônias, é fundamental se ater a esse fato, do contrário a empreitada fica desconexa em relação aos seus objetivos maiores, que, em suma, seria a Ciência a serviço do bom proveito do Estado na exploração de seus recursos humanos e materiais. Também é descrito brevemente as roças e olarias do capitão Antônio de Carvalho, o que se repetirá ao longo da documentação da *Viagem*, o apontamento e nomeação dos lugares de acordo com os seus responsáveis e produtos trabalhados, são recorrentes os exemplos e denominações desses estabelecimentos, sempre antepondo proprietário com os bens produzidos. As descrições desse teor pouco se aprofundam na cultura material ou arquitetônica das localidades, mas dão a entender o espraiamento das propriedades, é um modo de enxergar como a ocupação se dava no entorno das vilas e lugares. Passando pela denominada Ilha de Caratatuba (Ilha de Caratateua ou Outeiro) é descrito: “*onde possui Lázaro Fernandes Borges o seu sítio, que consta de roças e boas casas*”.

(FERREIRA, 2006, p. 47). A princípio pode passar despercebido, mas o que o naturalista está fazendo é corroborar o processo de colonização, é uma espécie de descrição civilizadora, de modo que, onde há roças e boas casas há um princípio de controle e civilização, se antepondo a selvageria. A colonização e aproveitamento material dos lugares é um indício para Ferreira de bom aproveitamento do território.

Desses relatos conseguimos depreender também aspectos no que se refere ao deslocamento e dinâmica dessas viagens, quando descreve: “*não tardou muito, havendo conseguido, os 19 remeiros que levávamos, porem-nos na baía de Santo Antônio pelas 4 horas da madrugada do dia de sábado, tomamos terra na ponta da ilha do Mosqueiro, ao norte da baía de Santo Antônio*”. (Ibidem, p. 48). Esses percursos não se faziam com pouca força humana, serão recorrentes os problemas logísticos enfrentados pelos viajantes, em especial a falta dos mesmos remeiros, bem como práticos e guias locais. Esse é um dos aspectos que apontam como há certo apagamento da mão-de-obra local, nativa, quase nunca especificados, a não ser como número e aborrecimentos por parte dos colonizadores.

Ferreira salta na Ilha do Mosqueiro para observar “*as produções mais óbvias*”, descrevendo a paisagem local, a constituição das praias, o aspecto do costado e das matas, essa muito espessa denotando pouca ocupação. Nos relatos fica explícito que a navegação faz uso dos ritmos das marés, das correntezas e dos ventos, não ficando o esforço todo aos remeiros, a passagem para a Ilha do Marajó necessitava do conhecimento do regime das águas, “*pelas ave-marias nos recolhemos à canoa, onde dormitamos um pouco, à espera da vazante para com ela largarmos...*” (Ibidem, p. 48). As descrições permitem reconstituir, com certo grau de precisão, o percurso e o tempo gasto nele, o georreferenciamento permitirá visualizar esse percorrido.

Sobre as correntezas, saindo de Mosqueiro para Monforte, são enumeradas nove:

Tais são, por sua, ordem, atravessando do Mosqueiro para Monforte: 1ª a correnteza da cidade; a 2ª de Carnapijó, que há uma ilha por detrás da ilha das Onças, fronteira à mesma cidade; a 3ª a de Tatamoeua; 4ª dos Tocantins; a 5ª de Arari, que já é rio da Ilha Grande, a cuja correnteza se ajunta a do outro rio da mesma ilha, Marajóguaçu; a 6ª a da Tirica, que é no meio da travessia; a 7ª a da Coroa Grande, que nasce fronteira ao rio Jaburuacá, acima da vila de Monsarás; a 8ª a de Monsarás, digo, a de Camará, rio também fica acima de Monsarás; 9ª a do Saravajá que principia em uma ponta de terra acima da vila de Monforte, distância de  $\frac{1}{4}$  de légua. (Ibidem, p. 48).



São esses dados que tornam interessante o relato de Ferreira, e mostram o quão complexo era o levantamento, a organização das informações existentes sobre o território. A formação em História Natural permitia fazer esse censo específico sobre as características do ambiente natural e construído.

Chegam à Vila de Monforte pelas 4 horas e  $\frac{1}{4}$  da madrugada, desembarcando às 6 e  $\frac{1}{2}$  de domingo (ao todo da sexta-feira dia 07 de novembro até as 6 e  $\frac{1}{2}$  de domingo 09 de novembro de 1783). A travessia da cidade do Pará até a Ilha Grande de Joanes é perigosa, conforme a tradição local, e a melhor época seria a do verão, com os alagadiços secos e as correntes dos rios da ilha não tão volumosas, bem como os ares se dissipando. Há uma incongruência entre a melhor época para se ir até a ilha e a melhor época para se fazer a travessia. Parte do abastecimento de carne da cidade de Belém provém da Ilha de Marajó, o que não impede o trânsito contínuo entre os dois locais, a despeito das dificuldades enfrentadas pelos práticos e remeiros, é algo observado pelo naturalista: 'Eis aqui a necessidade, que sempre foi mestra da indústria, também neste país feita mestra da navegação'. (FERREIRA, 2006, p. 49).

Explicando a passagem e o percurso, Ferreira enuncia que tratará agora por considerar a ilha sob o ponto de vista do naturalista. Descreve um roteiro feito por um inspetor geral, Florentino da Silveira Frade, em 1756, que dá a volta na ilha em 29 dias de viagem, bem como a atravessa em marcha costa a costa, em cerca de 5 dias, sem contar os dias parados e necessários para abrir caminho, que no total dariam 8, de acordo com Ferreira. Nesse relato sobre a Ilha de Joanes é um dos únicos momentos na documentação da *Viagem Filosófica* em que o naturalista se remete a um nativo de modo elogioso e cerimonioso. As informações acerca dos caminhos e passagens anteriormente descritos, consegue por meio do sacaca Severino dos Santos, sargento-mor da ordenança dos índios da vila de Monforte. Alexandre Rodrigues Ferreira assim o apresenta:

É um índio, pelo que dele alcancei, suficientemente versado nas cousas do país, civilizado já pelo menos com a civilidade de haver aprendido a ler e escrever. Fala expeditamente a língua portuguesa, que entende como os nacionais. Conta de idade 70 e tantos anos e, portanto, nenhum escrúpulo faço em subscrever as suas informações. (Ibidem, p. 50)

São nesses curtos trechos que percebemos, mais pela omissão do que pela enunciação, a presença e o conhecimento das populações nativas, mesmo conscientes e inferiorizadas, eram em grande parte responsáveis por transmitir as informações relevantes acerca do território para o colonizador ou oficial da Coroa Portuguesa. A condição para que se leve em consideração o que se apresenta pelo

sacaca é poder enxergar no indígena seu semelhante, um civilizado, de outra maneira seu relato e conhecimento poderia ser colocado em xeque. A supremacia do discurso cientificista parece atravessar grande parte das observações feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira ao longo de sua *Viagem Filosófica*.

Sobre a ocupação dos nativos iuiuanas, narra os conflitos com os aroans, estes derrotados graças ao reforço português àqueles. Nessa dispersão dos aroans são apresentadas informações dessa diáspora, como para a aldeia de Najatuba, depois vila de Chaves (ainda hoje lugar de Chaves); a aldeia da Conceição, depois vila de Salvaterra; aldeia São José, depois lugar de Mondim, as três administradas pelos capuchos. Outra nação, a dos ingaíbas, habitam as vilas de Conde e de Beja, anteriormente Sumaúma e Murtigura, sob administração dos jesuítas. Ferreira descreve um pouco sobre o processo da passagem do poder dos missionários ao da Coroa. Com o envio de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como capitão-general do Grão-Pará, foi iniciado o processo de renomeação dessas aldeias, as que mereciam virarem vilas. As missões perderam autonomia temporal e espiritual, de acordo com a lei de 7 de junho de 1755, ficando, inclusive, subordinadas ao Bispo do Pará, à época, D. Fr. Miguel de Bulhões. Nesse trecho extenso e importante, são arroladas as informações dessa transformação, com os nomes alterados pelo governador. Seguem as alterações:

- *Aldeia de Joanes, sob administração dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Monforte.*
- *Aldeia de Caiá, da administração dos padres de São Boaventura, passou a vila de Monsarás.*
- *Aldeia da Conceição, também dos padres de São Boaventura, passou a vila de Salvaterra.*
- *Aldeia do Menino Jesus, dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Soure.*
- *Aldeia de São José, dos mesmos padres, passou ao lugar de Mondim.*
- *Aldeia da Doutrina, no rio Maruacá, dos padres de São Boaventura, passou a lugar de Condeixa.*
- *Aldeia dos Guaianases, dos mesmos padres, passou a lugar de Vilar.*
- *Aldeia das Mangabeiras, também dos mesmos padres, passou a lugar de Ponta de Pedra.*

Pela descrição que nos faz o naturalista, é possível localizar os lugares e vilas citados anteriormente, mesmo porque alguns ainda guardam o mesmo topônimo (o que vale ressaltar que não garante a imputação de equivalência entre o sítio histórico e o atual). Eis o parágrafo:

Correndo costa abaixo e sobre ele as duas vilas de Monsarás e Monforte. Ao pé de Monsarás, dentro do rio Maruacá, rio acima, e para a esquerda dele, o lugar de Condeixa; abaixo da vila de Monforte cousa de 3 léguas, entrando pelo rio Paracauari ou igarapé Grande, para a esquerda do rio, a vila de Salvaterra; defronte de Salvaterra, à direita, o lugar de Mondim; e deste mesmo lado, à distância de 1/4 de légua, a vila de Soure, costa acima, de Monsarás para diante e pouco distante do rio Arari, está o primeiro lugar de Vilar e, deste à distância de meia légua, o outro de Ponta de Pedra. E pouco mais adiante de um quarto de légua, o rio Marajó-guaçu, tudo roças de uns e fazendas de gado de outros. (FERREIRA, 2006, p. 52).

São também elencados os povoamentos da contracosta da ilha, ou litoral norte, entre eles:

- *Aldeia de Najatuba, administrada dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Chaves.*
- *Aldeia de Santa Ana, passou a lugar de Parada.*

O lugar de Parada se juntaria, depois, à vila de Chaves. À época de Ferreira seriam 5 vilas e 5 lugares na Ilha Grande de Joanes ou Marajó, além das fazendas particulares.

As igrejas e suas denominações e santos não mudaram, continuaram-se os cultos tradicionais. Aliás, a história da urbanização da Ilha do Marajó envolve essa passagem do poder espiritual ao temporal. Os núcleos missionários se transformariam em vilas e lugares, bem como as ocupações em fazendas particulares contavam com capelas para suprir os trabalhos espirituais. Muitas dessas fazendas eram de propriedade das ordens, produzindo lavoura, criação e outras benfeitorias, como olarias e roças. Ferreira enumera ao todo 10 igrejas matrizes, contando às vilas e lugares, e as 11 capelas particulares pelas fazendas.

Depois de tratar do eclesiástico, Alexandre Rodrigues Ferreira passa a considerar o civil, explicando sobre o funcionamento: "*Têm todas as vilas a sua câmara, a que são sujeitos os lugares*". (Ibidem, p. 54). Fala sobre a arrecadação de

impostos sobre as aguardentes e alambiques. O funcionamento das câmaras e da vila é curioso:

Presidem a cada uma das câmaras dois juizes: um branco e outro índio; às vezes, ambos brancos; três vereadores que são índios e brancos; um escrivão, sempre branco; um provedor que, na falta do branco, pode ser índio ladino; oficiais de justiça como: meirinho, alcaide, carcereiro, porteiro, etc. Figura também entre estas personagens, o principal dos índios, que sempre é índio da família do próprio chefe da nação. A eles são dirigidas as portarias para índios. Ele deve resolver sobre elas, com o conselho do diretor, na forma do Diretório que se deve observar na povoação dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar contrário, confirmado pelo alvará da confirmação de 17 de agosto de 1758. (FERREIRA, 2006, p. 54).

O funcionamento das câmaras com a presença de indivíduos nativos demonstra como era a disposição demográfica da população. A ocupação desses territórios envolvia incluir as nações nativas, do contrário pouco vicejariam, não havendo colonos portugueses para ocupar imensidão de terras. Esse é um dos maiores problemas da colonização da bacia Amazônica, uma imensa região pouco densa em matéria populacional, e com diferenças culturais entre os que chegavam.

Passando do estado civil para o militar, Ferreira passa a descrever as coisas pertinentes ao tema, falando sobre a criação de companhias e a quantidade de homens servindo nelas, bem como detalhes dos uniformes e insígnias. O comandante do corpo se encontra no quartel da vila de Monforte, sobre esse é interessante notar que no prospecto da vila é possível identificá-lo, de acordo com a legenda: um casario de 8 aberturas, pintado a cal e coberto em telhas de cerâmica, em contraponto ao casario coberto em palha. Ferreira digressiona acerca da defesa da ilha, e nota que o melhor a ser feito é praticar uma guerra de estratagemas, pois não existem locais naturalmente protegidos, sendo o desembarque fácil em diversos pontos da costa. A criação de uma ou duas fortalezas não impediria o avanço dos inimigos pelo território. Segundo cálculo apresentado pelo comandante, a ilha não passaria de 4870 habitantes.

Por ser uma ilha bem-dotada de caminhos fluviais, Ferreira passa a descrever os maiores cursos, bem como avança a possibilidade desses servirem como transporte dos gêneros produzidos na ilha. São descritos muitos trechos e rios, elencando os produtos e potencialidades da terra. Fica claro que um dos caminhos feitos entre Belém e Macapá se dá pelos meandros do Marajó, em destaque o rio Anajás. Ao longo do percurso se encontram descritas fazendas: “e para lá manda o

*gado preciso pelas muitas fazendas que dele tem*". (FERREIRA, 2006, p. 57), o que pode significar esse "muitas" é algo difícil de se precisar, mas indica que já havia movimentação no trecho interior da ilha. Os rios têm poucos trechos encachoeirados, que nas cheias permitem passar com tranquilidade. Essa profusão de rios e facilidade de escoar a produção permitiria, segundo o naturalista, produzir uma grande sorte de coisas.

Sobre a questão da terra e da sua produtividade vale atentar aos detalhes do seu relato, que será um dos pontos que sempre se farão destaque nas notas de Alexandre Rodrigues Ferreira. Seu olhar se dirigirá acerca das potencialidades e notará as dificuldades produtivas relacionadas à agricultura e criação. O naturalista está dialogando com seus pares em relação à isso, e está designado a observar essas especificidades produtivas, será uma tônica em todos os seus relatos, um elogio à agricultura, cultivada sob bases científicas e mais técnicas, em contraponto ao que ele entendia como métodos rústicos e primitivos. A agricultura científica e o diversionismo agrícola são uma estratégia de Estado, envolveu investimento direto na formação de profissionais que possibilitassem melhor aproveitamento dos recursos coloniais, em vistas do declínio e esgotamento da economia mineradora. Também é recorrente às referências à Virgílio: "*As plantas são como os animais, têm suas pátrias, escreveu Virgílio*" (Ibidem, p. 58).

A ocupação da Ilha de Marajó se deve aos trabalhos missionários, em um primeiro momento, mas sempre acoplado à exploração das lavouras e criação, além dos serviços de catequização. As fazendas de gado foram se interiorizando, em busca das pastagens fartas naturais, a despeito do medo do gentio bravo. São listadas sete fazendas dos jesuítas, onde estavam localizadas e para quem foram contempladas, após a expulsão da ordem do Reino e domínios ultramarinos. Quatro que tinham no rio Arari e três no rio Marajó-guaçu, além de dois retiros de beneficiar gado, segue:

**No rio Arari,**

- Fazenda de Nossa Senhora dos Remédios, destinada ao mestre-de-campo José Miguel Aires, depois do seu filho Antônio Miguel Aires.
- Fazenda no igarapé São José, contemplando José Correia de Lacerda.
- Fazenda do Menino Jesus, no rio Mari à esquerda, contemplando o sargento-mor João Batista de Oliveira, depois de seu genro, o alferes Antônio José de Lima.

- Fazenda da boca do lago Santo Inácio, contemplando o sargento-mor Manoel José Henriques, depois seu genro, Carlos Gemaque.
- Retiro nas cabeceiras do lago Nanatuba, contemplando o coronel Miguel Joaquim Pereira de Souza Feio.
- Retiro nas cabeceiras do rio Anajás, contemplando o sargento-mor José Pedro da Costa Souto Maior.

#### **No rio Marajó-guaçu,**

- Fazenda São Brás, contemplando João Falcato da Silva.
- Fazenda de São Francisco, do sargento-mor Domingos Pereira de Moraes.
- Fazenda do Rosário, do alferes Francisco da Costa Almeida da Silva, depois de sua mulher, Dona Ana Felícia de Queirós.

Ferreira (2006) ainda fala das fazendas dos mercedários, a de Santa Ana, mas, segundo ele, não era de gado, apenas olarias e roças. A ordem que menos fazendas possui na ilha é a dos carmelitas, quatro no total, o que não deixa de ser expressivo. Interessa notar que nesses relatos pouco se diz sobre o funcionamento das mesmas, dando a impressão de serem fazendas mais pela posse do que pela profusão produtiva. O total de fazendas, contando a das ordens e dos particulares, passaria da centena. Nesse momento do relato nos deparamos com a dúvida do fiscal de impostos, encarnado na figura do cientista, como pode destoar o número de cabeças de gado vacuum e cavalari que se observa com o que se analisa na lista do dízimo, elaborada pelo inspetor geral? Alexandre Rodrigues Ferreira fica com a impressão de que existem muito mais cabeças do que o documento parece indicar: *“Quem viu algum dia a Ilha Grande, quando a Sua Majestade se representava que eram nela tão numerosas as cabeças de gado que, salgadas que fossem suas carnes e, remetidas em barris, tiraria delas Sua Majestade as provisões das armadas”* (FERREIRA, 2006, p. 59).

Indica ainda algo que, conforme dito, será recorrente nos relatos concernentes às produções da terra, as vantagens de seu beneficiamento: *“Quanto haveria trabalhado a Holanda neste país sobre o sebo, a manteiga e o queijo!... pois gêneros são estes de que apenas vi aparecerem algumas mostras”* (Ibidem, p. 60). O olhar científico de Ferreira admira as possibilidades que o clima e a terra poderiam proporcionar nas produções agrícolas, bem trabalhadas vicejariam a cana-de-açúcar,

o anil, o arroz, o algodão, o cacau, o café, o urucu e o tabaco. Será um esforço do naturalista pensar as estratégias para desenvolver essas culturas, fazendo os devidos cálculos da fertilidade do solo, escoamento da produção, alocação de recursos humanos, melhoramento das técnicas e inserção de novos costumes. Há o esforço organizador, tentar educar o território, em prol de um benefício mais amplo, as divisas ganhas pela Coroa com o desenvolvimento de seus domínios.

Ao longo de 23 dias (do dia 07 de novembro ao dia 10 de dezembro) de estada na Ilha Grande ou Marajó, Ferreira aponta, em forma de notícia histórica, as qualidades do território, aponta as potencialidades e ressalta os vícios existentes, sustentado por uma ideologia construída nos bancos da universidade, e incentivada nas altas esferas do poder público português em meados do século XVIII. Ainda descreve brevemente a vila de Monforte, conforme diz que: “*Não deixei de notar a perspectiva da vila de Monforte pelo seu exterior*” (FERREIRA, 2006, p. 61). Uma vila com 700 habitantes, a maioria indígenas, que por causa dos trabalhos extenuantes devido às diversas portarias, mal têm disposição de levantarem suas habitações ou cuidarem das suas roças. O aspecto cruel do *Diretório dos Índios*, que não fez por completo o processo de emancipação, sendo a mão-de-obra indígena abusada por diretores e particulares, em prol de um projeto colonizador tirânico e imposto. Ferreira impõe a sua visão etnocentrada quando se refere a uma inaptidão dos nativos em corrigirem os defeitos naturais do clima em relação às suas habitações. O paradigma do juízo são os impostos pelo colonizador, conquanto parece que a má condição de morada incorre na exploração do trabalho de maneira incessante, um descolamento ocorrido pelo choque civilizatório. Essa é a toada dos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira, uma visão de mundo constituída pela técnica, crente na possibilidade desta alterar e modificar o território de acordo com um projeto civilizatório, propiciando um extraordinário ganho produtivo. “*Os cortes, nesta ilha, são mui necessários aos progressos da agricultura. Onde as águas devem ter escoante, não a tem. Os lugares para onde se devem conduzir, estão secos*” (Ibidem, p. 63).

### **Mapeamento indicações**

Primeiro se estipulou o trajeto da viagem feita à Ilha Grande de Joannes ou Marajoara, destacando-se os locais em que ele parou e o que seja descrito (**Fig. 36**), em especial às produções e às populações indígenas. A ideia aqui é mostrar os trechos detalhados que podemos depreender os documentos, os apontamentos

referentes ao social e econômico, e de que forma essas duas dimensões se relacionam com o mundo material e urbano apresentado. Eis a relação dos locais destacados por Ferreira nesse roteiro até a Ilha Grande de Joanes, ou Marajó. Notar que o tempo de viagem contado pelo naturalista, de 23 dias, talvez se refira ao tempo que tenha ficado em terra, e não o gasto nos deslocamentos, que na contagem geral somaria em 34 dias, ou seja, foram 11 dias em percursos pela costa e pelo rio. Como Ferreira está prestando contas dos dias servidos, convém a ele apresentar os dias em que ele pode trabalhar, recolher e observar os gêneros da Ilha de Marajó. Foram separados excertos em que o naturalista descreve os gêneros explorados na ilha, os habitantes indígenas e as suas localizações, os aldeamentos missionários e outros pontos relevantes no levantamento material.



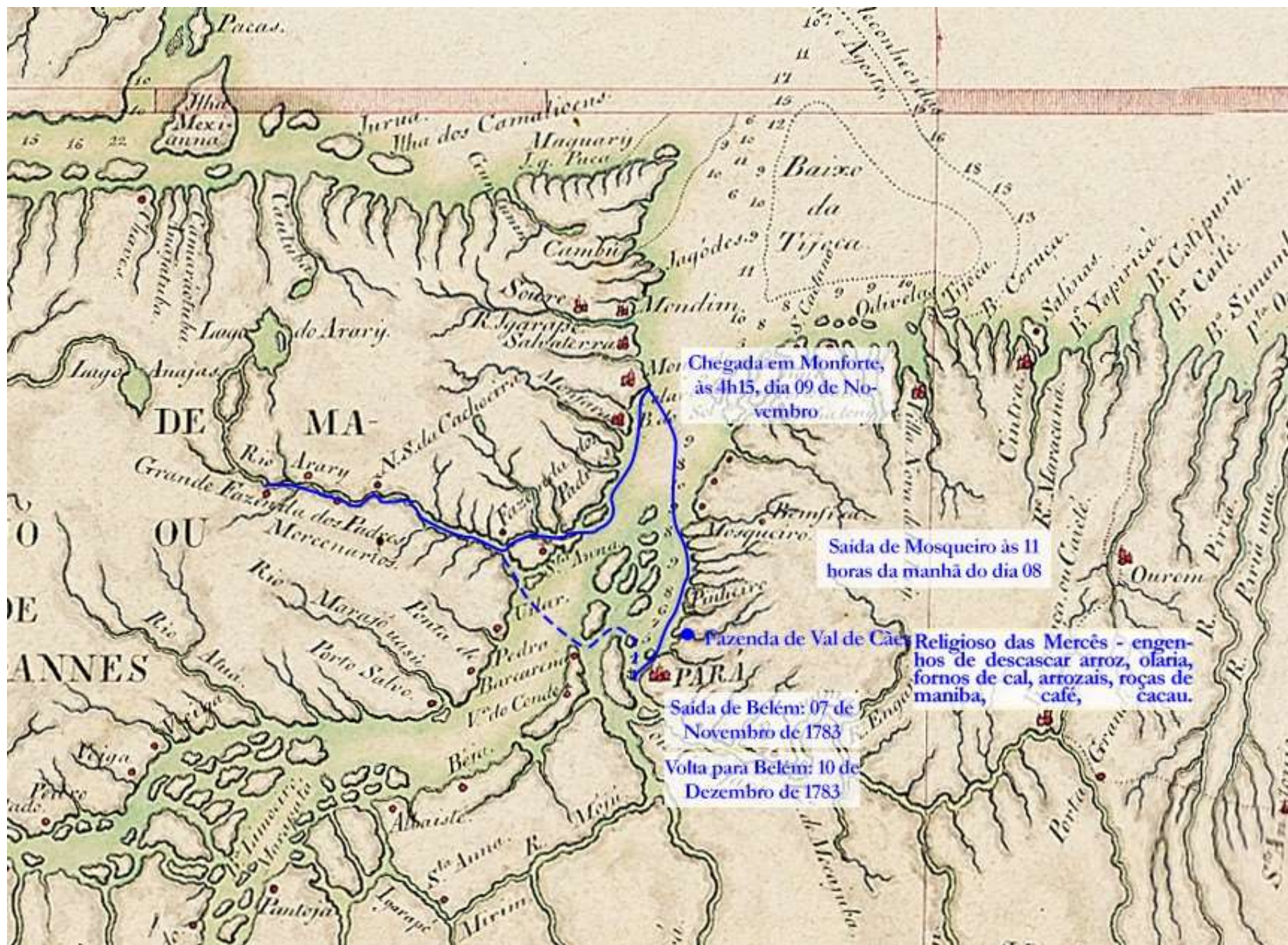


Figura 36 – Espacialização do percurso feito por Ferreira entre a cidade de Belém e a Ilha de Marajó. (Imagem do Autor)

### **Tempo de viagem**

Se o cumprir, porém, com o que devo, Sr. Exmo., consiste em fazer o que posso, direi a V. Excia. que, obedecendo às ordens do Ilmo. e Exmo. Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, pelas 11 horas da noute do dia 7 de novembro embarcamos desta cidade do Pará para a vila de Monforte. (FERREIRA, 2006, p. 47)

Tais são as produções que pude observar, de passagem, pelo espaço de 23 dias que estivemos na Ilha Grande, demorando-nos somente na vila de Monforte e na fazenda do Arari. Consumiram-se em viagens enfadonhas pela costa, pelo rio Arari e daí os dias que restam para completar os que contamos desde 7 de novembro, que embarcamos para Monforte, até 10 de dezembro, que desembarcamos no Pará. (Ibidem, p. 61).

### **Fazenda de Val de Cães**

*“Seguiu-se a fazenda de Val de Cães, onde possuem os religiosos das Mercês um engenho de descascar arroz, olaria, fornos de cal, arrozais, roças de maniba e outras lavouras como café, cacau etc.”* (Ibidem, p. 47).

### **Fazenda do Livramento**

*“A outra distância semelhante, deixamos a fazenda do Livramento que pertence aos religiosos do Carmo e, nela conservam uma boa olaria”* (Ibidem, p. 47).

### **Fazenda do Pinheiro**

*“Na ponta da enseada a que chamam a Ponta do Mel, fica a fazenda do Pinheiro, que tem boas casas e boas roças e também pertencem aos religiosos do Carmo”.* (Ibidem, p. 47).

### **Ilha do Mosqueiro**

Constam as suas praias de seixos compostos de areia miúda e saibro. O costado é tinto de ocre de ferro roxa e avermelhada; por entre a areia e debaixo dela, infinitas covas de grandes e pequenas formigas, com tanto artifício solapadas e dispostas, que representam outros tantos labirintos subterrâneos. (Ibidem, p. 48).

### **Fazenda de São Luís**

Sobre a derrota do inspetor Florentino da Silveira Frade, em maio de 1756: *“Partiu do Mauá para o Arari e gastou um dia, atravessou o Arari para a Fazenda São Luís, então retiro dos jesuítas”* (Ibidem, p. 49).

### **Iuioanas ou Sacacas (Fig. 37)**

Habitaram sempre os sacacas de hoje (que então eram iuioanas), continua o sargento-mor, pelos centros da ilha, nos lugares que hoje chamam Laranjeiras, Figueiras, Três Irmãos, Curuxis e por outras ilhas mais, que ainda existem no meio dos campos em cabeceiras dos rios ou juntos aos lagos, enquanto os não obrigou a perseguição dos aroans, seus inimigos, e juntamente dos topinambás, a descerem deles para a costa em que ao presente se acha a vila de Monforte. (FERREIRA, 2006, p. 50).

### **Aroans (Fig. 37)**

(En)quanto aos sucessos das nações na aldeia de Joanes, ficaram os iuioanas, por outro nome sacacas. Os seus inimigos aroans repartiram-se por várias aldeias, como eram a de Najatuba, na contracosta, hoje vila de Chaves; a aldeia da Conceição, hoje vila de Salvaterra; a aldeia de São José, hoje lugar de Mondim, todas da administração que foi dos capuchos. (Ibidem, p. 51).

### **Ingaíbas (Fig. 37)**

*“Os ingaíbas ainda existem nas duas vilas de Conde e de Beja, algum dia aldeias de Sumaúma e Murtigura, ambas da administração que foi dos jesuítas”*  
(Ibidem, p. 50).

### **Administração eclesiástica (Fig. 38)**

Haviam, finalmente, administrado em um e outro foro as povoações os mencionados missionários, cuja administração é que mandava Sua Majestade abolir pelo alvará com força de lei de 7 de junho de 1755 (Ibidem, p. 52)

A aldeia de Joanes da administração dos padres de Santo Antônio, passou a vila de Monforte; a aldeia de Caiá, da administração dos padres de São Boaventura, passou a vila de Monsarás; a da Conceição, dos mesmos padres, tomou o nome de vila de Salvaterra; a do menino Jesus, dos padres de Santo Antônio, o de vila de Soure; a de São José, dos mesmos padres, o de lugar de Mondim; a aldeia da Doutrina, no rio Maruacá, que era da administração dos padres de São Boaventura, o de lugar de Condeixa; a aldeia dos Guaianases, dos mesmos padres, o de lugar de Vilar; a aldeia das Mangabeiras, também dos mesmos padres, o de lugar de Ponta de Pedra. Na contracosta, a aldeia de Najatuba, da administração dos de Santo Antônio, passou a vila de Chaves; a outra aldeia que havia dentro do rio Cajuúna, acima de Chaves, e pela esquerda do rio, chamada Santa Ana, passou a lugar de Parada; mas este lugar se juntou depois; haverá 24 anos, à vila de Chaves, sendo diretor desta vila o capitão Félix da Silva Cunha. (Ibidem, p. 52).

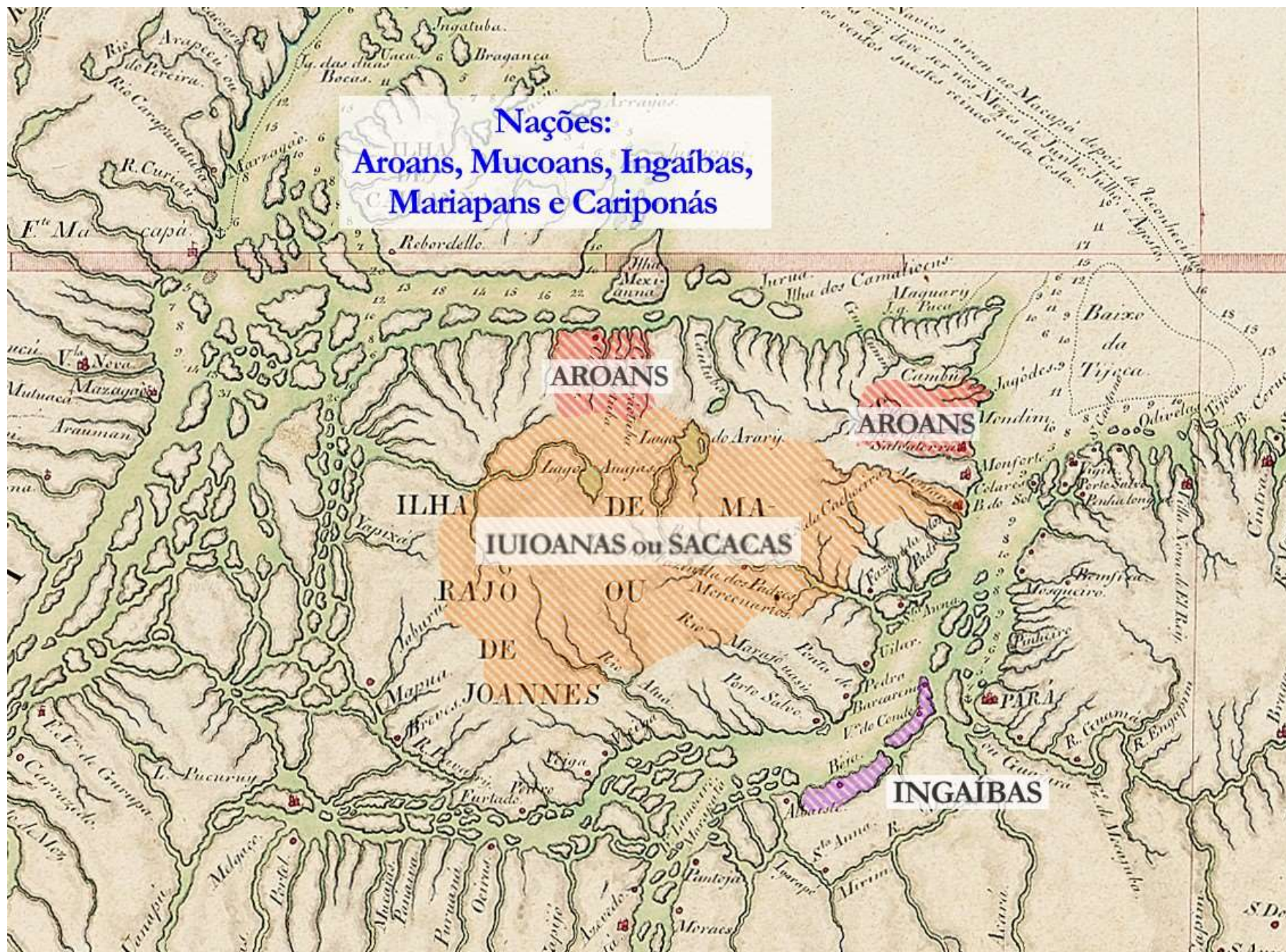


Figura 37 – Regiões habitadas pelas nações indígenas conforme indicado pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. (Imagem do Autor)

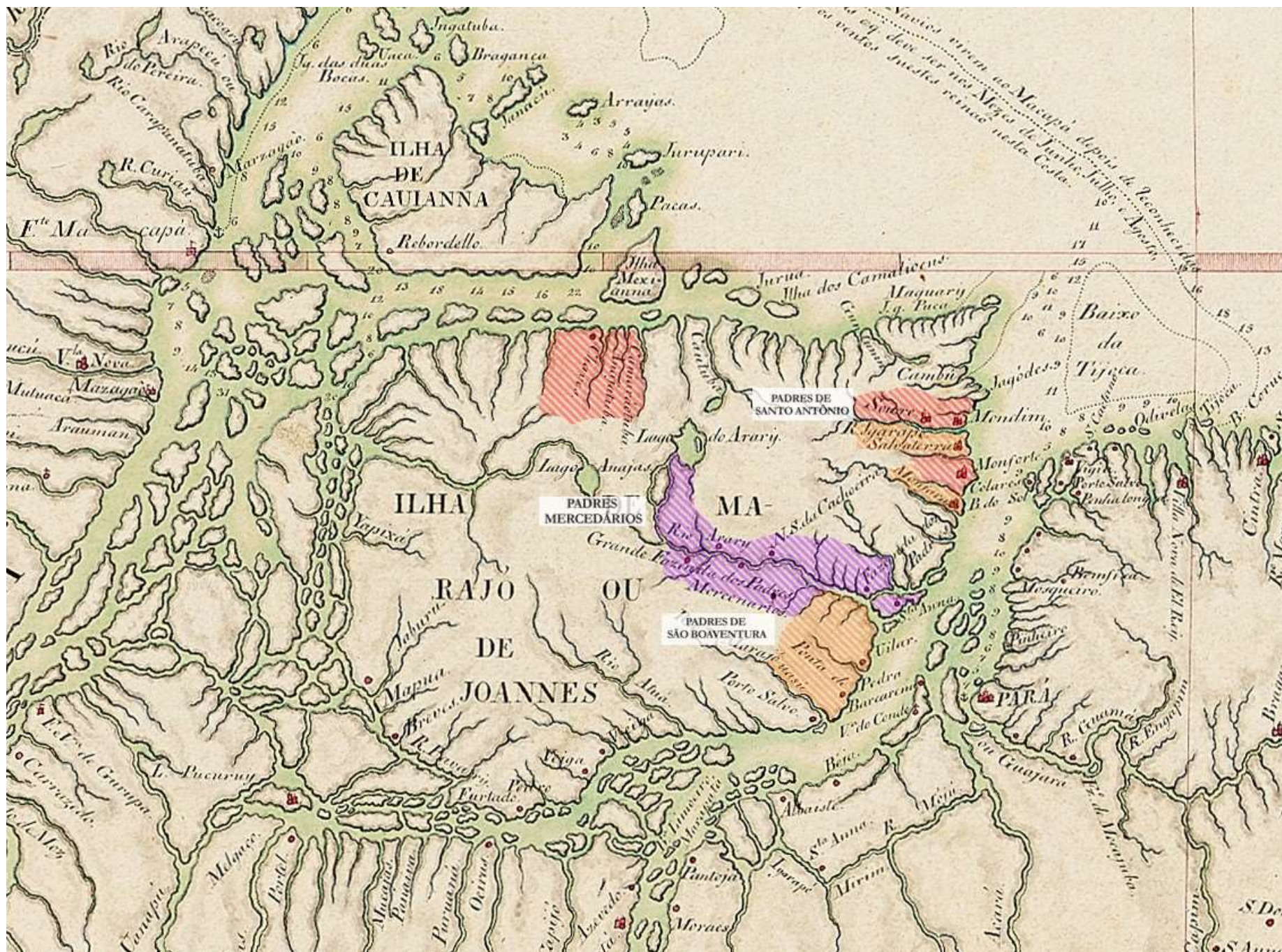


Figura 38 – Indicação dos aldeamentos missionários espacializados a partir das indicações feitas por Ferreira. (Imagem do autor)

### **Rio Marajó-Guaçu**

*“E pouco mais adiante de um quarto de légua, o rio Marajó-guaçu, tudo roças de uns e fazendas de gado de outros”* (FERREIRA, 2006, p. 52).

### **Arari**

Logo na boca do Arari, à esquerda, está a capela de Santa Ana, no engenho dos religiosos das Mercês, que também tem olaria e roças. Aos mesmos padres pertence outra capela de Nossa Senhora das Mercês perto já do lago do rio Arari, [na] fazenda de gado vacum e cavalariagem que ali possuem. (Ibidem, p. 54).

### **Companhias de ordenança franca**

No tocante às outras duas companhias de ordenança franca, os oficiais somente é que vestem o mesmo uniforme que os da infantaria auxiliar. Por mais ordens que se tenham passado a respeito dos soldados, sempre aparecem como podem ou querem, já com armas, já com flechas os tapuias, pretos forros, mulatos, cafuzes, caribocas etc. (Ibidem, p. 56).

### **Censo**

*“A povoação da ilha, pela estimativa mais próxima e os últimos cálculos do comandante, não passará muito de 4870 almas por todas.”* (Ibidem, p. 56).

### **Contracosta**

*“Semelhantemente, contracosta acima, aparece o rio Guaiapouá, que já tem fazendas de gado e reparte um braço que é o chamado rio dos Aroans.”* (Ibidem, p. 56)

### **Rio Anajás**

Nenhum como o Anajás anda mais nas meninas dos olhos do comandante. É pelas boas terras que tem para os cacoais, cafezais, arrozais, tabacais; produz excelentes madeiras e, nele se puseram três fábricas para se tirar a precisa para a fortificação do Macapá; dentro dos seus matos há muito timbó-titica, timbó-guaçu e muita casca preciosa. (Ibidem, p. 56-57).

### **Arroz**

*“Do arroz, é fama constante que é mais graúdo e pesa mais que o das outras partes, porque, pesando o alqueire duas ou três partes em arroz inteiro de 28 até 30 arrate, o da Ilha Grande, em igual medida, monta no peso até 40”.* (Ibidem, p. 58).

## **Gado**

O que então não falta depois das chuvas são os pastos para o gado. Foi esta uma observação tão constante e palpável às mãos destes cegos, que não poderão deixar os convites da natureza que lhes insinuava a criação do gado. O primeiro que situou no rio Arari fazenda de gado foi Francisco Rodrigues Pereira; o lugar em que a situou foi logo à boca do rio, para a direita, no sítio que chamam Amanegetuba, defronte da fazenda de Santa Ana, dos religiosos das Mercês. Situou aqui porque receava entrar pelo centro, onde informava um seu compadre que havia gentio bravo e homens foragidos. Vendo, porém, que depois tanto melhores eram os pastos e tanto mais abundantes quanto mais se chegavam para o centro, situou-se mais acima, em algumas 5 ou 6 paragens como foram a Cachoeira, o Pau-Grande, Santa Rita, Curral de Meias, São Joaquim e o Lago do Patá. Seguiram-se à sua imitação os padres das Mercês, os religiosos do Carmo, jesuítas e os seculares. (FERREIRA, 2006, p. 58).

## **Fazenda de Santa Ana**

*“Não falo da fazenda de Santa Ana, entre as que possuem na ilha os religiosos das Mercês, porque só consta de olarias, roças e não tem gado”.* (Ibidem, p. 58).

## **Carmelitas**

Os que menos fazendas têm na ilha são os carmelitas. Das cinco que possuíam, ainda conservam quatro: a fazenda da Assunção, no rio Camará; a de São Miguel, em um braço do mesmo rio chamado Jutubá, e outra, perto desta, chamada Aturiá. A que tinha com o nome de Santa Maria, já a venderam”. (Ibidem, p. 59).

## **Fazendas na Ilha**

Ajuntando às sobreditas fazendas as outras mais dos particulares, que todas montam acima de cento e tantas, fica sendo infinita a soma de cabeças de gado vacum e cavalari que deve produzir a ilha, mas produz ela tantas como pode produzir? (Ibidem, p. 59).

## **Couro**

*“Morta a rês o de que se tratava era de lhe tirar o couro. Ficavam as carnes pelos campos para pastos dos corvos”* (Ibidem, p. 59).

## **Carne-seca e couros**

*“Eis aqui agora adonde tiram os proprietários a maior parte das carnes secas que vendem por 1.000 réis a arroba. Aproveitam-se depois dos couros e tudo entra na conta das carnes que remetem para a cidade”* (Ibidem, p. 60).

### **Transporte do gado**

Quanto à primeira, dizem-me que na carreira dos transportes do gado andavam 14 canoas, três de particulares e onze de contrato. Ao presente, dizem-me que andam 12, a saber: nove do contratador, uma do coronel Manoel Joaquim, outra dos padres das Mercês e a última de Luís Pereira da Cunha. É sem dúvida que a maior canoa dos padres das Mercês embarca até 50 cabeças. (FERREIRA, 2006, p. 60).

*“Sem comer se embarcam na canoa, onde, sem comer, andam 3, 4 dias de viagem”* (Ibidem, p. 60).

### **Aguardentes**

Outro gênero na ilha de notável consumo na cidade são as águas ardentes da terra que nela se fazem. Nas tais águas ardentes consomem a cana toda que plantam e enchem a boca os proprietários de senhores de engenho, não sendo mais que de engenhocas, que nem engenhocas são, em comparação das da Bahia. Até é vergonha dizer-se que em terras aonde se planta a cana não há uma arrate de açúcar que não seja comprado na cidade. (Ibidem, p. 60).

### **Gêneros**

Tudo produz a ilha, Sr. Exmo., nas terras apropriadas a cada planta. Tenho visto anil de altura de duas varas pelo mato, mas ninguém o cultiva. Dá-se bem e muito bem o arroz, que já falei em outra parte. O algodão, o cacau e o café; o urucu, o tabaco. (Ibidem, p. 61).

Sem embargo disso, há curiosos de experiências que plantam o cominho, gerzelim, de que tiram o azeite que fregem peixe; e de uma árvore chamada pau de breu recolhem os moradores de Ponta de Pedra no rio Atuí o chamado breu, que vai para a Tesouraria dos índios e, na cidade, vende a arroba por 640. Só na fazenda dos curiosos se acha alguma couve, repolho e poucas outras hortaliças. (Ibidem, p. 61).

### **Vila de Monforte**

Não deixei de notar a perspectiva da vila de Monforte pelo seu exterior, assim como a olhei pelo seu físico. Está situada sobre a costa e olha para o canal da cidade. Nele observa os navios que demandam o porto do Pará e, da vila, expede o comandante uma canoa de aviso ao general, dando-lhe parte do lugar em que descobre o navio, do seu tamanho e o mais que pode observar. Conta, por todas, 700 almas. (Ibidem, p. 61).

### **Pesqueiro Real**

Dá os índios preciso para o contrato do pesqueiro real que tem ao pé, onde se pescam infinitas tainhas, além das gorujubas e mais peixes da costa. Os índios desta vila são geralmente tidos por mui forçosos, industriais e trabalhadores; mas têm sido tantas as portarias a tirar os índios da vila para serviços particulares, tão penoso o trabalho do pesqueiro que leva quase os homens capazes de trabalho da vila, que não mentirei se disser que nem tempo têm para do pesqueiro virem à



vila e levantar as suas choupanas caídas, para cuidarem das suas roças. (FERREIRA, 2006, p. 61).

### **Arari**

*“Pela sua beirada, de uma e outras partes, estão citas muitas roças e engenhocas de açúcar para as águas ardentes que tiram e fazendas de gado vacum e cavala”* (Ibidem, p. 62).

### **Cerâmica**

*“Já da fazenda de Nossa Senhora das Mercês para baixo, algum pedregulho se encontra tinto de ferro e argila corada diversamente, da qual fazem as panelas e potes, e outros vasos grosseiros”.* (Ibidem, p. 62).

### ***Notícias da Ilha Grande de Joanes dos rios e igarapés que tem na sua circunferência; de alguns lagos que se têm descoberto e de algumas coisas curiosas***<sup>25</sup>

O manuscrito começa descrevendo a situação geográfica da Ilha grande e das menores que compõem o arquipélago, como as Mexianas, Caviana, entre outras, é praticamente uma descrição corográfica. Fala-se sobre os rios e sistema fluvial, bem como dos espécimes vegetais, indicando que alguns são usados na fabricação de embarcações: *“Na maior parte destas matas se acham muitos acapus, paus-d’arco, iubaís, argelins, andirobas-jarubas. Destes dois costumam fazer canoas de 90 palmos de comprido, tendo 18 e 20 de largo”.* (Ibidem, p. 65). Descrevendo a flora nos deparamos com importante material construtivo das coberturas e estruturas das construções:

Por toda esta parte se acham nos ditos matos pelas bordas dos rios e igarapés muito ibussu, excelente palha para cobertura de casas, que costuma durar 10 a 12 anos. Também este mato tem muito timbó-titica, com que se costuma amarrar toda a esteiaria de algumas moradas de casas; e todo o envaramento que se amarra aos esteios por dentro e por fora das casas é com este cipó. Há outro cipó. A que chamam timbó-açu, que, rachado e inteiro, serve para o sobredito. (Ibidem, p. 65).

Fica clara e estranha a constatação de Ferreira, o elogio ao material vernáculo, em detrimento da telha cerâmica “civilizada”, pode se notar um deslize,

---

<sup>25</sup> Códice 10,1,26 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

mas difícil ser um elogio, ao menos não parece colocar o material em grau de comparação à técnica reinol.

O entorno da ilha é descrito como repleto de fazendas, engenhos e engenhocas, principalmente as de cana, cacau, algodão e criação de gado. Há uma diferenciação, feita nos manuscritos, entre engenho e engenhoca, parecem distinguir-se pelo tamanho ou pela produção. Também existem os pesqueiros, que, ao que tudo indica, servem, também, para a captura, criação e produção de óleo de tartaruga, “*tem seus pesqueiros, aonde se apanham tartarugas e tracajás*”. (FERREIRA, 2006, p. 66). É importante atentar para as descrições feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira e sempre contextualizá-las com o material iconográfico, pois este denota as práticas econômicas dos locais visitados. Os desenhos de zoologia e botânica guardam essa relação instrumental e ilustrativa entre os bens potenciais de exploração, em prol de aumentar os ganhos da Fazenda Real. É a ciência à serviço do desenvolvimento do território e dos anseios econômico do Reino.

Mais abaixo, fica o igarapé Pucá. No princípio deste, à mão direita, entrando por ele, sobre a costa, fica uma fábrica de sola. E nesta mesma paragem tem uma olaria de telha e tijolo. Em distância de légua e meia, pouco mais, fica o rio Arari, o qual é bastantemente povoado no princípio e fim, e na entrada tem fazendas de agriculturas e 2 engenhos de fazer açúcar e águas ardentes. (Ibidem, p. 67).

Logo no trecho posterior, são descritas as aves e animais de cerca do rio Arari, entre patos, jaburus, veados, colhereiros, desconho que tenham sido desenhados conforme existem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seria interessante fazer o cotejamento entre os espécimes do relato, iconografia (há certas que estão legendadas como do Marajó) e as descrições das remessas de materiais e desenhos, tem-se a impressão que nos relatos do rio Negro e Branco, esse esquema descritivo das espécies é menos frequente, conquanto já tenham sido descritos nas observações ao redor de Belém e no Marajó, talvez fosse desnecessário reiterar. Os relatos de Noronha e Sampaio também se utilizam desse esquema explicativo, onde as espécies, sejam vegetais ou zoológicas, são enumeradas em caráter de lista.

Nos relatos são apontadas características das implantações do sítio de algumas vilas e lugares, como Monsarás e Monforte:

E distância de 3 quartos de légua se acha a vila de Monsarás... Está situada sobre a costa, e dela se vê virem os navios para esta cidade. Do porto desta vila, pela costa abaixo, tudo são pedras, até a vila de Monforte... Está vila de Monforte está situada em um alto... (Ibidem, p. 68)

Sobre os pesqueiros reais, Ferreira deixa a indicar algumas especificidades destes empreendimentos: “*até o pesqueiro real, que é aonde estão pescando diariamente tainhas, por conta dos contratadores que arrematam tal contrato*” (FERREIRA, 2006, p. 68), seria a prática dos pesqueiros reais organizada através de contratos arrematados por particulares interessados na exploração dos rios, será que existia uma compra feita ou a distribuição se dava nos mercados das vilas e lugares?

***Notícia Histórica da Ilha Grande de Joanes ou Marajó [Primeiro Fragmento de Códice 21,2,2,16]<sup>26</sup>***

Em alguns fragmentos Ferreira indica que sua viagem começa em 1º de setembro de 1783, com chegada em Belém no dia 23 de outubro, a sua viagem para o Marajó se inicia no dia 7 de novembro, findando em meados de dezembro, demonstrando que o início dos trabalhos foi imediato, não havendo muito tempo para aclimatar ao clima, denota-se a urgência das tarefas que demandavam do naturalista. É nesse fragmento que Ferreira exemplifica os trabalhos dos membros da expedição: “*Ali nos demoramos à espera da baixa-mar, tratando nós, entretanto, de cumprir cada um com seu dever: eu, de observar e descrever os produtos mais óbvios; os desenhadores, de desenhá-los; e o jardineiro botânico, de recolhê-los*” (Ibidem, p. 72). Explana também sobre as formas de observar, ou seja: “*A primeira coisa que fiz, ao amanhecer do dia 8, foi confrontar as observações topográficas e hidrográficas que eu tinha feito, na tarde em que cheguei a esta cidade, com as que acabamos de fazer do modo possível na noite precedente.*” (Ibidem, p. 72). Vale ressaltar que as observações topográficas e hidrográficas são muito mais lugares comuns e modos de produzir, e que guardam uma relação não tão imediata como temos os termos atualmente, ainda que se correlacionem.

### **1.5.3 Cametá**

A localização da vila de Cametá é estratégica, pois está na confluência hidrográfica dos caminhos que seguiam para o norte da Capitania de Goiás (onde

---

<sup>26</sup> Códice 21,2,2,16 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ficavam muitas das minas de ouro), estabelecendo assim um controle mais rígido sobre os deslocamentos que se faziam sobre o território.

Conforme indicado por Pataca (2011), e seguindo mesmo os roteiros e documentação produzida ao longo da *Viagem Filosófica*, a intenção do naturalista era se deter pouco no Grão-Pará, sendo designado a se destinar a capitania do Rio Negro. No roteiro corográfico elaborado pelo sargento-mor engenheiro João Vasco Manoel de Braun<sup>27</sup>, é possível acompanhar alguns passos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que acompanha a comitiva, mas segue um ritmo próprio. As citações ao “*Dr. Naturalista*” são recorrentes até um certo trecho da viagem, quando as condições climáticas fazem com que as canoas do naturalista se separem da comitiva e siga rumo próprio. Essa viagem acompanhada por Braun se dá do dia 19 de setembro de 1784 ao dia 07 de novembro. A viagem para Cametá se dá com antecedência, no início do ano de 1784 (saindo em 16 de janeiro e retornando no dia 31 do mesmo mês). Foi possível alocar o prospecto na base georreferenciada sem problemas. O prospecto da vila de Cametá (**Fig. 39 e Fig. 40**) dialoga com os anteriormente produzidos, a saber o de Belém e de Monforte, e possui linguagem semelhante, seja no tratamento dado a detalhes como moldura, legenda e enumeração de edifícios e embarcações, a finalização e colorização. “*O prospecto possui um caráter essencialmente urbano, revelando onde e como se estabeleciam os povoados na região amazônica. As representações de paisagens no conjunto de obras da Viagem Philosophica traduzem os objetivos políticos e militares de ocupação do território*” (PATACA, 2011, p. 5).

Do que se pode apreender do prospecto é a enumeração dos edifícios, equipamentos e embarcações relevantes. Dos edifícios são elencados cinco, a saber (**Fig. 41**): nº1 *Igreja Matriz*, nº 2 *Capela do Bom Jesus*, nº 3 *Hospícios dos Mercedários* (**Fig. 42**), nº 4 *casa que serviu de Quartel General* e nº 5 *Arco erguido pela câmara para a entrada de S. Ex<sup>a</sup>*. As outras enumerações se referem às canoas e montarias, oito no total, sendo discriminadas de quem eram e o uso. A vila de Cametá se acha elevada em uma porção do terreno, sem porto ou cais, acessível por meio de duas escadas encravadas no terreno. Há um tratamento específico na representação das

---

<sup>27</sup> Roteiro corográfico da viagem que o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general do Estado do Brazil, que determinou fazer ao rio das Amazonas, em parte que fica compreendida na capitania do Grão-Pará: tudo em destino de ocularmente observar e socorrer a praça, fortalezas e povoações que lhe são confrontantes. In: Revista Trimensal de História e Geografia, Segunda Série, Tomo Quinto, Volume 12. 1849.

barrancas, onde os riscadores representaram os matizes da terra que constitui o promontório, e sabe-se que, conforme outras descrições manuscritas por Alexandre Rodrigues Ferreira, era usual a descrição pormenorizada do tipo de solo que as cidades apresentavam.

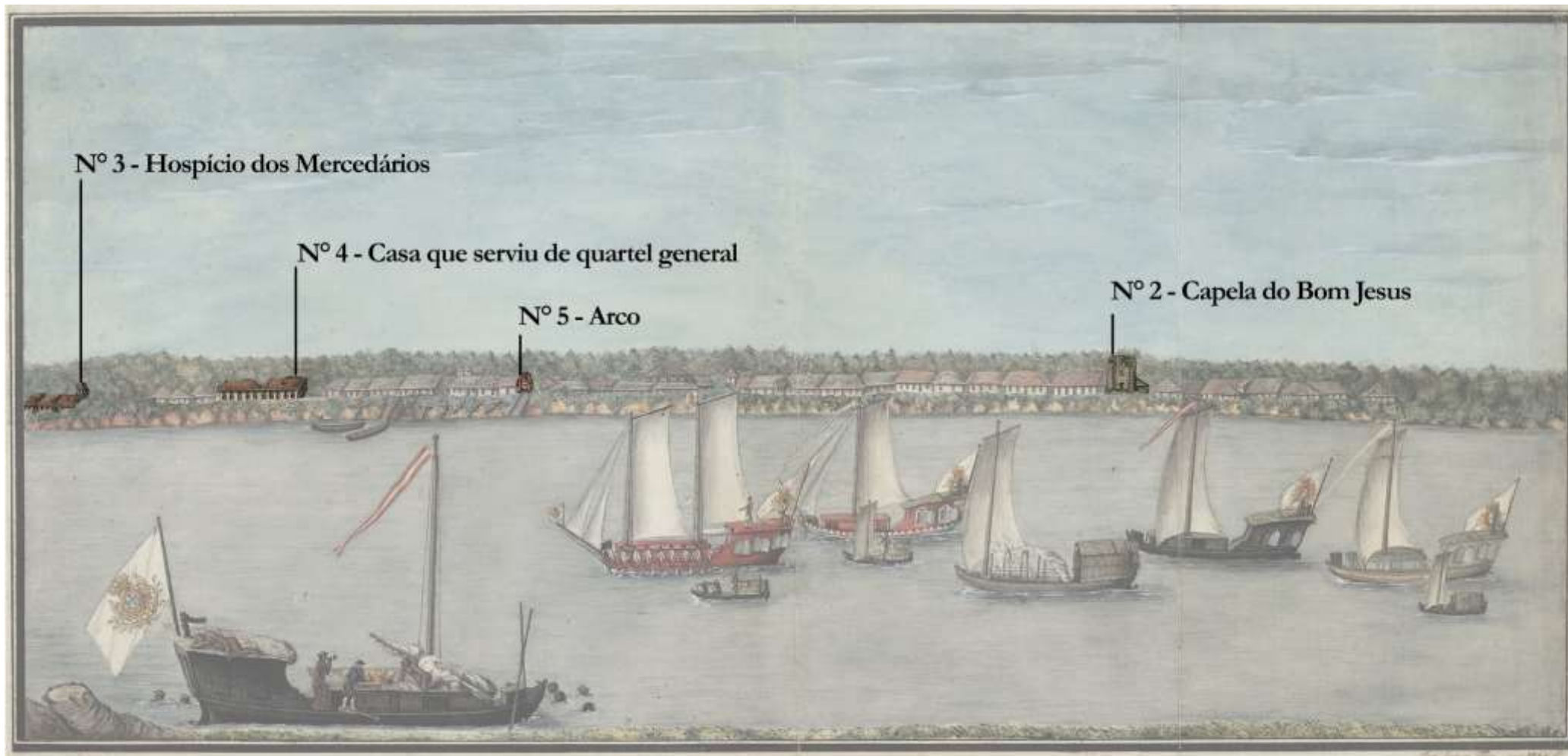


Figura 39 - Prospecto da vila de Cameté, com as indicações das estruturas enumeradas na legenda. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 40 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa do Camotá, e da entrada que fez o Exmo. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Estado, na tarde do dia 19 de janeiro de 1784. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A povoação e os edifícios estão encrustados em meio à floresta e à vegetação, que a circunda e envolve, e não se consegue distinguir os espécimes vegetais, constituindo no geral de uma massa uniforme e homogênea, com mínimos destaques possíveis. Ao contrário de outras representações ao longo da *Viagem Filosófica* onde é possível diferenciar alguns elementos na massa arbórea, como palmeiras e coqueiros, ou até mesmo vegetação que possua uma coloração diferente do usual verde salpintado.



Figura 41 - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Hospício dos Mercedários. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O casario é disposto perfilado ao rio, constituído em grande parte por construções cobertas em palha, entremeada por algumas cobertas em telha, em especial aquelas que estão designadas por números e descritas na legenda. A igreja matriz não se mostra em sua frontaria, mas a Capela do Bom Jesus está faceada para o rio, e podemos observar elementos da sua arquitetura, como a frontaria um tanto desproporcional em relação ao corpo, deixando a entender que aquela se constituiu de forma primeira, na possível completude do corpo de acordo com o risco iniciado da sua fachada. Nessa também podemos atentar para uma malha (**Fig. 42**), que possivelmente sejam os esteios da estrutura, indicando, talvez, que a mesma não esteja finalizada em seus ornamentos e acabamentos.





Figura 42 - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Capela do Bom Jesus e Arco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Das casas, sejam as cobertas em palha ou telha, são apresentadas fachadas simples, sem ornamentação distinta, muitas com porta e janela, ou até mesmo em fachadas com vãos. Alguns edifícios apresentam estruturas ou detalhes peculiares, como pequenas torres, gradis na fachada (em específico a casa que serviu de Quartel, enumerada como nº 4) (**Fig. 43**), ou formatos circulares (**Fig. 44**), com destaque para um conjunto de quatro habitações, situadas à esquerda do desenho, que apresentam telhados em forma cônica, ao contrário da maior parte do casario, que se apresenta de telhados de duas águas (quatro águas se considerarmos os arremates laterais).



Figura 43 - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Casa que serviu de quartel. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 44 - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Casario. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

As canoas em comboio recebem tratamento distinto na representação, no qual se pode perceber detalhes ornamentais e os símbolos de poder por meio das bandeiras e flâmulas. Os remeiros e pilotos são representados em ação, sempre populações nativas, que se distinguem dos portugueses pela falta de uniforme e pela cor da pele. Os remeiros da canoa N. Sr<sup>a</sup>. da Piedade (n<sup>o</sup> 6), embarcação do capitão-general, estão uniformizados em branco e barretes pretos. As pessoas em uniforme e casaca se distinguem das demais figuras humanas e consegue-se perceber como brancos, trajados conforme as normas do tempo.

Há uma certa curiosidade no desenho, a canoa do naturalista, tida como a de número 9 (**Fig. 45**), é representada simultaneamente no desenho, seja no comboio ao longo do rio, acompanhado as demais canoas e montarias, como na parte inferior esquerda, onde consta um dos riscadores trabalhando ladeado de dois indígenas, trajado de maneira singular, uma espécie de casaca escura pontilhada de branco. A flâmula bicolor branca e vermelha é destacada nas duas vistas, uma de bombordo e a outra de estibordo. Os remeiros e piloto da canoa do naturalista, na representação à esquerda, são representados em posições espontâneas e relaxadas, um observa o riscador enquanto fuma um cachimbo, outro também observa, mas deitado ao lado do mastro, outro deitado em cima da cabine. À frente e detrás da canoa pode se ver os trabalhadores nadando, não parecem estar labutando ou executando alguma tarefa, a se comparar com os outros que estão no barco, parecem estar se divertindo.



Figura 45 - Detalhe ampliado do *Prospecto da vila de Cameté*. Riscador na canoa do naturalista. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

É curioso observar esses elementos, pois mostram dimensões prosaicas, pouco afeitas à simbologia oficial ou aos desígnios científicos da missão:

Freire confere a si próprio uma posição de destaque na imagem, ocupando o primeiro plano do prospecto. Ele se encontra de costas para o espectador e de frente para a vila desenhando sobre uma prancheta de madeira e rodeado de índios. É como se houvesse dois acontecimentos simultâneos: a chegada da comitiva e o ato de retratar a cena pelo desenhador. Porém, como o desenhador poderia observar o acontecimento se estivesse em um dos barcos? A repetição da canoa um pouco mais adiante no desenho, mostra duas situações temporais distintas, mostrando um movimento na representação. (PATACA, 2011, p. 10).

Conforme especifica Pataca (2011), os desenhos de prospectos suplantam seu significado imediato, dando a representação mais precisa sobre os processos de ocupação do território, bem como da constituição material das vilas e lugares. Esse alargamento de entendimento proposto por Pataca (2011, 2018) e Faria (2001) nos auxilia a embasar os destaques de cultura material existentes nas iconografias e outros documentos da *Viagem Filosófica*, permitindo que façamos o levantamento exaustivo das referências, tirando assim o quadro geral do que se pretendia informar

acerca de elementos da arquitetura e da ocupação urbana da bacia Amazônica em finais do XVIII.

Na segunda metade do século XVIII, a vila de Cameté passou por um projeto de reurbanização paisagística comandada pelo Marquês de Pombal. A estrutura urbanística representada no prospecto de Cameté simbolizava a administração temporal instituída durante a administração pombalina (PATAÇA, 2011, p. 11).

Os desenhos feitos pelos riscadores sob comando de Ferreira eram também expressão o poderio político português, uma prestação de contas a ser feita às instâncias superiores em Portugal acerca do estado da ocupação. Há essa mistura entre um trabalho burocrático de relatório da situação com os encaminhamentos científicos propugnados por Ferreira e por seu tutor Vandelli. São diversas as abordagens, que nos apresentam um naturalista de mãos atadas, sem tanta liberdade de tomar o rumo que deseja, sempre disposto a cumprir os desígnios de oficiais superiores.

Os prospectos apresentados nos propiciam entender essas nuances e políticas aplicadas, em especial o que concerne esse trabalho, os aspectos arquitetônicos e urbanísticos, a qualidade e tipo de abordagens utilizadas.

As casas seguem um alinhamento geométrico próximo à margem do rio, urbanização característica das vilas amazônicas da segunda metade do século XVIII. Tal geometrização urbanística enquadrava-se na política urbanizadora do Marquês de Pombal e mostrava a ocupação portuguesa e a efetivação da prática colonizadora. As casas são cobertas com telha e com palha. A importância da visita do governador também foi registrada no arco erigido pela câmara numa homenagem do acontecimento (assinalado com o nº 5). (Ibidem, p.11-12).

Os pontos a serem descritos e representados tiveram certamente razão para o ser, tinha objetivo estratégico, seja de proteção militar em lugares geograficamente posicionados, como potenciais sítios a serem desenvolvimento econômico e social da região. As reformas de Estado iniciadas no reinado de D. José I, sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, encontrariam ecos na bacia Amazônica e interior dos domínios ultramarinos. Os prospectos são imagens e símbolos de implantação dessas políticas e regulamentações (PATAÇA, 2011), e convêm sempre reiterar essa ideia, que encontra eco e sustento em relevante bibliografia sobre o tema, escanteando velhas noções da falta de direcionamento e planejamento estratégico para as regiões. A perspectiva de Cameté é prova disso: “a estrutura urbanística representada no

*prospecto de Cameté simbolizava a administração temporal instituída durante a administração pombalina*” (PATACA, 2011, p. 11). A documentação tratada ao longo da dissertação, seja diretamente relacionada a Alexandre Rodrigues Ferreira quanto a de terceiros, carrega o tom decoroso em relação aos símbolos nacionais e da glória do colonizador, o que não é novidade, mas mesmo nas correspondências íntimas não foge dos esquemas e formatos de comunicação do Antigo Regime, sempre presente no contexto dos objetos em estudo.

Apresentamos a espacialização do percurso feito por Ferreira saindo da cidade do Pará até Cameté, nos utilizando de informações que permitem alocar as áreas e recursos explorados, bem como as paradas feitas em diferentes povoados. (**Fig. 46**). No trecho de correspondência de Ferreira (08/Fevereiro/1784) é possível notar as indicações feitas acerca da paisagem e dos elementos cultivados e explorados na região da vila de Cameté, em especial o cacau e o anil:

E para que estando nós aqui, não deixássemos, no entanto, de observar alguma coisa, resolveu-se a levar-me na sua companhia, e ao Riscador Joaquim Freire para a Vila de Cameté, donde passamos pelos lugares de Baião, São Bernardo, até a Fortaleza de Alcobaça, no rio Tocantins. Gostei, com efeito, de ver uma vila tão povoada, polida e assás cultivada em roda por todas as ilhas adjacentes de infinitos cacoais, assim como desgostei de ver tão pouco aproveitada a divertidíssima situação em está Baião, sobre um taboleiro de terra levantada, e não ao nível do rio, mas alta, e ao longo do mesmo rio, a terra estão uma terra preta, forte, coberta de pés de anil bravo da altura de vara e  $\frac{1}{2}$  e mais, com outros pés de tabaco etc. (FERREIRA, 2008a, p. 24).

### ***Correspondência ativa, passiva e indireta (1779-1788)***<sup>28</sup>

Das correspondências trocadas por Ferreira (Ferreira, 2008a), em muitas estão apontamentos acerca da situação das vilas e lugares ao longo de sua viagem.

#### ***1784/02/08 Ativa – Viagem a Cameté e paradas em Cotijuba***

E para que estando nós aqui, não deixássemos, no entanto, de observar alguma coisa, resolveu-se a levar-me na sua companhia, e ao Riscador Joaquim Freire para a Vila de Cameté, donde passamos pelos lugares de Baião, São Bernardo, até a Fortaleza de Alcobaça, no rio Tocantins. Gostei, com efeito, de ver uma vila tão povoada, polida e assás cultivada em roda por todas as ilhas adjacentes de infinitos cacoais, assim como desgostei de ver tão pouco aproveitada a divertidíssima situação em está Baião, sobre um taboleiro de terra levantada, e não ao nível do rio, mas alta, e ao longo do mesmo rio, a terra estão uma terra preta, forte, coberta de pés de anil bravo da altura de vara e  $\frac{1}{2}$  e mais, com outros pés de tabaco etc.

---

28 Conforme transcritas em Ferreira (2008<sup>a</sup>).

A 16 de janeiro, saímos da cidade com o Senhor General, e a 30 do mesmo nos recolhemos. Fica o Riscador Freire com os 2 desenhos da perspectiva do Cametá, um que hei de remeter por ofício da minha comissão, e outro que mandou desenhar o Senhor General. Da mesma sorte fica tirando a perspectiva de Palácio o riscador Codina, devendo apresentar 3 cópias, duas que mandou tirar o Senhor General e uma que é da minha repartição.

Visitei a Ilha de Cutijuba, onde possui o Capitão Luiz Pereira da Cunha um perfeitíssimo engenho de branquear o arroz, conservando agora para depois fazerem a segunda remessa não só as amostras do arroz e os desenhos das máquinas com a individual relação de suas utilidades, mas também a argila encarnada, a ocre de ferro e a tabatinga que lá recolhi”. (FERREIRA, 2008a, p. 26).

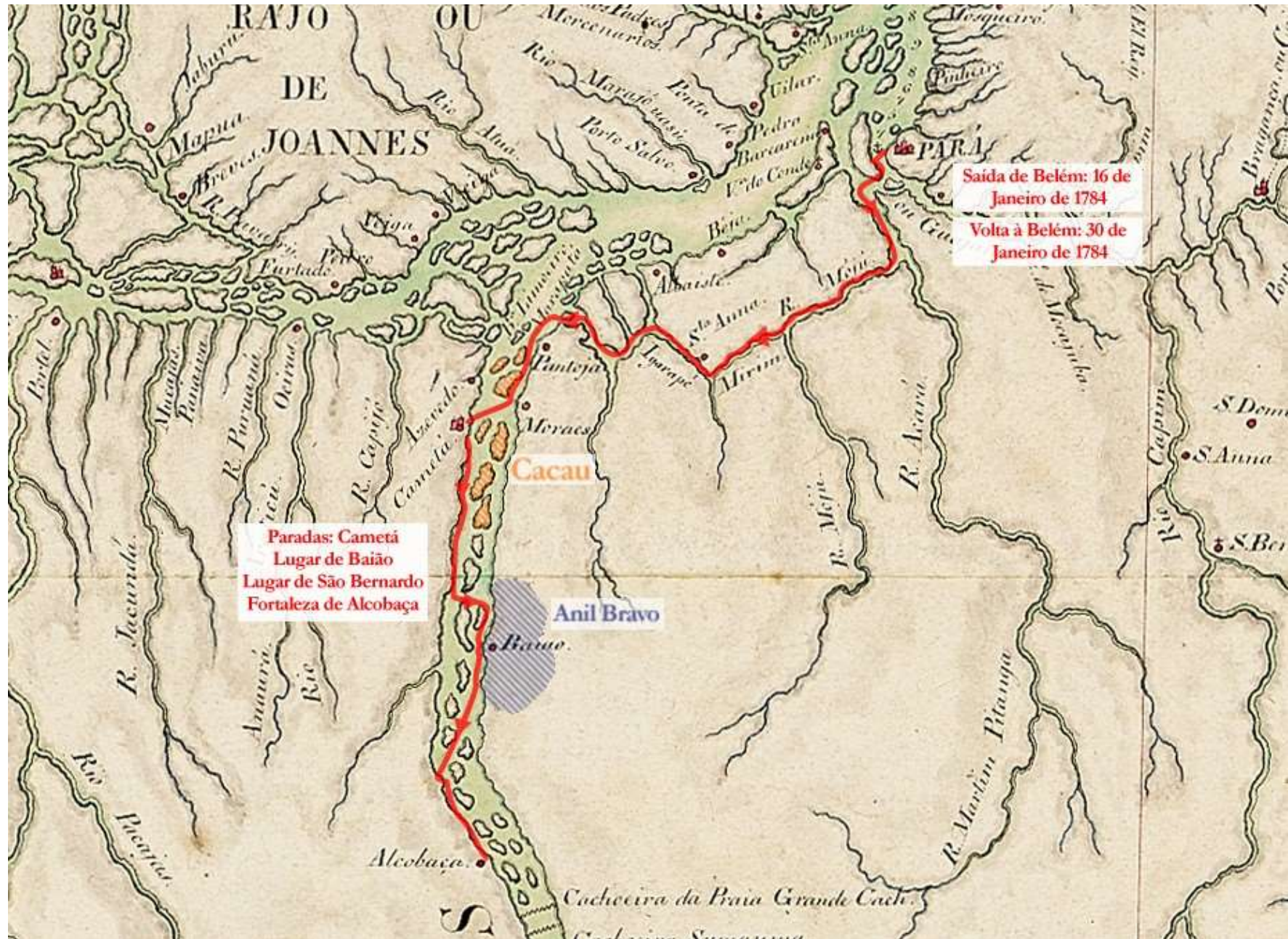


Figura 46 - Percurso especializado sobre a carta da *Nova Lusitânia*, onde pode se perceber o trajeto feito por afluentes e canais até a vila de Cametá. As culturas exploradas, cacau e anil, estão indicadas. (Imagem do Autor).

### **1784/10/10 Ativa – De Belém até Gurupá, e sobre o estado da mesma**

É o terceiro papel que concluí no espaço de tempo que decorre desde 21 de outubro do ano passado até 19 de setembro do presente. Deste dia por diante acompanhei ao Senhor General, entrando com ele nas vilas de Oeiras, Melgaço e Portel, donde saímos juntos em demanda da baía do Macapá. Mas, não havendo encontrado mais pelo espaço de 3 dias, desde que entrei no canal do Tajupuru, refleti que de parte a parte havia incômodo da de Sua Excelência, em me andar esperando a cada passo por navegar a minha canoa muito ronqueira, a remos, em consequência da carga, e da minha, em forçar o remo da minha esquipação noite e dia para o acompanhar, devendo, aliás, poupar os índios para mais dilatada viagem. Por este motivo, deixei a derrota do Macapá, onde por outra parte pouco podia fazer pela celeridade com que é preciso ao Senhor General, entrar e sair das povoações, e demandei esta Vila de Santo Antônio do Curupá, onde cheguei a 2 do corrente, e donde saio a 11 para a de Porto de Moz. A vila é de brancos, porém está pior que algumas dos índios. À exceção de cinco casas cobertas de telha, tudo o mais são palhoças rodeadas de mato. A terra tudo produz: o cacau, de que há matas naturais nas ilhas das costas fronteiras; o café; o tabaco, de que abundam todos os quintais; o arroz nos pantanais; a maniba; o algodão. (FERREIRA, 2008a, p. 39).

### **1785/01/09 Ativa – Trecho entre Gurupá até Santarém**

Por ocasião desta parte, não me olvidei de dar a outra, em como a 19 de setembro do ano passado [1784] saí da cidade em companhia do Senhor General, de quem me apartou a trovoada que sobreveio ao entrarmos todos no Canal do Tajupuru. E conser já passado tanto tempo, quanto é o que decorre desde 19 de setembro do ano passado até hoje, 8 de janeiro de 1785, ainda agora me acho nesta vila de Santarém, que nem metade é da viagem para o rio Negro. Demorei-me, portanto, pelo espaço de 9 dias na vila de Curupá, desde o dia 2 de outubro até o dia 11 do mesmo, observando tudo quanto tenho minutado a respeito dela, minuta, porém, que Vossa Excelência será apresentada quando o Excelentíssimo Senhor João Pereira Caldas me socorrer com algum escrevente, porque, além de que esta minha letra é incapaz de ser lida por Vossa Excelência, pela sua pequenez, eu também perco em copiar minutas o tempo que devo empregar em observar. De cada uma das vilas conservo um apontamento que faço, como tenho da Vila de Almeirim ou Paru, onde entrei a 15 de outubro, e donde saí a 8 de novembro, tendo observado o ferro, a ocre, as argilas etc. Dali gastei até a vila de Monte Alegre o tempo que vai de 8 de novembro até 13 do mesmo, em que cheguei, e desta vila parti, para estoutra de Santarém, a 9 de dezembro, onde tem sido percizo calafetar as canoas, render os índios, refazer o mantimento e donde parto para Óbidos amanhã, que são 10 do corrente”. (Ibidem, p. 44).

### **1785/03/02**

Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor João Pereira Caldas,  
Do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima Coronel de Cavalaria dos  
seus Exércitos; alcaide-mor, comendador de São Mamede do Trovisco



na Ordem de Cristo; Governador e Capitão General nomeado para as Capitânicas do Mato Grosso e Cuiabá e nos distritos dos governos delas e do Estado do Grão-Pará, encarregado da execução do Tratado de Limites e Demarcações dos Reais Domínios, etc., etc., etc. Alexandre Rodrigues Ferreira, na tarde de 2 de março de 1785, em que chegou à Vila Capital de Barcelos. (FERREIRA, 2008a, p. 49).

### 1785/06/16

Dei parte de que, obedecendo às ordens do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Souza e Albuquerque, pelo mês de janeiro, saí da Vila de Santarém, por outro nome Topajoz, assim como agora a dou, de que a 2 de março cheguei a esta Vila de Barcelos (Ibidem, p. 54).

Destas correspondências, apresentamos a espacialização feita do percurso executados pelo naturalista ao longo da *Viagem Filosófica*, destacando o trajeto feito entre a cidade de Belém e a vila de Barcelos (**Fig. 47**).

***Roteiro Corographico da viagem que o Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general do Estado do Brazil, determinou fazer ao Rio das Amazonas, em parte que fica compreendida na capitania do Grão-Pará: tudo em destino de ocularmente observar e socorrer a praça, fortalezas e povoações que são confrontantes – João Vasco Manoel de Braun***<sup>29</sup>

O escrito pelo sargento-mor engenheiro João Vasco Manoel de Braun, no ano de 1784, narra uma derrota do governador do Grão-Pará Martinho de Souza e Albuquerque, na qual visita uma série de vilas e lugares da bacia amazônica. A curiosidade é que no trecho inicial da viagem acompanham a comitiva o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e seus ajudantes, que estavam rumo à capitania de Rio Negro. Durante o texto é possível perceber um pouco da dinâmica da viagem feita pelo naturalista, que contrastava com a do governador, haja vista que era preciso parar para observar e recolher os gêneros naturais. Há uma série de desencontros entre as duas partes, até que em certo momento, quando novamente se encontram, Ferreira decide prosseguir viagem rumo à Barcelos, enquanto Martinho de Souza e Albuquerque rumam para o forte de Macapá. Nesse trecho inicial da viagem conseguimos pormenorizar o percurso feito pelo naturalista, já que acompanhava a comitiva oficial do governador, e podemos estabelecer em que pontos pararam e os dias com mais precisão. É possível também notar os caminhos e trechos que

<sup>29</sup> In: Revista Trimensal de História e Geografia, Segunda Série, Tomo Quinto, Volume 12. 1849.

percorrem, em especial quando se encaminham da cidade de Belém até o lugar de Santa Ana, quando fazem um trajeto por vias fluviais secundárias e não pelo eixo do maior rio, isso é curioso de se notar, pois seria um ajuste fino do percurso de Ferreira.

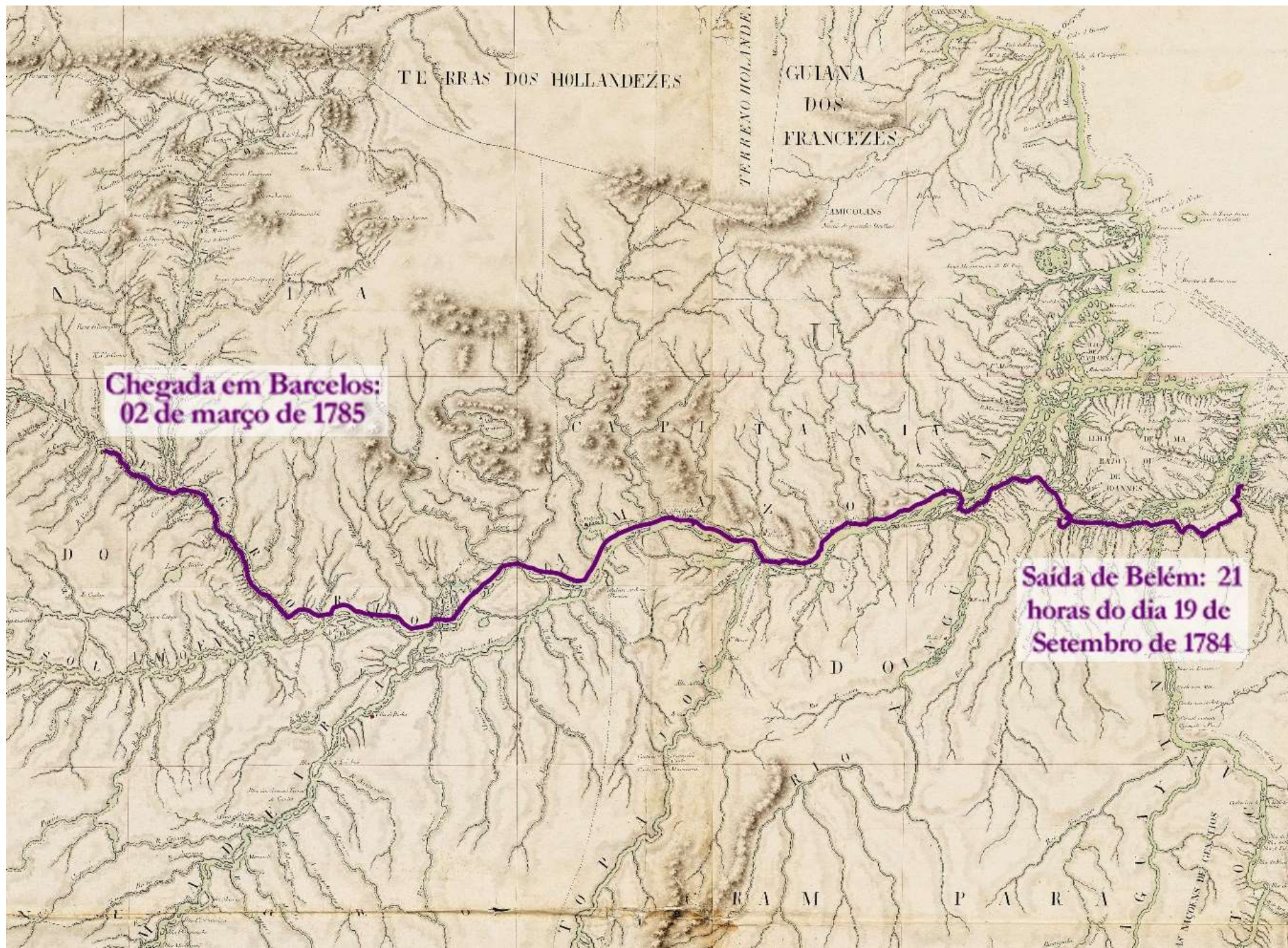


Figura 47 – Indicação do percurso feito entre Belém e Barcelos, na primeira etapa da *Viagem Filosófica*, inseridos na cartografia histórica. (Imagem do Autor)

O roteiro de Braun possibilita também aprendermos um pouco mais sobre a cultura material das povoações, o estado e conservação das edificações e do tecido urbano mesmo. O sargento-mor engenheiro, também responsável por fazer esse levantamento e propor mudanças, atenta para essas características.

Com a separação da canoa do naturalista da comitiva do governador, conseguimos traçar o percurso de Ferreira a partir de indicações feitas nas missivas destinadas a Martinho de Melo e Castro, onde ele nos apresenta as suas paradas e os dias em que se quedou em cada localidade. Nos trechos selecionados a seguir iremos indicar os locais por onde Ferreira e seus ajudantes passaram junto com a comitiva do capitão-general e governador Martinho de Souza e Albuquerque.

Interessante notar que todos os lugares indicados no roteiro são acompanhados por notas indicando a localização em coordenadas e outras informações sobre o lugar, como economia, gêneros produzidos ou populações indígenas.

### **Canoa do naturalista**

*“Assim como também navegariam avulsas e supernumerarias as duas canôas que transportavam para o Rio Negro o Dr. naturalista e seus riscadores”.* (BRAUN, 1849, p. 290).

### **Saída**

Na noite de 19 de Setembro do referido anno [1784], pelas oito horas e meia, saíu S. Ex<sup>a</sup> do seu palacio, e se dirigiu à ponte da alfandega, acompanhado de toda a nobreza da cidade: embarcando ahi pelas nove horas, se poz em viagem”. (Ibidem, p. 292)

### **Boca do Guajará e Boca do Uacará**

*“Atravessando pelas nove e tres quartos a bocca do rio Guajará, e pelas onze a bocca do rio Uacará”* (Ibidem, p. 292).

Nota referente ao Guajará e ao Uacará, nota 2 e 3, respectivamente:

Rio Guajará, a que o vulgo chama Guamá, porque na distancia de uma maré pelo rumo E. 4<sup>a</sup> de S.E. é que entra no rio Guajará o Guamá, tendo este as suas terras baixas e próprias para a lavoura de canna, o que deu causa de se estabelecerem varios engenhos de assucar e aguardente; tambem tem bastantes sítios além da povoação de Ourém, que fica na margem septentrional quarenta e tres léguas

distante da cidade, e na mesma margem quatro léguas superior se acha a do Porto Grande. No lugar em que o rio Guajará principia o Guamá pelo rumo de S.O. 4<sup>a</sup> do S. fica a bocca do rio Capim, sendo o encontro d'estes dous rios a cabeceira e fim do dito Guajará. O rio Capim tem tambem alguns engenhos e sítios, e a povoação de S. Bento distante da cidade setenta léguas. (BRAUN, 1849, p. 292).

*“O rio Uacará é também bastante próprio para a lavoura da canna, razão porque tem bastantes engenhos e sítios”.* (Ibidem, p. 292).

### **Engenho de Carambaba**

*“No dia 20 nos acariciou o crepúsculo matutino no porto do engenho de Carambaba, que fica distante da cidade dez leguas em a margem septentrional do rio Mojú”* (Ibidem, p. 293).

Nota referente ao rio Mojú:

Rio Mojú é o mais extenso rio que há visinho da cidade; tem a sua direção do sul para o norte. As suas terras são em parte alguma cousa elevadas e bastante fructíferas, tem varios engenhos e sítios até a distancia de oitenta léguas, d'onde se principia a desconhecer; razão porque se ignora até onde chegam suas cabeceiras. Dizem que são habitadas de algumas nações de gentios; porém com este rio não tem sido de todo penetrado, póde muito bem ser que só seja alguma das do rio Tocantins, pela vizinhança em que se acha. Tambem alguns practicos seguram haver nas ditas cabeceiras muito cravo. (Ibidem, p. 293).

### **Boca do Igarapé-mirim**

Pelas cinco horas e tres quartos portámos na bocca do Igarapé-merim a esperar que chegasse o Dr. Naturalista e seus riscadores, que da cidade tinham sahido na comitiva, e até então não haviam apparecido, para juntos (como S. Ex.<sup>a</sup> queria) passarmos o dito Igarapé; e como até a meia noite não chegaram, estivemos toda ella fundeados na referida bocca defronte do sítio de José António de Oliveira, que dista da cidade dezenove léguas. (Ibidem, p. 293).

Nota sobre o Igarapé-mirim:

Igarapé-merim, que no idioma portuguez quer dizer caminho pequeno de canoa, é um riacho tão apertado que apenas passa por elle uma mediana embarcação. É o furo por onde se communicam as águas do Mojú com as do Guanapú a única passagem que há para as canoas que vem do sertão, a não se quererem arriscar sahindo a barra do rio Tocantins, que abunda em recifes de pedra. (Ibidem, p. 293).

### **Freguesia de Santa Ana**

*“No dia 21 pelas cinco horas da manhã apareceram as duas canoas do dito Dr., e então prosseguimos a viagem, passando em meia hora o referido Igarapé,*

*portando às oito em à freguesia de Santa Anna, que dista da cidade vinte léguas*". (BRAUN, 1849, p. 293).

Nota sobre a freguesia de Santa Ana:

Freguesia de Santa Anna do Igarapé-merim foi erecta parochia em o anno de 1755 pelo Ex.mo bispo D. Fr. Miguel de Bulhões, sendo até esse tempo capella de um particular chamado Paulo de Sages Barros. Pelo mappa da população consta ser de 964 pessoas. (Ibidem, p. 293-294).

### **Rio Guanapú**

Continuando depois a viagem, fomos jantar ao rio Guanapú em o sítio chamado do Catimbáo; sahindo d'elle pelo meiodia prosseguimos a viagem até as sete horas da noite, e chegamos à espera da bahia do Marapatá, que fica trinta léguas da cidade: ahi passamos a noite a esperar pelo Dr. Naturalista, que chegou à meia noite (Ibidem, p. 294).

Nota sobre o rio Guanapú:

Rio Guanapú é um rio que vai do Igarapé-merim à bahia de Marapatá; n'elle desembocam varios outros rios e furos, que ainda que não sejam dos mais celebrados d'este Estado, sempre contém em si alguns sítios e engenhos de aguardente (Ibidem, p. 294).

### **Bahia do Marapatá e do Limoeiro**

No dia 22, pela uma hora da madrugada, atravessámos duas bahias sucessivas do Marapatá (latitude austral 2º) e Limoeiro, em que gastamos tres horas, indo portar ao amanhecer no engenho do Limoeiro...chegando a este sitio o referido Dr. Naturalista, pelas sete horas e meia (Ibidem, p. 294).

Notas sobre a Bahia do Marapatá e do Limoeiro:

*"As duas bahias do Marapatá e Limoeiro fazem a barra do rio Tocantins, e contém a distancia de cinco léguas"* (Ibidem, p. 294).

### **Canal do Pajé, Curussá ou Japi**

Depois de se jantar na canoa general nos pozemos em viagem pelo canal a que o dito engenho dá o nome de Limoeiro, atravessando a bocca do canal chamado do Pajé pelas quatro horas, e entrando então pelo Curussá ou Japi chegamos pelas oito á bocca d'elle, onde fazem espera os que devem atravessar a bahia chamada de Pedro Furtadoou de Maruarú. N'esta noite não se ajuntou comnosco o Dr. Naturalista. (Ibidem, p. 294-295).

### **Vila de Oeiras**

No dia 23, pelas quatro horas da madrugada, nos pozemos em viagem, costeando as ilhas chamadas de Cupijó, e d'ellas passando

ás de Araticú, chegamos pela uma hora da tarde a portar na villa de Oeyras, que fica seis léguas afastada da espera. (BRAUN, 1849, p. 295).

Pelas duas horas chegou o Dr. Naturalista, contando que em aquella manhã na sobredita bahia de Maruarú tinha cahido da borda da canoa o seu criado, e que apezar de todas as possíveis diligencias se não tinha podido salvar. (Ibidem, p. 295).

#### Nota sobre Oeiras:

Villa de Oeyras, na latitude austral de 1° e 55'. Esta villa esteve muito tempo situada quatro léguas mais ao norte, debaixo do nome de aldêa dos Bócas, por serem seus moradores e primeiros fundadores da nação Combóca; razão porque tambem a bahia que se segue á dita villa se chama bahia dos Bócas: depois teve o de aldêa de Araticú, por se chamar assim o rio em que está situada, passando para o que presentemente tem no anno de 1758. Pelo mappa da população consta ser esta villa de 1801 pessoas. (Ibidem, p. 295).

Em Oeiras temos o prospecto de uma habitação, que é bem interessante pela escala e o detalhamento que se apresenta, o que não se consegue observar nos prospectos realizados nas vilas e lugares.

#### **Rio Araticú, Furo Mutuacá e Canal Jupatituba**

No dia 24 pela uma hora da madrugada prosseguimos o nosso destino pelo rio Araticú fora, na bocca do qual esperamos maré até as cinco horas, em que a nós chegaram as canoas do Dr. Naturalista; e dirigindo-nos então por entre as ilhas da bahia dos Bócas, fomos portar ao meio dia no segundo furo chamado de Mutuacá, onde jantamos e passamos a tarde por causa dos grandes ventos contrários, que n'ella reinaram até as sete horas e meia da noite, em que nos deram logar a continuar a nossa derrota por entre as ditas ilhas, deixando a direita a bocca do canal Jupatituba. (Ibidem, p. 296).

#### **Vila de Melgaço**

*“No dia 25 pelas oito horas da manhã chegamos à villa de Melgaço, que fica treze léguas distante de Oeyras”* (Ibidem, p. 296).

Acabada esta tão necessária e providente diligencia, passou a revistar e inspecionar os livros de comercio comum, fazendo depois servir o jantar, para que convidou na casa da residência o vigário, diretor e pessoas que ahi se achavam, à exceção do Dr. Naturalista e seus riscadores, que chegaram pelas quatro horas da tarde. (Ibidem, p. 297)

#### Nota sobre a vila de Melgaço:

Villa de Melgaço, na latitude austral de 1° e 50', que até o ano de 1758 se chamou aldêa de Aricurú, está situada em uma das ilhas que formam a entrada do grande canal de Pajepurú; esta povoação foi sempre de particular expectação, pelas duas poderosas nações dos

Mayanazes e Nheengaíbas, que a fundaram, como melhor se poderá ver no livro 3<sup>o</sup> da Vida do padre Vieira. Hoje o mappa da população consta ser de 1897 pessoas. (BRAUN, 1849, p. 296-297).





Figura 48 - CODINA, Joaquim José. Prospecto das casas da Vila de Oeiras, que se acha situada na margem setentrional do Rio Araticú, 2 léguas acima da sua foz. [17--]. Imagem 26,5 cm x 17,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

## Vila de Portel

E pelas oito horas se embarcou e largou do dito porto com vento fresco, e a uma larga pelo rio Aricurú acima em demanda da villa de Portel, que fica quatro léguas distante da de Melgaço: pelas onze horas da manhã portamos no porto d'aquella villa. (BRAUN, 1849, p. 298).

### Nota sobre a vila de Portel:

Villa de Portel, na latitude austral de 2º, que até o anno de 1758 se chamou aldêa de Aricará, está situada em terra firme, cabeceira do rio Aricurú, visinha aos grandes rios Uanapú e Pacajáz: tem este trabalhosa navegação, por se encontrarem n'elle varias cachoeiras e recifes de pedra; mas dizem abundar de páo de cravo, que nas suas fontes habita bastante gentio. Foram fundadores d'esta aldêa as nações Pacajás e Taconhapes, a que depois se uniram os Uanapús e os Tucujús, bem contemplados no livro 3.º da Vida do padre Vieira, e nos Annaes de Berredo, art. 581 ibid. Pelo mappa da população consta ser hoje de 2539 pessoas. (Ibidem, p. 299).

## Furo Ayangú

Prosseguimos a nossa viagem demandando a bocca do furo Ayangú, na entrada do qual nos carregou uma tão forte trovoada que perdemos de vista e conserva das canôas do Dr. Naturalista; e passando depois ao repartimento chamado do Curuari, onde ceamos e algumas horas esperamos pelo dito Dr., que por não aparecer continuamos viagem, despedindo-se tambem ahi o diretor da dita villa, que tinha vindo acompanhar S. Ex.<sup>aa</sup> (Ibidem, p. 298-299).

Neste momento o relato da comitiva do governador e capitão-general Martinho de Souza e Albuquerque continua, mas já sem referência ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que ruma capitania do Rio Negro. Por meio da correspondência de Ferreira é capaz de situarmos a viagem até a vila de Santarém.

#### 1.5.4 Monte Alegre

De Monte Alegre temos prospecto (**Fig. 50**) que apresenta a vila com vista da igreja e casa de câmara, com bastante indicações sobre a arquitetura e detalhes arquitetônicos, é um tipo de desenho que exemplifica os propósitos da dissertação, com indicações bem expressivas acerca da construção e implantação dos povoados. Há também o desenho feito do interior de uma casa (**Fig. 49**), nele podemos observar como seria o espaço interno da habitação dos indígenas.



Fig. 49 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto das casas das índias de Monte-Alegre, onde fazem as cuias. 1785. Imagem 27,0 cm x 17,0 cm em folha 34,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

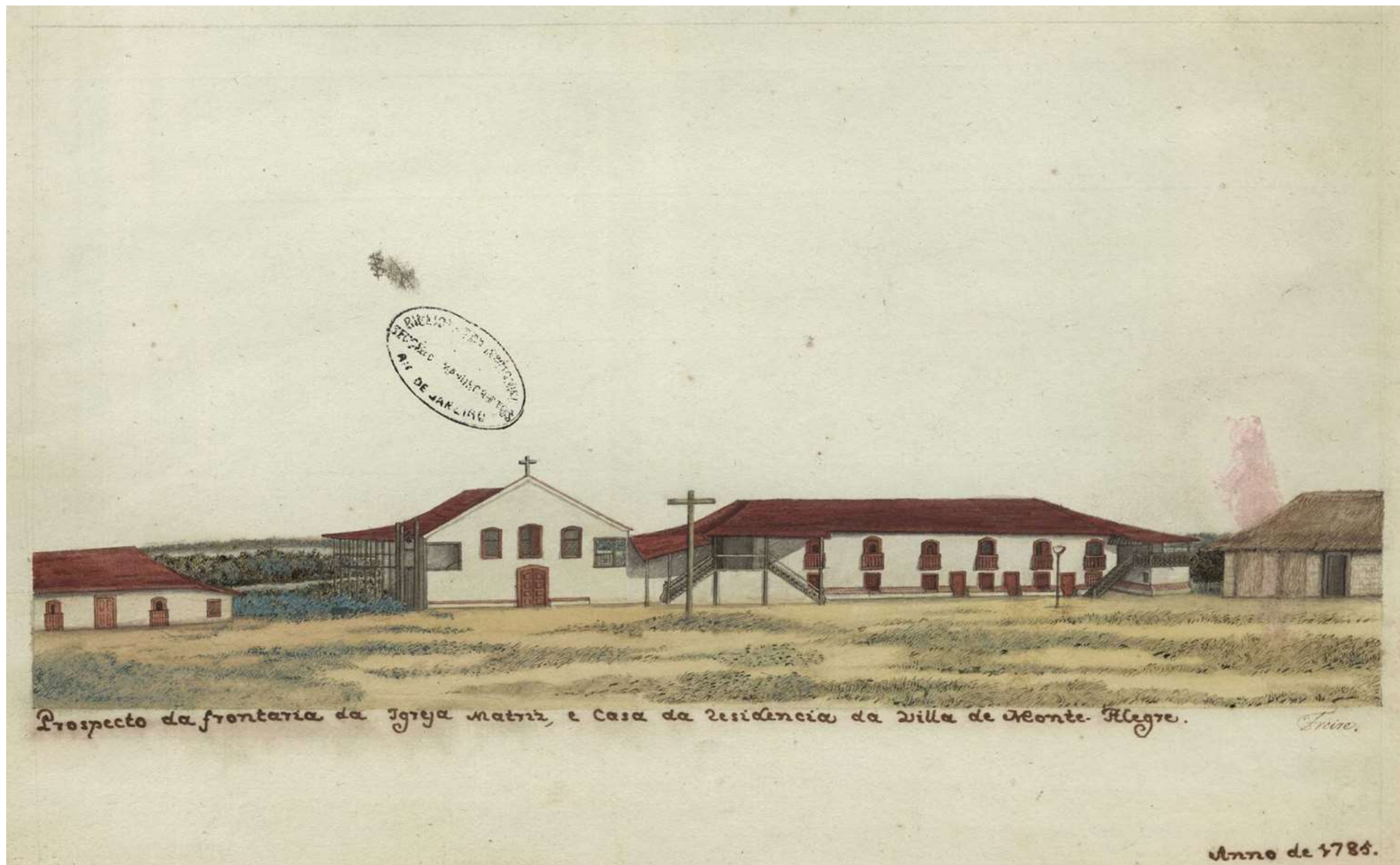


Fig. 50. FREIRE, José Joaquim. Prospecto da frontaria da Igreja Matriz, e casa da residência da Vila de Monte Alegre. 1785. Imagem 29,0 cm x 14,5 cm em folha 34,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Fig. 51. Detalhes prospecto de Monte Alegre. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Fig. 52. Detalhes prospecto de Monte Alegre. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

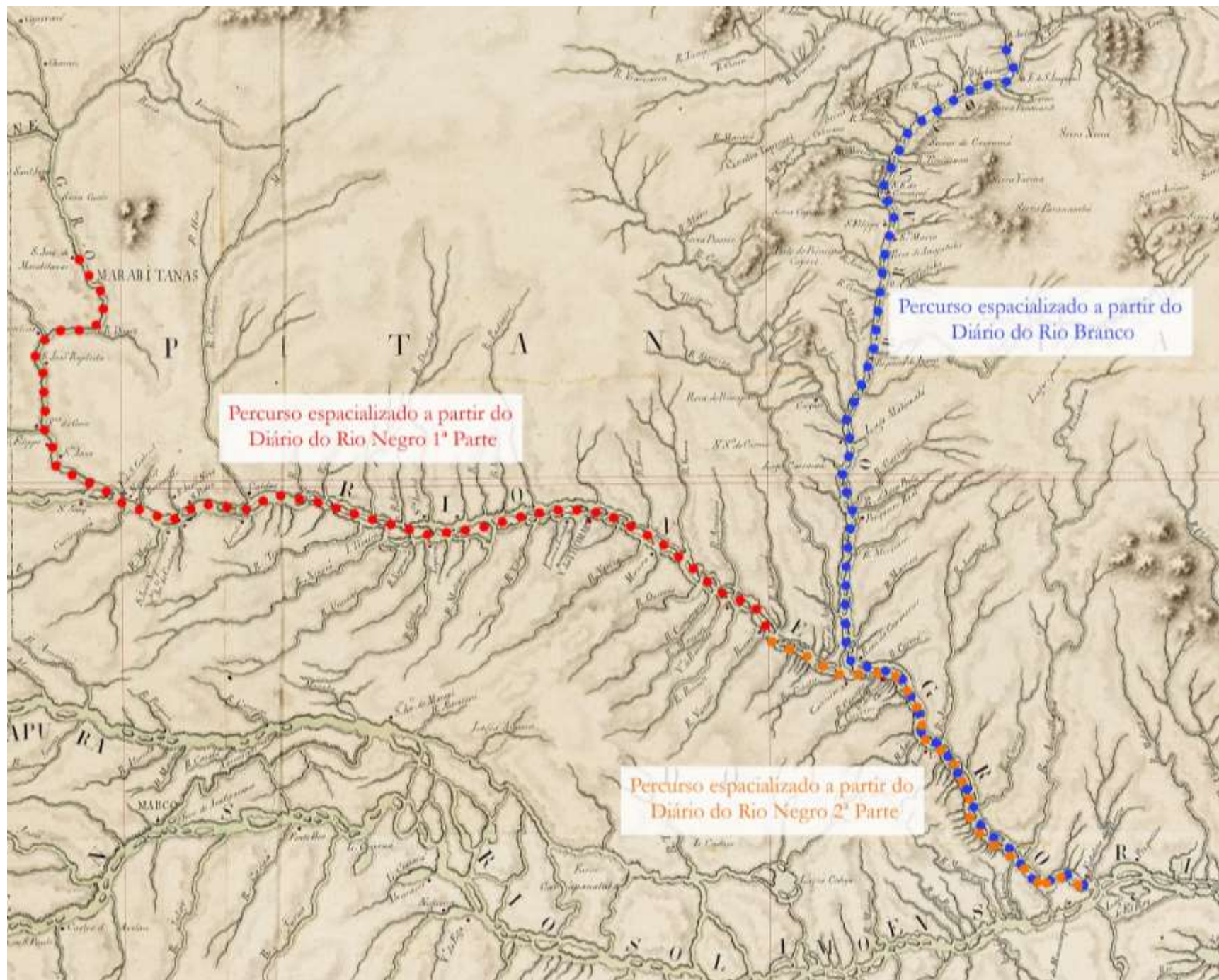


Figura 53 – Percursos especializados relativos à 1ª e 2ª partes da Viagem ao rio Negro e pelo rio Branco, feitos sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

### 1.5.5 Rio Negro

*Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro com a informação do estado presente (de 20 de agosto de 1785 à 05 de janeiro de 1786).*<sup>30</sup>

**Participação primeira - de Barcelos a Moreira (Fig. 54):**

- Às 07h00 de 20 de agosto de 1785 sai de Barcelos.

- Às 14h00 de 20 de agosto está na boca do rio Baruri. Ferreira começa por descrever as roças e fazendas dos moradores da região, ao fazer isso ele se vale de um esquema descritivo que se repetirá ao longo de quase todas as indicações feitas pelo naturalista. Essa linha descritiva está minuciosamente indicada nas ordenações expedidas desde Portugal e produzida nos centros que serviram de referência à organização das *Viagens Filosóficas*, capitaneadas por Domingos Vandelli desde a sua estrutura acadêmica da Universidade de Coimbra e do Real Jardim Botânico da Ajuda. Os documentos utilizados como referência por Ferreira orientam com detalhes como deveria ser feita esses levantamentos, conforme indica fartamente Pataca (2015).

---

<sup>30</sup> Conforme transcrito em Ferreira (2006).

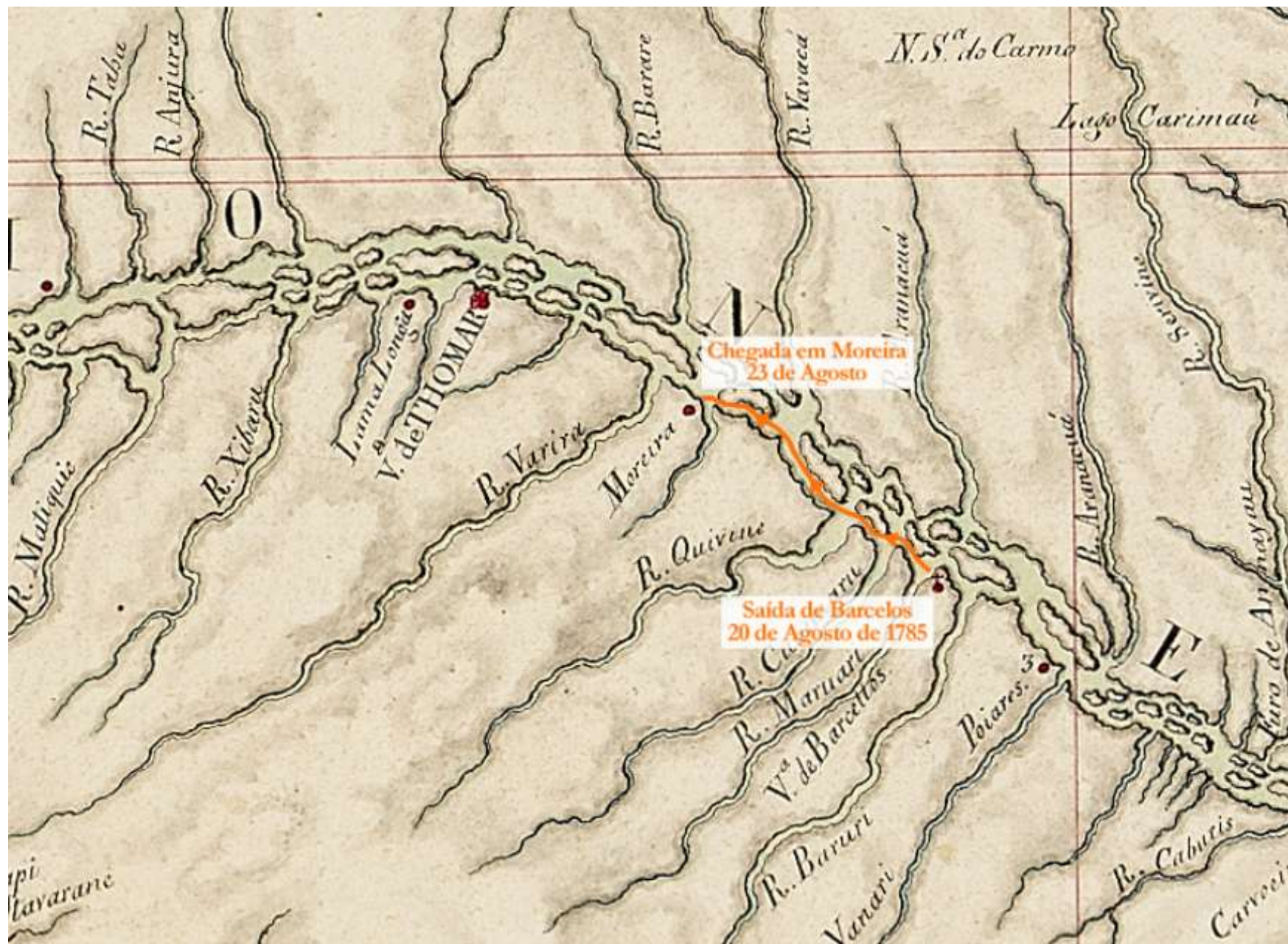


Figura 54 – Percurso da 1ª Participação no Rio Negro, entre Barcelos e Moreira, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)



A referência primeira de Ferreira na epígrafe de seu *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, não poderia ser mais explícita, quando cita um trecho de Lineu: “O seu método consistirá em reunir por escrito o que for perceptível e útil: a Geografia, a Física, a Litologia, a Botânica, a Zoologia, a Economia, a Política, os costumes, as antiguidades...” (FERREIRA, 2006, p. 83). Ao separarmos as inúmeras citações a seguir ficará explícito como o processo descritivo se repetirá, e com isso, mais do que apontar a metodologia em si do naturalista, buscamos constituir o corpo material dessas citações e buscar entender como elas se desdobram na espacialidade dos lugares visitados pela expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. Neste local, à boca do rio Baruri, e em suas cercanias, indica-se que “os moradores desta vila cultivam o café” (Ibidem, p. 84) e também faz breves descrições acerca da cultura da maniba e do cacau como presentes, este último em menor quantidade, haja vista os problemas que os lavradores enfrentam com pragas e outras intempéries.

**- Às 06h00 de 23 de agosto chega a Moreira (Fig. 55).** É nessa todas descritiva que Ferreira apresenta o aspecto do lugar de Moreira:

Corre ao longo da costa um bom tabuleiro de terra, sobre o qual está situada a povoação em uma paragem, que é a mais desembaraçada de pequenas ilhas e, por isso, deixa gozar boa parte da largueza do rio. O seu porto é desabrigado por ser, como já disse, uma barreira continuada, sem furo ou enseada alguma onde se abriguem as canoas, que estão surtas nele... Constituem o corpo do lugar duas ruas: a da frente pertence aos índios e a do fundo aos brancos; mas entre as casas destes estão inseridas mais três daqueles. No cimo da rua do fundo está situada a matriz, com frente para o rio. É uma igreja tão comprida como esta de Barcelos, porém mais alta e mais larga e, por conseguinte, suficiente para o número de fregueses que tem. Está coberta de telha ainda nova, e com o peso dela deram de si as linhas que cravam no frexal, e foi preciso especar uma das paredes laterais. (Ibidem, p. 86).

Quando colocamos lado a lado texto e imagem, a dizer o Prospecto do lugar de Moreira, chamado antes Caboquena, executado em 23 de agosto de 1785 pelo riscador José Joaquim Freire, temos a oportunidade de comparar a situação descrita em palavras com a registrada imagneticamente.



Figura 55 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Moreira, chamado antes Caboquena. Imagem 32,5 x 4,0 cm em folha 34,5 x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O naturalista ainda descreverá algumas estruturas do lugar, como a casa do Reverendo vigário:

(...) sita ao lado da frontaria da igreja, é térrea, como as da maior parte das povoações; tem cobertura de palha e consta de duas salas com seus dous camarins; as portas e as janelas são de madeira, mas não tem fechaduras. Assim tivesse havido mais cuidado em extirpar das paredes o cupim que as repassa. Do mesmo modo que ela, está repartida e conservada a da residência do diretor. (FERREIRA, 2006, p. 86).

Descrevendo o casario do lugar faz a distinção entre a casa dos indígenas e dos brancos:

As casas dos índios eram vinte, caíram quatro e restaram dezesseis; estão na frente onze, na segunda rua do fundo três, entre as casas dos moradores brancos, e no fundo da povoação, duas. De todas elas, as mais bem conservadas são somente duas. (Ibidem, p. 87).

Um dos pontos descritos pelo naturalista é o estado em que se encontram a maior parte dos casarios desses lugares e povoações, bem como a impossibilidade dos moradores em fazer a manutenção das mesmas, devido ao constante serviço que os indígenas executavam em prol da Coroa portuguesa e dos particulares. O uso da mão-de-obra indígena por meio do regulamento indicado no Diretório dos Índios, consumia a maior parte do tempo dos habitantes, por isso:

(...) não podem acudir às ruínas das suas casas; quase todas elas, a não serem prontamente cobertas de novo e entijucadas as paredes, por si mesmo se demoliram de todo; não há parede que não esteja alquebrada, nem, ordinariamente, casas que tenha portas de madeira. (Ibidem, p. 87).

Pelo prospecto apresentado não é possível constatar essa condição material do casario, nem a sua conservação, não há grau de detalhamento que nos indique tais elementos. Não há, também, a identificação das estruturas do lugar, mas podemos, em mãos do texto, apontar a matriz e subentender a casa do vigário e de um *“armazém contíguo à residência do Reverendo vigário”* (Ibidem, p. 87). A situação da casa dos brancos do lugar é narrada por Ferreira: *“As [casas] dos moradores brancos não passam de seis, porque a sétima se demoliu. Estão mais bem conservadas, se bem que os donos quase nenhuma assistência fazem nelas.”* (Ibidem, p. 87). À parte dos roçados e casario do lugar, Moreira não consta de casa de canoa nem de embarcações de negócio.

Descrevendo a situação geológica do lugar (a composição dos barreiros, as camadas de argila, ocre...), passando pela situação material do casario, igreja e armazéns, bem como a sua conservação. O naturalista sempre passará a indicar o mapa da população. Esses dados serão indicados quase sempre ao final das participações por meio de tabelas, contendo “*a soma total dos moradores brancos, índios aldeados e pretos escravos*” (FERREIRA, 2006, p. 87). Também indicará acerca das nações indígenas que povoam as cercanias dos povoados e lugares. No caso de Moreira “*tem índios de diversas nações, entre os poucos que o povoam; são manaos, barés, carajais, japiúas, baniúas, jaruna etc.*” (Ibidem, p. 87).

Sobre a produção material do lugar Ferreira também se dedica a descrever o que é produzido pelos moradores indígenas e pelos brancos. Em Moreira os indígenas se dedicam na cultura de “*maniba e algum café*” (Ibidem, p. 88). Os moradores brancos “*avançam a algum cacau, arroz, algodão, milho, feijão, etc.; o consumo, porém, de suas lavouras consiste igualmente na maniba e no café.*” (Ibidem, p. 88).

Enfim, a descrição geral das condições materiais de Moreira servirá de base para muitos outros lugares e povoados que se seguirão ao longo da bacia do rio Negro e rio Branco. Há uma constante queixa acerca do potencial não aproveitado das terras, recorrendo a culpa, na maior parte das vezes, ao elemento humano mais frágil do território, o indígena colonizado e tido como insolente e pouco dado ao trabalho. A questão da mão-de-obra perpassará grande parte dessas descrições feitas por Alexandre Rodrigues Ferreira, que repetidamente indicará que: “*os poucos índios que há são incessantemente distraídos para o serviço das expedições régias; porque os que nelas andam empregados e nelas desertam ou morrem não são substituídos por outros novamente descidos.*” (Ibidem, p. 88).

#### **Participação segunda - de Moreira a Thomar (Fig. 56):**

- Às 03h00 de 25 de agosto de 1785 sai de Moreira. Às 06h00 passa no sítio Tapera.
- Às 14h00 entra pelo Paraná-mirim.
- Às 18h00 atravessa a boca do rio Uarirá. Uarirá que será indicado na *Nova Lusitânia* pela alcunha de Varira, que se descreve como sendo habitado por indígenas manaos (Ibidem, p. 92). Ao descrever a situação hidrográfica dos entornos da vila de Thomar, o naturalista ainda acrescenta que nas cercanias do rio Uererê (na *Nova*

*Lusitânia* indicado como Barere, provavelmente), estavam ocupados por indígenas carajá e uarinas (FERREIRA, 2006, p. 92).



- Às 08h00 do dia 28 de agosto chega em Thomar (**Fig. 57**). Essa é uma das vilas das quais também há um panorama desenhado, a dizer, *Prospecto da Villa de Thomar, chamada antes Bararuá*, feito por José Joaquim Freire, em 29 de agosto de 1785.

Seguindo o formato de descrever a situação geológica do sítio, Ferreira apresenta a vila de Thomar:

Representou-se me-me, quando a divisei de longe, que via casas de sobrado e que as paredes eram avermelhadas, porque esta é a cor da barreira que lhe fica inferior. Ao entrar para ela, vi primeiro que tudo, uma vargem pelo nascente. Toda ela se alaga com a enchente do rio. Ali principia a vila e, prolongando-se pela costa, vai, pouco a pouco, elevando-se, à proporção que também pouco a pouco se eleva a barreira. É formada de argila, misturada com areia, uma e outra substância carregada de tintura de ocre avermelhada, e tinha na sua maior altura duas braças. (FERREIRA, 2006, p. 92).

Observando o prospecto cotejado à descrição anterior podemos ver que há uma coincidência quase geométrica. Por se tratar de uma vila, o que já constitui diferença de status em relação a povoados e lugares, as estruturas são descritas com mais detalhes, é o caso do arranjo urbano, dividido em dois bairros: “o de Santa Apolônia principia na vargem e acaba no lugar em que está sita a matriz; segue-se o outro, a que não ouvi dar nome; continua da igreja para cima, tem sua praça de pelourinho e acaba no lugar em que está a casa da olaria.” (Ibidem, p. 92).

Ainda sobre o tecido urbano, Ferreira atenta para a recorrente cisão entre as moradias dos indígenas e dos moradores brancos: “Há em cada bairro duas ruas somente, a da frente e a do fundo; ambas pertencentes aos índios, mas nas suas travessas e, particularmente na que sai à praça do pelourinho, estão situadas as casas dos moradores brancos.” (Ibidem, p. 93).

Se a descrição da implantação urbana pode ser cotejada com fidelidade ao prospecto desenhado pelo riscador da expedição, ele não se pode dizer do casario da vila. Há, de certa forma, um ruído entre a descrição textual e a representação gráfica: “A rua da frente do sobredito bairro de Santa Apolônia fica de todo arruinada; as casas já se não podem ter em pé, e o rio continua a solapar cada vez mais uma pequena ressaca que ali se faz barreira.” (Ibidem, p. 93). O relato que faz Ferreira difere um tanto do risco feito por Freire, até porque é possível ver em outros prospectos produzidos o casario em situação de abandono e de prejuízo material.

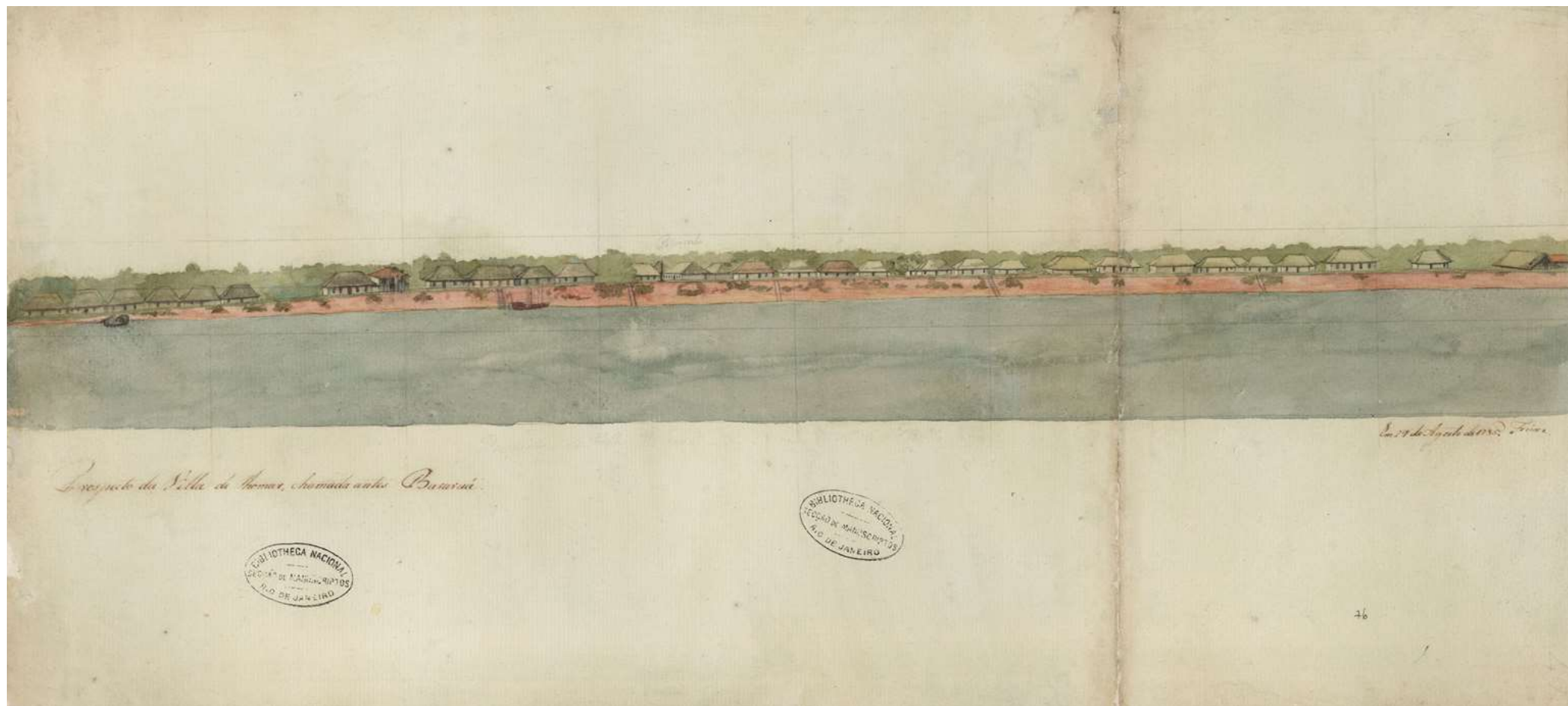


Figura 57 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Villa de Thomar, chamada antes Bararuá. 1785. Imagem 48,5 cm x 6,0 cm em folha 24,0 cm x 49,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Nessa segunda participação são descritas algumas estruturas da vila, como a igreja matriz, a residência do Reverendo vigário, a residência do diretor, armazém, pelourinho, casa de escola, casa da olaria, com detalhamentos um pouco mais detalhados, mas quase sempre para apontar a falta de manutenção ou problemas estruturais. Da igreja matriz é dito que é *“preciso refazê-la de alicerces de pedra e cal; as paredes necessitam de ser rebocadas por dentro e por fora; as portas e as janelas estão repassadas do cupim, assim como a maior parte do madeiramento.”* (FERREIRA, 2006, p. 93).

Dessas pequenas descrições das patologias estruturais podemos ir depreendendo alguns detalhes construtivos e dos materiais utilizados, que já tornam relevantes o documento. A casa do Reverendo vigário é assim apresentada pelo naturalista: *“[a residência] consta de uma casa de espera, uma sala com seu camarim e outra casa de dispensa; é térrea e coberta de palha, com seu forro de ripas de juçara; as portas e janelas são pintadas de ocre e de tabatinga, mas não têm fechaduras.”* (Ibidem, p. 93). O prospecto nos permite diferenciar esse casario coberto de palha dos que são telhados em cerâmica. O riscador se esmerou em diferenciar pelos tons alguns elementos arquitetônicos, como portas e janelas pintadas em ocre, contrastando com as casas dos indígenas, descritas como sem portas e janelas de madeira. Ainda que o panorama desenhado não possua um grau de minúcia que nos permita vislumbrar ornamentos arquitetônicos, fica claro que quando comparamos panorama e texto, alguns detalhes e estratégias do desenhista nos parecem ter propósito maior, e não estão ali como acaso ou capricho artístico.

Ferreira se valerá novamente do diário produzido pelo ouvidor Ribeiro Sampaio a fim de descrever um pouco acerca da história dos habitantes do local. É usando de referência Sampaio que o naturalista indicará Thomar como *“a corte dos manaos”* (Ibidem, p. 94). De sua própria pena descreve: *“Os índios que povoam a vila são de diversas nações. Na repartição de Santa Apolônia estão os uajuanás e guirinas e, na outra, os manaos, barés e passés”* (Ibidem, p. 97). Da agricultura dos habitantes indígenas apresenta a maniba como onipresente nos roçados. Os moradores brancos já cultivam uma sorte maior de culturas, ainda que de subsistência, como *“o café, pouco cacau, pouco milho e pouco feijão; apenas o que basta para o provimento de suas casas.”* (Ibidem, p. 97). Ferreira, agindo como enviado e analista do mundo material e das potencialidades econômicas dessas paragens, sempre reitera as possibilidades produtivas do anil, do qual *“alguns têm feito roçado”* (Ibidem, p. 97).

Outra dessas possibilidades econômicas é a piaçaba, fibra quase que essencial na logística da região, principalmente para singrar e atravessar as inúmeras corredeiras da região:

Concluo o artigo da agricultura de Thomar com outra pequena reflexão sobre o nenhum apreço que, na dita vila, se faz da piaçaba, que tem perto, nas terras da costa fronteira e dentro do rio Padauri, donde a pode tirar e propagar pela capitania. É este um artigo tão recomendável por si mesmo, para o bom êxito da navegação pelas cachoeiras deste rio, que até eu, que ainda agora a empreendi, conheço e afirmo que, ou se não deve dispensar, ou a dispensá-la, o governo interino não se queixe depois dos naufrágios das canoas régias e, muito menos as sobrecarregue aos cabos. (FERREIRA, 2006, p. 98).

Essas indicações sobre a piaçaba, assim como sobre as fibras de uambé e timbó-titica, merecerão atenção do naturalista em algumas das memórias produzidas acerca dos produtos da região.

#### **Participação terceira - de Thomar a Lamalonga (Fig. 58):**

**- Às 08h00 do dia 01 de setembro de 1785, saída de Thomar.**

**- Às 14h00 do dia 01 de setembro chegada em Lamalonga (Fig. 59).**

Conforme o roteiro descritivo, Ferreira apresenta a situação geológica do lugar de Lamalonga, antiga aldeia de Dari (também representada em panorama por André João Schwebel). Segue:

Está situado o lugar na latitude de 18° Sul, sobre uma barreira que conta duas braças de altura na sua maior elevação. Consta de areia e argila bastantemente coradas da ocre de ferro; predomina, contudo, a areia, com vantagem conhecida sobre a argila no porto da povoação. A areia de ferro, mais ou menos presente por esta costa, indica igualmente a presença deste metal, ainda que na sua forma metálica se deixe perceber nas pedras, além da crosta ocrácea que todas elas apresentam, contudo, não se percebem fragmentos visivelmente metalizados, sem que a ocre, ou amarela ou já ustulada, deixe de dominar na maior parte. Pouco acima do lugar, e por baixo dos estratos das sobreditas substâncias, aparecem outros de tabatinga, também com veios avermelhados. (Ibidem, p. 103).

Ferreira apresentará o sítio de Lamalonga como um local bom para se assentar uma povoação, e explica os motivos:

A terra é fértil quanto se pode desejar, porque, além de que o seu fundo consta das duas qualidades de terras, areenta e argilosa, as quais estão misturadas por um modo o mais favorável à vegetação, por outra parte, ainda mais a ajuda a outra mistura de terra humosa que é essa terra preta, por outro nome, terra de jardins. (Ibidem p. 103).

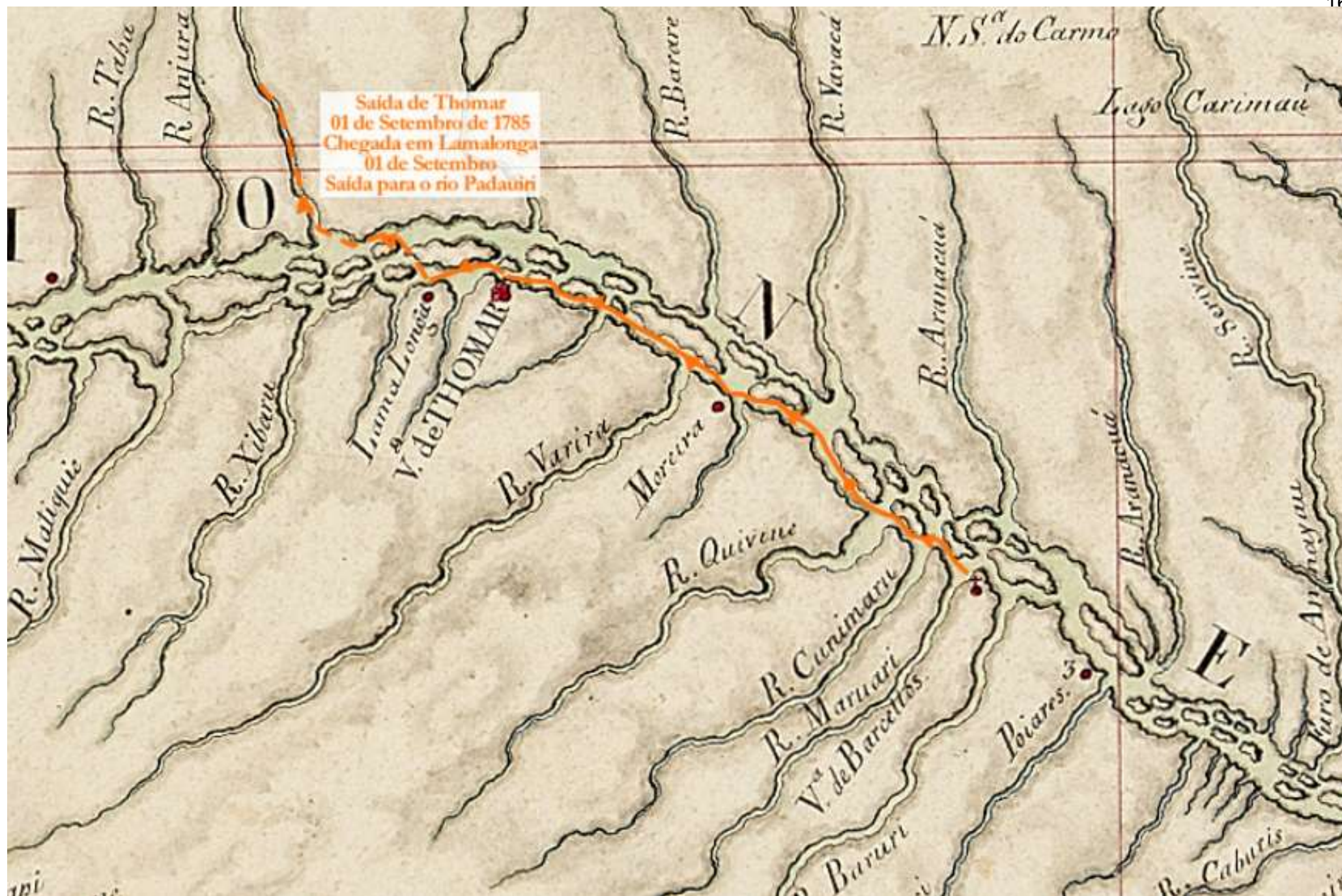


Figura 58 – Percurso da 3ª Participação no Rio Negro, entre Thomar e Lamalonga, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

É curioso notar que é essa terra preta, ou como ele chama terra de jardins, seria um dos indícios de antiga ocupação humana, ou de uma terra causada por ação deliberada humana, não apenas um processo geológico natural. São essas terras pretas descritas talvez as que indicam os estudos de Eduardo Góes Neves, as chamadas terra preta de índio.

A descrição do lugar de Lamalonga, em seus aspectos estruturais e de sítio urbano seguem de imediato:

(...) corre ao longo da costa e sobre ela estão situadas as casas da povoação. Só tem a rua da frente, porque, na que havia no fundo, apenas existem três casas, contadas as residências do Reverendo vigário e do diretor. São dezesseis as da frente. Também vão incluídas as duas únicas que pertencem aos dous moradores brancos (FERREIRA, 2006, p. 103).

No prospecto produzido por Freire, datado de 02 de outubro de 1785 (Prospecto do lugar Lamalonga; algum dia Dary), podemos atestar o que se apresenta na descrição textual, as 16 casas situadas à frente do rio, assim como as construções centrais, a matriz ladeada pelas casas do Reverendo vigário e do diretor do lugar.

A igreja descrita como “*não é coberta de telha, porque, suposto que as paredes estão rebocadas por dentro e por fora, alguns esteios, contudo, já se acham arruinados à superfície da terra; por esta razão, não podem sustentar o peso da telha.*” (Ibidem, p. 103). Outros apontamentos sobre o seu interior, “*está pintada por dentro em forma de azulejo, sem tinta alguma de mais custo do que a do curi e tauá, o anil e a tabatinga.*” (Ibidem, p. 104). Dessas igrejas de lugares, povoados e maioria das vilas não possuímos mais que as descrições textuais. No espólio documental da Viagem Filosófica constam apenas as representações dos altares e retábulos de igrejas da vila de Barcelos e de Belém.

Apesar do elogio da fertilidade do lugar, Ferreira descreve um povoado paupérrimo e pouco produtivo, recaindo os esforços praticamente em culturas de subsistência, “*os índios que podem cultivam a maniba e alguns pés de café; o milho, o feijão e outros legumes, se os há, são meras curiosidades dos moradores.*” (Ibidem, p. 106). Sempre buscando atentar para as potencialidades econômicas dessas paragens, Ferreira torna a indicar a exploração da piaçaba, instando a propagação da cultura.



Figura 59 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Lamalonga; algum dia Dary. 1785. Folha 40,5cm x 24,0cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

- Às 07h00 de 02 de setembro saída para a fazenda de Agostinho Chaves, no rio **Padauri**. O naturalista acumula a função de fiscalizar a implantação da cultura do anil, cujos esforços eram incentivados pela Coroa portuguesa, de maneira a dinamizar a economia das localidades da bacia do rio Negro e rio Branco. É no roçado do morador Agostinho de Chaves que Ferreira explicará com detalhes como deveria suceder o plantio e a organização da produção. Ao dito morador foi incumbida tarefa dada “*na conformidade das recomendações que Vossa Excelência lhe fez por obras e por palavras.*” (FERREIRA, 2006, p. 106).

A passagem pelo lugar de Lamalonga atesta a precariedade material do lugar, pouco explorado economicamente e bastante necessitado de gente para ocupar seu território. No prospecto produzido por Freire conseguimos identificar alguns casarios apenas com as estruturas de madeira, que, a comparar com a descrição manuscrita, atestam esse estado de abandono que o lugar tomava.

#### **Participação quarta - de Lamalonga a Santa Isabel (Fig. 60):**

- Às 06h00 do dia 05 de setembro de 1785 saída de Lamalonga.

- Pela tarde do dia 08 de setembro chega a Tapera (povoação da antiga Santa Isabel). Passando por Tapera, Ferreira indica textualmente duas fontes que são constantes nos seus diários, e que lhe servem de comparativo e informativo acerca das localidades:

Pela tarde do mesmo dia dei fé da Tapera, que é hoje, e algum dia foi a povoação de Santa Isabel, situada então na margem austral. Desta é que dão notícia tanto o citado Diário do Doutor ouvidor Ribeiro de Sampaio, como o Roteiro da viagem para a capitania de São José do Rio Negro, que escreveu o Reverendo vigário geral José Monteiro de Noronha. Donde se segue que ainda então até aquele tempo se não tinha mudado para a margem setentrional a povoação de que falo. (Ibidem, p. 111).

- Às 11h00 do dia 09 de setembro chega a Santa Isabel (Fig. 61). Da situação do lugar de Santa Isabel, Ferreira dá detalhes de seu casario. Ele especifica duas casas em seus detalhes construtivos, ambas pertencentes ao diretor do local:

A primeira, que é sem dúvida a melhor, por ser nova e de meio sobrado, é, contudo, assoalhada de juçara, esteirado o assoalho de tabocas abertas a machado. Quanto às paredes, são de frontal, por dentro e por fora caiadas de tabatinga; a cobertura é de palha; as portas são de madeira; e os baixos da casa vão se dispondo para armazém. (Ibidem, p. 111).

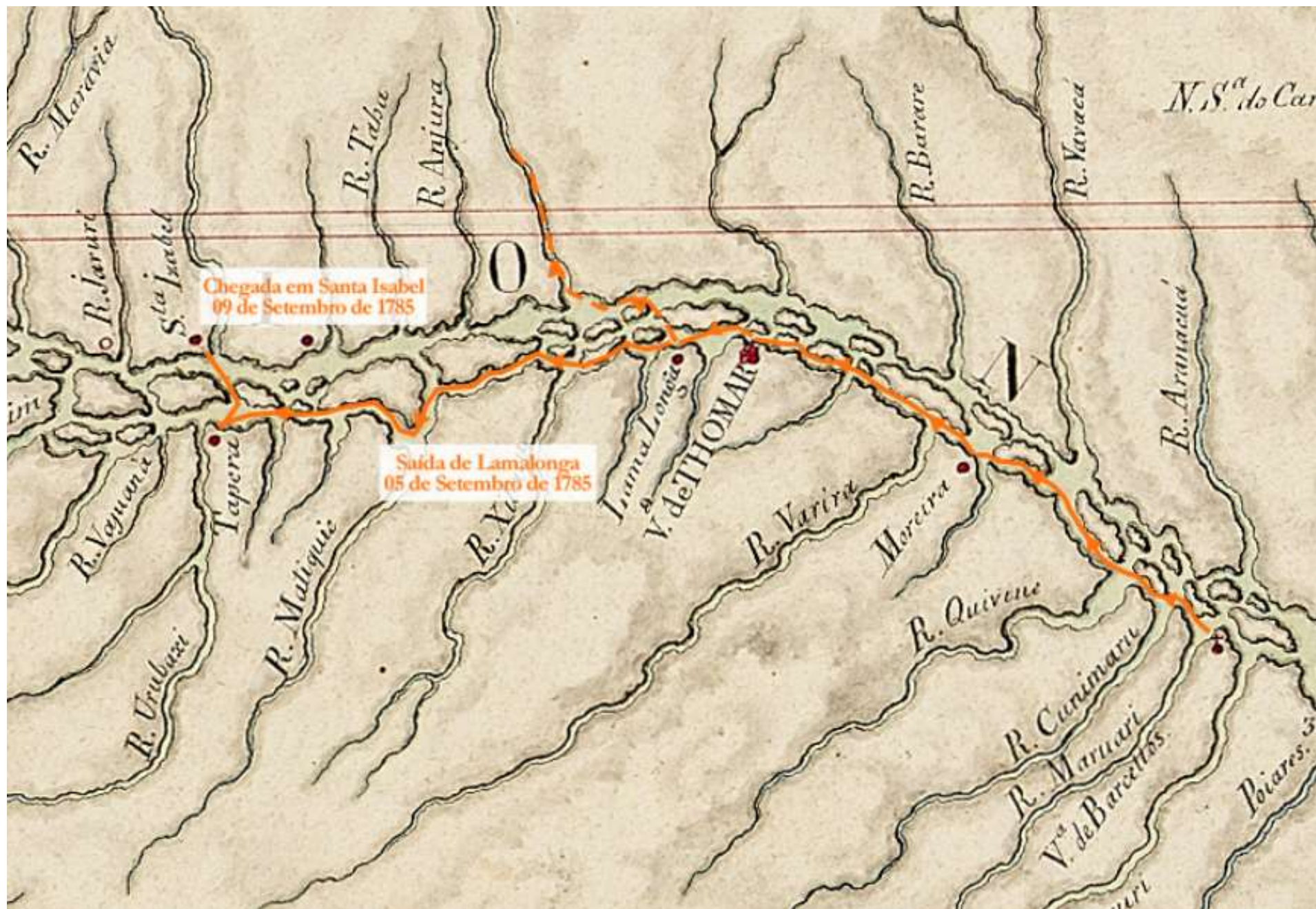


Figura 60 – Percurso da 4ª Participação no Rio Negro, entre Lamalonga e Santa Isabel, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

Pela descrição feita da segunda casa podemos identificar as duas casas relatadas. A residência mesma do diretor é tida como “*era uma varanda com sua balaustrada de madeira; tudo o mais para dentro eram camarins térreos, baixos e soturnos, igualmente cobertos de palha. Defronte dela está arvorada uma cruz, e a terra adjacente é o cemitério da povoação, porque não há igreja.*” (FERREIRA, 2006, p. 111). Apesar de se apresentar como um lugar singelo, Santa Isabel dá certa dimensão material das condições em que se encontrava os sítios urbanos ao longo do rio Negro e rio Branco.

Dos habitantes indígenas do lugar, o naturalista apresenta que apesar da pouca população, “*os índios que as povoam são: uaupés, juris, passés, uerequenas, baniuas e um ou outro é baiana, maquiritari e macu.*” (Ibidem, p. 112).

Das culturas do local pouco se descreve, haja vista o naturalista indicar não haver gente suficiente para executar os trabalhos de lavoura, a não ser as culturas de maníba para subsistência, “*se a maníba não fosse o seu pão, nem esta plantariam*” (Ibidem, p. 113). Apesar do estado vigente da agricultura do local, Ferreira defende que existem possibilidades de cultivo, bem como cita algumas iniciativas incentivadas pelo governo da capitania para que se desenvolvessem na área:

As terras da de Santa Isabel podem produzir o café, o arroz, o milho, o feijão, o anil etc. A roça do comum estava a desmanchar-se, e o diretor esperava 160 alqueires de farinha. Aplicava o seu cuidado em cultivar o anil, e disse-me que lhe ordenara o coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, quando subiu pela primeira vez, que tratasse de o cultivar e fabricar. (Ibidem, p. 115).

Nesta participação, ainda que não tenha muito o que falar do lugar em si, Alexandre Rodrigues Ferreira faz um levantamento das dificuldades de produção na bacia do rio Negro. Um dos principais problemas seria o manejo da mão-de-obra, que muitas vezes se arrisca no comércio de drogas do sertão ao invés de se concentrar os esforços na agricultura. É também aqui que o luso-brasileiro fará o elogio fisiocrático:

É digno de observar quanto chora o diretor esta falta e choram com ele todos os outros diretores, os quais a nenhuma outra causa atribuem a pobreza das povoações, senão à falta de gente para a empregarem na extração da salsa e do cacau. Nenhum chora, portanto, por não ter plantado na sua povoação o arroz, o anil, o algodão e o café, que forçosamente havia de recolher; nenhum diz que, se mais gente tivera, mais aumentada estaria a agricultura deste ou daquele gênero, e todos clamam a uma voz que quanto mais houvesse, toda era pouca para a empregarem no negócio do sertão. Ora, a este respeito, eu me não posso conter que não desabafe com



Vossa Excelência, dizendo o que sinto. Digo, pois, que as drogas do sertão são, para o Estado do Pará, o mesmo que as minas têm sido para Portugal. (FERREIRA, 2006, p. 116).

E conclui em tom de lamento: “Assim, pelo comércio incerto, arrisca uma povoação pobre o lucro certo que teria da cultura das suas terras” (Ibidem, p. 118).



Figura 61 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de Santa Izabel. 1785. Folha 43,0 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Participação quinta - de Santa Isabel a São Gabriel (Fig. 62):**

- Às 06h00 de 11 de setembro de 1785 saída de Santa Isabel.

- Às 07h00 de 12 de setembro passam pelo furo de Mararirá. Sobre os indígenas do local, “*consta que algum dia habitara o gentio curanao, poderoso e inimigo dos manaos*” (FERREIRA, 2006, p. 127). Dos gêneros indica:

Tem salsa e cacau nas vizinhanças das serras superiores. O cacau que se tira de dentro do rio Arapirapi, o qual desemboca no Marauíá pela sua margem ocidental.” (Ibidem, p. 127) e “*menos salsa tem o outro rio Juambu, antigamente habitado pelo gentio ujanó, o qual falava a língua dos manaos.* (Ibidem, p. 127).

- Às 08h00 do dia 14 de setembro passam pela povoação de Santo Antônio do Castanheiro Novo. No caminho entre Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira, Ferreira apontará que as diversas povoações que ele visitará com muita dificuldade podem ser chamadas por tal:

O que escrevo desta, entenda-o V. Excia. de todas as outras povoações que se seguem até a de São Gabriel. Nenhuma delas merece tal nome, porque nenhuma delas é outra coisa mais do que verdadeiramente uma feitoria de farinhas. Algumas roças particulares tenho eu visto mais povoadas de índios e de casas, e de outro maneio de lavouras incomparavelmente maior. (Ibidem, p. 128).

- Às 12h00 de 16 de setembro aportam na povoação de Nossa Senhora do Loreto de Maçarabi (Fig. 63). Sobre a situação do lugar de Maçarabi, Ferreira descreve:

A base da povoação é um amontoado de grossas lajes. Ela não é regular, tinha doze casas, incluída a da residência do diretor.” (Ibidem, p. 129). Brevemente ainda apresenta os gêneros explorados no lugar: “*As terras são férteis. Os índios cultivam a mandíva. E o diretor faz plantar e cultivar o anil em roçados contíguos. E este é um dos diretores que dele tem fabricado as melhores e maiores quantidades. Nas ilhas fronteiras nasce a árvore da casca preciosa que, na língua baré, se chama inídao.* (Ibidem, p. 129).

Dos habitantes do lugar ele apresenta a etnia, bem como a aversão que teriam do trabalho, em sua análise:

Além dos índios moradores, existe uma maloca do gentio macu, que consta de alguns casais desta gente e de menores de ambos os sexos. Servem de consumir farinha, porque para desertarem para o mato contíguo basta que o diretor os mande trabalhar. E, por isso, ele não conta com semelhante gente. (Ibidem, p. 130).



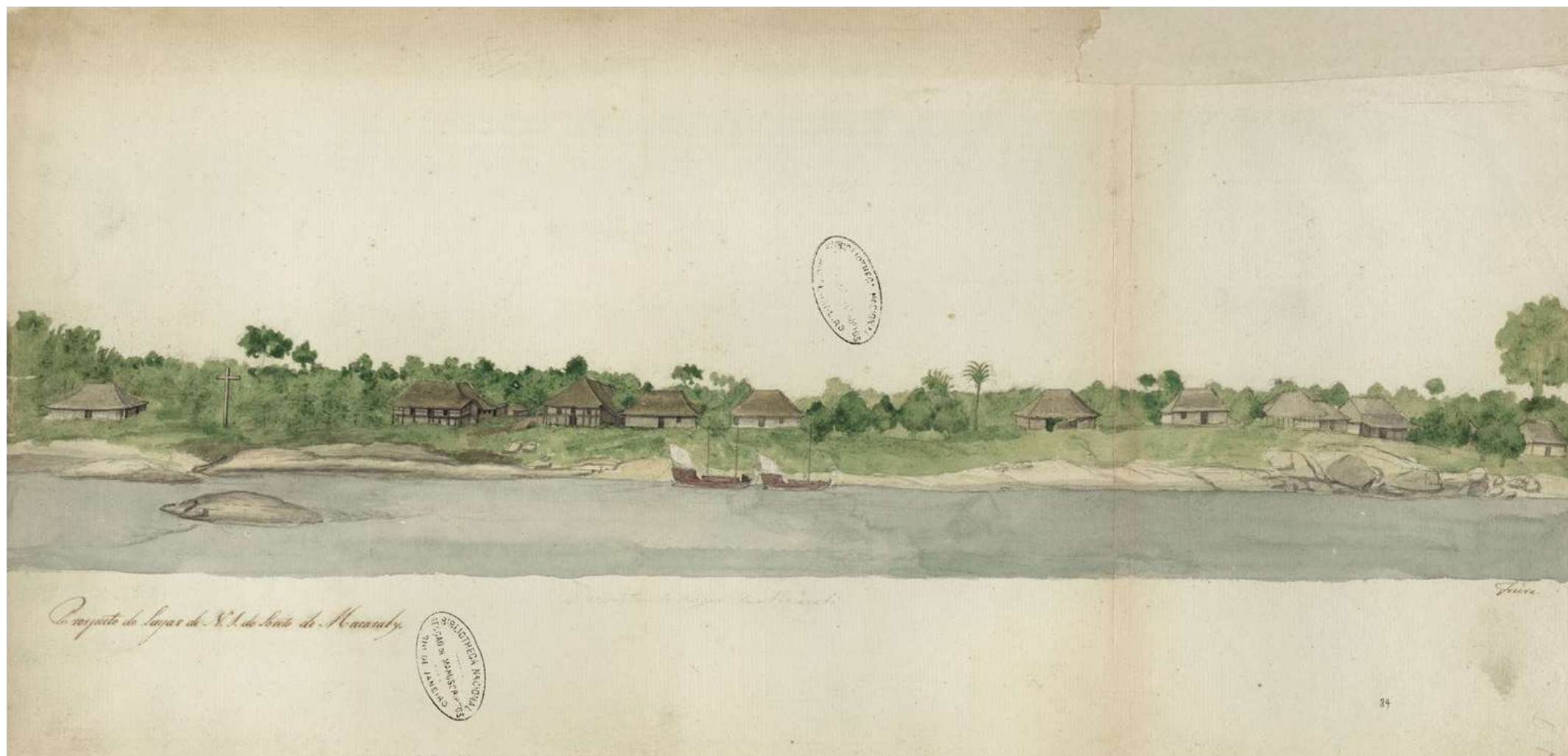


Figura 63 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto do lugar de N. S. do Loreto de Macaraby. [17--]. Folha 48,5 cm x 24,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

- Às 07h00 do dia 22 de setembro saída de Maçarabi.

- Às 12h00 do dia 22 de setembro aportam na povoação de São Pedro (aldeia de Simape). Na breve passagem pelo povoado, o naturalista condensa a análise do sítio em curta sentença, assim como se seguirá com outros lugares pontuais entre Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira:

Está fundada sobre uma barreira bastante alta, constava de 12 casas, quando subi, mas tinha diminuído uma, quando desci, em dezembro. Cultivava a maniba e o anil; habitava nela o morador branco Diogo Galvão; também não plantava mais do que a maniba, podendo cultivar o arroz, o milho, o algodão, o café e o anil, a ter braços. (FERREIRA, 2006, p. 131).

- Às 06h00 de 23 de setembro saem de São Pedro.

- Às 08h00 de 23 de setembro aportam na povoação de São José. Novamente sucinto, Ferreira descreve:

De uma se vê a outra povoação; o porto desta é lajeado de pedraria, que guarnece a margem do rio. Constava de 6 casas novas; trabalhava-se em outras 2 e as mais eram tijupares. Tudo ainda parava muito no seu princípio, porque o teve, no ano de 1784, em que para estas se retirou, o gentio descido para a povoação de São Pedro, e nela se não deu bem com os juris e passés, seus moradores. (Ibidem, p. 131).

- Às 10h00 de 23 de setembro aportam na povoação de Santo Antônio (Castanheiro Velho). Sobre a situação do lugar, descreve Ferreira: “*Está situada na margem austral. Constava de 3 casas e 2 tijupares, em que existiam alguns índios macus.*” (Ibidem, p. 132). O naturalista aponta nesse trecho do seu diário sobre quantidade de lugares, pouco povoados no momento em que passa. Ainda tece uma conjectura projetual, que, a seu ver, otimizaria a ocupação no território. Para isso cita uma carta de João Pereira Caldas, falando sobre essa situação:

Ocorre-me a dizer a V. S. que, no estabelecimento de novas povoações por essa capitania, será tanto mais conveniente formar menos e mais populosas do que muitas e insignificantes, porque desta qualidade só servem de fazer despesa e de ocupar mais párcos e diretores, sem o menor proveito. Isto bem se demonstra a respeito das do Japurá e das da[s] cachoeiras e, provavelmente, se demonstrará a respeito das de novo estabelecidas no rio Branco, sendo até este o meu pensamento quanto a outros diversos lugares dessa e desta capitania que, por ridículos, considero, seria tanto mais próprio e conveniente de se reunirem a outras povoações que bem parecesse e melhor assim se aproveitassem. Nas fronteiras, porém, convirá sempre fazer todos o possíveis estabelecimentos, naquelas paragens por onde os vizinhos confrontantes possam avançar as suas premeditadas usurpações, e lhes virá, então, a dificultar essa útil e acutelada providência. (Ibidem, p. 132).

O trecho exemplifica bem a política de ocupação das partes fronteiriças com outras coroas e nações. Apesar da situação material precária e da pouca quantidade de população para se manter esses núcleos urbanos, havia uma necessidade maior calcada no sentido de ocupar essas regiões em detrimento da cobiça de nações rivais. Esses núcleos urbanos existentes entre Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e São José dos Marabitanas, apesar de sua despesa eram encarados como estratégicos na política de ocupação da rede hidrográfica setentrional da capitania de São José do Rio Negro.

**- Às 13h00 de 23 de setembro chegam na povoação de São João Nepomuceno de Camundé.** Nesse núcleo, do qual não possuímos um prospecto, o naturalista indica sucintamente:

Está fundada sobre uma alta ribanceira e tinha 12 casas, incluída a da residência e a do forno. Mostra que algum dia teve igreja, porque em forma dela existem as relíquias de uma capela contígua à residência, com as repartições costumadas de capela-mor, corpo da igreja e sacristia, mas ficam todas quase demolidas. A da residência é térrea e coberta de palha, porém, nova, grande e repartida em vários camarins, guarnecidos de portas de madeira (FERREIRA, 2006, p. 132).

Dos habitantes e dos gêneros cultivados é telegráfico: “*Eram pexunas, passés, juris e xamás. Cultivam a maniba e o anil*” (Ibidem, p. 133).

**- Às 06h00 do dia 24 de setembro saem de Camundé.**

**- Às 07h00 do dia 25 de setembro chegam à foz do rio Curicuriaú.** Ferreira indica aqui que nas serras ao longo deste rio eram habitadas pelas “*nações mepuri, maiapena e macu.*” (Ibidem, p. 133).

**- Às 10h00 de 25 de setembro chegam à povoação de São Bernardo do Camanau.** Sobre o lugar não há descrição física, apenas que é “*habitado do gentio demacuris.*” (Ibidem, p. 133). A viagem rumo à São Gabriel da Cachoeira já não corre por trechos livres e desimpedidos. Os membros da expedição precisam transpor uma série de corredeiras e cachoeiras, e para tal há uma série de procedimentos e de materiais necessários:

A subida não se pode deixar de se empreender junto aos rochedos da margem, antecipando-se o cabo a descarregar a canoa, se assim é preciso, para ser puxada à corda por cima de pedras. O trabalho dos índios, então, é grande, porque o perigo é maior. Uns lançam-se ao rio e, segurando a popa, servem-lhe de leme para se não desmandar para

a correnteza; outros, de dentro da canoa, a empurram com varas para reforçarem a ação dos que por cima das pedras a puxam à corda. As cordas de que usam os práticos são, comumente, de timbó-títica e, na sua falta, suprem as de piaçaba, porque mais tempo aturam sem serem roídas pelas saibreiras. Observei que as de linho breado e não breado, as quais tinha feito empregar, instantaneamente arreventavam, ao serem roçadas pelas ditas pedras. Deste trabalho está livre quem desce, porque desce o canal entre saltos e, pelo fio da correnteza, mas o perigo de naufragar sem remédio é muito maior, em razão da celeridade com que desce e com a mesma celeridade pode encontrar os rochedos do lume d'água, particularmente em rio vazio. (FERREIRA, 2006, p. 135).

**- Dia 25 de setembro, passagem na povoação de Nossa Senhora de Nazaré de Curiana.** Antes de chegar em São Gabriel da Cachoeira, a povoação de Nazaré de Curiana é brevemente apresentada: “*Constava de 9 casas ao longo dela. Dirigia os índios, que aponta a divisão sétima, o soldado José Severino. Cultivavam a maniba e o anil.*” (Ibidem, p. 135).

**- Chega na fortaleza de São Gabriel (Fig. 64)**

Nesse *Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. Gabriel da Cachoeira*, datado pelo riscador Freire em 01 de outubro de 1785, podemos observar que, apesar da incompletude, os pontos mais relevantes do sítio são representados. A dizer, a cachoeira obstáculo e a fortaleza encimada à esquerda. O naturalista indica acerca do núcleo:

Dali por diante é tanta a sua elevação que, para montar-se ao cimo do povoado, onde estão situadas a igreja matriz, a fortaleza e os quartéis da residência do comandante e o da tropa da guarnição, é forçoso subir por uma escada de madeira, a qual tem por toda a sua altura 16 degraus, sensivelmente distantes um do outro. Então aparecem mais 4 casas, que eram as únicas que havia antes da do comandante atual. (Ibidem, p. 135).

Algumas estruturas da povoação são descritas com mais detalhes, como a igreja:

No tope da fronteira à sobredita escada, está fundada a igreja matriz. É uma igreja grande, construída como barraca de madeira, coberta de palha, interiormente pintada com a decência precisa. Tem seu alpendre e varanda térrea em roda. É assoalhada de madeira por dentro e, na capela-mor, que é bastante funda. (Ibidem, p. 136).

A fortaleza, segundo Ferreira, se apresenta dessa forma:

No vértice da colina cavalga a fortaleza. O que é ela verdadeiramente é um reduto construído de pedra e barro, com 2 meios baluartes na frente e as cortinas que o fecham pelos lados e pela retaguarda.



Guarnece-o exteriormente um tal ou qual fosso, que o não circunvala, mas cinge o lado da frente para o rio e o da parte da povoação.” (FERREIRA, 2006, p. 136).

Há certa dificuldade de produção de gêneros de subsistência na povoação, pois:

As terras de São Gabriel nada têm de próprias para a sua cultura. A saúva a persegue e, por isso, as roças são feitas longe da povoação, e a farinha que se exporta é tirada das terras que medeiam entre o Camundé e Camanau. Nas vizinhanças da fortaleza, apenas se cultiva a de que se sustentam os moradores. Quanto às outras comodidades do passado, segue os mesmos termos. Na enchente do rio, há muita falta de peixe e, na vazante, não se pesca quanto é preciso. (Ibidem, p. 138).

Sobre os moradores é dito: “os índios moradores são barés, mapuris, juripixunas etc.” (Ibidem, p. 138).



Figura 64- FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. Gabriel da Cachoeira. 1785. Imagem 46,0 cm x 23,0 cm em folha 47,0 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

- Às 07h30 de 18 de outubro de 1785 saem de São Gabriel.

- Às 08h00 de 18 de outubro passam pela povoação de São Miguel. Após mais de 15 dias em São Gabriel o naturalista prossegue viagem e descreve brevemente a povoação:

Constava de 14 fogos e era seu diretor o soldado Pedro Cordeiro, o qual dirigia os índios que constam da divisão 9<sup>a</sup>. Ocupavam-se os que haviam em roçados de maniba e de anil. Não é povoação antiga; está fundada sobre uma barreira; e, da fortaleza, se vê em pequena distância a povoação inteira. (FERREIRA, 2006, p. 158).

- Às 09h45 passam pela cachoeira do Paredão.

- Pela manhã do dia 19 de outubro chegam em São Joaquim do Cuané (*Fig. 65*).

De São Joaquim do Cuané Ferreira apresenta o *Prospecto da Povoação de S. Joaquim do Cuané dentro da foz, e na margem austral do rio Uaupés*, representação datada por Freire de 27 de outubro de 1785. A data destoante entre relato e desenho talvez se deva ao riscador ter finalizado a perspectiva em data posterior. Sobre a situação do lugar Ferreira escreve:

Está situada na sua margem austral. A barreira da sua situação é modicamente elevada; servem-lhe de ossada, diversas saibreiras vagas. Constava de 16 casas por todas; eram grandes e fortes, mas estavam quase despovoadas, com as deserções dos índios. (Ibidem, p. 159).

Desse povoado situado à boca do rio Uaupés, é descrito como sendo habitado por diversas nações indígenas: “São coianas, uaupés, cuenacás, arapaxis, mueínós, paicuenos, ararás, aguarás, banibas, uacaris, uananás, cudujaris, cequenos, quereruis, cubenanas, burenaris, mamangas, pumenicás, vários macus dispersos e outros” (Ibidem, p. 161).

- Às 10h00 de 19 de outubro saem de São Joaquim.

- Às 08h00 de 23 de outubro passam pela boca do rio Tiquié.

- Às 07h00 do dia 24 de outubro chegam na primeira cachoeira do Ipanoré.

Finalizando a quinta participação, Ferreira faz uma indicação do que fora produzido por sua equipe, e, aqui, nos interessam as iconografias urbanas: “acompanham a dita remessa por esta vez não menos que 118 desenhos. (...) vão 12 prospectos das vilas e lugares, 9 de cachoeiras.” (Ibidem, p. 165).

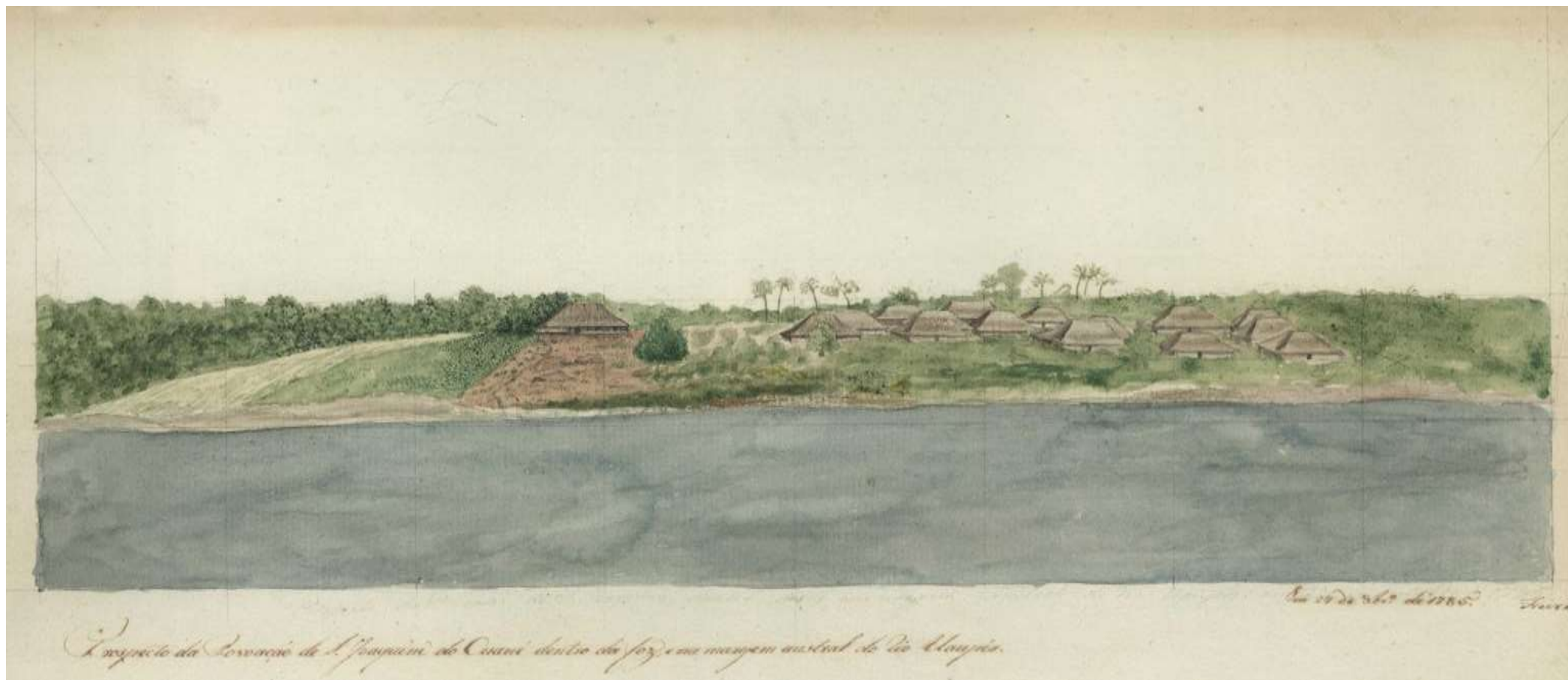


Figura 65 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da povoação de S. Joaquim do Cuané dentro da foz, e na margem austral do rio Uaupés. 1785. Imagem 32,5 cm x 15,5 cm em folha 34,5 cm x 24,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

### **Participação sexta - de São Gabriel a Marabitanas (Fig. 66):**

Nesta sexta participação, Ferreira descreverá muito rapidamente os diversos povoados e lugares por onde passa. A despeito da brevidade, convém apontar para essa numerosa rede de pequenos núcleos urbanos, em região fronteiriça. Mesmo materialmente precários reforçam essa noção de rede. Um olhar panorâmico talvez não captasse, se observássemos apenas a cartografia histórica ou os prospectos produzidos pelos riscadores da expedição. Dessa longa lista de lugares, apontaremos os pormenores descritos pelo naturalista.

**- Demora-se o naturalista no rio Uaupés 9 dias, da manhã do dia 19 de outubro até 28 de outubro de 1785.**

**- Às 13h00 do dia 28 de outubro chega ao lugarejo de Santana, onde “*ainda estavam em pé 4 palhoças desertas.*” (FERREIRA, 2006, p. 183).**

**- Chega na noite de 28 de outubro na povoação de São Felipe.** De São Felipe o naturalista nos apresenta a situação do sítio:

“Está situada ao longo de uma vistosa praia da margem austral. Constava de 11 palhoças, incluindo um tijupar.” (Ibidem, p. 183.) Ainda aponta uma curiosidade arqueológica: “Na praia desta povoação, achei enterradas as pontas das flechas que faziam de pedra os gentios de outro tempo.” (Ibidem, p. 183).

**- Às 09h00 do dia 29 de outubro chega a foz do rio Içana.**

**- Às 11h00 do dia 29 de outubro começa a subir o rio Içana.**

**- Às 14h00 do dia 31 de outubro chega na primeira cachoeira.**

**- Às 08h00 de 01 de novembro de 1785 chega à segunda cachoeira.**

**- Às 18h00 de 01 de novembro chega à terceira cachoeira.**

**- No dia 02 de novembro chega à quarta cachoeira.**

**- Às 08h00 do dia 03 de novembro chega na primeira grande cachoeira.**

**- Às 16h00 do dia 05 de novembro sai da foz do Içana e chega às 17h00 na povoação de Nossa Senhora da Guia.**

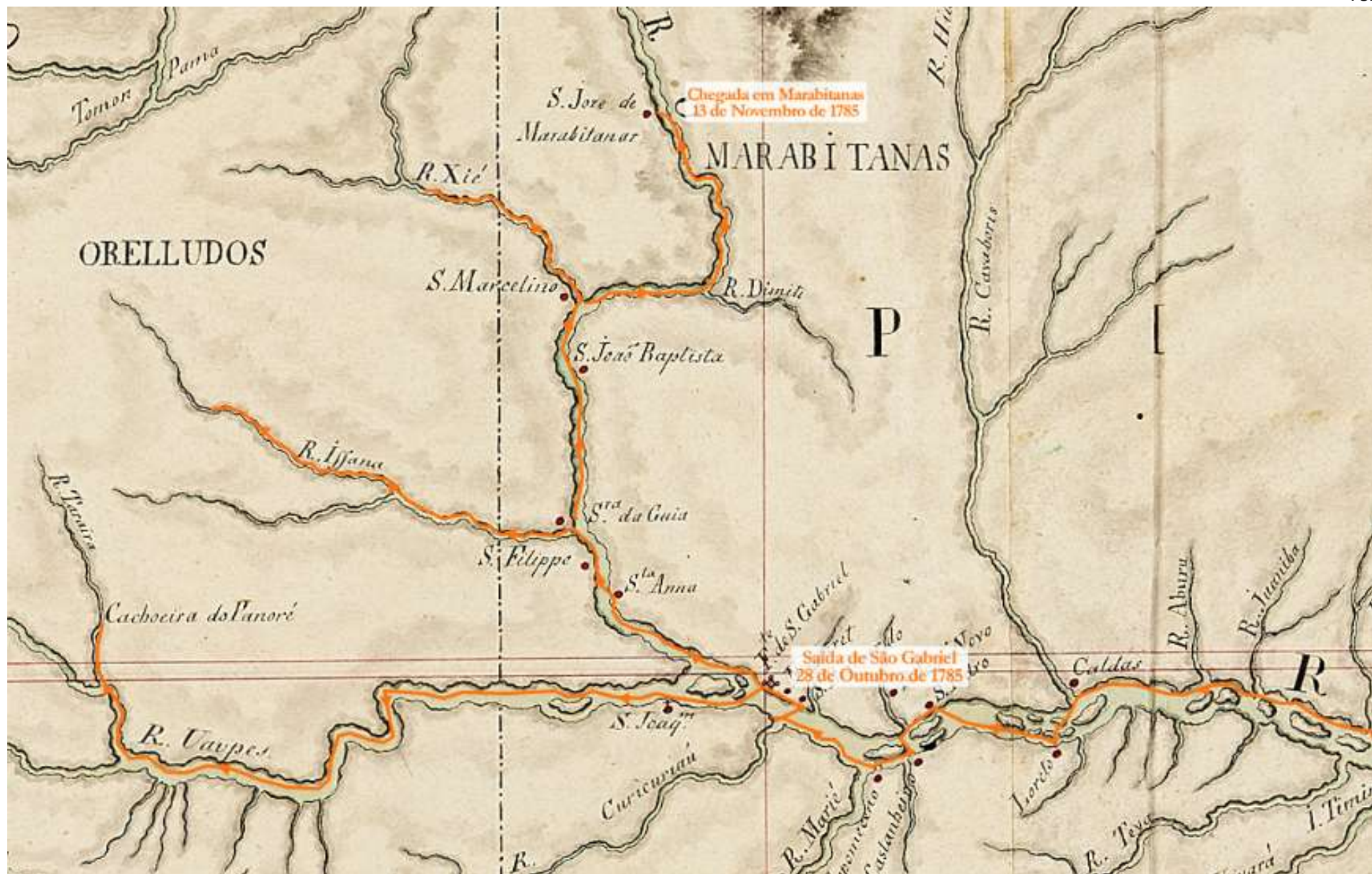


Figura 66 – Percurso da 6ª Participação no Rio Negro, entre São Gabriel e Marabitanas, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

Sobre o rio Içana, Ferreira nos dá conta das nações de seus habitantes: “Os gentios que habitam o Içana são os banibas, termaisaris e turimaris, duanais, puitenas, uerequenas e outros.” (FERREIRA, 2006, p. 185). Na sua parada na povoação de Nossa Senhora da Guia, nos descreve o local:

Está situada sobre uma barreira da margem austral, que, em semelhante paragem, é lajeada de pedras. (...) As 13 casas que existiam, incluída a da residência, eram mais tijupares do que casas. A da residência, contudo, mais bem conservada ficava; e das outras 2 que faziam o número de 15, ainda vi os esteios. (Ibidem, p. 185).

- Às 05h30 do dia 06 de novembro sai da povoação de Nossa Senhora da Guia.
- Às 18h00 do dia 06 de novembro chega à povoação de São João Baptista do Mabé: “também está fundada sobre uma barreira da margem setentrional, servindo-lhe de praia a pedraria que a laje[i]ja. Contei 6 casas por todas: 4 eram boas, porque estavam bem entijucadas, e 2 ficavam arruinadas.” (Ibidem, p. 186).
- Ao amanhecer do dia 07 de novembro sai de São João Baptista.
- Às 10h00 do dia 07 de novembro chega na povoação de São Marcelino, foz do rio Ixié. Desse pequeno povoado nos fala Ferreira: “ainda não tinha mais do que 8 palhoças. Estavam situadas sobre uma pequena elevação da margem austral.” (Ibidem, p. 186).
- No dia 08 de novembro principia a subir o rio Ixié.
- Pela manhã do dia 10 de novembro chega na cachoeira do Ixié.
- Às 07h00 do dia 13 de novembro deixa São Marcelino.
- Às 11h00 do dia 13 de novembro chega em São José de Marabitanas (Fig. 67).

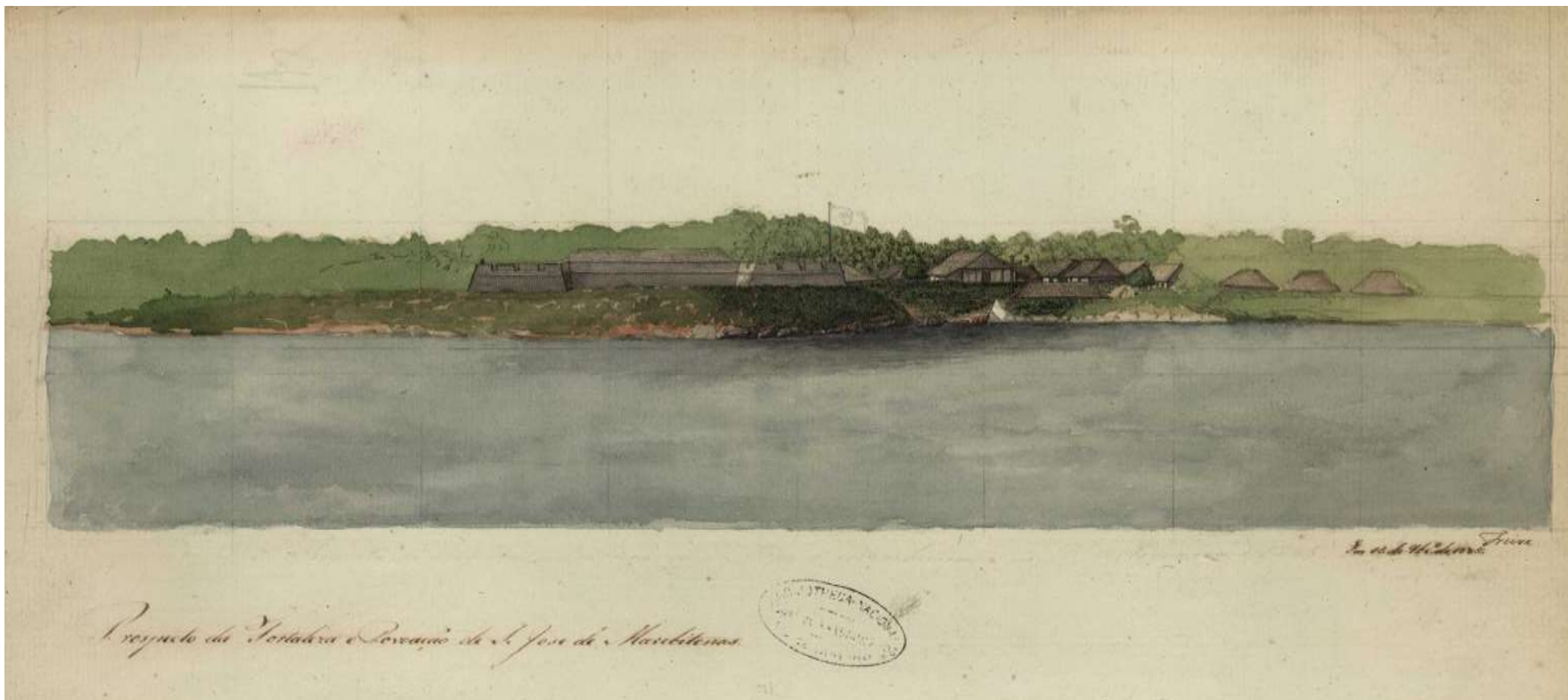


Figura 67 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marebitenas. 1785. Imagem 32,5 cm x 8,5 cm em folha 34,5 cm x 24,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Pelo *Prospecto da Fortaleza e Povoação de S. José de Marabitanas*, feito pelo desenhador Freire e datado de 15 de novembro de 1785, conseguimos fazer uma comparação com os relatos do naturalista. A situação geológica do local é tida por Ferreira como:

Uma barreira de argila bem avermelhada, entremeada de pedras que a fazem mais firme. Tinha de altura 4 braças escassas. Dilata-se superiormente em sua planície. Porém, as terras em redor da povoação são contornadas de vargens e cortadas de pequenos igarapés que, durante o inverno, deixam a povoação e a fortaleza isolada entre o rio que corre pela frente e os pantanais e igarapés da retaguarda. (FERREIRA, 2006, p. 189).

Comparando o prospecto e o manuscrito de Ferreira podemos identificar as estruturas, como a igreja matriz e das residências do vigário e de um falecido morador, “*Defronte da porta da fortaleza está situada a matriz, com frente para o rio, entre a residência do Revd. vigário e do defunto índio, o capitão Agostinho.*” (Ibidem, p. 189). Apesar do prospecto não deixar perceber, em seu relato escrito Ferreira diz que a igreja se encontra em condições estruturais precárias, “*é pequena, a cobertura de palha ficava muito arruinada e a porta principal não tinha fechadura.*” (Ibidem, p. 191). Dessas comparações podemos perceber a importância de cotejar texto e imagem, pois apenas a visualização do prospecto não dá a entender a condição estrutural dos edifícios em vários desses povoados e lugares ao longo do rio Negro e rio Branco. Apenas visualizando a iconografia teríamos a impressão de que os núcleos, ainda que diminutos, apresentavam boas condições de implantação. Esse contraste se dá também quando Ferreira descreve o casario dos indígenas:

As casas dos índios eram 13 e não estavam arruadas em forma. Antes, as linhas do arruamento disposto todas eram travessas. As que faziam frente para o rio eram 5, incluída a do principal Jauinumã, que tinha a porta na travessa e tijupar que servia de casa de forno. A todas elas bem pouco faltava para de per si se demolirem, excetuava-se a única que o comandante havia feito erigir. Durante o seu comando tinham caído duas que eram a da índia Lauriana e a do pagão Catiari. (Ibidem, p. 191).

A fortaleza representada no prospecto é indicada como desenhada e executada pelo capitão engenheiro Filipe Sturm, o qual será presente em diversas outras citações ao longo da *Viagem Filosófica*, sendo ele responsável pelo projeto de outras edificações em outras vilas, como Barcelos. Ferreira descreve alguns detalhes da construção da fortaleza de Marabitanas, interessando aqui os madeiras utilizadas:

(...) construiu os dous baluartes da frente, a cortina dele e as dos lados, de estacaria das madeiras de imbirarema, guariúba, massaranduba,

paricarana, umirizeiro etc., suposto que não foram de dura as que empregou, excetuando a massaranduba e a paricarana; foram, contudo, as que mais perto se acharam. (FERREIRA, 2006, p. 192).

As estruturas dentro da fortaleza também são apresentadas pelo naturalista:

As suas obras interiores são, ao longo da cortina da frente e entre os baluartes, os quartéis do comandante e dos oficiais, a casa do parque e a que foi disposta para servir de capela. Correspondem-lhe, pelo outro lado, os quartéis dos oficiais inferiores e soldados, uma casa que serve de enfermaria, o calabouço, o armazém e o tijupar da ferraria. As casas, sim, são próprias, porém, todas elas cobertas de palha. A que unicamente é coberta de telha, e muito mal coberta, é a da pólvora. (Ibidem, p. 194).

Além da descrição do sítio, é apresentada breve indicação dos habitantes, “os índios da povoação são barés e banibas e crescem, ordinariamente, os desertores de São Carlos” (Ibidem, p. 195).

#### **Participação sétima – Regresso (Fig. 68):**

Na sétima participação, Ferreira se deterá em descrever muito mais a situação dos rios e igarapés, bem como indicar as nações indígenas e as potencialidades econômicas vislumbradas por ele. Esse seu retorno à vila de Barcelos se dará por caminho distinto da ida, provavelmente para explorar e detalhar as cercanias e as outras possibilidades de navegação na rede hidrográfica.

**- Fica 5 dias e meio na fortaleza de Marabitanas, desde às 11h00 do dia 14 de novembro de 1785 até às 06h00 de 20 de novembro.**

**- Às 17h00 de 22 de novembro chega a São Gabriel da Cachoeira.**

**- Às 06h00 do dia 02 de dezembro de 1785 sai de São Gabriel.**

**- Às 15h45 de 02 de dezembro chega à povoação de São Bernardo de Camanau.**

**- Dia 03 de dezembro aporta na povoação de São Pedro.**

**- Às 09h00 do dia 04 de dezembro chega a Nossa Senhora do Loreto de Macarabi.**

**- Às 15h00 do dia 04 de dezembro chega à povoação de Caldas (Fig. 69).** Sobre a povoação o naturalista indica:

Constava de 11 casas novas, grandes e fortes. Era seu diretor o soldado Ifigênio da Costa. Ocupava-se em fazer erigir e arruar novas casas e em dispor os roçados da maniba precisa para o sustento do gentio. Também fabricava algumas amostras de anil. Tudo me pareceu bem, à exceção do infinito mosquito que é, com efeito, inaturável. O mesmo gentio o não podia tolerar. Viviam encerradas nas casas as suas famílias, sem ousarem abrir porta ou janela, pois, instantaneamente, viam-se perseguidas da praga. (Ibidem, p. 200).





Figura 69 - CODINA, Joaquim José. Prospecto do novo Lugar das Caldas (a), estabelecido na margem oriental, e no principio da primeira cachoeira do Rio Cauabury. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

- Às 13h00 do dia 06 de dezembro sai de Caldas.
- Às 14h00 do dia 07 de dezembro passa pela segunda cachoeira do do rio Cauaburis (*Fig. 70*). Além dos prospectos de vilas e povoados, algumas dessas cachoeiras são representadas pelos riscadores, como essa segunda do rio Cauaburis.
- Às 15h00 do dia 09 de dezembro passa pela boca do rio lá.
- Às 08h00 do dia de dezembro passa pela serra dos Mahús.
- Às 18h00 do dia 10 de dezembro passa pela serra dos Cauaburis.
- Às 15h30 do dia 12 de dezembro chega na boca do rio Matauacá.
- Sai de manhã no dia 17 de dezembro de São Gabriel.
- Às 11h00 do dia 20 de dezembro entra no rio Padauri.
- Às 11h00 do dia 25 de dezembro chega na cachoeira do rio Padauri.
- Às 09h00 do dia 30 de dezembro chega no rio Uaracá.
- No dia 05 de janeiro de 1786 chega à vila de Barcelos, fazendo um caminho diferente da ida, adentrando por rios e igarapés colaterais.

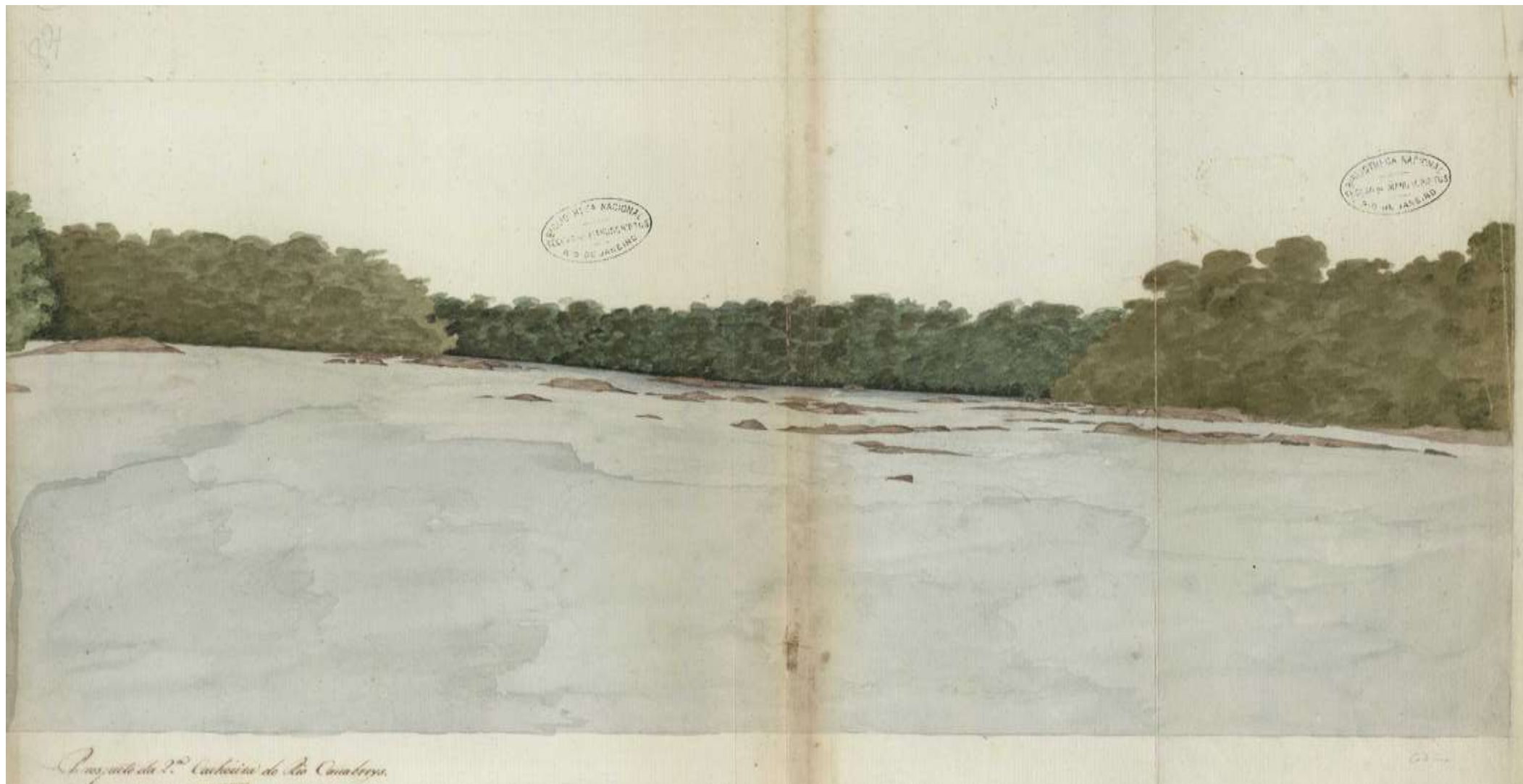


Figura 70 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da 2ª cachoeira do Rio Cauaborys. [17--]. Imagem 46,0 cm x 21,5 cm em folha 47,5 cm x 34,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

## Segunda parte da viagem ao Rio Negro<sup>31</sup>

Na segunda parte da viagem de pelo rio Negro, Ferreira passa por várias localidades à jusante da vila de Barcelos:

Depois de eu ter observado, pelo espaço de quatro meses e dezoito dias, as produções naturais da parte superior deste rio e inferior dos seus colaterais, na conformidade do Diário de Viagem que a Vossa Excelência apresentei, com a informação do estado presente de cada uma das vilas, lugares e aldeias ali estabelecidas. (FERREIRA, 2006, p. 211).

É nesta segunda parte do *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro* que Ferreira apresentará os principais aspectos acerca da vila de Barcelos, sua compartimentação espacial, suas estruturas civis, militares e eclesiásticas.

### Participação Primeira - Barcelos - Em 30 de outubro de 1786:

Sendo a vila de Barcelos a capital da Capitania de São José do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira detalhará de maneira pormenorizada as estruturas do local. O próprio prospecto produzido pelo seu riscador Freire dá a diferença diante das outras vilas e lugares da região. Além de representar o panorama da vila em si (*Prospecto da Villa de Barcellos*) (**Fig. 72**), o desenhista Freire da expedição faz a apresentar uma situação pretérita, conforme a legenda “*a saída do Illm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Snr. João Pereira Caldas, Governador e Capitão General nomeado para as Capitánias do Mato-grôssso, e Cuyabá, e nos Districtos dos Govêrnos dellas, e do Estado do Grão-Pará, Encarregado da Execução do Tratado Preliminar de Limites e dos Reaes Dominios, pela primeira vez, que se dirigio ao Quartel da Villa de Ega, no Rio Solimoens, em 28 de Abril de 1784*”. As embarcações são representadas e descritas na legenda. Nos interessa o que se apresenta na iconografia e o que descreve Ferreira acerca da vila de Barcelos.

Da vila de Barcelos possuímos também o prospecto (**Fig. 71**) produzido pelo cartógrafo Schwebel (assim como vistas de outros povoados e lugares que constam nessa segunda parte da viagem ao rio Negro).

---

<sup>31</sup> Conforme transcrito em Ferreira (2006).

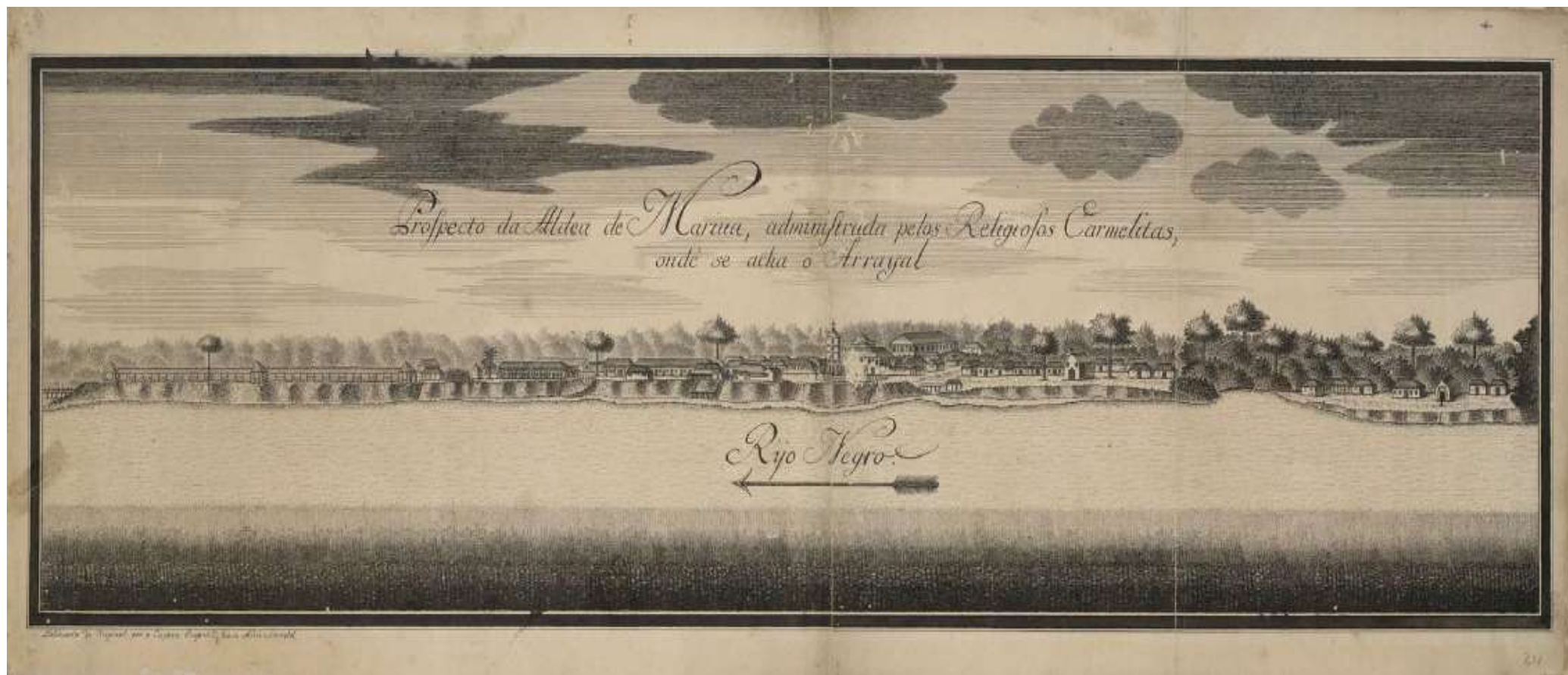


Figura 71 - SCHWEBEL. Prospecto da Aldea de Mariua, administrada pelos Religiosos Carmelitas, onde se acha o Arrayal. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



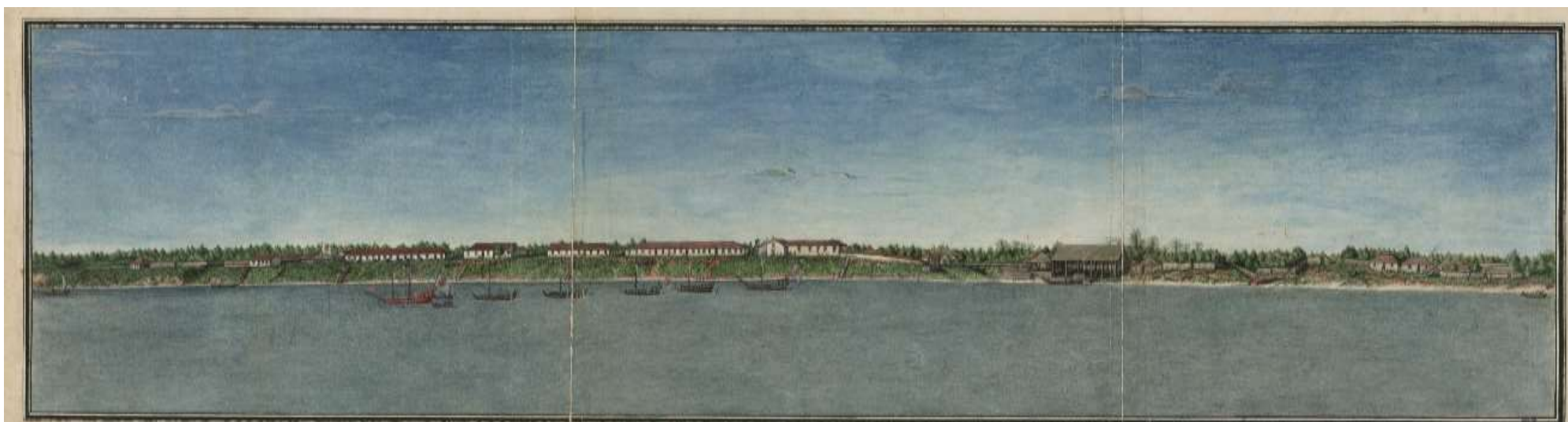


Figura 72 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Vila de Barcelos, antigamente Aldeia de Mariuá. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Conforme a sua ordem descritiva, Ferreira apresenta a situação geológica do sítio, e nos detalha:

Está situada na margem austral deste rio, na distância de setenta léguas da sua foz, em 0°, 58' e 11" de latitude austral e em 314° e 42' de longitude oriental à Ilha do Ferro, segundo as últimas observações. Corre ao longo da costa, na direção geral de leste-oeste e está fundada sobre o tabuleiro superior que lhe oferece a barreira. Consta de argila avermelhada e vitriolada, a qual se acha incorporada com a are[i]a, com a ocre e com a tabatinga. Pela ocasião da vazante, alguma are[i]a de ferro se recolhe da praia adjacente. Da sobredita barreira, anualmente desabam mais e menos consideráveis porções de terra, à proporção das enchentes que se verificam. Para a mesma ruína igualmente conspiram as enxurradas das águas recebidas nos lagos da retaguarda da vila e de dentro dela. De cima do tabuleiro da frente se precipitam no rio e assim vão solapando e escavando a terra da barreira. Tem três braças e meia de altura, na elevação em que está montada a artilheria da guarnição. A largura do tabuleiro, desde o extremo da margem até o alinhamento das casas, nenhuma regularidade conserva pelo comprimento da vila. (FERREIRA, 2006, p. 211).

Os próprios desaguadouros de água da cidade também conformam o tecido urbano. Para se atravessá-los são necessárias pontes, como a do desaguadouro que divide a vila em dois (**Fig. 73**):

Este a divide em dois bairros ao longo da costa: o primeiro é o dos brancos, e principia no alinhamento do quartel militar; o segundo pertence aos índios e principia da casa das canoas para cima e, por isso, se chama a Repartição. De um se passa para o outro bairro mediante uma ponte de madeira que os comunica. Tem braça e meia de altura, duas e meia de largura e dezoito e meia de comprimento. (Ibidem, p. 213).

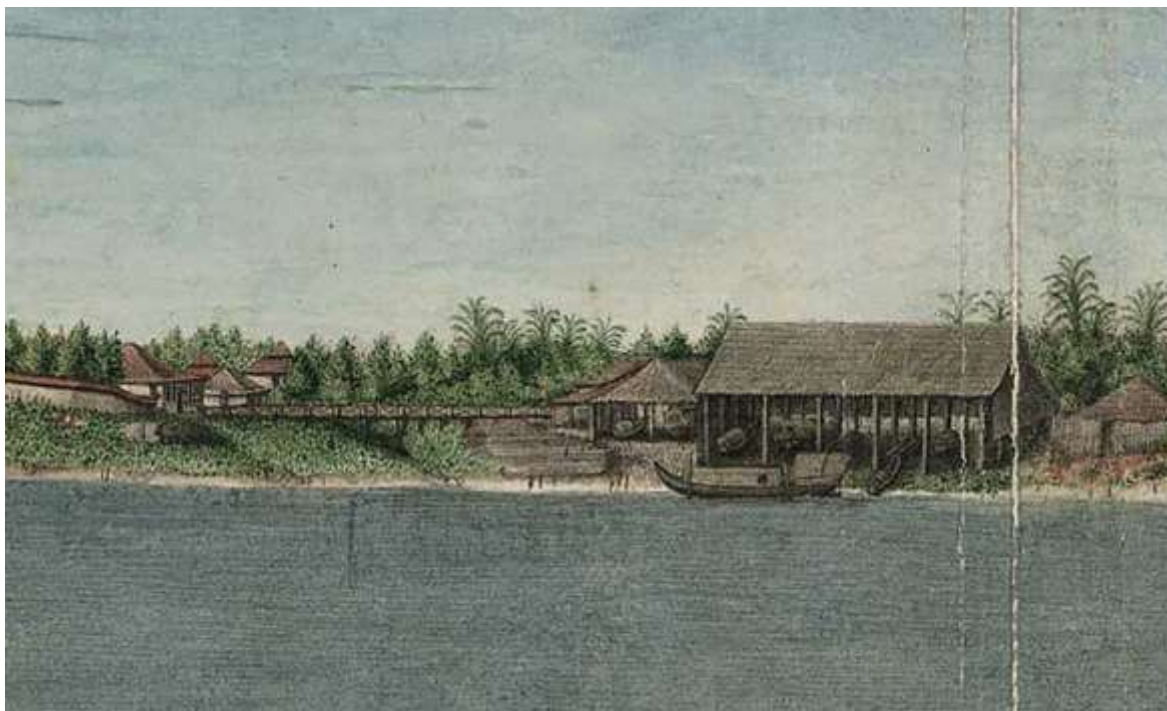


Figura 73 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Vila de Barcelos*. Ponte que separa os dois bairros da vila e casa das canoas. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A repartição da vila, segundo Ferreira, ficou estabelecida da seguinte forma:

Introduziram-se os brancos, pelo tempo adiante, na repartição dos índios, e toda a frente da barreira ocuparam com as suas casas. Foi preciso aos índios arruarem-se para o centro, e abriram as duas ruas que ao presente se conservam. Mas não bastaram para elas os fundos da sua repartição. Conseqüentemente, passaram a fazer nos da que pertence aos brancos, o mesmo que na frente da sua lhes haviam eles feito. Subdividiu-se, por este modo, em duas a repartição dos índios: os fundos da vila ficaram sendo deles e a frente dos brancos. (FERREIRA, 2006, p. 213).

O prospecto realmente dá essa dimensão, já que não se percebem as costumeiras habitações dos indígenas. Os principais casarios da frente da vila são cobertos em telha e com paredes caiadas.

O ouvidor Ribeiro Sampaio também faz uma descrição de Barcelos que dialoga bastante com a de Ferreira:

Está esta villa formada sobre tres outeiros. Pelo nascente corre huma boa campina, em que se edificou a casa da pólvora. Segue-se logo o aquartelamento militar, os quartéis dos officiaes, e continuando a rua á margem do rio, estão dispostas as residências do ouvidor, e vigário geral, e logo a igreja matriz, e próximo á mesma o palácio do governo, e nos fundos hum bairro de índios. Na baixa deste primeiro outeiro fica o armazém Real de bella architectura. Seguem-se as cazas dos moradores brancos correndo em huma rua direita até o pequeno riacho, que banha, e fecha esta villa pela parte do occidente. Nos

fundos desta rua ficão as cazas dos indios ocupando os dous seguintes outeiros para o mesmo rumo, dos quaes sahem outras ruas, que desembocão no rio. Passado o mencionado riacho fica em alegre situação outro bairro de índios chamado commumente a Aldeinha. O antigo nome desta villa era Mariuá, da qual foi principal o famoso Camandre Manáo de nação. (SAMPAIO, 1825, p. 103)

Como que centralizada no prospecto se apresenta a igreja matriz (**Fig. 74**), também descrita por Ferreira. Aqui temos novamente uma diferença entre desenho e texto, a impressão que descreve Ferreira contrasta com a miniatura da perspectiva:

Na barreira em que está fundada, apenas se conserva a área de sete braças, desde a porta dela até o extremo da margem; é uma igreja demasiadamente pequena para o número atual de fregueses que tem. O seu comprimento total não passa de doze braças, sobre três e meia de largura. Está coberta de telha e nem sei como já sustenta o peso dela uma das paredes laterais. O terreno é muito úmido. E os cadáveres que nele se sepultam, com dificuldade se consomem. Donde procede que, para sepultar uns, vem a ser preciso, algumas vezes, descobrir outros que ainda não estão absolutamente consumidos, e a atmosfera particular da igreja se faz neste caso intolerável. (FERREIRA, 2006, p. 214).



Figura 74 - Detalhe ampliado do *Prospecto da Vila de Barcelos*. Igreja matriz. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A despeito da precariedade interna, a igreja matriz de Barcelos é uma das poucas estruturas representadas durante a *Viagem Filosófica* da qual temos representações internas (**Fig. 75 e Fig. 76**). É o caso de dois desenhos copiados do

arquiteto Antônio José Landi, que mostram as pinturas que ele fez na capela-mor.

Ferreira descreve:

Há, dentro da igreja, três altares somente, que são o da capela-mor e os dois laterais. Está colocada no primeiro a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que é o orago, vestida de um manto de seda de matizes, agalado de ouro. Tanto o teto da capela, como a pintura de toda ela e a dos altares laterais, tudo se achava há dois anos notavelmente desfigurado. Aproveitou esta ocasião de exercitar o seu zelo o capitão Antônio José Landi, porque, gratuitamente a pintou de novo, entretendo, com a perspectiva que desenhou, a devoção e a curiosidade. (FERREIRA, 2006, p. 216).

Ao lado da matriz de Barcelos, Ferreira indica o palácio dos governadores, e indica que está em estado preocupante, “*está sujeito à ruína que ameaça a barreira.*” (Ibidem, p. 223). Pelo prospecto não é possível identificar essas patologias estruturais, nem possuímos vistas interiores. O naturalista, no entanto, descreve a disposição interna:

Tem no tope da escada uma suficiente casa de secretaria e continuam pelo comprimento do palácio três casas, com as repartições interiores destinadas para a pessoa do governador, para um decente número de criados, para casas de mesa, copa, dispensas, armazéns, cozinha etc. Todas são cobertas de telha; e do estado em que se acham é Vossa Excelência testemunha própria, que cotidianamente está experimentando os estragos das paredes e do emadeiramento. O cupim o tem repassado quase todo. As paredes pouco a pouco se arredam do seu perpendicular e, em todo o interior do palácio chove mais ou menos, segundo a trovoada que sobrevém. (FERREIRA, 2006, p. 224).

Outra estrutura pormenorizada nessa participação é o quartel da vila (**Fig. 77**), do qual foi feito um prospecto de sua situação. A descrição feita por Ferreira dá detalhes de sua compartimentação interna bem como de alguns detalhes construtivos:

É um aquartelamento fechado, em forma de uma praça vazia; está situado para dentro da margem do tabuleiro, com frente para o poente. Tem vinte e três braças de frente, sobre uma e seis palmos de altura, até a *semalha* do telhado. Alguma perspectiva representam as onze janelas da frente, com portas de madeiras e também grades do mesmo, nas quatro da casa do calabouço. A cobertura é de telha; as paredes de madeira *intijucada*, ao uso do país, e caiadas por uma e outra parte. (Ibidem, p. 236-237).

Uma outra estrutura apresentada por Ferreira e que é uma constante nas vilas e povoados ao longo da bacia amazônica é a casa de canoas (**Fig. 73**), espécie de estaleiro para as embarcações, seja de manutenção como de fabricação, “*a mesma casa das canoas serve de ribeira e de arsenal das obras.*” (Ibidem, p. 239). Em Barcelos elas “*são dois grandes tijupares erigidos à borda do rio e encostada a eles*

*uma casa de serraria das madeiras, que é a única que é coberta de telha.*” (FERREIRA, 2006, p. 239). A casa das canoas de Barcelos serve como limite entre os bairros da vila, em trecho o naturalista a utiliza como marco para descrever as estruturas representadas no prospecto produzido:

Na sobredita casa das canoas termina a frontaria da vila pertencente ao primeiro bairro, de modo que, confrontando Vossa Excelência o que deixo escrito, com o prospecto dela, vê que o que a constitui, para quem navega o rio acima, são, pela sua ordem, a casa da pólvora da invenção do tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos, quando aqui residiu, 50 hoje sargento-mor, ajudante da sala do governo do Pará; a horta, que contra o voto dos agricultores da vila, mandou Vossa Excelência fazer, e donde se está provendo de hortaliças a mesa real, a propriedade de casas do morador Antônio José de Siqueira; o quartel militar e o hospital anexo, ambos com frente para o poente e ambos na primeira travessa do arruamento da frente da vila; o outro quartel dos oficiais da guarnição, separado do dos soldados; o quartel [da casa] da vedoria e da residência do cirurgião; a propriedade de casas do morador Manoel Rodrigues Calado; o último quartel, vizinho à matriz, para as três residências explicadas; a matriz e o palácio anexo da residência do governador; o armazém real da capitania, na travessa que segue o curso do riacho sobre que está levantada a ponte de comunicação dos dois bairros e, depois dela, a casa das canoas. (Ibidem, p. 240).

Dos relatos do ouvidor Sampaio e do Frei Noronha temos a indicação das nações que habitam a vila de Barcelos, e podemos notar que há uma constância entre os relatos:

Habitão esta villa os indios das nações Manáo, Baré, Bayâna, Uariquéna, e Passés ultimamente descidos do Jupurá. Ha também muitos moradores brancos, que com os indios fazem a mais numerosa povoação de toda a capitania, não fallando ainda na guarnição militar. As suas terras são muito próprias para as culturas do café, e anil. (SAMPAIO, 1825, p. 104)

Do lugar de Poiares se segue na mesma margem do sul, e em distancia de sete legoas a villa de Barcellos capital da capitania de S. José do Rio Negro. Nella habitão juntamente com os brancos, assim como nas mais povoações, indios das nações Manáo, Baré e Bayanaí. (NORONHA, 1862, p. 65)

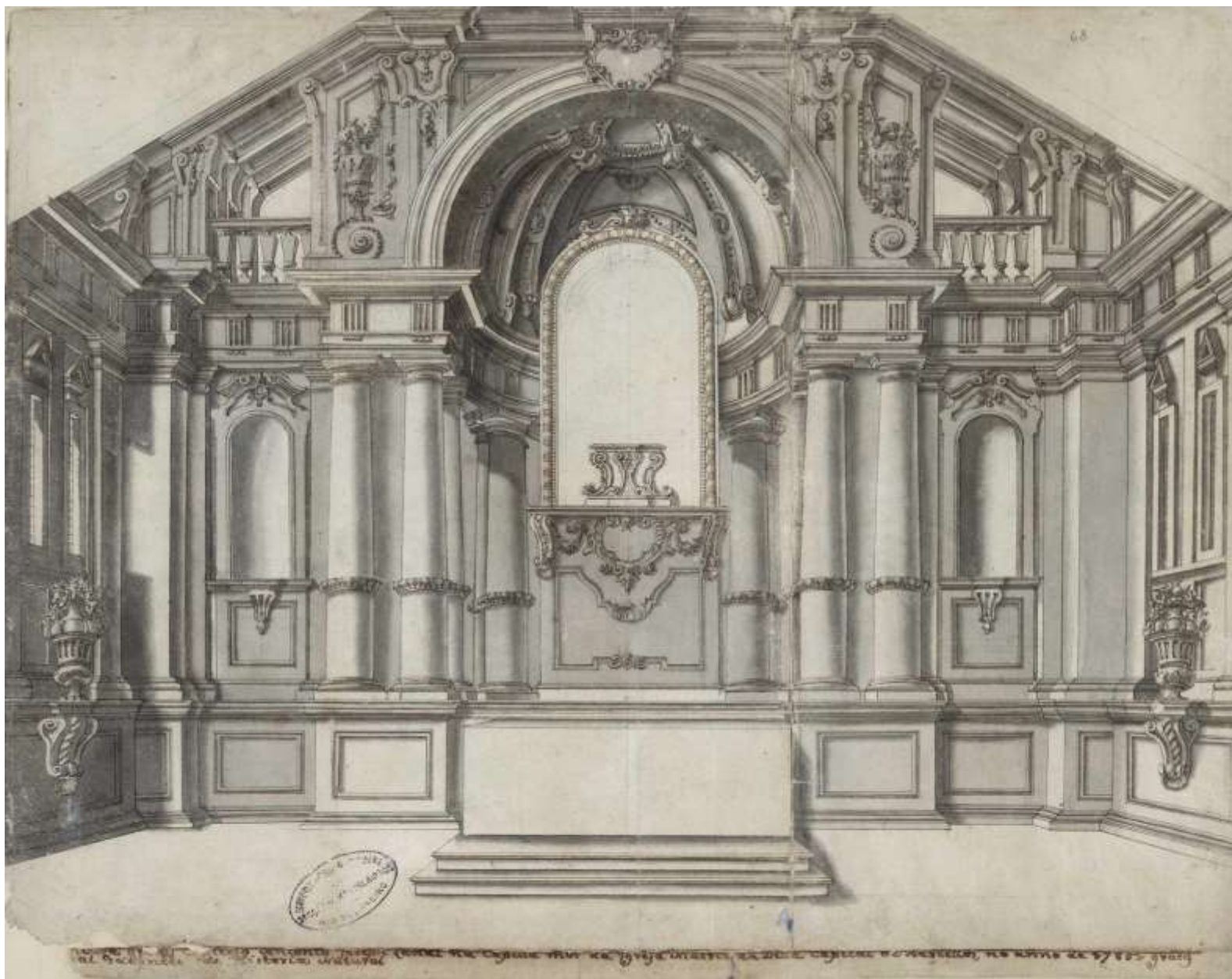


Figura 75 - LANDI, Antônio José. Prospecto da pintura que fez o capitão Antônio José Landi na capela-mor da Igreja Matriz da Vila Capital de Barcelos, no ano de 1785. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Figura 76 - LANDI, Antônio José. Prospecto da pintura que fez o capitão Antônio José Landi, arquiteto régio, dos lados da capella-mor da Igreja Matriz de Barcelos. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



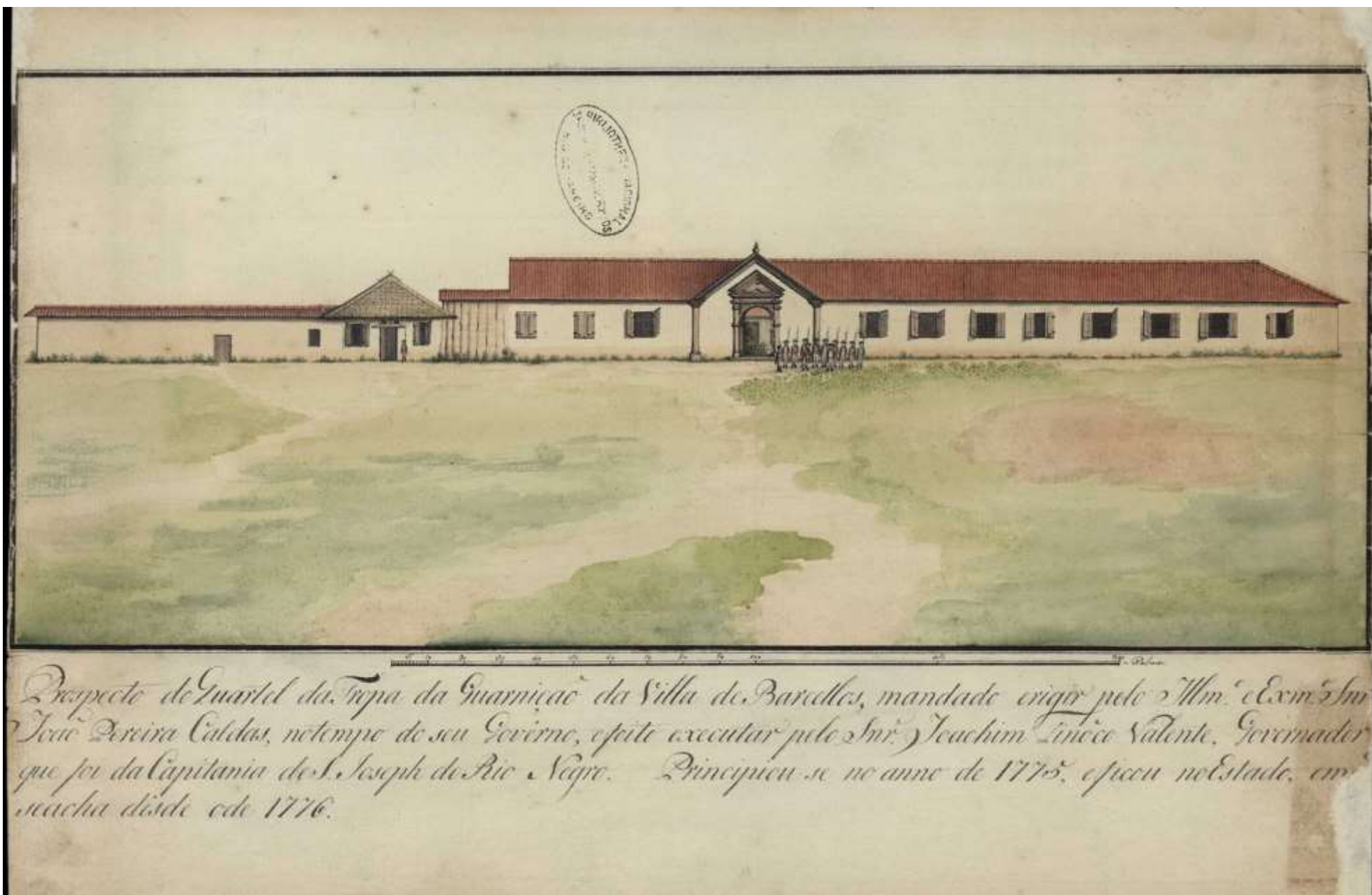


Figura 77 - PROSPECTO do Quartel da Tropa da Guarnição da Vila de Barcelos, mandado erigir pelo Ilmo e Exmo Sr. João Pereira Caldas. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Uma outra estrutura descrita por Ferreira e que chama atenção são as olarias, a de El-Rei e a da Povoação, sendo essa anteriormente uma casa de paricá, “*assim chama o gentio a uma palhoça redonda, proporcionalmente espaçosa e de propósito construída para as suas danças solenes, ou antes bacanaís, em que influi o abuso da bebida do pajuaru e do tabaco paricá.*” (FERREIRA, 2006, p. 240). Um ambiente ritualístico dos indígenas que fora transformado em uma estrutura produtiva para a vila. A sua transformação se deu de forma a não revoltar os moradores indígenas. Os colonizadores se utilizaram do seguinte subterfúgio:

Muito davam elas que entender ao missionário Frei José da Madalena, porque, desejando demoli-las para evitar as desordens que se originavam das crápulas; desejava por outra parte executá-lo com manha e de modo, que a não percebesse o gentio, e, percebendo-a, se não escandalizasse. Deste cuidado o tirou o capitão Francisco Xavier de Andrade, porque com tal manha e recato se aproveitou das sombras da noite para, ocultamente, as incendiar, que muito à satisfação do padre, conseguiu ficar o gentio imputando ao acaso o que tinha sido obra da malícia. (Ibidem, p. 241).

Alexandre Rodrigues Ferreira indica que há quarenta e três casas de moradores brancos, e na sua descrição traz informações bastante relevantes sobre o aspecto delas, que vale a pena transcrever:

O comum de todas elas é serem térreas; as que o não são totalmente, são quase térreas, porque, suposto que algum tanto se levantam do nível da terra os pavimentos delas, poucas são assoalhadas e nenhuma se guarnece de paredes de pedra e cal. Levantam os esteios das madeiras mais fortes e duráveis, cujas extremidades fincam na terra, com a cautela, quando muito, de as tostarem e não aguçarem. Em vez de pregarem os caibros que atravessam, para fazerem o engradamento, atam-nos com os cipós do uambé e do timbó-titica, e sem adubarem o tijuco, nem muitas vezes fazerem uso da colher, mesmo à mão, vão embuçando o frontal. Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces que não têm, guarnecem-no de uma sapata de pedra e cal, [quando há] revestida de tijolo. Muito poucas são ainda hoje as casas cobertas de telha, e o comum das que a têm é o serem de telha vã. Ordinariamente as cobrem de palha de obim, que não duram mais do que quatro anos. Nem perto da vila há outra casta de palha de que lancem mão. Sendo a terra tão úmida como é, vê-se bem quão pequeno é o cuidado que a todos eles merece a conservação da sua saúde, porque em vez de levantarem da terra os pavimentos dos edifícios e tratarem de dissipar deles a umidade que os persegue, rasgando nas casas um suficiente número [de janelas, digo,] de portas e de janelas que as arejem, pelo contrário, as fazem baixas e rentes com o chão, ajudando a encarcerar mais o ar as chamadas gurupemas, de um tecido de palha tão miúdo, que apenas se distingue o vulto de quem espreita de dentro para fora das janelas. (Ibidem, p. 242).

É interessante notar que na sua análise das construções Ferreira observasse os problemas sanitários que elas estariam sujeitas, principalmente os ocasionados pela umidade.

A extensa descrição de Barcelos pelo naturalista rende a reflexão de que a vila não estaria tão bem localizada para os fins de ocupação e colonização da área:

A necessidade e o desejo que tiveram os primeiros governadores de aproveitar as acomodações que aqui se fizeram durante a primeira demarcação influíram em que tacitamente se erigisse em capital, sem atenção alguma às desvantagens da situação. E esta é, com efeito, segundo Vossa Excelência reflete e sustenta o mais que pode ser imprópria para todos os fins de segurança e de interesse, pelas razões que Vossa Excelência distribui em políticas, econômicas e militares. (FERREIRA, 2006, p. 244).

A leitura conjunta da 1ª participação de Barcelos com o prospecto produzido, nos dá vista da quantidade de estruturas e de especificidades que a vila possui. Um exercício, ainda que não esgotado, de apresentar imagem e texto coadunados demonstra as potencialidades e as complexidades que esses núcleos urbanos apresentam nessa rede. Essa relação texto-imagem é bem exemplificada por Pataca (2015):

No que se refere à produção de imagens no campo, o roteiro da viagem preparado por Alexandre Rodrigues Ferreira é a fonte documental mais apropriada na determinação de onde e quando as imagens foram produzidas. As imagens histórico-geográficas possuem relações explícitas com as memórias produzidas por Ferreira no período e se vinculam fortemente com os desenhos de zoologia e botânica, que no conjunto das obras da expedição tem um caráter geográfico muito acentuado. As imagens, em associação aos textos, reforçam as preocupações agrícolas, urbanísticas e territoriais de Ferreira e dos engenheiros que se encontravam na colônia e na metrópole. (PATACA, 2015, p. 138).

### **Participação Segunda - de Barcelos a Poiares (Fig. 78):**

**- Às 16h00 do dia 23 de abril de 1786 sai Barcelos.**

**- Às 06h00 de 24 de abril chega em Poiares.**

De Poiares não possuímos prospecto, o que aliás será uma constante nas vilas e lugares de Barcelos à Fortaleza da Barra, com exceção do lugar de Carvoeiro. Não se possui indicação de que foram feitas as perspectivas, possivelmente essas vilas e lugares rio Negro abaixo não estivessem no escopo do naturalista. Se não temos os prospectos ao menos possuímos as indicações descritas por Ferreira. Do lugar de Poiares, descreve da seguinte maneira:

Está situado o lugar sobre a elevação da barreira que continua pela margem austral; tinha 5 braças e meia de altura, quanto então a medição; não vi que houvesse no porto lugar algum de comodidade e de segurança para nele se abrigarem as canoas de viagem, pernoita-se, quando é preciso, dentro do igarapé chamado Camanha, que lhe fica inferior. Não se pode montar acima do tabuleiro em que estão arruadas as casas, sem se subir uma grande escada de madeira, já mui bem arruinada; o tabuleiro é melhor que o desta vila; pelo seu comprimento está lançada a linha do arruamento das casas com duas ruas de fundo e outras tantas travessas; fora da linha da frente, estão avançadas para a margem da barreira umas três casas que são a do principal dos barés, Clemente de Mendonça, a do abalizado João de Mendonça e a do principal dos manaos, Sebastião de Souza. Também lhe fica avançado o curral do gado dos moradores. (FERREIRA, 2006, p. 304).

O ouvidor Sampaio também descreve o lugar de Poiares, destacando alguns pontos que seriam retomados por Ferreira, como a situação elevada do lugar:

ao meiodia chegamos ao lugar de Poiares situado na margem do sul do Rio Negro, sobre huma elevada eminência. He esta huma das boas situações, que occupão as povoações deste rio; porque alem de se estender por huma dilatada planície, alcança larga, e agradável vista para o rio, que neste lugar se acha parte despido de ilhas, e fôrma tal largueza, que de margem a margem chega a sete para oito legoas. O antigo nome deste era Cumaru. Também lhe chamavão Jurupariporaceitáua, isto he, lugar das danças do diabo; porque aqui os indios fazião as suas no tempo do paganismo. (SAMPAIO, 1825, p. 102-103)

Algumas estruturas são brevemente detalhadas, como a igreja matriz: “*no centro da linha da frente está situada a matriz; é uma igreja maior do que a desta vila, está coberta de palha, tem no altar da capela-mor a imagem de Santo Ângelo*” (Ibidem, p. 304). Sobre a casa do reverendo vigário indica:

É térrea e coberta de palha. Tem portas de madeira, com fechaduras nelas, consta de duas casas exteriores e outras tantas interiores; são com efeito pequenas; nenhuma delas é assoalhada, ou pelo menos caiada por algum dos lados. O emadeiramento porém é bom e fica bem conservado. (FERREIRA, 2006, p. 304).

Do casario dos indígenas o naturalista aponta existirem 40, divididos da seguinte forma: “*em cada uma das ruas estão 13 e pelas duas travessas ficam repartidas as 14 que enchem a soma indicada.*” (Ibidem, p. 306). A precária condição do sítio também é apontada, “*as ruas não estavam capinadas e para o fundo delas haviam muitos charcos.*” (Ibidem, p. 306). Dos habitantes do lugar Ferreira indica que “*são manaos e barés.*” (Ibidem, p. 307). O frei Noronha indica que Poiares é “*povoado de indios das nações Manáo, Baré, e Passé.*” (NORONHA, 1862, p. 64). Sampaio especifica também: “*As nações de índios que habitão este lugar, são Manáo, e Baré*

*do seu estabelecimento, e também Passés descidos do Jupurá*". (SAMPAIO, 1825, p. 102-103)

Das culturas e gêneros do lugar, faz a distinção da produção dos indígenas e dos brancos, sendo aqueles produzindo basicamente maníba, café e cacau, em pouca quantidade. Os moradores branco não diferem muito, com o cultivo de alguns outros gêneros, como "o cacau, o tabaco, a cana, o milho e o arroz não tanto." (FERREIRA, 2006, p. 307). A situação do lugar não é alentadora, segundo o naturalista, que arremata sua participação de modo pessimista:

Tal era o estado da agricultura de Poiares. Nenhum comércio faz, porque nem índios nem canoa tem para ele; havia somente uma igaraté já usada e um bote de nove remos por banda. A conjuntura não é a mais própria para se dar remédio ao que necessita dele. Mais do que pode faz V. Excia. em providenciar as urgências de tantas e tão diversas repartições. (Ibidem, p. 312).

Apesar de não possuímos prospecto de Poiares (**Fig. 79**) elaborado pelos riscadores da *Viagem Filosófica*, o cartógrafo Schwebel elaborou um, assim como de outros lugares e povoados nessa segunda parte da viagem pelo rio Negro, como Airão (**Fig. 80**), Moura (**Fig. 81**) e Fortaleza da Barra (**Fig. 82**)

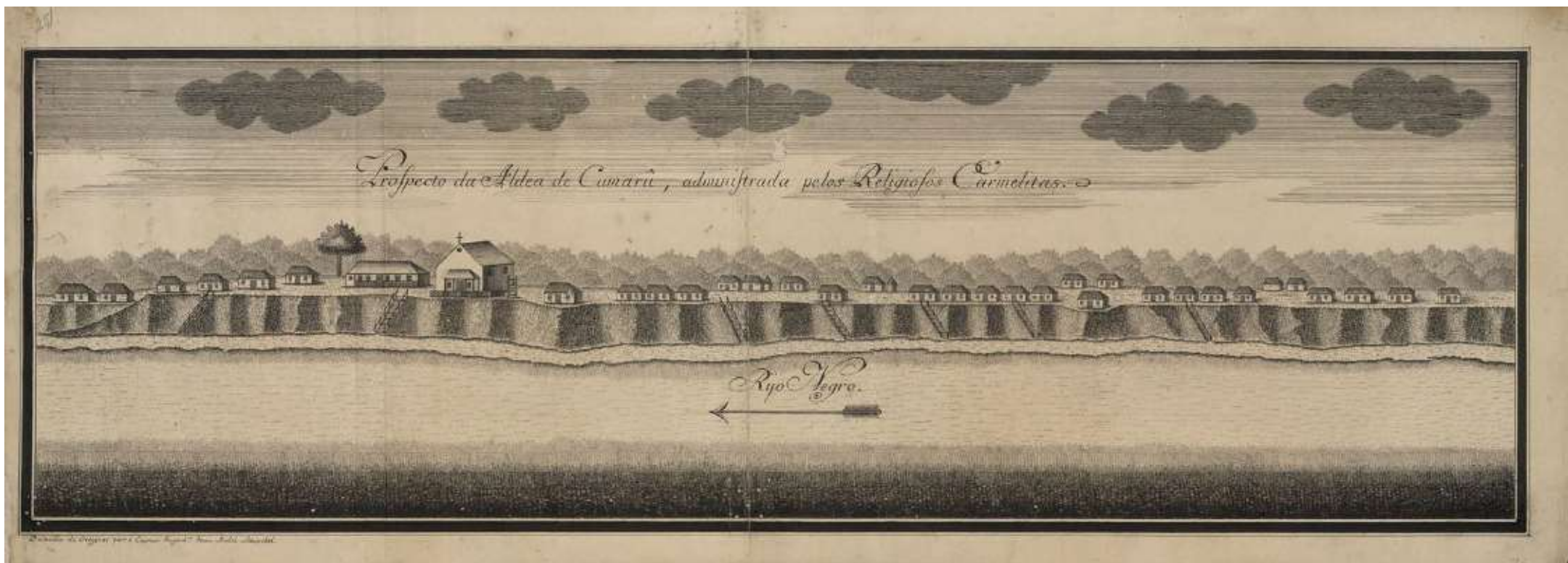


Figura 79 - SCHWEBEL. Prospecto da Aldea de Cumarú, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Poiares). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**Participação Terceira - de Poiares a Carvoeiro (Fig. 83):**

**- Às 06h00 de 25 de abril sai de Poiares.**

**- Às 19h00 de 25 de abril chega em Carvoeiro (Fig. 84).**

O lugar de Carvoeiro, do qual temos o *Prospecto do Lugar do Carvoeiro*, em outro tempo *Aldeia de Aracari*, produzido pelo riscador Joaquim José Codina, é descrito pelo naturalista da seguinte maneira:

Serve de base ao lugar um curto e estreito lombo de terra, em que se eleva um ilhote da margem austral do rio Negro. A sua elevação é tão pouco sensível de vencer que nas grandes enchentes chega o rio a beijar o batente do alpendre da igreja. Ordinariamente sucede ficar a povoação alagada em roda e apenas surge acima d'água o pequeno teso que ocupa o arruamento das casas. No braço porém do rio que a cinge pela retaguarda, se abrigam as canoas que surgem no seu porto. Todo ele seca, quando o verão é grande e a maior parte dele, quando é pequeno. Em cima do ilhote estão alinhadas, com a precisão que permite o terreno, as 4 ruas de fundo, que formalizam o lugar. Contei na linha da frente até 6 casas, incluídas nelas a residência do reverendo vigário e a do morador branco Antônio Gomes, que já ficava no chão. Na segunda linha existiam 7, e na terceira 11, e na quarta, que era a mais comprida, inclui a de um índio, a qual não estava alinhada e a da residência do diretor, para contar 16. (FERREIRA, 2006, p. 313-314).

Acerca da igreja matriz a descrição é sucinta e corrobora o que se observa no prospecto: “*que é pequena e coberta de palha. Tem sua varanda térrea em roda, guarnecida de juçara e consta de um único altar, que é o da capela-mor, onde vi colocada a imagem de Santo Alberto.*” (Ibidem, p. 314). Da casa do reverendo vigário, contígua à igreja matriz “*é pequena, coberta de palha, repartida em três casas, servindo-lhe de sala a de fora, a qual nenhuma decência tem, porque até a porta do corredor é cancela. As outras casas interiores são tão escuras que de dia necessitam luz; as paredes de todas elas estão alquebradas.*” (Ibidem, p. 314).

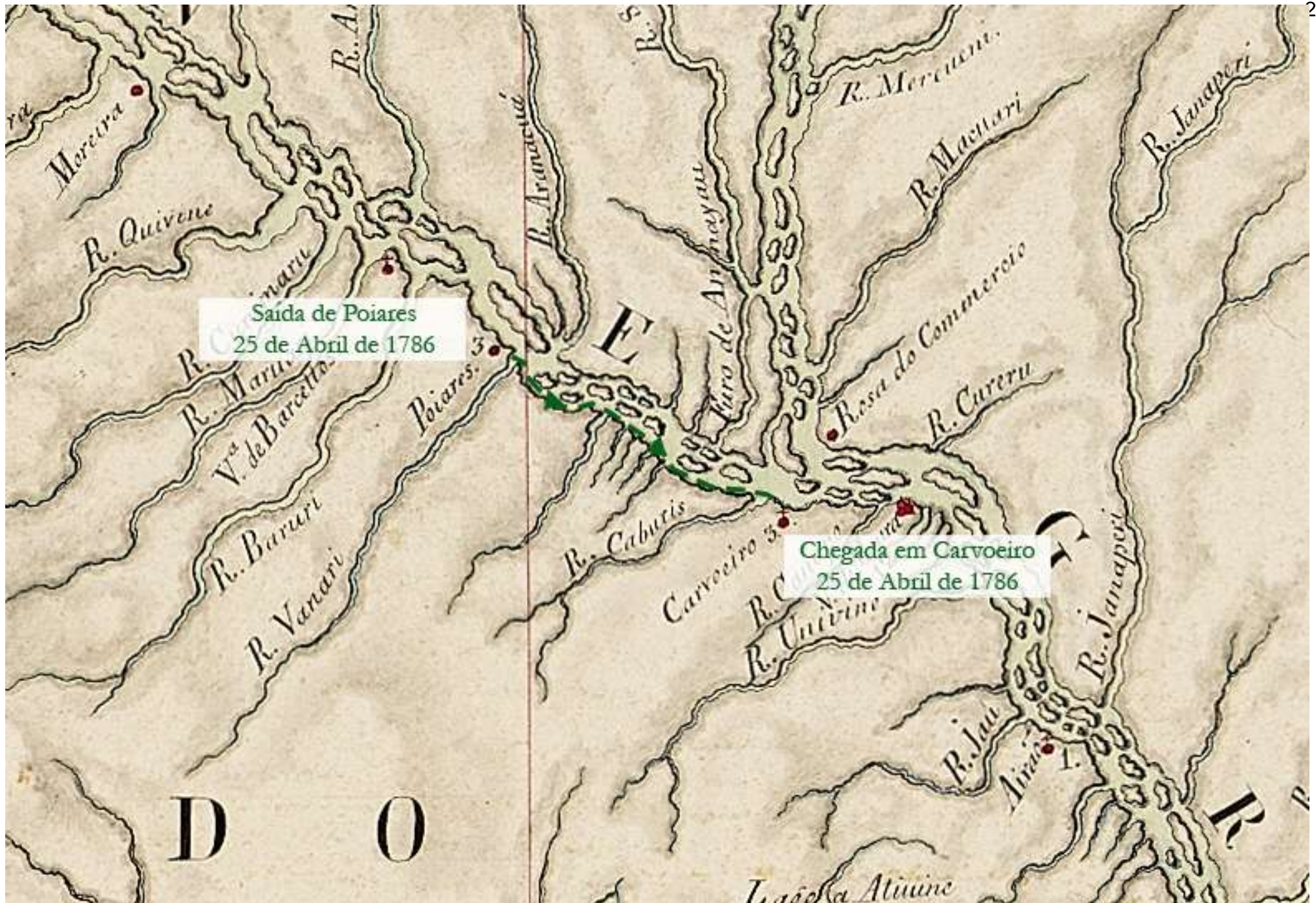


Figura 83 - Percurso da 3ª Participação no Rio Negro, entre Poiares e Carvoeiro, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)



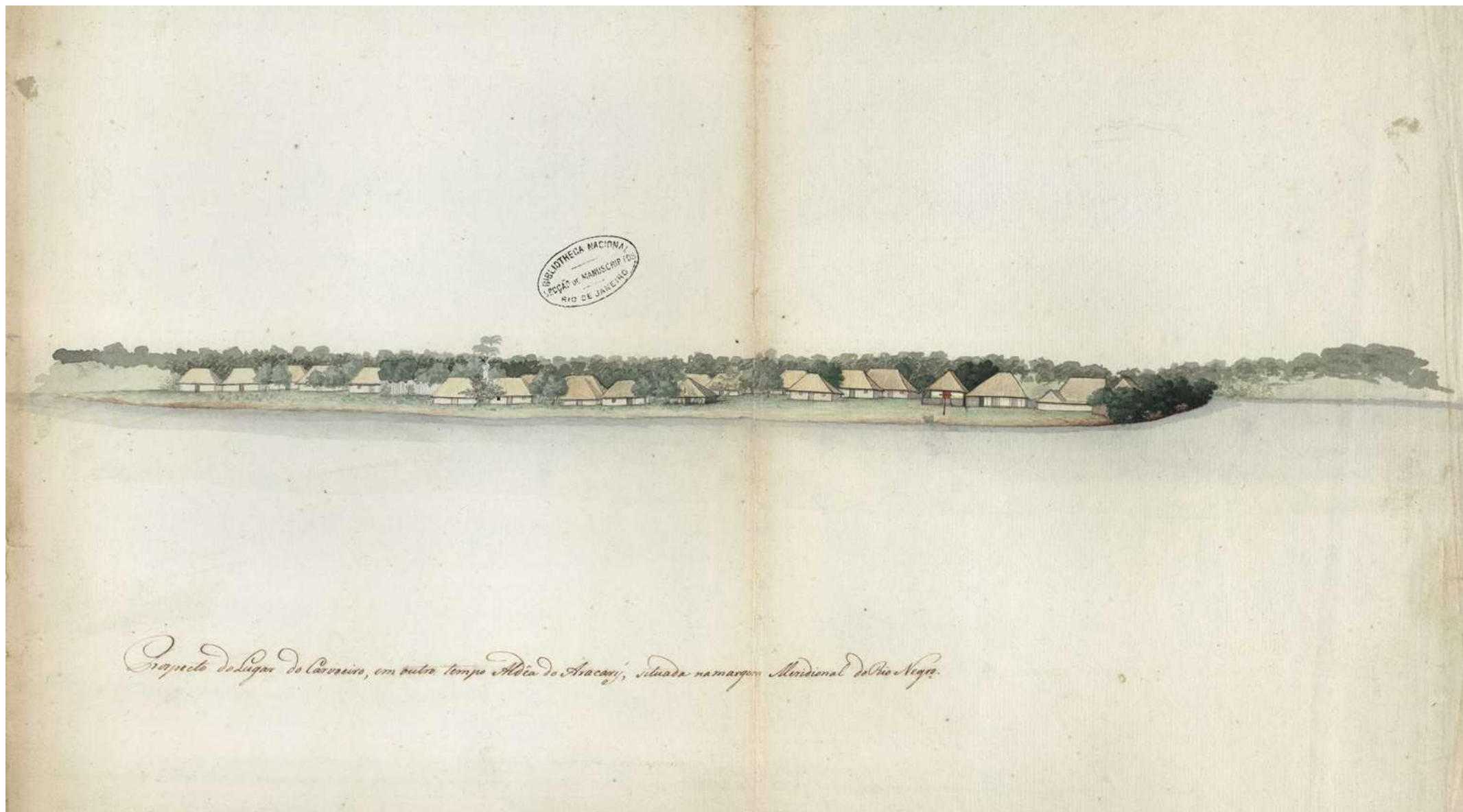


Figura 84 - CODINA, Joaquim José. Prospecto do Lugar do Carvoeiro, em outro tempo Aldeia de Aracari, situado na margem meridional do Rio Negro. [17--]. Folha 47,0 cm x 34,0 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A situação do lugar dialoga com a de muitos outros descritos por Alexandre Rodrigues Ferreira, principalmente na dificuldade de se conservar materialmente o sítio. Ainda que, novamente, o prospecto não seja tão explícito para mostrar a situação de quase penúria que é descrita, as descrições manuscritas estão sempre corroborando o estado de abandono e de desesperança dessas localidades: “*muito falta achei esta povoação de todos os meios para subsistir; a canoa grande do negócio estava podre.*” (FERREIRA, 2006, p. 314). A falta de dinamismo econômico leva o naturalista a questionar a razão dessas localidades, sem que possam se manter sem auxílio da Coroa: “*Sem gente, sem lavoura e sem comércio, não sei para que servem semelhantes povoações; servem de entreter as despesas que particularmente faz a folha eclesiástica e ter separados os índios que podiam estar mais unidos.*” (Ibidem, p. 315).

Em Carvoeiro os habitantes indígenas são indicados como “o manaos, barés, peralvilhanos, umaiúnas, tarananas, canauricenas, aranacuacenas e iúmas.” (Ibidem, p. 315). Já Sampaio e Noronha indicam os seguintes habitantes: “*He composto este lugar das nações Manáo, Paraviána, e Uaranácoacéna, e de alguns moradores brancos.*” (SAMPAIO, 1825, p. 102), “*Neste lugar habitão índios das nações Manáo, Parauaána.*” (NORONHA, 1862, p. 62)

Conforme o naturalista dá andamento às participações, as informações vão se repetindo e as conclusões vão se reafirmando. É o caso da superfluidade dessa rede de núcleos urbanos, pouco povoados e como poucos meios de se desenvolverem economicamente. Ferreira, defensor de uma agricultura baseada em certos princípios até científicos, estará sempre reafirmando a necessidade de se ocupar essas localidades de modo mais otimizado. Sua formação vem corroborar um projeto colonizador baseado na cultura de gêneros específicos e adaptáveis às especificidades locais. A sua defesa do anil, do café, do cacau e de outras culturas, está em diálogo direto com o projeto político-econômico da Coroa portuguesa para a bacia amazônica em finais do século XVIII. Ferreira também arguirá que um dos problemas é a inexistência de mão-de-obra apta aos trabalhos de lavoura e dos gêneros, constantemente aponta para uma inadequação dos indígenas para a produção agrícola. Uma das conclusões feitas por ele seria a introdução de escravizados:

O Estado não fará o maior avanço de agricultura, de comércio e utilidade, para que sem dúvida tenha as mais belas e naturais

propriedades, enquanto se-lhe não facilitar e fornecer a numerosa introdução de escravatura, que pelo Senhor Rei D. José, o 1º, se achava determinada nos últimos anos da existência da companhia do comércio. (FERREIRA, 2006, p. 326).

Nessa participação por Carvoeiro, Alexandre Rodrigues Ferreira arremata com a sua crítica ao número de lugares e povoados:

Não há, porém, a menor necessidade de que com a denominação de vilas se conservem tantas povoações de índios, que na maior parte tal distinção não merecem e que nem mesmo têm as precisas pessoas hábeis para as suas governanças; e este motivo e o da economia que a real fazenda podia fazer na maioria das cômruas dos vigários das vilas, regulando-as pelas dos lugares. (Ibidem, p. 326).

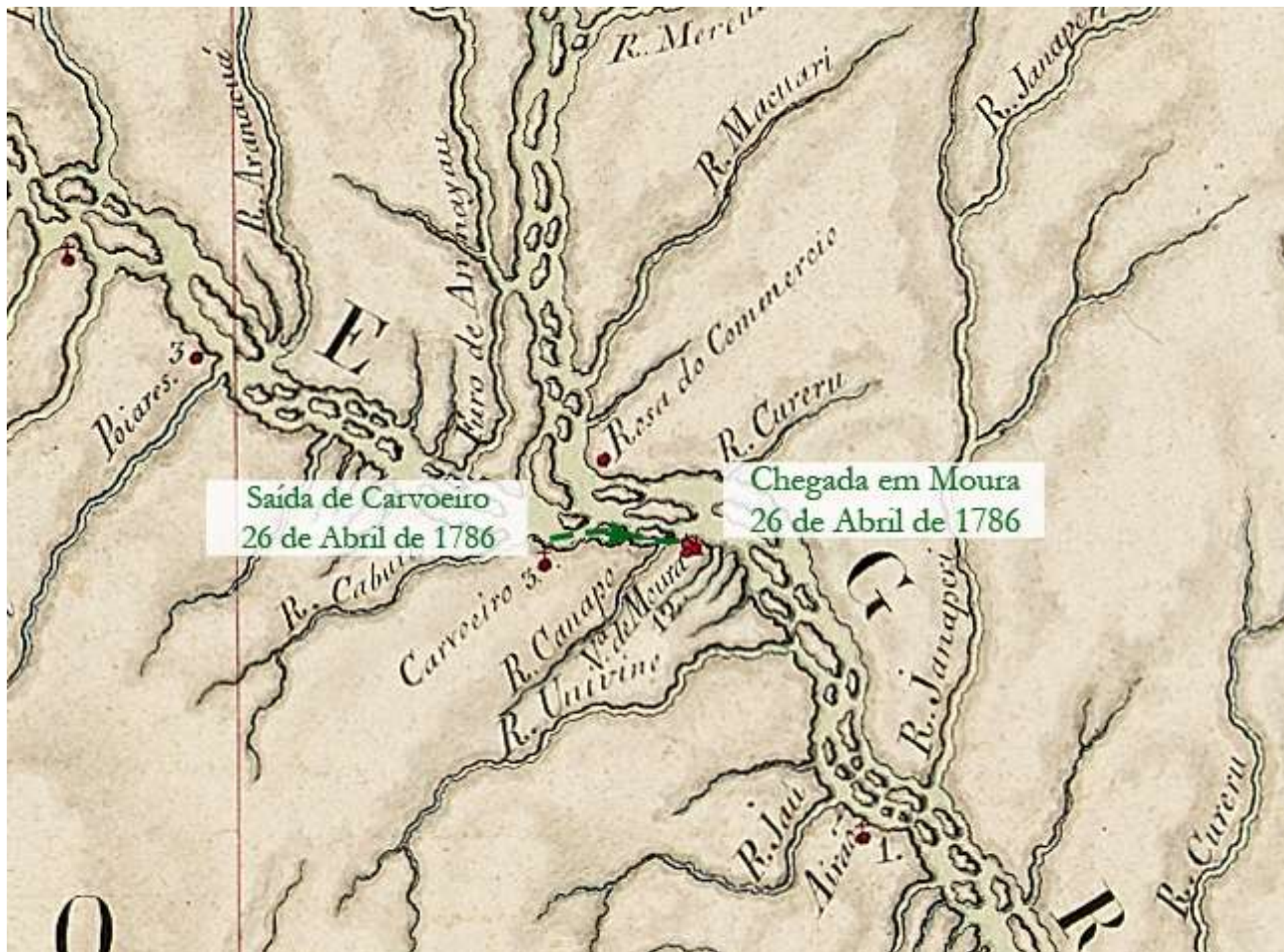


Figura 85 - Percurso da 4ª Participação no Rio Negro, entre Carvoeiro e Moura, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Participação Quarta - de Carvoeiro a Moura (Fig. 85):**

**- Às 10h00 do dia 26 de abril sai em sentido de Moura.**

**- Às 17h00 do dia 26 de abril chega em Moura.**

A vila de Moura, assim como o lugar de Carvoeiro, fica praticamente na boca do rio Branco, e por isso guardam bastante relação com as entradas por ele, servindo como ponto de apoio das embarcações que entram ou saem dele. Ferreira chega a dizer que Moura é uma das vilas com maior potencial de desenvolvimento, “de entre todas as povoações deste rio, é a que tem melhor perspectiva.” (FERREIRA, 2006, p. 328). Da implantação da vila Ferreira nos descreve:

Ela está situada ao longo de uma pequena enseada que ali faz a margem austral; e toda a sua base é guarnecida de um como parapeito de pedraria, ora soltas, ora amontoadas umas sobre outras pedras, as quais são areentas. O porto, além de ser pedregoso, é em si mesmo desabrigado, de sorte que, para não perigarem as canoas, é preciso abrigá-las em um pequeno igarapé que se oferece na margem, antes de montar a primeira ponta superior de pedras, entre a qual e a segunda ponta inferior medeia a ressaca de um fundo pedregoso, que constitui o porto da vila. (Ibidem, p. 328).

Mesmo não tendo o prospecto dela, pela descrição é possível imaginar a situação dela:

Os dous lados do ângulo que observa quem navega rio abaixo e olha da parte de cima dele para a perspectiva da vila, antes de aportar nela, são as duas ruas da frente, a saber, uma do lado do nascente e a outra da do poente. Os seus extremos sobre o rio são as duas pontas de pedra de que já falei. O arruamento do lado do nascente tem duas e o do poente três linhas de fundo. Na linha da frente deste está situada a matriz. (Ibidem, p. 328).

O ouvidor Ribeiro Sampaio também apresenta uma descrição da vila de Moura:

Às oito horas da manhã chegamos a villa de Moura. Fica esta villa na margem austral do Rio Negro em hum baixo, mas enxuto, formado sobre huma pedreira, que se estende á roda da mesma. Na entrada forma huma espaçosa praça, em que depois da igreja corre huma rua. Segue-se logo outra dirigindo-se para o nascente, communicada com outra mais extensa, que vai dar ao poente. Esta rua he muito agradável; porque está toda cheia de laranjeiras, que fazendo-a aprazível com a frescura da sombra, a fazem também de bella vista. Foi erecta em villa no anno 1758 pelo governador e capitão general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, impondo-lhe o nome, que agora conserva. (SAMPAIO, 1825, p. 97)

A matriz é pequena para o número de fregueses, mas merece uma observação elogiosa do naturalista, o que é incomum quando comparado com as diversas outras descrições:

Está coberta de telha e todo o seu emadeiramento se acha são e bem conservado, porque da parte do diretor nunca cessa o cuidado de vigiar sobre o cupim. As paredes também se conservam fortes e direitas, além de estarem caiadas por um e outro lado. Quanto a mim é a melhor das matrizes do Rio Negro. (FERREIRA, 2006, p. 328-329).

Outro detalhe curioso é sobre alguns detalhes decorativos do seu interior, “*No altar do lado do Evangelho, vi um painel de Nossa Senhora do Monte do Carmo e, no da epístola, outro do Espírito Santo, ambos eles pintados com as tintas do país, tanto as imagens como as tarjas.*” (Ibidem, p. 329).

Mesmo elogiando a condição material da local, Ferreira dirá que a alcunha de vila está mais para detalhe burocrático do que para o real estado das suas instituições, “*destas e de outras semelhantes vilas, que só o são no nome e em meras formalidades.*” (Ibidem, p. 329). A despeito desse parêntese feito pelo naturalista, o casario e sua condição são novamente elogiados: “*Em nenhuma outra povoação deste rio, tenho até agora visto as casas dos índios tão bem conservadas como nesta. Consta toda a vila de 88 casas, incluídas nelas a da residência do reverendo vigário e a do armazém.*” (Ibidem, p. 331).

Em Moura também se observa uma casa das canoas que estava sendo utilizada com certa eficiência, bem como a existência de uma casa da olaria em atividade. Sobre a casa das canoas:

Debaixo de um pequeno tijupar que ele tinha erigido no princípio do arruamento da frente, entre a casa da residência do reverendo vigário e a de um dos moradores brancos, se estava então construindo um bote de 8 remos por banda. Tão novas estavam as duas igarités que já se haviam construído para lhe servirem de montarias, que ainda não tinham sido lançadas ao rio. A canoa grande do serviço da povoação estava nova e tinha 15 remos por banda; a outra, que tinha 10, ficava em meio uso. Havia mais duas igarités bem conservadas, de 6 remos por banda cada uma delas. (Ibidem, p. 330).

Das nações indígenas habitantes da vila Ferreira descreve: “*povoam a vila são manaos, barés, carajás, cueuanas, banibas e iúmas.*” (Ibidem, p. 330). Noronha descreve também: “*A villa de Moura é povoada de índios das nações Manáo, Carayai, Cóeoana, e luma. O seu primeiro estabelecimento foi na margem oriental do rio Uarirá.*” (NORONHA, 1862, p. 62). Suas lavouras, e Ferreira sempre faz essa distinção entre as roças dos indígenas e dos moradores brancos, consistem basicamente da maniba. Os moradores brancos se produzem “a maniba, o café e o cacau são as lavouras dos brancos; alguns também cultivam o tabaco e o milho, e José Gonçalves principiava então com o anil.” (FERREIRA, 2006, p. 330). Mesmo descrevendo uma

série de lugares e vilas, os gêneros observados por Ferreira dificilmente destoam dos anteriores, com a exceção da exploração do comércio de drogas do sertão, que costumam variar de localidade para localidade, conforme a disposição natural nas regiões.

Sampaio também descrevem acerca dos habitantes e dos gêneros produzidos no local:

Compõe-se esta villa das nações Manáo, Carayás, Coeuána, e Júma, e de vários moradores brancos, que se applicão á cultura do café, e cacáo, sendo ella huma das mais bem povoadas desta capitania. Destas nações he muito famosa a Carayás, antigamente guerreira, antagonista da nação Manôa. (SAMPAIO, 1825, p. 97)

**- Às 14h00 do dia 27 de abril sai de Moura.**

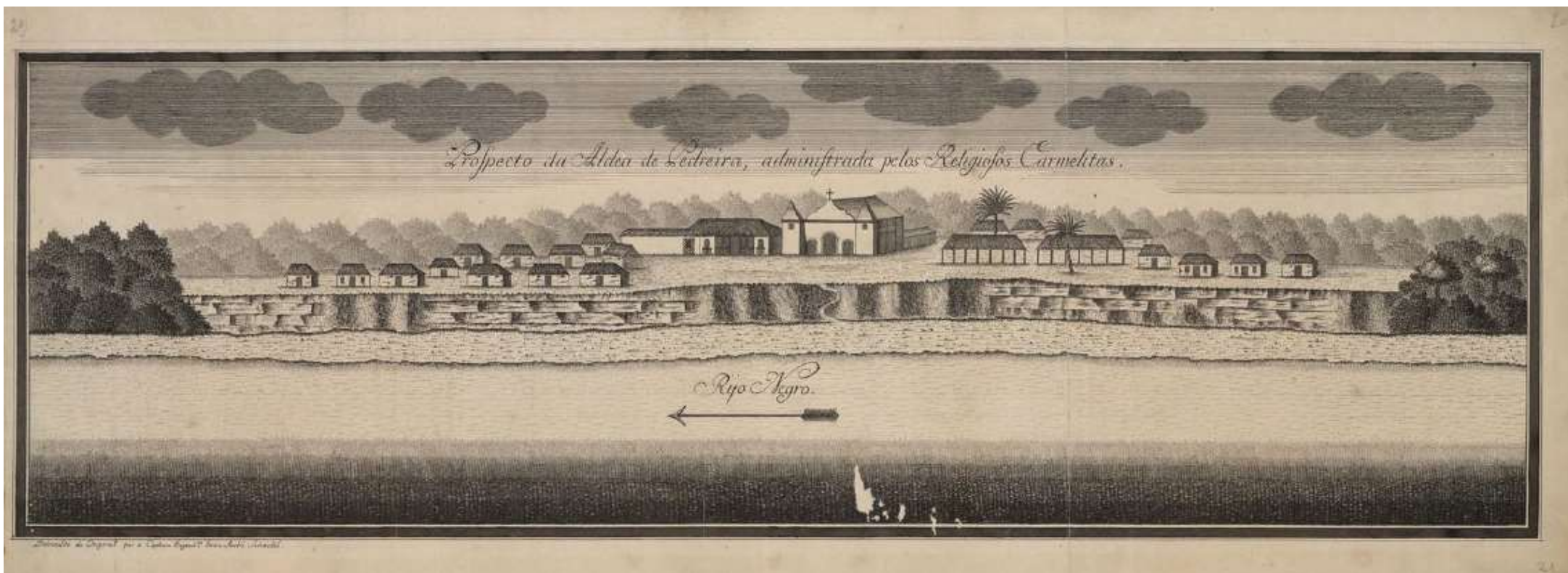


Figura 80 - SCHWEBEL. Prospecto da Aldea de Pedreira, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Moura). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



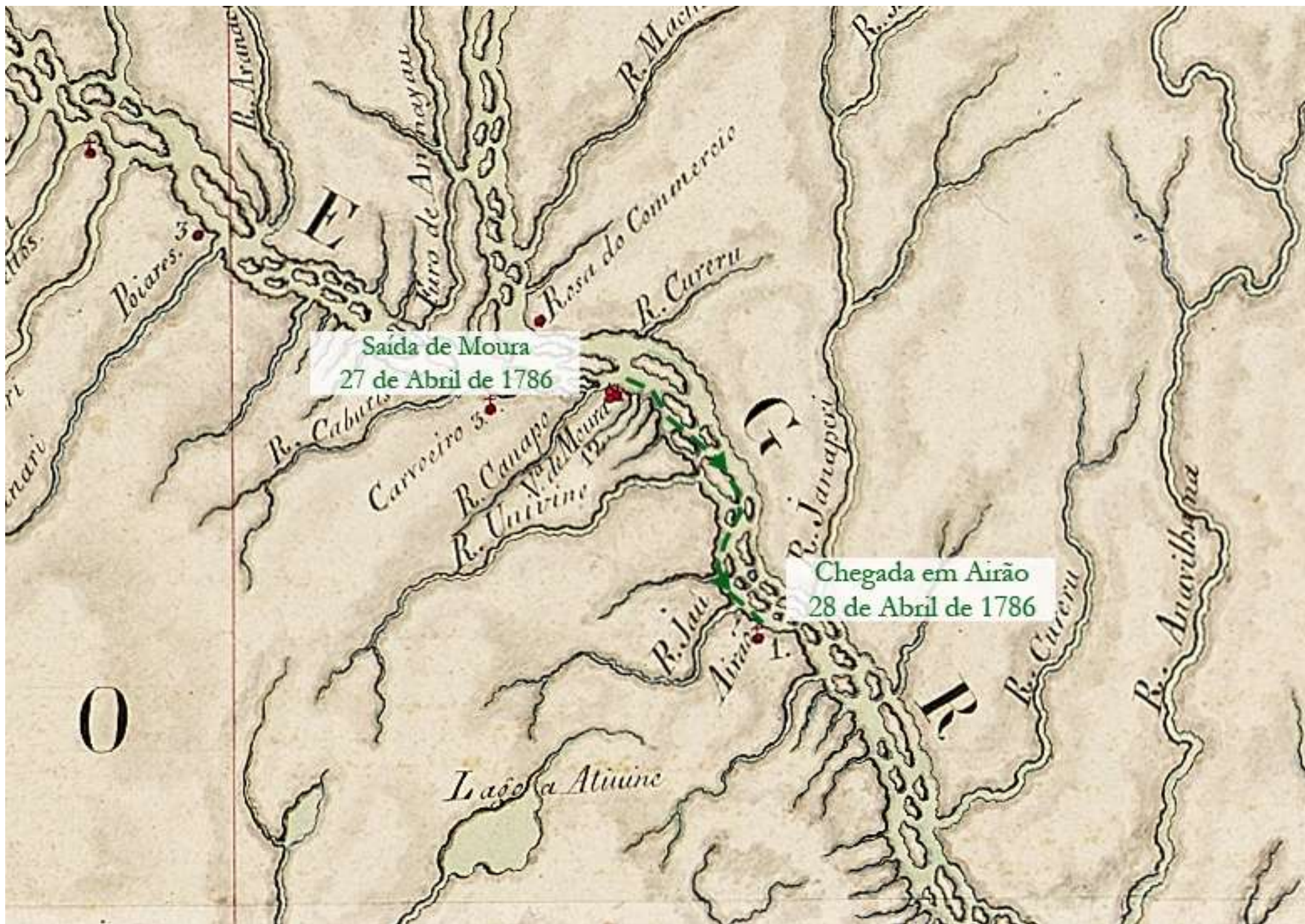


Figura 86 - Percurso da 5ª Participação no Rio Negro, entre Moura e Airão, feito sobre a carta da Nova Lusitânia. (Imagem do Autor)

**Participação Quinta - de Moura a Airão (Fig. 86):**

**- Às 10h00 do dia 28 de abril chega em Airão.**

As duas últimas participações desta segunda parte do *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, são bem sucintas, até mesmo porque não se têm prospecto de Airão nem da Fortaleza da Barra. A razão dessa ausência é incerta, e não é mencionada pelo naturalista. Provavelmente não fossem sítios tão relevantes de serem iconografados, como as regiões de litígio e fronteiriças.

O lugar de Airão, segundo Ferreira:

Fica iminente ao rio, porque está situado sobre uma barreira modicamente elevada, correndo pelo alto dela, ao longo da margem, uma bem formada planície, em que está disposta a povoação. Na praia que lhe serve de porto e pelo rio dentro até pouco abaixo do lugar, há grandes lajes de pedras que, na enchente, vão ao fundo, e as que vi no alto da barreira eram de um coz finíssimo, unicamente com mais e menos tintura de ocre e, assim mesmo, ora mais, ora menos frágeis, segundo a antigüidade da sua formação. O porto e a barreira, que se segue costa abaixo, são muito desabrigados. A largura do rio que ali se deixa gozar da vista é tão notável como a que se goza em Moreira. (FERREIRA, 2006, p. 343).

Da sua igreja, Alexandre Rodrigues Ferreira atesta as precárias condições materiais:

No centro da linha do prospecto está erigida a matriz. É a mais pequena e a mais pobre das que tenho visto. Estava mal coberta de palha, com todo o seu emadeiramento podre; os esteios cerceados à flor da terra e as paredes laterais da capela-mor, a do arco dela e as da sacristia necessitavam muito de serem reparadas a tempo, para se não demolirem de todo. (Ibidem, p. 344).

Já o casario se encontra em condições mais razoáveis:

Aos dous moradores brancos, que são os únicos que ali há, pertenciam duas propriedades, ambas térreas, e situadas na frente, e ambas bem conservadas. Aos índios do lugar pertenciam 19, incluídas as mais novas e aseadas que vi. Contei 22 casas entre as que realmente o eram e as que ainda por tais se reputavam. (Ibidem, p. 344).

Além do casario e igreja, não constam outras estruturas como casa da olaria e casa das canoas.

Os habitantes indígenas do lugar de Airão eram: “*depois que de todo se extinguiu a nação turumá, ficaram povoando o lugar os aroaquis, manaos, barés e tucuns.*” (Ibidem, p. 345). As culturas e gêneros do lugar não se diferenciam no grosso das outras localidades, a não ser pela exploração de certos produtos específicos,

como o breu, para calafetagem das canoas. Alguns tipos de madeira são explorados ali:

Pelas imediações do lugar há a estimável madeira que por aqui se chama muirá-coatiara, além de outras muitas, que também são finas e, como tais, merecem estimação. É certo que, no corte de todas elas, não tem havido reserva alguma, tendo até agora sido livre a todo qualquer particular o cortá-la, quando e como quer, sem diferença no abuso que igualmente praticam os habitantes do rio Solimões com as sumaumeiras, que dão a sumaúma branca, os quais cortam as árvores para lhes tirem a sumaúma.” (FERREIRA, 2006, p. 346).

Nas descrições de Airão, feitas por Sampaio e Noronha, podemos observar algumas permanências no relato de Ferreira, como os habitantes e os gêneros explorados:

Tínhamos continuado a viagem atravessando a procurar a margem meridional do nosso rio, e por seis horas e meia chegamos ao lugar de Ayrão. Fica este lugar bastante emminente ao rio. Pelo poente o banha hum pequeno riacho. No alto corre huma bem formada planície, em que estão dispostas as ruas. As nações, de que se compõe este lugar, prezentemente são Aruaquí, Manáo, e Tacú, descidos estes proximamente para o mesmo lugar, nação de que não havia noticia antecedente. O nome antigo desta povoação era Jaú, denominação, que tira do rio, que lhe fica visinho pela parte do poente, freqüentado do gentio Mura, que nelle commete muitas hostilidades. Acha-se esta povoação bastante decadência; porque sendo composta pela maior parte dos indios habitantes na margem opposta a este lugar, lhe são fáceis as fugidas para as suas próprias terras, aonde chegão em menos de hum dia. Nas visinhanças deste lugar he abundante o breu. Ha também varias madeiras finissimas, e com especialidade páo roxo. (SAMPAIO, 1825, p. 96-97)

Dez legoas acima da boca superior do canal sobredito, está a Ponta das pedras, a que chamão Igrejinhas, inferior 4 legoas ao lugar de Ayrão, situado na mesma costa austral. Este lugar foi primeiramente estabelecido com indios das nações Tarumá, e Aroaqui na enceeda grande, que fica logo acima da Fortaleza, donde se mudou para o sitio, em que presentemente está, só povoado do gentio Aroaqui, por se haver extinguido totalmente a nação Tarumá. (NORONHA, 1862, p. 61)



Figura 81 - SCHWEBEL. Prospecto da Aldea de Jaú, administrada pelos Religiosos Carmelitas (Airão, na embocadura do Rio Jaú). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

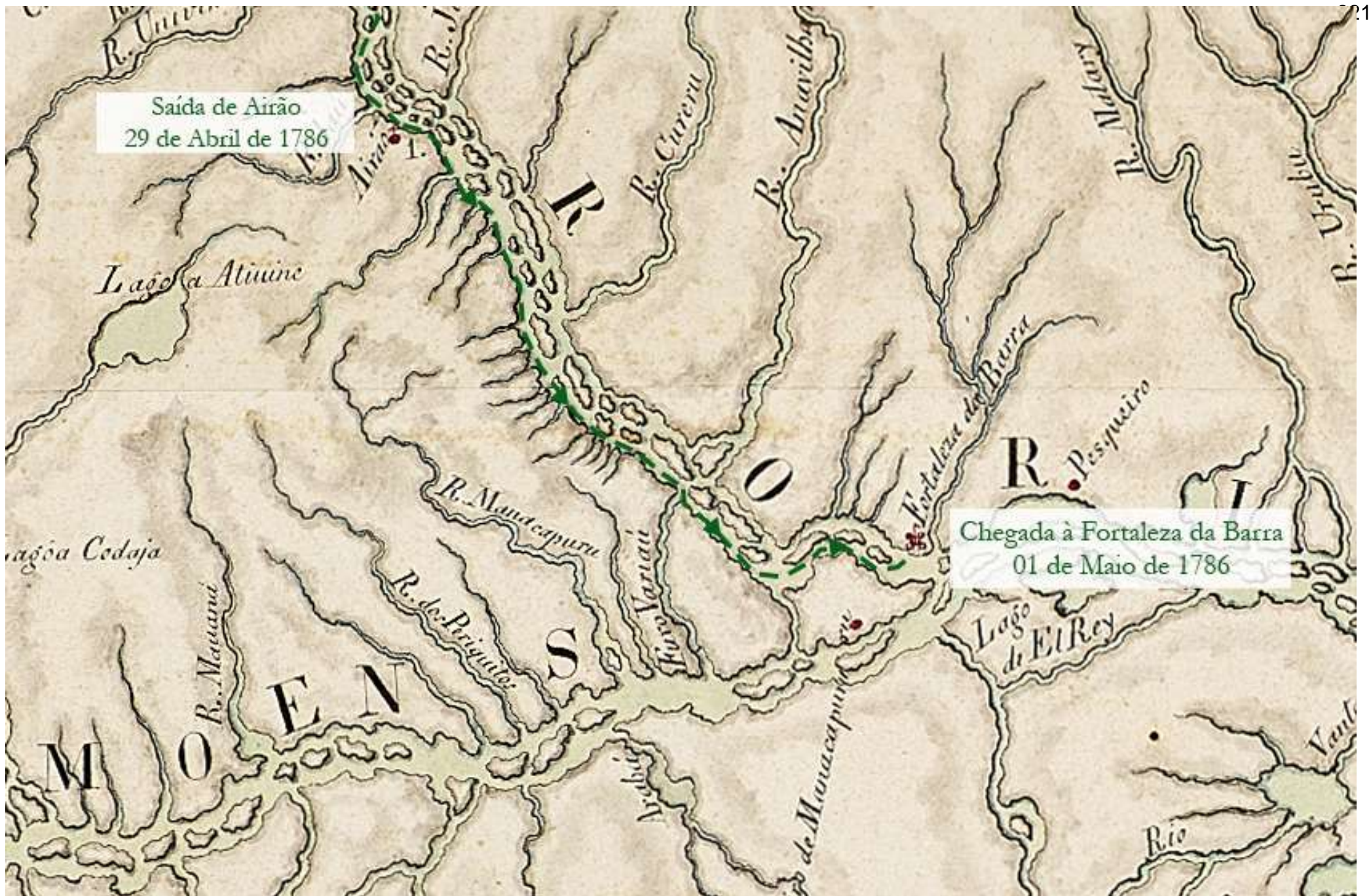


Figura 87 - Percurso da 6ª Participação no Rio Negro, entre Airão e Fortaleza da Barra, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

**Participação Sexta - de Airão à Fortaleza da Barra (Fig. 87):**

**- Às 07h00 do dia 29 de abril deixa Airão.**

**- Às 16h00 do dia 01 de maio chega à Fortaleza da Barra.**

Encerrando a participação nessa segunda parte da viagem pelo rio Negro, Ferreira passará a descrever a fortaleza da Barra, que no futuro iria se consolidar como a Manaus, na confluência do Negro com o Solimões. Infelizmente não se tem prospecto riscado pelos desenhistas da expedição, apenas as descrições manuscritas do naturalista. Da implantação do lugar nos apresenta Ferreira:

Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos; a qual se divide em dous bairros, ao longo da margem boreal. Ambos eles ocupam uma porção da barreira que medeia entre os dous igarapés da Tapera dos Maués e dito dos Manaos. Porém, a porção da barreira que serve de base ao primeiro bairro, aonde estão situadas a matriz e ambas as residências do reverendo vigário e do comandante, é mais alta e mais avançada sobre o rio do que a do segundo bairro, aonde só há 8 casas. Uma e outra é bordada de grandes lajes de pedras, com pouco sensíveis interrupções. (FERREIRA, 2006, p. 353).

A compartimentação do tecido urbano se apresenta assim:

Pelo tabuleiro superior da barreira ao primeiro bairro está disposto o arruamento das casas sobre 3 linhas de fundo. Contam-se 10 na frente, incluídas as residências. Para fora da linha saem 2 no tope do tabuleiro, além das que, pelo comprimento da mesma linha, avançam em frente sobre o rio; como são a casa das canoas no porto da povoação dita do forno, no declive da barreira, e dita da olaria. Na segunda linha do fundo, contei 11, e na terceira 14. Havia, em todas elas, alguns vazios por encher, além de seu alinhamento não ser o mais geométrico. (Ibidem, p. 354).

Interessa apontar que na Fortaleza da Barra existem estruturas como casa das canoas e uma olaria, algo que não é constante em todas as vilas e lugares.

Sobre a igreja matriz do local interessa mais o modo como foi reformada, o que nos apresenta uma das maneiras de construção dessas estruturas, em técnica similar à taipa de mão, ou pau-a-pique: *“para reedificar a dita igreja, passou a dar as providências precisas para se cortarem as madeiras, fincarem-se os esteios, envararem-se as paredes e entijucá-las e cobri-las, até deixá-las no estado em que ao presente se acham”* (Ibidem, p. 354).

Quando o naturalista descreve esses processos ele nos apresenta as formas como essas construções eram executadas. É nesses detalhamentos que conseguimos compreender algumas das dinâmicas da cultura material e construtiva

desses locais. São detalhes que enriquecem os prospectos desenhados e poderiam muito bem passar ao largo de uma leitura não atenta. Mesmo que não fosse o escopo do levantamento, essas minúcias dão a cor do que constituía o corpo da arquitetura dessas vilas e povoados. Ainda sobre a igreja, Ferreira detalha como se dá o processo de conservação e manutenção dessas estruturas:

A parede do frontispício ainda não está de todo entijucada; a que serve de porta principal da igreja foi a da sacristia antiga; do conhecimento das proporções que tinha quem dirigiu a construção da nova igreja, pode V. Excia. ajuizar pelas dimensões que lhe deu: de 90 palmos de comprimento, 45 de largura, 25 de altura. Quanto às paredes do templo, por qualquer dos seus lados, interior e exterior, ficam simplesmente entijucadas. Mais da metade do teto está coberto de telha nova, o resto é de palha. O comandante ainda então esperava que cozesse o forno para concluir a cobertura; porém, antes disso precisa de renovar as tesouras do teto da capela-mor, porque, como estavam verdes as primeiras que se puseram, com o peso da telha, estalaram elas e fizeram estalar também algumas telhas. (FERREIRA, 2006, p. 354).

A situação do casario da Fortaleza, tanto dos indígenas como dos moradores brancos, se encontra em situação material prejudicada. Há uma demora em reformar as moradias, já que a mão-de-obra disponível tem de se compatibilizar às “*urgências do real serviço.*” (Ibidem, p. 355).

Sobre as nações que habitam o local e as culturas e gêneros explorados Ferreira é sucinto: “*Os índios da povoação são manaos, barés, banibas, uerequenas, aroaquis, juris, passés etc. (...) A agricultura geral dos moradores brancos e de alguns índios consiste em maniba, tabaco, cacau e milho.*” (Ibidem, p. 356). Sampaio indica o lugar da fortaleza habitado por “*Banibá, Baré, e Passé descida ultimamente do Jupurá.*” (SAMPAIO, 1825, p. 96), Noronha indica os mesmos indígenas “*das nações Baniba, Baré, e Passé.*” (NORONHA, 1862, p. 60).

Ainda sobre as lavouras, Ferreira faz um interessante apontamento acerca da qualidade dos solos e dos pontos em que se encontra a terra preta:

Toda aquela terra, pelo contorno da povoação, é perseguida de saúva. Aonde há terra preta, aí se dá bem o tabaco; porém tanto deste como dos outros gêneros, bem se deixa ver pelo mapa adjunto deste título, quanto são insignificantes as lavouras e, por conseguinte, as colheitas que se fazem.” (FERREIRA, 2006, p. 357).

Com a finalização da participação sexta, pode-se notar que o esquema descritivo utilizado por Ferreira serve para todos os locais descritos. O protocolo de observação é seguido de maneira constante. Com o rigor metodológico apresentado

pelo naturalista, fomos capazes de perceber as nuances que existiam entre as localidades, cotejar com os prospectos quando esses estavam disponíveis. O documento é perpassado também por uma constante defesa e conservação dos territórios em poder da Coroa portuguesa. Esse relatório produzido seria uma forma de atestar a soberania portuguesa pelas bacias, bem como de propor soluções e maneiras para otimizar economicamente essa ocupação. O receio da contestação da posse pelas nações vizinhas fica claro no arremate do texto: “*Recordar o passado, compreender o presente e adivinhar o futuro são, em substância, as obrigações que deve desempenhar quem se propuser a conservar e defender por esta parte os reais domínios de Sua Majestade*” (FERREIRA, 2006, p. 358).

A parte baixa do rio Negro, que consta desta 2ª etapa da viagem do naturalista, não apresenta muito detalhamento como no alto rio Negro. Esse parecia ser de maior interesse aos portugueses, por conta das questões demarcatórias e de limites, que se arrastavam desde meados do século XVIII. Ao confrontar os documentos subentende-se que no baixo rio Negro estava mais consolidada a presença dos portugueses. A posição da fortaleza da Barra garantia aos colonizadores lusos um controle maior do fluxo dos que vinham pelo Solimões e Madeira. A longa descrição feita acerca dos rios e igarapés do alto rio Negro e rio Branco, situados em região de imediato contato com outras nações colonizadoras, explicaria o fato de Ferreira ter permanecido e descrito com mais rigor nos detalhes o que acontecia por entre aqueles rios e paragens, bem como o levantamento mais específico das nações indígenas que circulavam por aquelas localidades.

Além das vilas há vistas e prospectos de localidades sem aldeamentos e povoamentos, mas que possuem indicações de pontos estratégicos do território, como cachoeiras, rápidos e saltos, que eram primordiais para localizar os deslocamentos pela bacia, bem como as populações existentes.



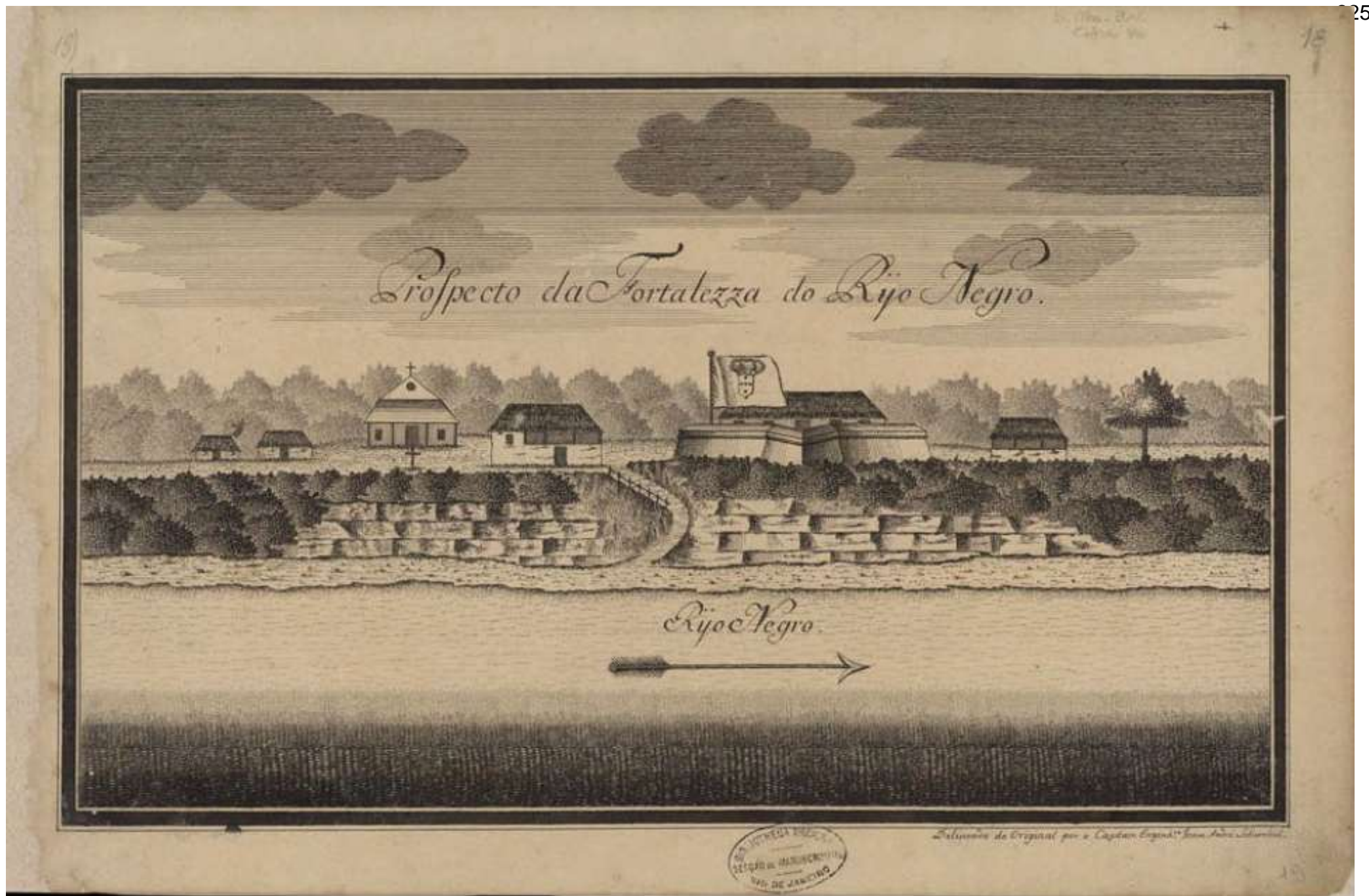


Figura 82 - SCHWEBEL. Prospecto da Fortaleza do Riço Negro (Manaus). Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

### 1.5.6 Rio Branco

#### ***Diário do Rio Branco***<sup>32</sup>

Itinerário de acordo com o manuscrito incompleto existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esse *Diário do Rio Branco* não é tão completo e pormenorizado como o feito acerca do rio Negro, mas mesmo assim conseguimos apontar indicações interessantes acerca da cultura material, das construções e das dinâmicas existentes entre essas estruturas da rede. Mesmo que sucintas, as descrições são acompanhadas de prospectos feitos pelos riscadores da expedição. Também indicamos na *Nova Lusitânia* (**Fig. 88 e Fig. 89**) os trajetos especializados.

**- Sai às 07h00 do dia 05 de maio de 1786, da Fortaleza da Barra, em direção ao rio Branco.**

**- Em 8 de maio passa em Airão.**

**- Às 16h00 do dia 09 de maio passa pela vila de Moura.**

**- Pela madrugada do dia 10 de maio se acha dentro do igarapé de Cureru, “onde estão situadas as roças de 6 moradores brancos da vila (Moura)”** (FERREIRA, 2006, p. 7). Aponta para o fato de encontrar na roça do diretor Pedro Afonso Gato 4 casas situadas às margens do igarapé, sendo uma delas “*bem asseada e forte, grande e repartida com proporção à sua família*” (ibidem, p. 7). Ferreira descreve nessa roça estruturas para a secagem do café e indica um cacocal de 16 mil pés, mas “*cobertos de lagartão, e os frutos do cacau denegridos*” (ibidem, p.7). Pelas 9h00 do dia 10 de maio, Ferreira, acompanhado do diretor Pedro Afonso Gato, visita a roça do morador José Gonçalves, com lavoura e cultura do anil. Nela descreve três casas, uma delas “*erigido em forma de tijupá para a fábrica*” (ibidem, p.7).

---

<sup>32</sup> Original manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, códice 21,2,2,1-5, a partir de Ferreira (2006).

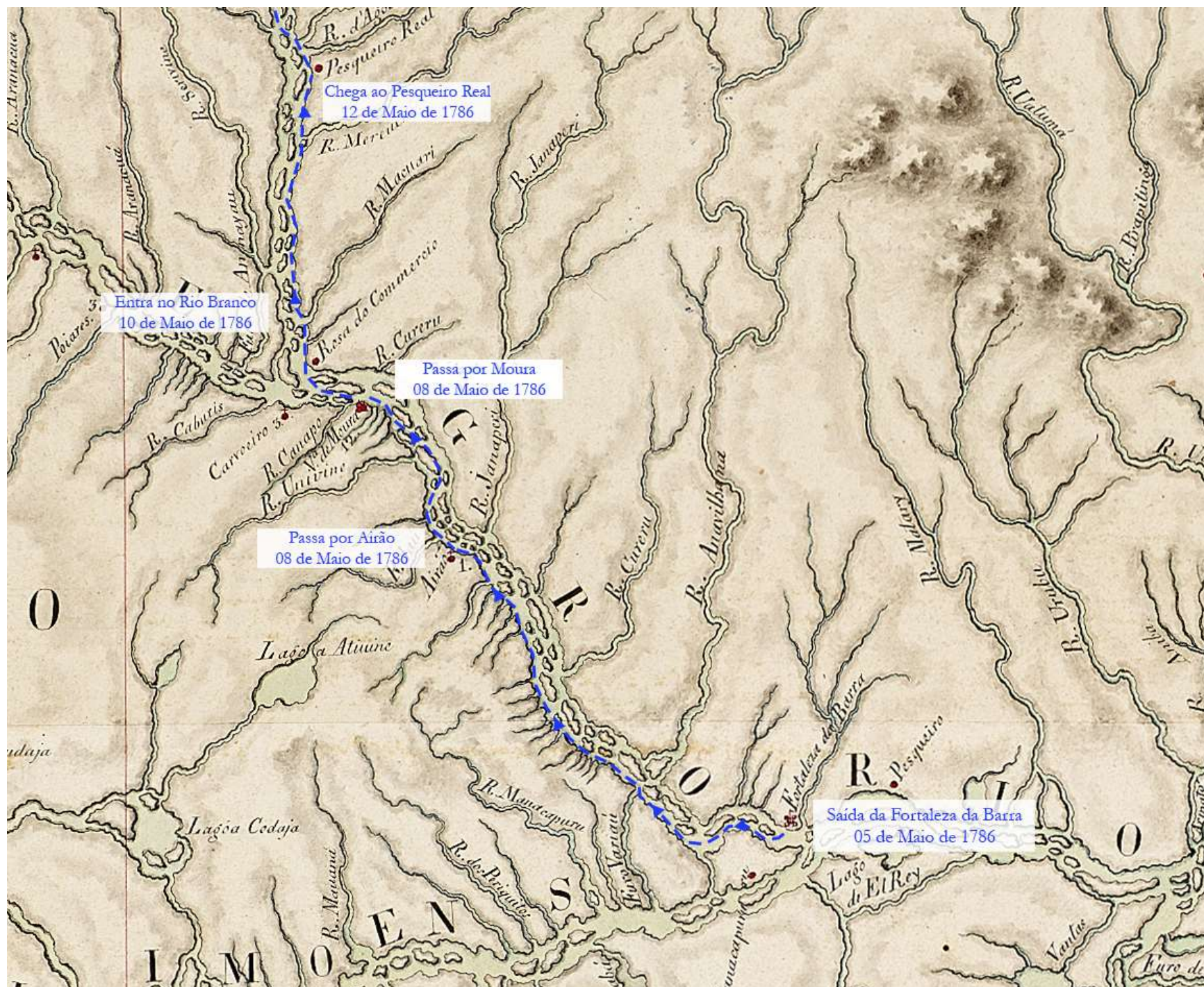


Figura 88 - Percurso especializado a partir do *Diário do Rio Branco*, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

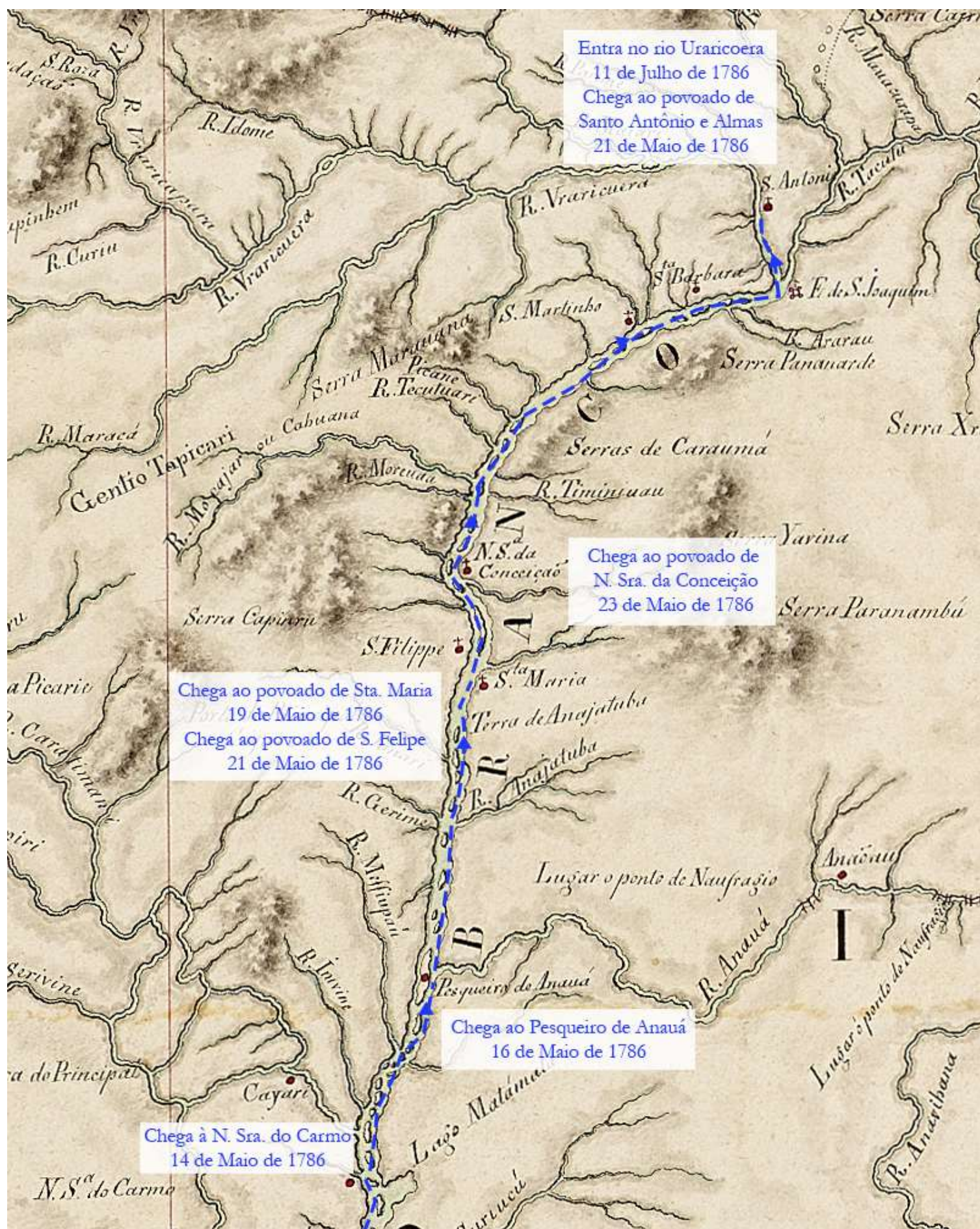


Figura 89 - Percurso especializado a partir do *Diário do Rio Branco*, feito sobre a carta da *Nova Lusitânia*. (Imagem do Autor)

- Às 17h30 do dia 10 de maio entra no rio Branco.

- Às 9h00 do dia 12 chega ao pesqueiro real, “*Constava de três palhoças na frente, bem sobre a borda da barreira*” (FERREIRA, 2006, p. 8). Nesse pesqueiro real o naturalista indica a composição dessa barreira em faixas de terra horizontal, sendo interessante apontar a indicação de terra preta, como o naturalista aponta em outras localidades: “*o primeiro, de cima para baixo, era de terra preta; o segundo, de argila encarnada misturada com areia; o terceiro, de areia; o quarto de tabatinga.*” (Ibidem, p.8). As estruturas do pesqueiro são detalhadas, indicando que as coberturas e as repartições internas das casas eram de palha (essa repartição interna fica representada na iconografia interna de uma casa em Monte Alegre). Das ditas três palhoças, uma servia de feitoria de peixe seco, uma como residência do administrador (o português cabo-de-esquadra Manoel Martins da Trindade) e uma terceira como quartel dos indígenas empregados no pesqueiro. Além dos trabalhos propriamente ditos do pesqueiro, há descrição de roçados e plantios diversos, como hortaliças, guaraná, cajueiros, anil e algodão. Apesar de carecer de ampla bibliografia acerca do funcionamento pormenorizado desses pesqueiros, Ferreira indica que neles há também a exploração de tartarugas, matéria bastante recorrente nas descrições acerca das produções do rio Negro, Branco e Amazonas à época:

Existiam cinco currais de tartarugas, três no porto e dous em cima da barreira por detrás das palhoças. Pescam-se as tartarugas nas duas praias de Cuaruanim, um dia de viagem do pesqueiro para cima e nas outras que, a pequena distância, se vão seguindo até perto da povoação do Carmo, como são a de Mamaripana, a de Madi, a de Cuiucu, a de Arauaná, a de Carimaê, a de Mautamatá etc. Desde janeiro passado até hoje, 12 de maio, tem remetido para Barcelos mil, setecentas e sete tartarugas, não incluindo mais trinta e quatro que tem dado de socorro para as canoas régias. Quanto ao peixe seco que costuma salgar e beneficiar, é a piraniba, a pirarara, o pirarucu, o tambaqui, o surubim, a piranha-assu, o jundiá, o jundiá-uassu, o pacomon-uassu e alguns peixes-bois. (Ibidem, p. 8).

Desse funcionamento do pesqueiro real, podemos identificar a importância que esses pontos estratégicos funcionam na provisão de mantimentos para as canoas que se deslocavam pelas bacias do Branco e do Negro, e que denotam essas pequenas estruturas urbanas como bastante relacionadas no interior da capitania e do projeto colonial. Nessa breve descrição conseguimos pela *Nova Lusitânia* identificar alguns pontos descritos em texto, como os pesqueiros e os respectivos lagos.

- Às 10h00 do dia 14 de maio chega na povoação de Nossa Senhora do Carmo (*Fig. 90*). Sai da povoação às 7hs do dia 15.

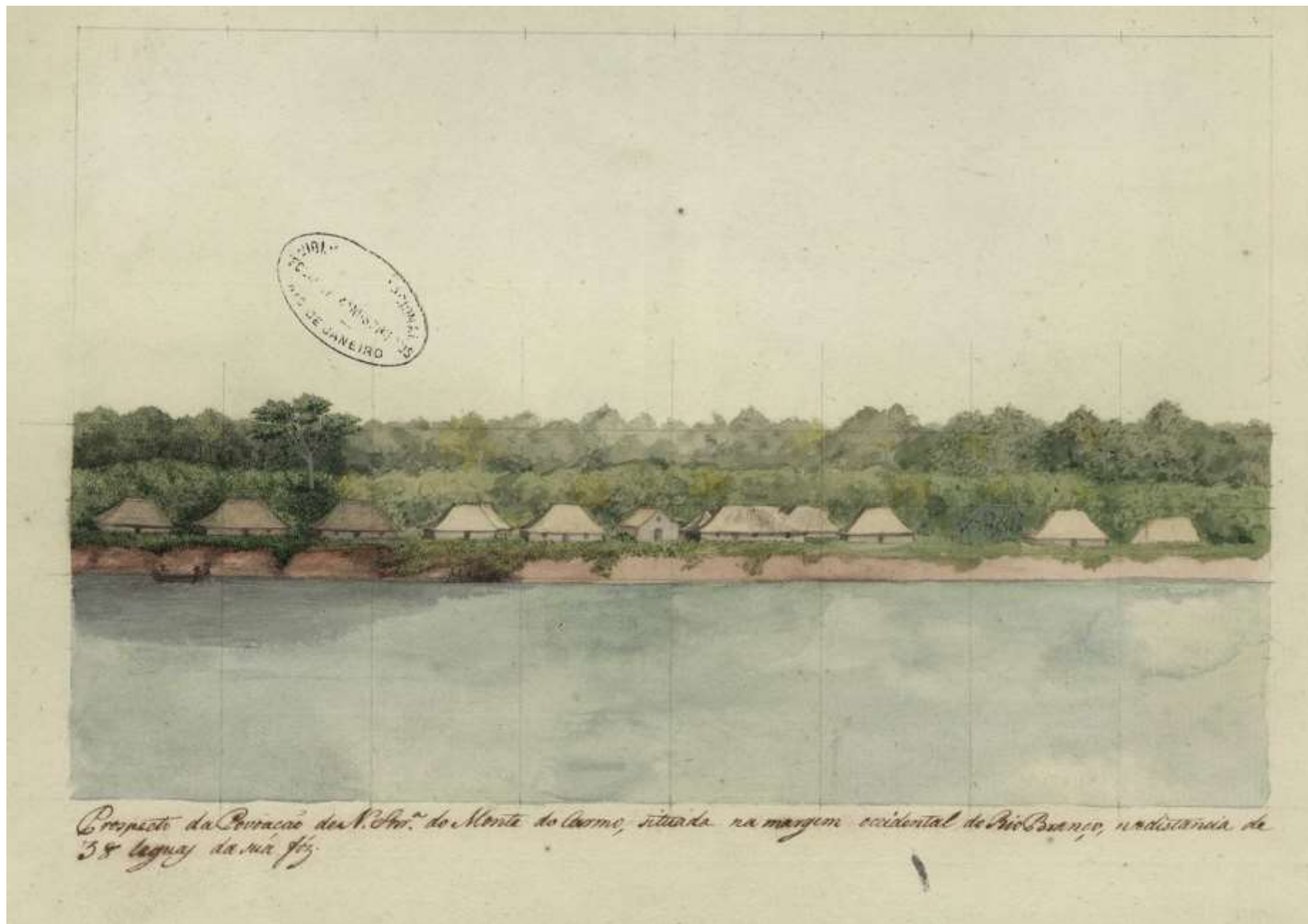


Figura 90 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da Povoação de N.Senhora do Monte do Carmo, situada na margem ocidental do Rio Branco, na distância de 38 léguas da sua foz. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

- Às 18h00 do dia 16 chega no pesqueiro na foz do rio Anauá.
- Às 17h30 do dia 19 de maio entra na povoação de Santa Maria (*Fig. 91*).
- Às 11h00 do dia 21 de maio chega na povoação de São Felipe (*Fig. 92*).
- Às 18h00 do dia 23 de maio chega na povoação de Nossa Senhora da Conceição (*Fig. 93*).

O relato do naturalista se encerra na passagem pela povoação de Nossa Senhora da Conceição, mas em outros trechos é possível identificar os seguintes deslocamentos.

- Às 6h00 de 11 de julho entra pelo rio Uraricoera. “*Ele é a continuação do Branco, com a diferença somente do rumo que segue, que é o noroeste e do nome que lhe dão os gentios*” (FERREIRA, 2006, p.12).
- Às 12h00 de 11 de julho chega à povoação de Santo Antônio e Almas.
- Às 10h00 do dia 13 entra na povoação de Conceição.

Nesse breve relato acerca da viagem que faz pelo rio Branco é possível coadunar texto, imagem e cartografia, tornando bastante explícitos e ilustrados os percursos do naturalista pela bacia. Com isso, conseguimos entender um pouco melhor a dinâmica dos deslocamentos feitos pelos portugueses na região, bem como compreender como se dava a relação com os indígenas.





*Prospecto da nova Povoação de S<sup>ta</sup> Maria, situada na marg oriental do Rio Branco, na distância de 75 léguas da sua  
foz.*

Figura 91 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da nova povoação de Santa Maria situada na margem oriental do Rio Branco, na distância de 75 léguas da sua foz. [17--]. Imagem 23,5 cm x 14,5 cm. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

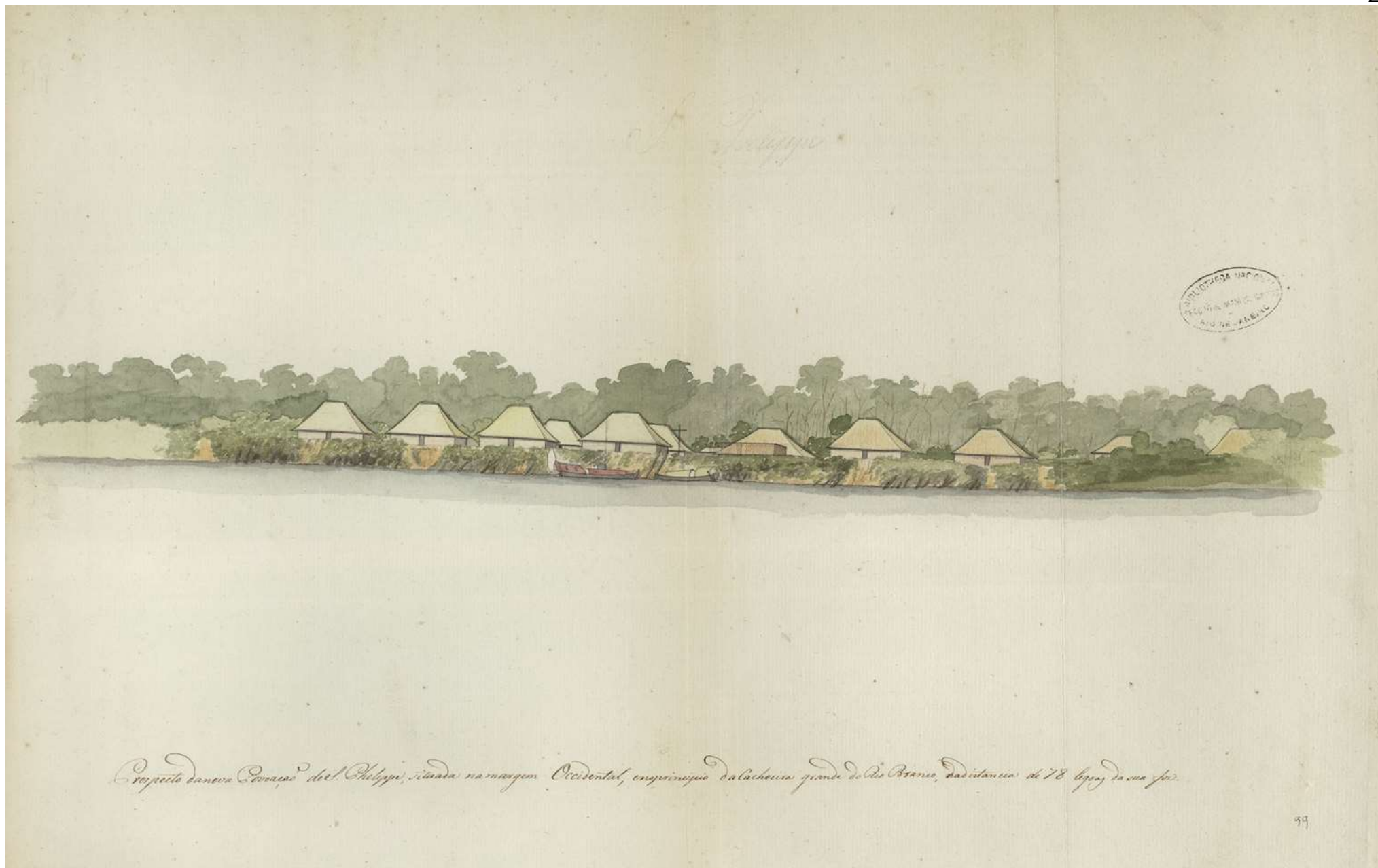


Figura 92 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da nova povoação de S. Phelippe, situada na margem ocidental, e no princípio da Cachoeira grande do Rio Branco, na distância . [17--]. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

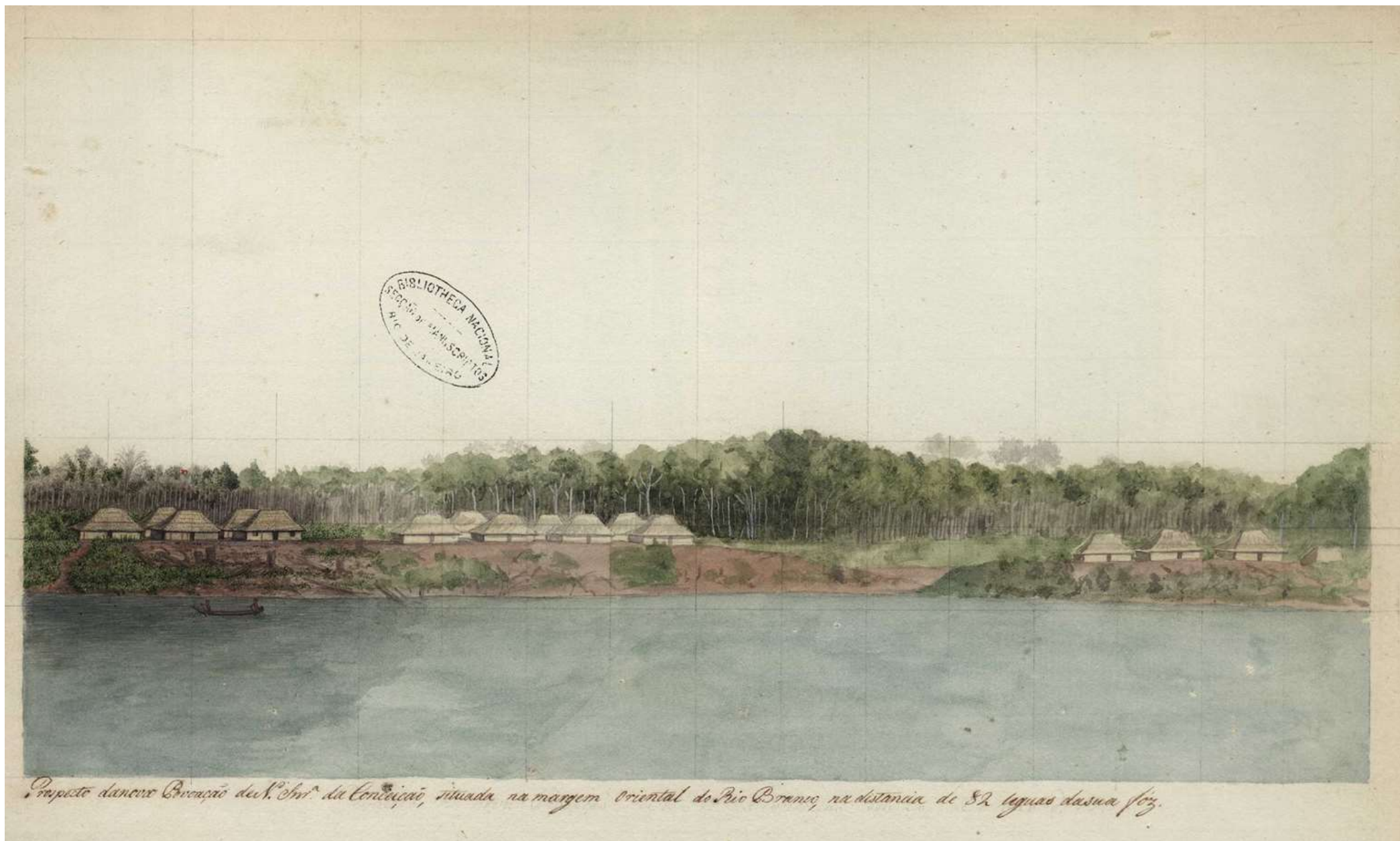
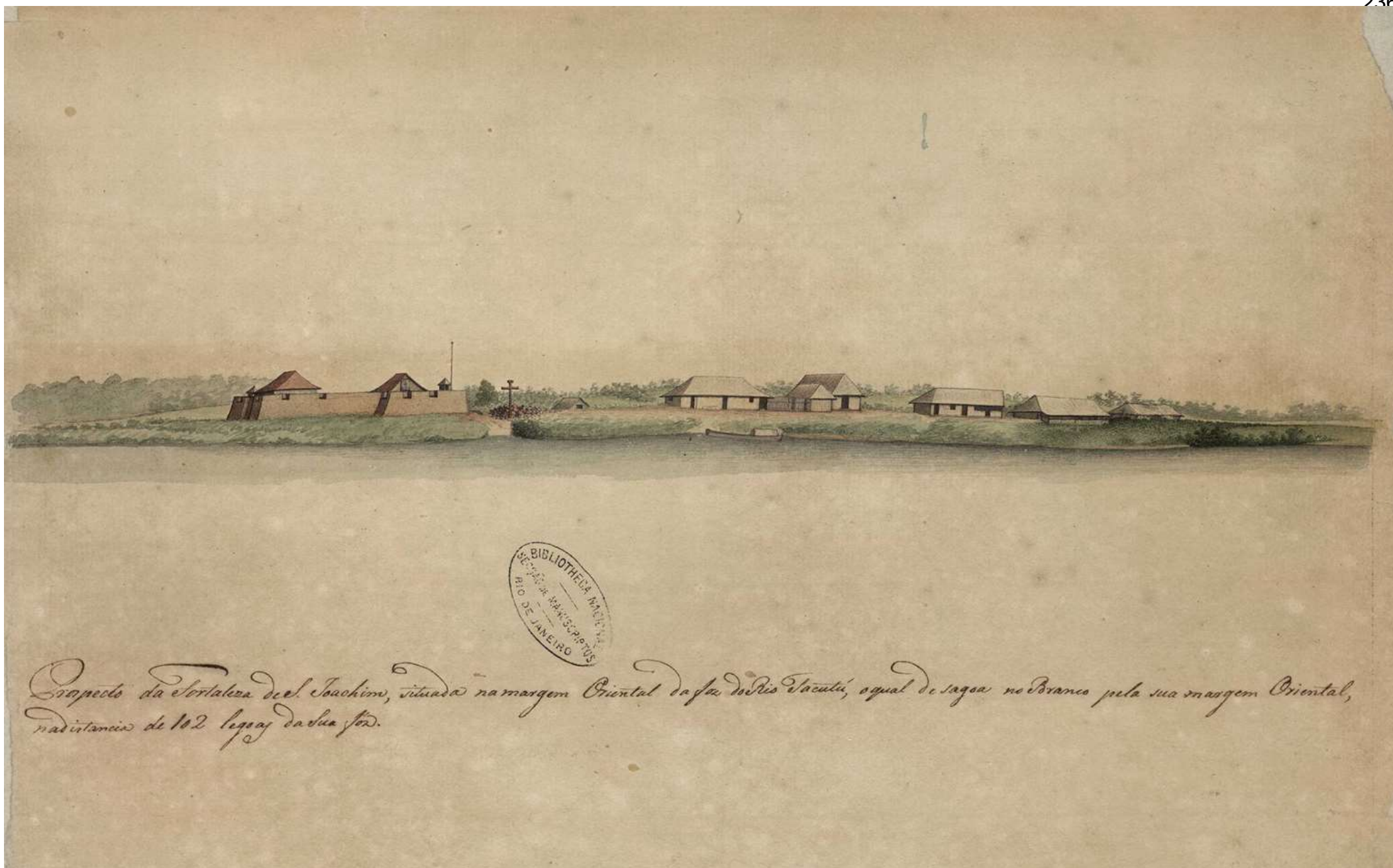


Figura 93 - FREIRE, José Joaquim. Prospecto da nova povoação de N.Senhora da Conceição, situada na margem oriental do Rio Branco. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Prospecto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem Oriental da foz do Rio Tacutú, o qual se saza no Branco pela sua margem Oriental, na distancia de 102 legoas da sua foz.

Figura 94 - CODINA, Joaquim José. Prospecto da Fortaleza de S. Joaquim, situada na margem oriental da foz do Rio Tacutú. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

### **Rios e Lagos e Gentios e Produções do Rio Branco<sup>33</sup>**

Em outro documento, relacionado ao rio Branco são apresentadas informações relevantes acerca da localização das nações indígenas da bacia do rio Branco, que podemos indicar espacializadas sobre a carta histórica:

- Do rio **Catirimani**, que na Nova Lusitânia é indicado por **Caratimani**, indica que é habitado pelos parauanas.

- Do rio **Seremini**, indicado na Nova Lusitânia como **Serivine**, “*era em outro tempo habitado do gentio parauana*” (FERREIRA, 2006, p. 10). Nele Ferreira descreve ainda que abunda de porcos e veados, e de onde se extrai dos matos bastante timbó. Ainda detalha sobre a presença “*dos gentios aruaquis*”, que falariam pela “*pela gíria dos parauanas*”. Nesse ponto do documento, se compararmos com a situação da cartografia conseguimos identificar muitos dos lugares geográficos descritos por Ferreira, como os lagos e os furos, as conexões entre os rios e igarapés.

- Do **Moau-estreito**, que não conseguimos identificar na Nova Lusitânia, a não ser pelo fato de Ferreira apontar que fica na mesma margem e acima da povoação do Carmo. As nações indicadas são dos “*parauás e macus*” (Ibidem, p. 11).

- Do rio **Iniuni**, na Nova Lusitânia como **Inivine**, descreve que ainda não se conhece a nação dos indígenas que os habitam, mas que “*suspeita que são parauanas*” (Ibidem, p. 11).

- Do rio **Ananá** (Nova Lusitânia como **Anauá**), habitado pelos aturais e amaribas. Ferreira descreve esse rio como tendo 50 cachoeiras, na Nova Lusitânia é possível identificar sinais gráficos que poderiam se relacionar com alguns desses elementos geográficos.

- Rio **Taquarana**, não identificável na Nova Lusitânia, onde são indicados habitados pelos pauxianas.

- Rio **Mucajaí** (Nova Lusitânia rio **Mocajar**), habitado pelos guaxumarás.

- Rio **Canhamé**, não identificável no mapa, mas descrito como habitado por indígenas das nações tapicarís e saporás.

Navegando na continuação do dito rio Branco, Ferreira adentra o rio **Uraicoera**, nele indicam algumas nações espalhadas por entre rios e igarapés, dentre elas indígenas uapixanas, irimicanas e tapicarís.

---

<sup>33</sup> Códice 21,2,27,7 da BNRJ (FERREIRA, 2006, p. 10).

- Rio **Tacutu**, onde “*antigamente o habitavam os peralvilhanos; hoje são os uapixanas*” (FERREIRA, 2006, p. 14). Em item do manuscrito indicado como Nações de gentios do Tacutu, o naturalista apresenta:

- No rio **Surumu** (na Nova Lusitânia como Sarauru): uapixanas, iaricunas, carapis, uiacás.

- No **Maú (Mahu** na Nova Lusitânia): “*macuxis são os dominantes. Os caripunas do **Rupunuri** são os agentes que empregam os holandeses para a negociação de escravos*”. (Ibidem, p. 14)

Em suma, fazendo os fichamentos de cada localidade, é possível dar corpo do que fora produzido ao longo da *Viagem* no que concerne o que nos interessa, os aspectos iconográficos presentes no espólio documental levantado por Ferreira. As correlações feitas com as outras documentações primárias de época darão corpo e explicitam algumas permanências e diacronias.

Nesse ponto, a leitura conjunta entre relato escrito, iconografia e cartografia permite vislumbrar com detalhes gráficos o que se passava nas dinâmicas e deslocamentos feitos por Alexandre Rodrigues Ferreira na região do rio Branco. Há muitas possibilidades de combinação dos dados apresentados, mas cabe ressaltar aqui a presença de uma rede de povoações e de estruturas de apoio à logística de deslocamento entre as localidades da bacia. Ferreira indica além disso as diversas nações indígenas que habitavam os específicos rios e igarapés, ressaltando que, de acordo com a bibliografia sobre o tema (COELHO, 2005; FARAGE, 1991), é constante a preocupação acerca do deslocamento das populações nativas, elementos cruciais na manutenção do território e do fornecimento de mão-de-obra sob regime do *Diretório dos Índios*, para as ditas roças e fazendas, também descritas e arroladas por Alexandre Rodrigues Ferreira em seus levantamentos.

## CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados que podem ser extraídos deste trabalho, podemos defender que a visualização em conjunto desses documentos serve como ferramenta e instrumento para melhor compreensão do processo de urbanização e da rede urbana gestada em finais do século XVIII. Há algumas percepções pormenorizadas que conseguimos detectar, como, pela comparação da documentação produzida por Ferreira e pelo coronel engenheiro João Vasco Caetano Braun (1849), quando da ida do capitão-general e governador da capitania do Pará Martinho de Souza e Albuquerque às vilas e povoados das cercanias da cidade de Belém, pudemos atestar que o caminho feito até a vila de Cametá consistia na passagem feita pelo Igarapé-miri, e não pelo eixo do Amazonas-Tocantins, propriamente dito. No capítulo específico será esmiuçado e detalhado esse percurso, que a princípio pode ser irrelevante, mas a entender o cômputo e a dinâmica geral da *Viagem Filosófica* de Ferreira, é de certa importância compreender como se dava a logística de transporte entre as vilas, em que época se fazia, os períodos mais destacados para viajar.

Em suma, defende-se a importância de consolidar o conhecimento que se tem acerca da ocupação histórica que se deu na bacia Amazônica ao longo da colonização portuguesa, entende-se que isso ainda guarda algumas relações com os processos ainda vigentes na região. É outro ponto a ser defendido, o de que a região fora, e ainda se imagina que seja, um gigantesco vazio, um deserto verde. Preconceito eivado das maldades que ainda imperam na discussão nacional sobre a região, quando as indicações feitas por Ferreira abundam dos habitantes originários e da grande diversidade de populações que foram capazes e identificadas pelo naturalista (aqui cabe a indicação ao manuscrito do ouvidor Sampaio e do padre Noronha, que descrevem e indicam as nações indígenas habitantes de cada localidade visitada, o que, por óbvio, como bem demonstra o professor Coelho e a professora, acerca do papel desses grupos para o projeto de colonização portuguesa, seja por meio do *Diretório dos Índios*, forma que o Estado português produziu para melhor controle do trabalho indígena na região, haja vista que as iniciativas de inserção da escravizados africanos pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará encontrava-se com as perdas que sofria para as minas de Mato Grosso e Cuiabá).

Nessas espacializações conseguimos produzir algumas indicações gráficas acerca da localização dessas nações pela rede de vilas, povoados e lugares. As indicações sobre isso feitas pelo naturalista são bastante detalhadas quando das suas

viagens pelo rio Negro e Branco, onde o interesse real acerca do deslocamento dessas nações era razão mesma da ocupação de tais localidades. Esses prospectos produzidos então são real imagem desse processo e tentativa de controle das populações indígenas em prol de um projeto de desenvolvimento autoritário e imposto por via metropolitana.

A leitura em conjunto da documentação da *Viagem Filosófica* permite vislumbrar, em alguns momentos a contribuição dos habitantes originários da região. Mais ainda, por esse exame das diversas tipologias documentais só é possível compreender o quão dependente do conhecimento local eram os portugueses, não apenas de forma folclorizada e romantizada, mas do conhecimento prático e instrumental, em navegação, comunicação, situação, abastecimento. Pelo silêncio evocado a essas populações nos documentos é possível inferir a presença dos mesmos (algumas iconografias são essenciais para antevermos essas populações em situações mais descompromissadas e fora das categorias de classificação e padronização de alguns desenhos e coletas de objetos.)

O resultado principal é que o processo de espacialização e da visualização em conjunto dessa documentação permitiu que compreendêssemos os prospectos de vilas, povoados e lugares de maneira mais refinada, indo além da singeleza material aparente, e colocando esses panoramas na escala quase que global, pertencentes e ativas nos processos históricos intercontinentais e interreinais. Afinal, a *Viagem* de Ferreira é, em certas dimensões, uma resposta direta a um ambiente conflituoso que se estabelecia entre Portugal e outros reinos e países europeus à época. Os litígios de limites e questões demarcatórias estavam *in loco* nesses pontos do território, o interesse e o tempo investido pela burocracia portuguesa não é de forma alguma algo a ser desprezado na sua dimensão, ainda que menos discutida ao longo de nossa historiografia sobre o tema.

Pretende-se, a partir da presente dissertação, contribuir com essa ferramenta visual de compreensão dessa profusão de referências, muito menos para elucidar ou fechar a questão em relação ao tema, mas para servir de suporte para as discussões que o tema naturalmente enseja e continuará prosperando, há vertentes praticamente inesgotáveis para se tratar acerca do tema, urge que contribuamos humildemente nessa gigantesca e coletiva empreitada.

O trabalho propiciou concluir que a historiografia sobre o tema abre inúmeras possibilidades de se tratar a questão, sendo facilmente expansível para o nosso



campo de conhecimento do urbano. Como metodologia vem sendo replicada na leitura analítica de diversos tipos de documentação e de imaginários, possibilitando constituir um repertório histórico e visual de como se deu o processo de ocupação do território nacional. A metodologia segue em uma constante, com a vantagem de se adicionarem variáveis e marcadores que permitam fazer a leitura dos documentos a partir de interesses prementes da nossa atualidade. Recortes por gênero, raça, estratos sociais, camadas que muito foram apagadas da discussão.

O trabalho dialoga com a ideia de uma Amazônia colonial diversa, ampla e multifacetada, mas também reforça e busca não exaltar as imagens românticas de um colonizador bravo e heroico ante uma natureza bravia e indômita. O processo de apagamento por vezes nos torna técnicos em relação ao cruel expansionismo, que pouco caso fez do seu semelhante, e não se utilizou de subterfúgios para impor seu modo de vida aos que ali já se encontravam. As imagens da arquitetura e do urbano na *Viagem Filosófica* de Ferreira também são símbolos desse processo trágico e violento do projeto colonial português. Os lugarejos e povoados onde se alojavam as nações indígenas dão dimensão do patamar de civilidade com que o colonizador tratava os naturais da terra. Nisso o presente trabalho também quer ressaltar.

## REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Alexandre Rodrigues Ferreira**: catálogo de manuscritos e bibliografia. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952.

BRAUN, João Vasco Manoel de. **Roteiro corográfico** da viagem que o Ill.mo e Ex.mo Sr. Martinho de Souza e Albuquerque, governador e capitão general do Estado do Brazil, que determinou fazer ao rio das Amazonas, em parte que fica compreendida na capitania do Grão-Pará: tudo em destino de ocularmente observar e socorrer a praça, fortalezas e povoações que lhe são confrontantes. In: *Revista Trimensal de História e Geografia, Segunda Série, Tomo Quinto, Volume 12, 1849.*

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Instruções relativas à viagem philosophica effectuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**. 53: 46-52, 1946.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Volume 1. São Paulo: Gráficos Brunner, 1970.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Volume 1: Geografia – Antropologia. Volume 2: Zoologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. **Memórias: Zoologia e Botânica**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. **Memórias: Antropologia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Amazônia redescoberta no século XVIII**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1992.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Roteiro das viagens que fez pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá...** que acompanharam os desenhistas Joseph Joachim Freire, Joaquim Joseph Codina e o jardineiro botânico Agostinho Joachim do Cabo. Copiado por Luiz Fernandes. *Boletim do Museu Nacional*, 9 (2): 103-118, jun. 1938.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo I. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2002.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo II. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2003.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo III. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2005.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo IV. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2007.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo VI. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2008a.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem ao Brasil**. Tomo VII. Rio de Janeiro: Kapa Editorial, 2008b.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário ao Rio Branco*. In: **Relatos da fronteira amazônica no século XVIII**: documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira. Organização e introdução de Marta Rosa Amoroso e Nádia Farage. São Paulo: NHII-USP e FAPESP, 1994.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

MENDES, João Ribeiro. Instruções relativas à viagem filosófica efetuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, LII (1946):46-52. 1946

NORONHA, Jose Monteiro de. **Roteiro da viagem** da cidade do Pará até as ultimas colonias do sertão da provincia, escripto na Villa de Barcellos pelo vigario geral do Rio Negro, o padre Dr. José Monteiro de Noronha, no ano de 1768. Pará: Typographia de Santos & Irmãos, 1862.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diario da Viagem** que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o ouvidor, e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, no anno de 1774 e 1775. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.

SCHWEBEL, João André (1756). **Collecçam dos prospectos das aldeas**, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldea de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camarâ, Bararuâ, Dari; situadas no mesmo rio. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1095066/mss1095066.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.htm). Acesso em: 01 nov. 2022.

### **Bibliografia de apoio**

ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica**: catálogo descritivo: 1500-1961. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ADONIAS, Isa. **Mapa: Imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” do século XVIII**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

AMOROSO, Marta Rosa. **Guerra Mura no século XVIII: versos e versões**. Dissertação – Departamento de Antropologia Social do IFCH, UNICAMP, Campinas, 1991.

ANDRADE, Almir de. **Formação da sociologia brasileira – Vol. I: Os primeiros estudos sociais no Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A Cultura das Luzes em Portugal**. Temas e Problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Renata Malcher. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII**. Belém, Macapá. FAUP Publicações. 1998.

ARAÚJO, Renata Malcher. **Razão e Método**. Urbanização na Capitania do Mato Grosso. Tese de doutorado, UNL, 2000.

ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001

AREIA, M. L. Rodrigues; MIRANDA, M. A.; HARTMANN, T. **Memória da Amazônia**. Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá. 1783-1792. Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade, 1991.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. **Ecoss de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte, c. 1666-1820**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2017.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Decadência ou Crise do Império Luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, pp. 66-78, junho/agosto 2000.

BELLUZZO, Ana Maria. **Coleção Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Metalivros/Odebrecht, 1994. 3v.

BELLUZZO, Ana Maria (org.). **Desenho e conquista territorial**. São Paulo: Expomus, 2003.

BLAKE, Augusto Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de

Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902, 7 vols. Reimpresso: Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio – O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; CABRAL, Pedro Hungria; CÂRVALHO, Marcio Coelho de. **Pensar con los A Amazônia urbana no Século das Luzes, algumas pinceladas**. Terra Brasilis (Rio De Janeiro), p. 1-40, 2020.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BARRETO, Alice Pereira; DIAS, Guilherme Silvério. *Cultura material e práticas sociais no Caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)*. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 29, p. 1-87, 2021.

BORSOI, Diogo Fonseca. **Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2013.

CABRAL, Alfredo do Vale. Alexandre Rodrigues Ferreira. Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. A. R. F., pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-92). **Anais da Biblioteca Nacional** 1 (1 e 2): 103-129 e 222-247, 1876; 2 (1): 192-198, 1877; 3 (1 e 2): 54-67 e 324-354, 1878.

CARVALHO, José Candido de Melo. **Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793)**: uma síntese no seu bicentenário. Belém: CNPq/MPEG, 1983.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Cêlho de. **Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências**. 2020. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751 -1798)**. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2005.

COMISSÃO Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Amazônia felsínea: António José Landi**: itinerário artístico e científico de um arquitecto bolonhês na Amazônia do século XVIII. Lisboa: CNCDP, 1999.

COMISSÃO Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. **Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa: CNCDP, 1997.

CORREA FILHO, Virgílio. **Alexandre Rodrigues Ferreira, vida e obra do grande naturalista brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. As várias "faces" da "Nova Lusitania", de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. In: **IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**. Porto, p. 1-26, 2011.

COSTA, Angyone. **Introdução à arqueologia brasileira: etnografia e história**. São Paulo, 1934.

COSTA E SÁ, Manuel José Maria da. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. Biografia e notícia dos escritos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 2: pp 513-529, 1840.

COSTA E SÁ, Manuel José Maria da. Elogio do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira In: RODRIGUES, José Honório. Alexandre Rodrigues Ferreira – Catálogo de manuscritos e bibliografia. **Anais da Biblioteca Nacional**, 72: 13-30, 1952.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. In: **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro: vol. VIII, p. 993-1014, 2001.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua viagem filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores**. Belém: PR/SCT/CNPq, 1991.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2013.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil durante a segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. A má estrela de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Separata da Brasiliensia documenta**, v. 12. São Paulo, 1979.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. Breve notícia sobre a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). **Revista de História** 60 (1): pp. 185-197, 1970.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões**. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARIA, Miguel Figueira de. **A imagem útil - José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final do antigo regime**. Lisboa: EDIUAL, 2001.

FARIA, Miguel Figueira de; PATACA, Ermelinda Moutinho. **Ver para crer: a importância da imagem na gestão do Império Português no final de setecentos.** Anais. Série Histórica. Universidade Autônoma de Lisboa, 9-10: 61-98, 2005.

FONTES, Glória Marly Duarte Nunes de. **Alexandre Rodrigues Ferreira: aspectos de sua vida e obra.** Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1966.

FRANÇA, Carlos. Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815): história de uma missão científica ao Brasil no século XVIII. In **Boletim da Sociedade Broteriana**, vol. I, 2ª série, 1922.

FREITAG-ROUANET, Barbara. **Viajando com Langsdorff.** Brasília: Ed. Senado Federal, 2013.

GARCIA, Rodolfo. **Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: conferência.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

GIANESELLA, Rubens Ramos. **Paisagens no tempo: vilas litorâneas paulistas.** Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2008.

GOELDI, Emílio Augusto. **Alexandre Rodrigues Ferreira.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília/CNPq, 1982.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas.** Ensayos sobre la historia de la cartografía. Lisboa, México: FCE, 2005.

KATO, Allan Thomas Tadashi. **Elites, negócios e imóveis no plural: São Paulo nas décadas urbanas e listas nominativas (1795 – 1829).** Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2017.

MEIRA FILHO, Augusto. **Landi esse desconhecido (O naturalista).** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A paisagem como fato cultural. São Paulo: Contexto, 2002.**

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A problemática do imaginário urbano.** Campinas, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Da arqueologia clássica ao patrimônio cultural: os sentidos da cultura material e seus desdobramentos.** São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. In: **Revista USP**, São Paulo: nº 30, p. 144-155, 1996.

MOURA, Nádya Mendes de. **Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas** (c. 1726 – 1830). Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 2018.

NETO, Miranda. Alexandre Rodrigues Ferreira: um naturalista brasileiro na Amazônia, século XVIII. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, a. 173 (456):211-238, jul./set. 2012

OBERACKER JUNIOR, Carlos Henrique. Dois cartógrafos alemães a serviço do Brasil no século XVIII: Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm. **Revista de História**, v. 44, n. 89, p. 93-109, 1972.

PATACA, Ermelinda Moutinho; FRANCO, Camila. Implementação de bancos de dados georeferenciados das Viagens Filosóficas Portuguesas (1755-1808) e a criação de um material didático com o uso do Google Earth. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Arte, ciência e técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira: A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a Outubro de 1784**. 253 f. Dissertação – Instituto de Geociências da UNICAMP, Campinas, 2001.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**. v.4, p.125-138, 2011.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Congruências entre cartografia e pintura no Prospecto da Vila de Cameté (1784) de José Joaquim Freire. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. 2011

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português – Entre práticas e representações científicas e artísticas**. 385 f. Tese (Livre- Docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Entre a engenharia militar e a arquitetura médica: representações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a cidade de Belém no final do século XVIII. **História, Ciências, Saúde– Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.89-113.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. In: **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan.-jun. 2005.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (orgs.). **Os naturalistas do Império: O conhecimento científico de Portugal e suas colônias (1768-1822)**. Rio de Janeiro: Versal, 2018.



REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A política de Portugal no vale do Amazonas**. Belém, 1940.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira**. Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, nº 7-9, jul./set. 1957.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Viagem Filosófica e as Expedições Científicas na Ibero-América no Século XVIII. **Cultura**, 3 (5): 67-83, 1957.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 244 (3): 3-103, 1959.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil. 1500 - 1720**. São Paulo: Pini, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre o urbanismo no Brasil**. Primeira parte: período colonial. Lisboa: CNCDP, 1998.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Império do Brazil**. 2v. Paris: J. P. Aillaud, 1845.

SIMON, William Joel. **Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783- 1808)**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

TEIXEIRA, Dante. Um espelho distante: os resultados zoológicos da expedição de A. R. Ferreira. In: **Viagem philosophica** – uma redescoberta da Amazônia. Philosophical journey a rediscovery of the Amazon. 1792-1992. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. pp.29-61.

VANDELLI, Domenico; KURY, Lorelai (org.). **O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli**. Rio de Janeiro: Dantes, 2006.

VIRGILIO. **Eneida**. Madrid: Editorial Gredos, 1992.